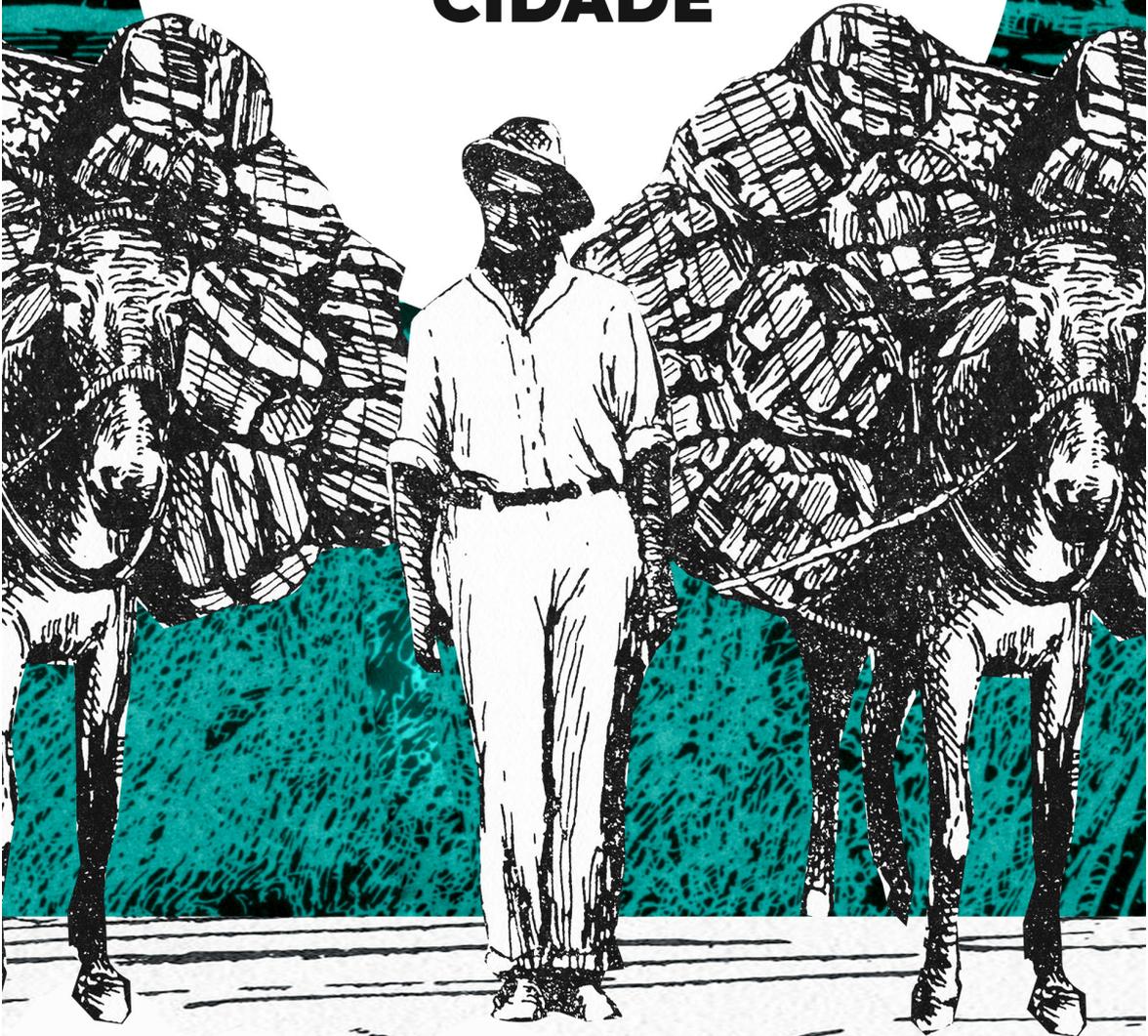


EDITORA
PUC
RIO

PAISAGENS DO SERTÃO CARIOCA: FLORESTA E CIDADE



Rogério Oliveira e Anelise Fernandez

ORGANIZADORES



Reitor

Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ

Vice-Reitor

Pe. Álvaro Mendonça Pimentel SJ

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento

Prof. Sergio Bruni

Decanos

Prof. Júlio Cesar Valladão Diniz (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Luiz Alencar Reis da Silva Mello (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBS)

PAISAGENS DO
SERTÃO CARIOCA:
**FLORESTA E
CIDADE**

Rogério Oliveira e Annelise Fernandez
ORGANIZADORES



© Editora PUC-Rio

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Casa da Editora PUC-Rio

Gávea - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22453-900

Telefone: (21) 3527-1760/1838

www.puc-rio.br/editorapucRio

edpucRio@puc-rio.br

Comitê gestor

Augusto Sampaio, Danilo Marcondes, Felipe Gomberg, Júlio Cesar Valladão Diniz, Hilton Augusto Koch, José Ricardo Bergmann, Luiz Alencar Reis da Silva Mello, Luiz Roberto A. Cunha e Sergio Bruni.

Projeto gráfico de capa

Isabel Machline

Ilustração de capa

Armando Magalhães Correa (1889-1944)

Fonte: Corrêa, A. M. O Sertão Carioca. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, (reimpressão: Departamento de Imprensa Oficial. Secretaria Municipal Administração, 1936), v. 167, 1933.

Projeto gráfico de miolo

SBNigri Artes e Textos Ltda.

Revisão de texto

Cristina Parga

Todos os direitos reservados. Este livro não será comercializado. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Paisagens do sertão carioca: floresta e cidade / Rogério Oliveira e Annelise Fernandez, organizadores. - Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2020.

310 p.; 22 cm

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-990194-0-1

1. Rio de Janeiro (RJ) - Descrições e viagens. 2. Urbanização - Rio de Janeiro (RJ). 3. Florestas - Rio de Janeiro (RJ). 4. Rio de Janeiro (RJ) - História. 5. Etnobotânica - Rio de Janeiro (RJ). I. Oliveira, Rogério Ribeiro de. II. Fernandez, Annelise.

CDD: 918.153

Elaborado por Lizandra Toscano dos Santos - CRB-7/6915

Divisão de Bibliotecas e Documentação - PUC-Rio

Sumário

- 7 Apresentação**
Rogério Ribeiro de Oliveira
Annelise Caetano Fraga Fernandez
- 13 Capítulo 1 – A planície dos muitos engenhos: uma arqueologia da paisagem do sertão açucareiro**
Sílvia Alves Peixoto
Tania Andrade Lima
- 39 Capítulo 2 – Escravos e senhores na paisagem de um engenho no Rio de Janeiro (séculos XVII-XIX)**
Carlos Engemann (*in memoriam*)
Rogério Ribeiro de Oliveira
- 59 Capítulo 3 – Carvoeiros do passado, quilombolas do futuro? Conflitos e direitos socioambientais de populações residentes no interior do Parque Estadual da Pedra Branca, RJ**
Rodrigo Penna-Firme
- 83 Capítulo 4 – Percepções da paisagem a partir da memória e o parentesco no Quilombo Cafundá-Astrogilda**
Luz Stella Rodríguez Cáceres
- 119 Capítulo 5 – Sertão carioca: a construção social de um território agroecológico**
Sílvia Regina Nunes Baptista
Carlos Osvaldo Motta Formoso
Ivani Rosa da Silva
- 145 Capítulo 6 – “As águas estão acabando”: etno-hidrologia e arqueologia do uso de recursos hídricos por antigos moradores do Maciço da Pedra Branca (Rio de Janeiro)**
Rogério Ribeiro de Oliveira
Joana Stingel Fraga
- 163 Capítulo 7 – Etnobotânica, saberes locais e agricultura no contexto de uma floresta urbana do Rio de Janeiro, RJ**
Alessandra Costa Magalhães
Rogério Ribeiro de Oliveira

- 183 Capítulo 8 – Dos mínimos calóricos aos mínimos sociais: a caça e a paisagem cultural das florestas do Rio de Janeiro**
Dean Erick Berck
Annelise Caetano Fraga Fernandez
Rogério Ribeiro de Oliveira
- 203 Capítulo 9 – Queimando a floresta e obtendo energia: a provisão de lenha para fabricação de carvão nos séculos XIX e XX no Maciço da Pedra Branca**
Gabriel Paes da Silva Sales
Alexandro Solórzano
Rúbia Graciele Patzlaff
Rogério Ribeiro de Oliveira
- 221 Capítulo 10 – Sedimentos de uma geo-história: o passado presente em uma floresta do Rio de Janeiro**
Raphael Vianna
- 235 Capítulo 11 – Transformação da paisagem em Grumari: antes e depois do sertão carioca**
Isabelle Soares Pepe
Marcela Stüker Kropf
Lílian Cardoso e Silva Costa Pinto
Rogério Ribeiro de Oliveira
- 255 Capítulo 12 – Plantas exóticas, populações nativas: humanos e não humanos na paisagem de uma floresta do Rio de Janeiro**
Annelise Caetano Fraga Fernandez
Rogério Ribeiro de Oliveira
Marcia Cristina de Oliveira Dias
- 279 Capítulo 13 – Do castelo das águas à Trilha Transcarioca: as marcas institucionais na paisagem do Parque Estadual da Pedra Branca**
Annelise Caetano Fraga Fernandez
- 303 Sobre os autores**

Apresentação

Rogério Ribeiro de Oliveira
Annelise Caetano Fraga Fernandez

Poucas vezes ao longo da sua história a cidade do Rio de Janeiro viveu períodos de tamanha transformação quanto na atualidade. O sistema-mundo impõe uma economia-mundo que permeia todas as relações sociais, mas, ao mesmo tempo, deixa-se escamotear por um sistema-lugar e uma economia-lugar. Estas duas últimas realidades são muito mais que esforços contra a corrente, são espaços de identidade, de pertencimento e de muitos valores humanos. Como vem ocorrendo em toda a cidade, o Maciço da Pedra Branca vive atualmente um exponencial processo de expansão urbana em seu entorno acompanhado da degradação das condições ambientais como um todo e particularmente do ecossistema florestal. O crescimento da malha urbana, o desmatamento e a expansão da ocupação em suas encostas imprimem hoje na paisagem grandes modificações no arranjo espacial de seus elementos. Apesar de ser a principal área de expansão urbana, o Maciço da Pedra Branca guarda, no seu espaço, traços de um conflito rural-urbano.

Por outro lado, a desarticulação de políticas de ordenamento urbano favorece o capital imobiliário, que reorganiza o espaço em nome de uma propalada *modernidade*. Assim, o aparente anacronismo de uma vida rural, plena de valores e conhecimentos de comunhão comunitária, parece perder sentido diante do pipocar de prédios *inteligentes*. Seus moradores, intensamente conectados com o mundo virtual, desconectam-se do seu *lugar* na medida em que a sua história é perdida pela e na sociedade de consumo.

A proposta desta obra coletiva é uma visita a estes espaços onde se procura resgatar valores, fixar conceitos importantes ao seu entendimento e dar voz a numerosos grupos sociais que têm por *lugar* as montanhas da zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Aparentemente, é uma região que permanece desabitada e alheia à transformação por que passa a cidade.

Esta região foi por muito tempo chamada de o *Sertão Carioca*, título da obra de Magalhães Corrêa. Entre as décadas de 1920 e 1930, as regiões de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca foram visitadas pelo escultor, e mais tarde jornalista, Armando Magalhães Corrêa, que publicou uma série de crônicas no *Correio da Manhã* dando uma completa descrição da região, comportando aspectos históricos, geo-

gráficos, etnográficos, ecológicos e geomorfológicos. O convívio com a população local e com uma realidade cotidiana inteiramente distinta da conhecida nas regiões centrais do então Distrito Federal levou Magalhães Corrêa a adotar a região rural carioca como residência fixa, passando a compor um diário com as suas observações. Esta obra, rapidamente esgotada, tornou-se um clássico da etnografia, das ciências naturais e da história ambiental do município do Rio de Janeiro.

Dentro de um quadro de profusas transformações na sociedade e natureza, a proposta deste livro é a reunificação dos conhecimentos que vêm sendo produzidos pelos autores convidados, contribuindo assim com um pouco de luz para o entendimento dos processos sociais e ecológicos que vêm ocorrendo na região.

O primeiro capítulo, “A planície dos muitos engenhos: uma arqueologia da paisagem do sertão açucareiro”, de Sílvia Alves Peixoto e Tania Andrade Lima, traz os resultados de uma tese de doutoramento em Arqueologia com grandes achados para a região. O trabalho apresenta realidades muito pouco conhecidas ligadas à implantação de complexos açucareiros na paisagem do *Sertão Carioca*, mostrando o modo de vida tanto dos habitantes das senzalas quanto de seus senhores.

O segundo capítulo “Escravos e senhores na paisagem de um engenho no Rio de Janeiro (séculos XVII-XIX)”, coordenado pelo historiador Carlos Engemann, conta a história do sertão carioca a partir do ponto de vista de um engenho colonial, o Engenho do Camorim. Neste capítulo se discutem as relações de senhores e escravos com a floresta que os cercava. O resgate do modo de vida, dos parentescos e das relações entre escravos e senhores é mostrado com riqueza de dados demográficos e etnográficos. A mecanização do engenho e o seu respectivo custo territorial energético dão a medida das relações da sociedade com a natureza à época.

No capítulo seguinte, Rodrigo Penna-Firme descreve o processo de criação do Parque Estadual da Pedra Branca, iluminando as formas prévias de ocupação humana do Maciço da Pedra Branca, com destaque para o modo de vida dos carvoeiros e sua conectividade histórica com as famílias de agricultores familiares que hoje habitam este território protegido. A paisagem neste sentido é abordada a partir de uma perspectiva de longa duração e de uma escala de análise que articula os processos globais de mercantilização da natureza e seus efeitos locais. Ao relacionar carvoeiros e quilombolas, passado e futuro, o autor procura chamar atenção para as formas de expropriação e luta por direitos fundamentais de po-

pulações tradicionais atingidas pela criação de áreas protegidas, entendidas como mais uma estratégia de financeirização da natureza.

No quarto capítulo “Percepções da paisagem a partir da memória e o parentesco no Quilombo Cafundá-Astrogilda”, Stella Cáceres, a partir de cuidadoso trabalho etnográfico, descreve a paisagem do Maciço da Pedra Branca, na vertente de Vargem Grande, a partir das formas de habitar este espaço por seus moradores; de suas ações e significações humanas em interação com devires não humanos. A autora demonstra como as relações de parentesco estabelecem uma sintaxe espacial que organiza a memória e as formas de pertencimento locais. Ao descrever esta paisagem como uma categoria nativa, os caminhos se destacam como elemento de mediação das relações sociais, dos vínculos entre o passado e o presente, da casa com a roça, da casa com a cidade e com a mata.

No capítulo 5, Silvia Baptista, Carlos Formoso e Ivani Silva apresentam os processos de evolução urbana e contradições socioeconômicas que historicamente incidiram sobre o Maciço da Pedra Branca e, de forma mais ampla, sobre a região da Baixada de Jacarepaguá. Frente a esses processos, os autores descrevem a capacidade de luta e resistência que desenham novas tessituras e sistemas sêmicos no Maciço da Pedra Branca. Nas palavras de seus autores, os novos sistemas sêmicos construídos a partir de valores da agroecologia reúnem “as subjetividades ou simbolismos do povo simples da terra, produzindo novas territorialidades, e fazem deste lugar um território-rede de agroecologia”, conectado a outros territórios de ação local.

A questão da água, tão premente nos dias atuais, é o tema do capítulo 6 “As águas estão acabando’: etno-hidrologia e arqueologia do uso de recursos hídricos por antigos moradores do Maciço da Pedra Branca (Rio de Janeiro)”. A discussão sobre as mudanças climáticas constitui um tema essencialmente interdisciplinar, importando, por conseguinte, todas as formas de conhecimento e percepções. O capítulo discute a hipótese de que vários rios que drenam a Mata Atlântica na região do Maciço da Pedra Branca tiveram a vazão reduzida nas últimas décadas. Este tipo de verificação empírica encontra respaldo na tradição oral de populações tradicionais, assim como em evidências arqueológicas. Dados relativos aos dois tipos de evidências são trazidos e discutidos neste trabalho.

O capítulo 7 “Etnobotânica, saberes locais e agricultura no contexto de uma floresta urbana do Rio de Janeiro, RJ”, de Alessandra Costa Magalhães e Rogério Ribeiro de Oliveira, resgata um conhecimento milenar referente ao uso de plantas sejam elas medicinais, rituais, ornamentais ou alimentares. Por meio de pesquisa

junto aos moradores locais, os autores apresentam um universo de mais de duas centenas de espécies e destacam os quintais de suas moradias como verdadeiros jardins botânicos que guardam não só as espécies, como também o conhecimento a elas associado.

O capítulo seguinte “Dos mínimos calóricos aos mínimos sociais: a caça e a paisagem cultural das florestas do Rio de Janeiro”, de Dean Erick Berck, Annelise Fernandez e Rogério Ribeiro de Oliveira, constitui um estudo sobre a prática da caça no Maciço da Pedra Branca. A análise desta atividade ainda presente nos dias de hoje ultrapassa o simples ato de obtenção de proteína por parte dos moradores locais e traz considerações sobre a vertente cultural do ato da caça, assim como as suas relações com o ecossistema da Mata Atlântica.

No capítulo 9, Gabriel Paes da Silva Sales, Alexandro Solórzano, Rúbia Graciele Patzlaf e Rogério Ribeiro de Oliveira trazem para a obra as consequências do uso da floresta como fonte de energia para a cidade do Rio de Janeiro. Com o título “Queimando a floresta e obtendo energia: a provisão de lenha para fabricação de carvão nos séculos XIX e XX no Maciço da Pedra Branca”, os autores juntam a provisão de lenha com o conhecimento que os antigos carvoeiros tinham a respeito do manejo da floresta visando a produção de carvão.

O capítulo 10, de Raphael Vianna, “Sedimentos de uma geo-história: o passado presente em uma floresta do Rio de Janeiro” traz reflexões destinadas a auxiliar na compreensão do processo de transformação da paisagem da floresta do Pedra Branca, assim como em todas as demais paisagens historicamente transformadas pela atividade humana. Usando o viés da história ambiental, o autor faz um paralelo entre o processo geomorfológico de produção de sedimentos hidrológicos com os usos superpostos da terra em uma escala histórica ampla.

A história da região da paradisíaca praia de Grumari, localizada a sudoeste do Maciço da Pedra Branca é o objeto do capítulo 11 (“Transformação da paisagem em Grumari: antes e depois do sertão carioca”). Nele, Isabelle Soares Pepe, Marcela Stüker Kropf, Lílian Cardoso e Silva Costa Pinto e Rogério Ribeiro de Oliveira mostram que, apesar da paisagem prístina da região, suas encostas estão plenas de histórias pré e pós coloniais.

O capítulo 12 “Plantas exóticas, populações nativas: humanos e não humanos na paisagem de uma floresta do Rio de Janeiro” coloca em discussão a relação entre o mundo humano e o mundo não humano, tendo como palco uma discussão sobre a presença de populações que residem em unidades de conservação da natureza. O capítulo traz questionamentos sobre a presença das espécies exóticas

e a historicidade que existe na sua entrada nos sistemas ecológicos. Tanto para as populações humanas quanto para as espécies vegetais ou animais considera-se que critérios objetivos das ciências se apoiam sobre um conjunto de valores socialmente construídos, abertos a enfoques questionáveis.

No capítulo 13, a questão discutida é a da água que sempre foi um elemento muito presente nas ações de preservação do Maciço da Pedra Branca. Originalmente suas águas abundavam formando como que um *chateau d'eau*, com inúmeros rios e córregos descendo de suas encostas. A criação do Parque Estadual da Pedra Branca em 1974, seguiu uma linha de gestão de recursos naturais, em especial, os recursos hídricos. No entanto, a sua história é a resultante dos embates entre cosmovisões distintas: por um lado os ideais de conservação da natureza e por outro, aqueles relacionados aos modos de vida dos moradores locais. Entre os artefatos criados para a sua gestão está a implantação da Trilha Transcarioca, que atravessa o mesmo no sentido oeste-leste. Sua implantação revela uma evolução dos valores conservacionistas, concepções atuais de gestão dos espaços protegidos e controvérsias, bastante ligadas aos tempos de economia verde, em que se discute a gestão compartilhada das áreas protegidas.

Para finalizar, trazemos o personagem principal da obra: Antonio Magalhães Corrêa, que com sensibilidade e visão de futuro descreveu uma área até então distante e pouco habitada do Rio de Janeiro. Ao se completarem 82 anos da publicação germinal da obra de Magalhães Corrêa (*O Sertão Carioca*) e 450 anos da fundação da cidade, os autores deste livro acreditam que celebrar a região, seus moradores, seus estudiosos, seu passado e seu futuro é fazer coro ao vaticínio que serve de epígrafe à apresentação da obra de Magalhães Corrêa:

No anno dous mil, quando os nossos melhores romances já não tiveram mais leitores, alguns estudiosos subirão as escadas das bibliotecas, para folhear o Sertão Carioca. É o destino das causas que nascem para durar sempre. É a sorte dos bons documentos.

E. Roquette Pinto, no prefácio de *O Sertão Carioca*

A planície dos muitos engenhos: uma arqueologia da paisagem do sertão açucareiro

Sílvia Alves Peixoto

Tania Andrade Lima

Introdução

Circunscrita entre o oceano e dois maciços, e caracterizada por uma multiplicidade de ambientes férteis, a Baixada de Jacarepaguá desde muito tempo atrai a presença humana, seja por fatores econômicos, seja por aspectos político-culturais. A ocupação da área remonta a milhares de anos atrás, com os grupos de pescadores e coletores que construíram o que atualmente se denomina *sambaquis*. Aproveitando o que de melhor a região tinha a oferecer em termos de recursos, topografia e visibilidade, essas sociedades dominaram e modificaram o ambiente local, ocupando toda a costa oceânica e as bordas dos muitos corpos d'água disponíveis, como lagoas, rios e mangues, e edificando espaços monticulares que se destacavam sobremaneira na paisagem da planície litorânea.

Não cessando de atrair a ocupação humana, a região foi morada, ainda, em momento posterior, de grupos indígenas ceramistas, que nela construíram suas extensas aldeias, deixando sua presença materializada em sítios arqueológicos, em documentos escritos e na própria toponímia local.

Foi a partir da colonização portuguesa que a ocupação da área atingiu, contudo, escalas nunca antes vistas. Tendo sido uma das muitas sesmarias distribuídas no território carioca para fomentar a interiorização do processo de ocupação, as terras da Baixada de Jacarepaguá começaram a ser cultivadas já na segunda metade do século XVI, com a instalação de canaviais e outros tipos de culturas, bem como de currais. Ao final do século, iniciou-se o processo de aproveitamento efetivo das terras, com a edificação do primeiro engenho de açúcar, que foi seguido por dezenas de outros ao longo do século XVII.

Jacarepaguá colonial

A sesmaria referente às terras de Jacarepaguá foi inicialmente concedida pelo então governador Salvador Correia de Sá, por volta de 1567, a Jerônimo Fernandes

e Julião Rangel de Macedo, que com ele lutaram contra os franceses na conquista da cidade do Rio de Janeiro (Rudge, 1983). Contudo, ao que parece já em 1569, essas terras estavam na posse do próprio governador, sendo, no entanto, somente em 1594 que ele as recebe oficialmente como sesmaria, e as doa para seus dois filhos, Martim de Sá e Gonçalo Correia de Sá. Ampliadas por outras sesmarias concedidas na mesma data, essas terras ocupavam, ao final do século XVI, toda a Baixada de Jacarepaguá, estendendo-se desde a Joatinga ao pontal de Sernambetiba, desde o oceano até os atuais bairros de Deodoro e Cascadura (Abreu, 2010).

O primeiro engenho edificado na área, na década de 1590, foi o *Engenho d'Água*, também chamado de Engenho de Nossa Senhora da Cabeça ou Engenho da Tijuca. A segunda unidade produtiva, o *Engenho do Camorim*, foi erigida por volta do ano de 1622. Dessa conjuntura acabou resultando a repartição do domínio dos Sá em duas grandes glebas: as terras do *Camorim* foram declaradas de propriedade de Gonçalo Correia de Sá, e as terras do *Engenho d'Água* e restante da sesmaria de Jacarepaguá, ficaram para ambos os irmãos. Contudo, pouco tempo depois os dois falecem, algo entre 1632 e 1633, e Dona Esperança, então, vende ao seu sobrinho Salvador Correia de Sá e Benevides, filho de Martim, a parcela das terras da Tijuca e Jacarepaguá que pertencera a seu falecido marido, Gonçalo. Com isso se dá a partilha definitiva da sesmaria entre os dois ramos da família.

Com a aquisição da parte que pertencera a seu tio Gonçalo, Salvador Correia de Sá e Benevides tornou-se senhor de toda a porção oriental da primitiva sesmaria, confrontando seu domínio, a Oeste, pelo Rio Pavuna, com as terras de sua prima Dona Vitória de Sá, que correspondiam à parcela ocidental (Rudge, 1983; Abreu, 2010). Salvador vendeu boa fração de sua parcela na primeira metade do século XVII, e instituiu nas terras que manteve um morgado em nome de seu filho, Martim Correia de Sá e Benevides, o Visconde de Asseca (Abreu, 2010). Com o falecimento de Dona Vitória, em 1667, toda a metade ocidental da Baixada, correspondente à área do Camorim e Vargens, foi herdada pelo Mosteiro de São Bento, que administrou as terras até o final do século XIX.

Os muitos engenhos

Além dos já mencionados pioneiros *Engenhos d'Água* e *Camorim*, muitos outros se desenvolveram na região desde o século XVII. A trajetória das grandes propriedades de Jacarepaguá é marcada por muitos fracionamentos e arrendamentos, tendo havido sucessivas vendas e anexações de terras entre os engenhos

ao longo dos séculos (Fridman, 1999). Dessas constantes e sucessivas mudanças resultou um verdadeiro *quebra-cabeças*, como bem assinalou Maurício de Abreu.

Além dessa sobreposição territorial e de propriedade, cabe ainda destacar a profusão de nomenclaturas referentes tanto aos engenhos da área, como aos do restante da capitania, alguns deles inclusive homônimos localizados em diferentes freguesias. Diversos engenhos tiveram mais de um nome ao longo do tempo, e alguns deles são por vezes citados apenas a partir do(a) santo(a) de invocação (ex: *Engenho de Nossa Senhora do Desterro*, que é, na realidade, o *Engenho da Restinga*).

A partir de detido escrutínio da documentação primária contida no banco de dados da estrutura fundiária do Rio de Janeiro Seiscentista, concebido a partir das pesquisas de Abreu¹, utilizando diversas palavras-chave na busca pela documentação referente a cada engenho, aliado aos dados contidos em seu livro *Geografia Histórica do Rio de Janeiro*, foram sistematizadas as informações referentes aos engenhos em funcionamento em Jacarepaguá, a partir do século XVII.

Sucede que, além das referências aos 11 engenhos contabilizados por Afonso Várzea no início do século XX, que deram origem à notória alcunha “Planície dos Onze Engenhos”², e que foram posteriormente chancelados por Fridman (1999) encontram-se no banco de dados do pesquisador duas novas referências (explicitamente referenciadas em dois documentos³) de engenhos em Jacarepaguá: *Engenho de São Bartolomeu* e *Engenho de Santa Isabel*. Uma terceira referência, o *Engenho da Covanca*, aparece em duas tabelas apresentadas por Abreu, constando sua existência de 1651 a pelo menos 1710. Talvez se trate de uma pequena propriedade à época, possivelmente uma engenhoca⁴, contudo parece ter tido um longo período de funcionamento, pois a designação *Covanca* aparece em diversos anúncios do século XIX de lavradores e partideiros na área, a essa época já chamada de Fazenda.

1 ABREU, Maurício de Almeida. Banco de dados da estrutura fundiária do Recôncavo da Guanabara (1635-1770). Disponível em <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>. Acesso em 30 dez. 2019.

2 D'Água, Camorim, Vargem Grande, Vargem Pequena, Taquara, Novo, de Fora, Velho da Taquara, Rio Grande, Restinga e Serra.

3 Constam também de tabelas presentes no livro de Abreu. Em uma delas, São Bartolomeu aparece associado ao Engenho Velho da Taquara, na data de 1715, porém, sem qualquer referência de fonte que desse embasamento a essa associação. Tendo em vista que determinados engenhos em alguns casos são citados a partir dos seus santos de invocação, como dito acima, é possível que São Bartolomeu fosse eventualmente o santo que dava nome à capela do Engenho Velho da Taquara, e Santa Isabel fosse referência à capela de alguma das moendas erigidas nessa época (entre 1640 e 1650). Causa estranheza, contudo, a associação de São Bartolomeu ao Engenho Velho, tendo em vista que há outra santa de invocação que aparece reiteradamente associada a esse mesmo engenho, N. Sra. do Bonsucesso.

4 Destinada à produção de aguardente.

Além dessas referências, em pesquisas *on-line* na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, em anúncios e notícias do século XIX presentes em publicações como *AlmanakLaemmert*, *Jornal do Commercio* e *Correio Mercantil*, foram encontradas menções a dois outros engenhos. As primeiras estão presentes em uma tabela de produção de aguardente, referente ao período de 1838-1839, publicada no *Jornal do Commercio*. Nela, constam os nomes de dois engenhos nunca antes mencionados: *União* e *São Francisco*. Esse último consta, inclusive, no *Mappa do Município Neutro*, de 1897, indicando que esteve ativo por no mínimo 59 anos.

RECEBEDORIA DO MUNICÍPIO.				
Tabela da quantidade de aguardente fabricada nos engenhos do município da corte, na safra do anno financeiro de 1838 1839, com declaração da que foi vendida para o consumo das freguezias de fóra da cidade, e da que se remetteu para o trapiche da ordem. a saber:				
No.	ENGENHOS.	Consumo.		Trapiche.
		Pipas.	meds.	
	<i>Inhauma.</i>			
1	Do Matto	23		
2	Novo de Bemfica	20		4
	<i>Irajá.</i>			
3	Vicente Carvalho	2	90	
4	Cabuby.	3		
5	Provedor	5		
6	Portinho	2		
7	Porto de Merity	10		
8	Nazareth	16	90	103
9	N. S. da Graça	9	90	41
10	N. S. da Apresentação	11		
11	Novo da Piedade	20		
12	N. S. da Conceição	8		
13	Portella	12		
14	Botafogo	24		
15	Afonso	11		
16	Boa Esperança	12		12
17	Sacupemba	22		12
18	Mira-Penha	4		7
19	Irajá	8		
20	Espirito Santo	7		
	<i>Campo Grande.</i>			
21	Bangu	10		18
22	Retiro	9		26
23	Coqueiros	5		
24	Lamarão	10		
25	S. Antonio	3	136	
26	Iahnayba	18		
	<i>Jacarepaguá.</i>			
38	D'Agua	11	30	
39	União	20		
40	Serra	9	90	
41	Novo da Pavuna	26		20
42	Taquara	58		
43	Camorim	3		
44	S. Francisco	12		
45	De Fóra (não moeu).			
	<i>Guaratiba.</i>			
46	Pedra	7		
47	De Fóra	4		
48	Novo da Conceição	7		
49	Cabussu' de baixo (idem).			
50	Morro Cavado (idem), curato de S. Cruz.			
51	Piaby	25		
	Somma. Consumo	622	pipas, 12 medidas.	
	Trapiche	278		
	Total	900	pipas, 12 medidas.	
	O escrivá, Ermengildo Duarte Monteiro.			

Figura 1: Tabela de produção de aguardente na corte do Rio de Janeiro em 1838-39. Fonte: *Jornal do Commercio*, publicado em 23 de maio de 1839.

da *Fazendo do Rio Grande*, *Fazenda da Taquara*, *Fazenda do Engenho Novo*, entre outros; enquanto alguns continuam a ser denominados apenas como engenho, como o *Engenho de Fora*, por exemplo, o que pode ser verificado no *Mappa do Município Neutro*. Há ainda o caso de propriedades que, ora são chamadas de Engenho, ora de Fazenda, como o(a) *União*, dificultando sobremaneira a separação e o agrupamento das unidades em função de sua(s) atividade(s) produtiva(s).

Essa heterogeneidade de nomenclaturas e atividades econômicas no Oitocentos torna árdua a tarefa de contabilizar os engenhos, no caso, as propriedades que, ainda que se dedicassem a outras atividades, tinham dentre elas a produção de açúcar e seus derivados. Sabemos que algumas dessas unidades produtivas eram propriedades mais recentes, e que se dedicavam eminentemente ao cultivo do café, como é o caso da *Fazenda do Quitite*; porém, outras, que passaram a ser chamadas de Fazendas, foram inegavelmente engenhos nos séculos anteriores.

Enfim, o cenário atual indica que definitivamente não são 11 os engenhos de Jacarepaguá, como acreditou Afonso Várzea, e que possivelmente nunca chegaremos a um número exato. Talvez essa pretensão não tenha nem mesmo relevância, pois o fato é que a Baixada de Jacarepaguá é, inegavelmente, a “Planície dos *Muitos* Engenhos”.

A construção da paisagem na Baixada de Jacarepaguá entre os séculos XVII e XIX

O panorama dos engenhos da região é muito heterogêneo, pois, se para alguns deles têm-se ainda de pé edificações, para outros há escassas evidências, e ainda assim apenas documentais. Enquanto uns têm suas sedes tombadas pelo Iphan e em bom estado de conservação, outros perigam esvanecer em um futuro muito próximo, tendo em vista o abandono e o avançado estado de deterioração das edificações. E ao passo que esses ainda têm, mesmo que ruindo, evidências em superfície, outros já perderam absolutamente tudo para a especulação imobiliária. Foram encontrados, porém, mapas datados de 1880 no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro que indicam a localização precisa e a extensão aproximada de algumas dessas propriedades, e em alguns casos até mesmo situando as diferentes edificações que compunham o complexo açucareiro. Há casos, contudo, em que só se tem a localização estimada, tendo em vista não se contar com informações mais precisas, nem nas fontes secundárias, nem nas primárias. Situação ainda mais desfavorável é a dos dois supostos engenhos identificados na obra de Maurício de Abreu, São Bartolomeu e Santa Isabel, cujos documentos não fazem qualquer menção às suas implantações, que seguem absolutamente desconhecidas, bem como o *Engenho União*, cuja localização também é ignorada.

A disposição dos engenhos na região permite entrever duas lógicas distintas de implantação desses complexos na paisagem. A primeira delas é exemplificada justamente pelo pioneiro deles, o *Engenho d'Água*, instalado na virada do século XVI para o XVII. Assentado no topo de uma colina em meio a uma planície inundável, de sua sede descortina-se todo o horizonte, assegurando o controle visual absoluto do entorno. A casa de vivenda com a capela interna foi situada com sua frente voltada para Sudeste, direcionada, portanto, para o caminho de acesso à época, cuja entrada se dava pelo mar. Cabe ressaltar que essa não é a edificação original do engenho, pois documentos da época, como esse a seguir, de 1662, mencionam uma primeira construção de adobes e taipa de pilão, e, ao que parece, separada da primitiva ermida de Nossa Senhora da Cabeça:

(...) casa de caldeira com quatro caldeiras, três assentadas e uma de sobressalente, duas bacias de resfriar, um coxo de cobre, dois tachos de decoada, seis escumadeiras grandes, quatro repartideiras, ... remunhões, três batedeiras, três caldeirões, um alambique de fazer aguardente, ..., duas balanças, vários pesos, *casa de vivenda de adobes e taipa de pilão*, casa de purgar de taipa de pilão coberta de telha, vários instrumentos, 580 formas, uma casa de olaria, *uma ermida de Nossa Senhora da Cabeça* com seus ornamentos, 65 bois mansos, 25 novilhos, 10 ovelhas e quatro crias (Abreu, 2010: 114, grifos nossos).

Parece, contudo, que a lógica de implantação da sede setecentista seguiu a original, já que, em se tratando da primeira, ou certamente uma das primeiras edificações da área, cujo acesso se fazia ainda pelo litoral, não parece plausível o direcionamento de sua fachada para outro sentido que não esse.

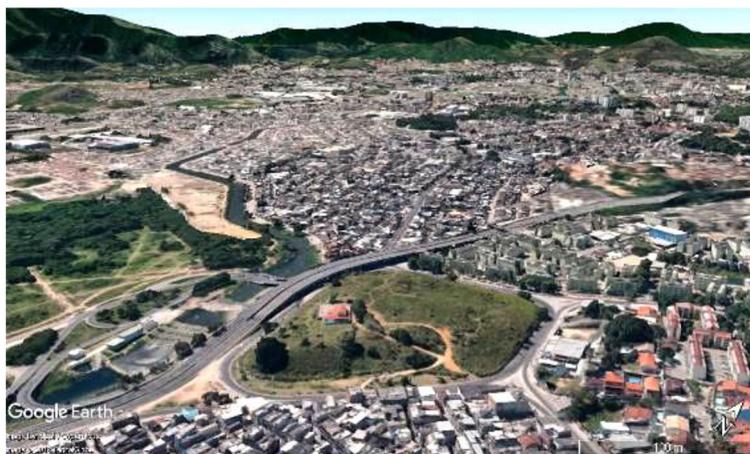


Figura 3: Imagem da colina onde se assenta a sede do Engenho d'Água, em meio à planície, com sua sede voltada para Sudeste, que corresponde ao litoral. Fonte: Google Earth.

Sendo um engenho movido à água, como seu próprio nome já atesta, a força motriz para girar a roda d'água que servia à moenda certamente vinha do rio que corre ao lado da colina até hoje, chamado Arroio Fundo. Infelizmente não há mais evidências dessa estrutura, tampouco das demais. Não foram também localizadas fontes iconográficas que indicassem a localização das outras edificações do engenho, que o documento acima menciona, como a casa de caldeira, a casa de purgar e a casa de olaria. De toda forma, tem-se no *Engenho d'Água* o protótipo utilizado na ocupação e aproveitamento econômico da área, que privilegiou, de início, o controle e o domínio da planície. Esse, entretanto, não foi o modelo seguido pelos demais complexos, pois a partir de 1622, com o *Engenho do Camorim*, outro padrão foi estabelecido, o de implantação dos engenhos nas bordas internas da cadeia montanhosa.

O *Camorim* inaugurou uma lógica de inserção no espaço distinta da verificada no pioneiro *Engenho d'Água*, aproximadamente 30 anos mais antigo. Ainda que a proximidade do rio tenha se mantido, o segundo engenho a ser instalado na região privilegiou a encosta do maciço para a implantação de suas edificações, possivelmente com vistas a melhor aproveitar a força da gravidade do Rio Camorim no acionamento da moenda da fábrica.

Além de fatores produtivos, outros de ordem estratégica parecem ter regido também a escolha do sítio onde se implantaria esse engenho. Observam-se características visivelmente defensivas no *Camorim*, a começar pela alvenaria fortificada de suas principais edificações, sede e capela, caracterizada pela expressiva robustez das paredes. Instalado num corredor circunscrito pela cadeia montanhosa, onde se podia ter controle absoluto sobre quem entrava pela estrada ou descia pelo maciço, o *Engenho do Camorim* parece ter tirado proveito de todas as vantagens topográficas e ambientais locais. Se não tinha o controle visual do *Engenho d'Água*, gozava de uma posição altamente estratégica, que aproveitava ao máximo a gravidade do curso d'água para aumentar sua produtividade; e as faldas da montanha para sua proteção.



Figura 4: Implantação do Engenho do Camorim na vertente Leste do maciço. O balão branco indica a localização da Capela de São Gonçalo do Amarante, o azul a casa de vivenda e o verde o espaço produtivo. As linhas vermelhas correspondem aos cursos d'água. Fonte: Google Earth.



Figura 5: Engenho do Camorim: à esquerda, a capela, e à direita, a casa de vivenda. Foto: Daivisson Santos.

Tendo como parâmetro o bem-sucedido caso do *Camorim*, que inaugurou uma nova lógica de implantação na paisagem, a partir dele, todos os outros engenhos que o sucederam passaram a ser instalados na base dos maciços. Mesmo nos casos em que não há informações a respeito da localização exata das edificações, sabe-se ao menos onde se situava o complexo. Esse é o caso dos engenhos da

Restinga, de *São Francisco*, da *Covanca*, do *Velho da Taquara*, do *Rio Grande*, de *Vargem Grande* e de *Vargem Pequena* (mapa a seguir). Para os demais, em que ou há documentação iconográfica, ou, mais afortunadamente, ainda edificações de pé, é possível inclusive analisar a instalação delas no terreno, caso dos engenhos de *Fora*, da *Serra* e *Novo da Taquara*.



Figura 6: Implantação dos engenhos na Baixada de Jacarepaguá. Fonte: Google Earth.

Cabe mencionar que existe uma exceção a esse modelo de implantação dos engenhos na base da cadeia montanhosa estabelecido a partir do *Camorim*. Trata-se do *Engenho da Taquara*, também chamado de Fazenda da Baronesa, que, similarmente ao *Engenho d'Água*, também foi instalado no topo de uma colina em meio à planície, só que quase 150 anos depois. Há, contudo, justificativa para a localização desse engenho ser afastada do maciço. Erigido por volta de 1738, o *Engenho da Taquara* era inicialmente um trapiche, ou seja, movido a tração animal, não sendo necessário, portanto, aproveitar os cursos d'água oriundos da montanha. Somente no início do século XIX o engenho foi reformado e transformado em d'água, sendo preciso, para tal, construir um longo canal para conduzir a água do Rio Grande ao local.

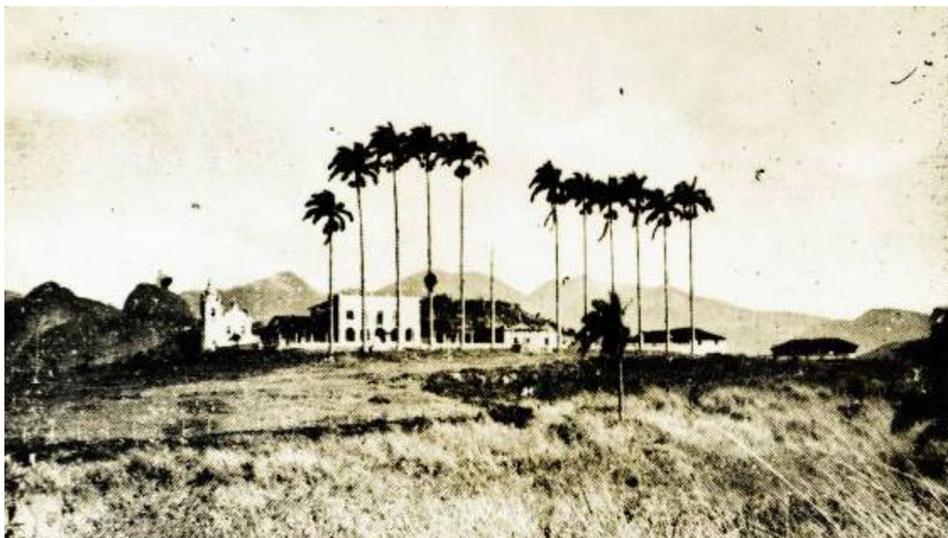


Figura 7: Imagem do *Engenho da Taquara* na década de 1930. Note a implantação em topo de colina. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Face à importância da vegetação na construção social da paisagem, cumpre notar, nesse engenho, a presença das palmeiras imperiais, que aparecem em primeiro plano na imagem acima. Essas formações arbóreas foram introduzidas a partir da chegada da Família Real, no início do século XIX, com a primeira muda sendo plantada por D. João VI no Jardim Botânico. Ao transmitirem um sentido de nobreza e distinção, com suas “coroas” altaneiras, elas passaram a simbolizar o Império e suas propriedades⁶. No caso em questão, constituíam um marcador da aristocracia rural, que tinha no Barão e Baronesa da Taquara, à época, alguns de seus maiores expoentes⁷.

Se é possível vislumbrar um padrão na escolha do local de instalação dos complexos, o mesmo não pode ser dito no que se refere à disposição de suas edificações no terreno. Comparando os dados (arqueológicos e documentais) existentes para alguns dos engenhos, é possível observar que não existe um modelo rígido na localização das estruturas e na relação entre elas.

6 Palmeiras imperiais ainda podem ser vistas em inúmeras propriedades rurais no Rio de Janeiro, sobretudo no Vale do Paraíba, que pertenceram aos chamados barões do café; em uma série de localidades da capital fluminense, sinalizando a residência de membros da nobreza no século XIX.

7 A família Telles de Menezes, de origem fidalga, tem um notório histórico de atuação no juizado de órfãos da capitania. O cargo de juiz de órfãos tinha como função a administração dos bens que ficavam em herança para meninas ou meninos órfãos, constituindo um fundo sob tutela do juiz, que servia para empréstimo ou financiamento da produção na própria colônia (Oliveira, 2014). O membro mais proeminente da família no século XIX, Francisco Pinto da Fonseca Teles, o Barão da Taquara, era amigo pessoal de D. Pedro II, que inclusive se hospedou na Fazenda da Taquara por dois meses para cuidar da saúde da filha Dona Januária.

No que se refere às sedes, enquanto algumas delas se encontram em topos de colina, como as casas dos engenhos de *Fora*, da *Taquara* e *d'Água*, outras foram instaladas em cota mais baixa, no plano das demais edificações ou até mesmo em área mais rebaixada, caso dos engenhos da *Serra*, *Novo da Taquara* e do *Camorim*.

A casa de vivenda do *Camorim* é, ao que tudo indica, o exemplar mais antigo dos engenhos da região que permaneceu edificado, ainda que bastante descaracterizado. Trata-se de uma arquitetura fortificada e pouco distributiva em sua compartimentação interna, com acesso possibilitado por uma única via apenas, de modo a controlar o ingresso e a circulação de pessoas. Visitantes tinham acesso apenas ao piso térreo, onde a distribuição dos cômodos, fortemente restritiva, inibia seu fluxo; e a escada de acesso ao segundo piso funcionava, por sua vez, como uma poderosa barreira.

Estando a arquitetura, tal como advoga Zarankin (1999), imbuída de componentes ideológicos que determinam a forma e a estruturação dos espaços, e sendo o ambiente doméstico uma estrutura de poder complexa, com características ativas e dinâmicas que influenciam e são influenciadas por seus ocupantes, observa-se que o espaço residencial do *Engenho do Camorim* foi estruturado para limitar e controlar o acesso exterior e o contato de estranhos com membros da casa, possivelmente, inclusive, impondo, mantendo e reforçando limites sociais, como Lima (2011a) observou no Vale do Paraíba, em uma *plantation* de café.

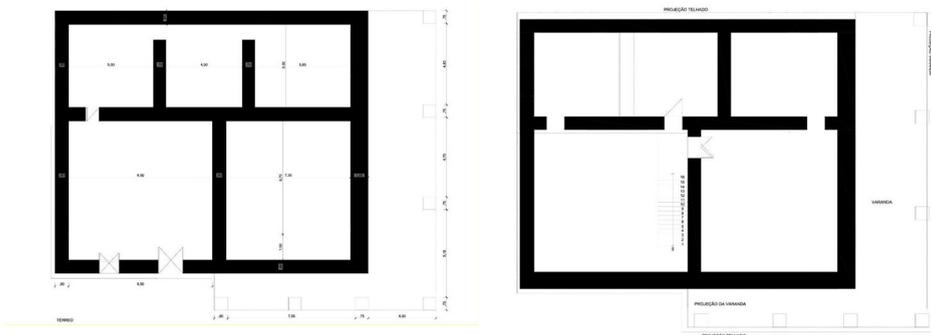


Figura 8: Plantas resultantes do levantamento arquitetônico realizado na casa de vivenda do *Engenho do Camorim*, mostrando a construção original e sua divisão interna: a) térreo b) primeiro piso. Execução: Juan Ross.

Ademais, a alvenaria robusta e a arquitetura militarizada da edificação revelam um caráter altamente defensivo, na relação exterior-interior. Segundo enge-

nho a ser construído na área, no início do século XVII, o *Engenho do Camorim* é o representante típico dos primeiros momentos de ocupação da Baixada de Jacarepaguá, quando ainda havia fortes ameaças de franceses, holandeses e grupos indígenas. Encrustados ao pé do maciço, e atrás de grossas paredes, os Correia de Sá procuraram garantir sua segurança e a integridade de seu patrimônio.



Figuras 9 e 10: Visão atual da casa de vivenda do *Engenho do Camorim*, completamente descaracterizada. À esquerda, a fachada, à direita visão interna de uma das janelas. Note a espessura da parede original. Fotos: Luiz Paulo de Araujo (esquerda), Sílvia Peixoto (direita).

Ainda que esse tipo de arquitetura não possa ser constatada hoje em dia em outras unidades da região – tendo em vista que muitas das sedes do século XVII sofreram alterações ou até mesmo se modificaram inteiramente nos séculos subsequentes –, a casa de vivenda do *Engenho Novo da Taquara*, embora também em grande parte descaracterizada, dá pistas de que o Seiscentos se caracterizou, efetivamente, pelo caráter defensivo dos espaços domésticos dos engenhos.

Não obstante ter sido considerada, pela equipe que realizou o levantamento arqueológico nesse engenho (Lima, 2011b), uma construção do século XVIII, há características na alvenaria da sede do *Engenho Novo da Taquara* que a assemelham em grande medida à do *Engenho do Camorim*, e que podem, portanto, recuar sua cronologia ao século anterior. As espessas paredes externas, com 1 m de largura, mesma medida observada na casa de vivenda do *Camorim*, bem como as envasaduras nos vãos, têm, como salienta Lima (2011b) sua origem fortemente baseada na arquitetura militar.

Sendo essas edificações contemporâneas, erguidas ainda no século XVII – o que parece mais provável –, ou mesmo havendo uma distância de um século entre elas, fato é que a arquitetura fortificada parece ter sido a tipologia dominante nas edificações dos primeiros engenhos da Baixada de Jacarepaguá.



Figuras 11 e 12: À esquerda, visão da fachada da antiga sede do *Engenho Novo da Taquara* descaracterizada por reformas. À direita, visão interna. Note as ombreiras afuniladas nos vãos, e as paredes com 1 m de espessura. Fotos: T.A. Lima. Fonte: Lima, 2011b.

No tocante às capelas que ainda resistem edificadas, também não se observa um padrão no que se refere a sua implantação na paisagem. Algumas delas se localizam em topografia sem maiores destaques, como a capela do Rio Grande e a pequena ermida do *Engenho Novo da Taquara*; e outras gozam de posição privilegiada, sendo algumas inclusive acopladas ou adjacentes à casa de vivenda, caso do *Engenho d'Água* e da *Taquara*.

O *Engenho do Camorim* parece ter seguido uma lógica particular no que se refere à implantação do edifício religioso. Enquanto nos demais engenhos da região costuma-se dar maior destaque à casa de vivenda, ficando a capela em posição ligeiramente coadjuvante, no *Camorim* a Capela de São Gonçalo do Amarante reina absoluta na paisagem, ficando em um plano mais destacado, e central, no quadro das edificações. Ainda que certamente mais robusta e imponente, a casa de vivenda do engenho está implantada diagonalmente à Estrada do Camorim, à direita de quem chega na área, não tendo, portanto, o mesmo destaque visual que a pequenina igreja, destino final de quem se encaminha pela alameda principal.



Figuras 13 e 14: Implantação da Capela de São Gonçalo do Amarante, no Camorim. Do segundo andar da sede do *Engenho do Camorim* avista-se a capela de São Gonçalo, em patamar ligeiramente mais elevado. Fotos: Sílvia Peixoto.

O caráter acentuadamente religioso do *Engenho do Camorim* condiz com o histórico dos Correia de Sá, proprietários também do *Engenho d'Água*, cuja capela, de invocação de N. Sra. da Cabeça, localiza-se no interior da sede. A devoção a essa santa⁸ parece ser idiossincrática dessa família, pois não apenas nesse engenho, mas também no *Engenho d'el Rei*, localizado na atual Lagoa Rodrigo de Freitas, zona sul da cidade, Martim de Sá mandou edificar uma capela de invocação a N. Sra. da Cabeça⁹.

A capela de N. Sra. da Cabeça do *Engenho d'Água* era, inclusive, ao que parece, local de peregrinação, a julgar pelo relato de Frei Agostinho de Santa Maria no *Sanctuario Marianno*, redigido no início do século XVIII:

Neste engenho está uma ermida dedicada à Nossa Senhora com o título da Cabeça, que obra muitas maravilhas, a favor de todos os que padecem dores na cabeça, e assim é buscada com grande frequência, e muita devoção, porque todos os que padecem esta moléstia queixa recorrendo àquela misericordiosa mãe dos pecadores, e logo experimentando alívio naquela sua moléstia, e assim é muito frequentada a sua casa, e lhe vão oferecer cabeças de cera (Santa Maria, 2007: 195).

8 Ainda mais sintomático dessa devoção foi o culto à santa estabelecido na antiga Sé da cidade, localizada no Morro do Castelo. Vieira Fazenda (2011) informa que o mesmo Martim de Sá obteve do prelado Matheus da Costa Aborim permissão para colocar a imagem da Senhora da Cabeça em um altar ou capela da matriz de São Sebastião. O culto ainda era realizado no mesmo local no início do século XX, pois Vieira Fazenda, em 14 de novembro de 1909, relata a “festividade de veneração, honra e louvor à Nossa Senhora da Cabeça” (2011: 555).

9 A capela ainda se encontra edificada, no final da Rua Faro, no bairro do Jardim Botânico.



Figura 15: Capela do Engenho d'Água acoplada à esquerda da edificação. Fonte: Google Earth.

A religiosidade parece, portanto, ter tido um peso deveras acentuado no início do processo de colonização da Baixada de Jacarepaguá. A julgar pelo que a documentação histórica informa, e pelo que a arqueologia da arquitetura permite entrever, as capelas, e toda a liturgia a elas atrelada, eram espaços centrais – metafórica e literalmente falando – no conjunto das edificações dos engenhos, e para elas eram destinadas, por conseguinte, posições de grande destaque na paisagem.

Essa lógica permaneceu, porém com menor intensidade, nos outros engenhos para os quais existem informações a respeito dos edifícios religiosos. Observa-se certo equilíbrio na disposição da sede e da capela do *Engenho do Rio Grande* (ainda que só seja possível inferir aspectos topográficos, pois a casa de vivenda não mais existe) e do *Engenho Novo da Taquara*. Desse último, chamam atenção as diminutas dimensões da edificação, sendo, em realidade, uma pequena ermida (ou oratório), cuja decoração barroca da fachada é recente, ao que tudo indica cenográfica (Lima, 2011b).



Figura 16: A pequena ermida de N. Sra. dos Remédios, do *Engenho Novo da Taquara*. Foto: T.A. Lima. Fonte: Andrade Lima, 2011b.

Dois casos, mais tardios (ambos de meados do século XVIII), são exceções nesse cenário: as capelas dos *Engenhos da Taquara* e de *Vargem Pequena*. Na Taquara, não obstante estarem localizadas em edifícios independentes, porém no mesmo plano, em topo de colina, a capela da Exaltação da Santa Cruz está intimamente ligada à sede por um pátio interno lateral, de acesso restrito e direto da família (Biene, 2007), o que atesta a relevância do espaço religioso na vida desse engenho.



Figura 17: Relação entre a capela e a casa de vivenda do Engenho da Taquara. Fonte: Google Earth.

Destaque ainda maior tem a capela do que teria sido o Engenho de Vargem Pequena, sob a invocação de N. Sra. de Montserrat, mesma padroeira do Mosteiro de São Bento. Edificada no século XVIII pelos beneditinos, no topo de uma colina de 120 metros de altura sobre a atual Estrada dos Bandeirantes – caminho de ligação desde a época –, dela se tem visão que descortina o horizonte da parte da Baixada que corresponde atualmente à Barra da Tijuca.



Figura 18: Capela de N. Sra. de Montserrat, do *Engenho de Vargem Pequena*. Foto: Sílvia Peixoto.

Dos espaços produtivos desses engenhos, há escassas evidências. O único ainda de pé se encontra no *Engenho Novo da Taquara*, e o único parcialmente recuperado através de escavações arqueológicas foi o do *Engenho do Camorim* (Peixoto, 2019).

O conjunto de edificações presentes no *Engenho Novo da Taquara*, onde se situa atualmente a Colônia Juliano Moreira, reveste esse espaço de destacado privilégio, tanto quando comparado com os demais engenhos de Jacarepaguá, como no próprio cenário do Rio de Janeiro. Isso se deve em função da permanência, na área, do majestoso aqueduto que transportava a água do Rio Engenho Novo até a roda d'água do engenho, e da fábrica a ele associada. Composto por um extenso sistema de canaletas, por dois reservatórios e pela arcada que constitui sua porção terminal para a condução das águas captadas à fábrica do engenho, visando mover a roda d'água, a estrutura do aqueduto se estende por 2,6 km, com a maior parte das canaletas correndo por dentro da mata. A porção terminal do aqueduto é uma estrutura em arcos feita em alvenaria de pedras argamassadas com cal (Lima, 2011b).

A antiga fábrica do engenho encontra-se colada aos arcos desse aqueduto, ocupando a extremidade do edifício que tem a configuração atual de um galpão. Da estrutura original do espaço produtivo, hoje bastante descaracterizado, restam apenas os pilares que o sustentavam, compostos por grandes tijolos maciços. Lima sinaliza, contudo, que o sistema construtivo dos dois segmentos seguintes do edifício é mais recente, provavelmente do século XIX, o que indica que a fábrica ficava em um prédio isolado em sua origem. A pesquisadora chama a atenção, entretanto, para o último segmento do pavilhão, que se defronta com o que se supõe ser a antiga ermida de N. Sra. dos Remédios. Segundo ela, há fortes indicadores de uma utilização antiga desse espaço, a começar pelo sistema construtivo em pedra e argamassa de cal virgem, e por um piso de terra batida encontrado abaixo de evidências de cultura material do Oitocentos. Lima sinaliza, ainda, as pequenas aberturas gradeadas no alto das paredes, encimadas por pesadas vergas de madeira, e o pequeno e estreito vão de entrada lateral, com a envasadura afunilada, características que sugerem o confinamento dos que ocupavam esse cômodo, ao que tudo indica escravos.



Figura 19: Visão do aqueduto do Engenho Novo da Taquara a partir das imediações da fábrica. Ao alto, à direita, o local de desaguamento da canaleta. A construção à direita ocupou o lugar da antiga roda d'água. Foto: T.A. Lima. Fonte: Lima, 2011b.



Figuras 20 e 21: À esquerda, fábrica do *Engenho Novo da Taquara*, adjacente aos arcos do aqueduto. À direita, a extremidade do pavilhão, oposta à fábrica, e que lhe seria contemporânea. Fotos: T.A. Lima. Fonte: Lima, 2011b.

Sendo as extremidades do pavilhão as únicas originais, correspondentes ao espaço da fábrica e ao que parece ter sido um espaço destinado a cativos, resta saber qual seria a configuração original desses dois edifícios independentes, transformados, posteriormente, em um único. Lima indica a possibilidade, a partir da evidência de um buraco de estaca, de os prédios inicialmente terem sido interligados por uma estrutura vazada, com esteios e telheiro, para o desempenho de atividades relacionadas à produção do engenho, sendo unidos em algum momento do século XIX, formando a estrutura pavilhonar que se vê atualmente. Tem-se, dessa forma, no *Engenho Novo da Taquara*, o conjunto mais completo de edificações dentre os engenhos da região, e o único caso em que a fábrica ainda permanece de pé.

No *Engenho do Camorim*, não obstante não estar mais edificado em superfície, escavações efetuadas entre a capela e o Rio Camorim evidenciaram um dos primeiros espaços produtivos do engenho, representado por uma densa área de descarte, majoritariamente composta por materiais utilizados na purga do açúcar (formas de pão de açúcar e vasilhames acessórios), e pelos alicerces do que provavelmente corresponde à própria casa de purgar¹⁰. Com isso, foi possível mapear, ainda que parcialmente, três das principais edificações desse engenho: a casa de vivenda, a capela e o espaço produtivo (Peixoto, 2019).

¹⁰ Infelizmente, as demais edificações da fábrica, como a moenda e a casa das caldeiras, não foram encontradas, pois, ao que tudo indica, seguiam na direção Sudeste, onde foi instalado um condomínio de prédios.



Figura 22: Planta de situação do *Engenho do Camorim*, mostrando as três edificações. Autoria: Letícia Barros.

Além da *cerâmica do açúcar* – representada por peças associadas a atividades de produção do açúcar, foram evidenciadas também, na área de descarte escavada, materiais construtivos como tijolos e telhas; metais; cachimbos cerâmicos e fragmentos de faianças portuguesas com motivos decorativos típicos de meados do século XVII, o que acabou possibilitando estabelecer a cronologia de atividades desse espaço produtivo. Ao que parece, essa área de descarte foi conformada com maior intensidade entre aproximadamente 1620 e 1680, ou seja, nas primeiras décadas de funcionamento do *Engenho do Camorim* (Peixoto, 2019).

Chamou atenção a qualidade técnica e estética dessas faianças, que apresentam delicadas peças confeccionadas com esmalte de excelente qualidade e esmerada decoração. Se a princípio surpreende o elevado padrão das louças utilizadas em um engenho tão antigo e tão distante do centro da cidade, deve-se levar em consideração que seus proprietários eram de uma das famílias mais proeminentes e abastadas do Rio de Janeiro à época, detentora dos mais altos cargos da administração municipal. Ainda que essa não fosse, evidentemente, sua residência principal, era de se supor que mesmo em um de seus engenhos rurais fosse mantido padrão semelhante. Ao que parece, para o Engenho do Camorim, estavam sendo enviados serviços de mesa condizentes com o poder dos Correia de Sá (Peixoto, 2019).



Figura 23: Exemplos de fragmentos de louça em faiença portuguesa recuperados na área de descarte do espaço produtivo do *Engenho do Camorim*. Foto: Sílvia Peixoto.



Figura 24: Concentração de fragmentos cerâmicos observada na área de descarte do espaço produtivo do *Engenho do Camorim*. Foto: Sílvia Peixoto.

No que concerne à implantação na paisagem, não surpreende o fato de o espaço produtivo encontrado ser a estrutura mais próxima do rio, tendo em vista a força motriz necessária à movimentação da roda d'água. Os alicerces do que se supõe ser a casa de purgar estão a aproximadamente 80 m do rio, distância que certamente era ainda menor entre esse e a moenda, e provavelmente a casa

das caldeiras. Esse espaço produtivo se encontra, por sua vez, a 100 m da capela e 200 m da casa de vivenda, constituindo um triângulo que tem no vértice de maior destaque a capela de São Gonçalo do Amarante, como já discutido. De toda forma, apesar da relativa distância, da casa de vivenda certamente se tinha controle, ainda que parcial, das atividades desempenhadas no espaço produtivo do engenho, bem como do que acontecia nas imediações da igreja, estando todas as construções ao alcance visual umas das outras (Peixoto, 2019).

Ainda no que se refere aos espaços produtivos, há apenas um caso, o do *Engenho da Serra*, em que é possível inferir com segurança a localização da fábrica no terreno a partir da iconografia, pois um mapa produzido no final do século XIX retrata uma construção estreitamente relacionada com o curso d'água. Na realidade, a edificação, retangular e alongada, chega a passar por sobre o rio, o que sugere fortemente o local exato da roda d'água. Tal exemplo é bastante diagnóstico da estreita ligação que esses engenhos, quase todos movidos a água, tinham com os rios (e lagoas) da região, que, além de servirem como força motriz das moendas, eram ainda utilizados para o transporte de pessoas e cargas (Araújo, 1820), facilitando, em última instância, o escoamento da produção.



Figura 25: Planta de 1880 que mostra as edificações do *Engenho da Serra*. A seta indica a provável localização da fábrica, cuja extremidade passa sobre o rio. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Das senzalas dos engenhos, desafortunadamente não há informações a respeito das edificações. Não restou qualquer estrutura arquitetônica em superfície, tampouco foi possível localizar vestígios arqueológicos no contexto do *Camorim*

que remetessem à habitação dos cativos. O mesmo pode ser dito em relação a outras edificações que eventualmente compunham os complexos açucareiros, como ferrarias, olarias, ou mesmo casas de vivenda de partidistas, foreiros e outros moradores das terras do engenho.

Enfim, a análise da implantação desses complexos açucareiros na paisagem possibilitou entrever, eminentemente, critérios de ordem econômica e defensiva na escolha dos locais mais vantajosos. A instalação deles não parece ter sido regida por aspectos ou estratégias ideológicas, sendo provável que o poder político, nesse momento, fosse muito mais disputado na arena urbana do que nas propriedades rurais, de natureza essencialmente produtiva. Não obstante, o poder econômico dessas famílias no *sertão* era, sem dúvida, utilizado como um instrumento fundamental no que se refere à aquisição de *status* político na esfera cidadina.

Deve-se levar em consideração, inclusive, que muitos desses proprietários eram absenteístas, ou seja, não moravam efetivamente nos engenhos, passando a maior parte do tempo em suas residências oficiais, localizadas nas principais ruas do núcleo urbano da cidade¹¹, arena política por excelência. Isso não quer dizer, contudo, que, materialmente, essas famílias não ostentassem, ao prover-se do que havia de melhor nos espaços domésticos dessas unidades rurais, a julgar pelo que as louças escavadas do espaço produtivo do *Camorim* permitiram entrever (Peixoto, 2019).

Assim, parece que, inicialmente, no século XVII, os fatores que determinaram o tipo de implantação dos engenhos na Baixada de Jacarepaguá privilegiaram, por um lado, maximizar a produção, e, por outro, assegurar a defesa das propriedades, em um tempo em que a planície esteve suscetível a diferentes formas de ataque.

Isso não significa, entretanto, que, com o passar do tempo, critérios de cunho político não possam ter sido utilizados, como meio de marcar e legitimar distinções sociais. Parece, inclusive, ser o caso da Fazenda da Baronesa, antigo *Engenho da Taquara*, edificado no século XVIII e continuamente manipulado ao longo do XIX. Ao concentrar as diferentes edificações da propriedade (que anteriormente, e nos demais engenhos, ficavam mais dispersas no terreno) em um imponente conjunto arquitetônico implantado no topo da colina, e emoldurado por uma sequência de majestosas palmeiras imperiais, como já salientado, sinalizava-se muito explicitamente que ali eram senhores os Telles de Menezes.

¹¹ Abreu (2010) apresenta tabela que informa a localização dos endereços das principais famílias residentes no centro do Rio de Janeiro seiscentista.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, v. 2. Rio de Janeiro: Andrea Jacobsson Estúdio, 2010.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Na Imprensa Regia, 1820.
- BIENE, Maria Paula Van. *A arquitetura das casas-grandes remanescentes dos engenhos de açúcar no Rio de Janeiro setecentista*. 200 p. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Garamond, 1999.
- LIMA, Tania Andrade. Keeping a Tight Lid: The Architecture and Landscape Design of Coffee Plantations in Nineteenth-Century Rio de Janeiro, Brazil. *Review (Fernand Braudel Center), Rethinking the Plantation: Histories, Anthropologies and Archaeologies*, v. 34, nº 1/2, 2011a.
- LIMA, Tania Andrade. *Relatório Final de Diagnóstico de Potencial e Levantamento Arqueológico do Campus Fiocruz da Mata Atlântica, depositado na Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro*, 2011b.
- MASCHEK, E. de. *Mappa do Municipio Neutro*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia. Eds, 1870.
- OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. *Retratos de Família: sucessão, terras e ilegitimidade entre a nobreza da terra de Jacarepaguá, séculos XVI-XVIII*. 308 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- PEIXOTO, S. A. *Jacarepaguá, a “Planície dos Muitos Engenhos”: uma arqueologia do sertão carioca, Rio de Janeiro, século XVII ao XIX*. 504 p. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.
- RUDGE, Raul Telles. *As Sesmarias de Jacarepaguá*. São Paulo: Livraria Kosmos Editora S.A, 1983.
- SANTA MARIA, Frei Agostinho de. [1642-1728]. *Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora*. Rio de Janeiro: Inepac, 2007.
- VIEIRA FAZENDA, José. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. v. IV. Documenta Histórica Editora – DHE/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, Rio de Janeiro, 2011.
- ZARANKIN, Andrés. Casa Tomada; sistema, poder y vivienda domestica. In: ZARANKIN, A. & ACUTO, F. (Eds.), *Sed Non Satiata; Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea*. Buenos Aires: Del Tridente, 1999. p. 239-272.

Capítulo 2

Escravos e senhores na paisagem de um engenho no Rio de Janeiro (séculos XVII-XIX)

Carlos Engemann (*in memoriam*)

Rogério Ribeiro de Oliveira

(...) aqueles que lá estiveram são acordes, sem exceção, em afirmar que viram os melhores e mais verdes prados e campinas, os outeiros mais aprazíveis, cobertos de árvores e frutas de toda casta, os mais formosos vales, os mais deleitosos rios de águas frescas, providas de infinitas variedades de peixes, as florestas mais densas, sempre verdejantes e cheias de frutos, que possam existir no mundo inteiro.

Frei Vicente do Salvador

Das origens da ocupação colonial do Sítio do Camorim e suas vargens

Com a expulsão dos franceses da Baía de Guanabara, os portugueses passaram a se ocupar dos arredores da cidade do Rio de Janeiro recém-fundada. Neste processo, a região que vai do que hoje é a Barra da Tijuca até os contrafortes do Maciço da Pedra Branca foi doada como sesmaria a alguns homens que participaram das batalhas contra os franceses. No entanto, a sua transformação efetiva em espaço ligado à lógica da colonização só ocorreu quando o governador da cidade do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá, dividiu a área entre seus dois filhos, Gonçalo e Martim Correia de Sá. Gonçalo foi quem ficou com o lado onde está o atual bairro do Camorim, localizado na zona oeste do Rio de Janeiro. Lá instalou um dos seus engenhos, o engenho São Gonçalo. Começava então a derrubada das matas para o plantio de cana¹².

Uma vez de posse das terras, Gonçalo mandou erigir uma ermida, segundo voz corrente, em sua própria homenagem, dedicada a São Gonçalo. Porém, há que se pensar em outra hipótese. É possível que a capela tenha sido dedicada a São Gonçalo do Amarante, e não ao outro São Gonçalo, por ser este um santo de casamentos

12 As informações apresentadas adiante foram compiladas de Rocha (1990: 71-73) e Souza (2012: 69-104).

e fertilidade. Assim, talvez, o intuito de Gonçalo não tenha sido mera jactância ou puro ufanismo de si mesmo, mas um apelo aos Céus quanto ao futuro de sua filha Vitória. Num tempo em que as relações pessoais, e dentre elas as matrimoniais, eram de suma importância para a manutenção do *status quo* de uma elite ainda em processo de estabelecimento, um bom casamento não era de menor importância.

Se assim se deu, os Gonçalos, Correia e do Amarante, chegaram a algum entendimento. Mal se passaram três anos e Vitória havia conquistado um bom partido para si e para as relações da família Correia de Sá. O caso é que passou pelo Rio certo Dom Luís Céspedes Xeria, vindo de Madri e indo assumir o governo do Paraguai. Ao se hospedar em casa dos Correias de Sá não resistiu aos encantos de Dona Vitória ou à poderosa intercessão de São Gonçalo do Amarante ou ainda, à influência da família de Sá. Quiçá tenha sido tudo isso junto.

Bom, como dote, o tal Dom Luís recebeu as terras do Camorim, mas era um Camorim muito diferente e muito maior do que o que se conhece hoje. Após a morte de parte importante da família – Martim faleceu em 1632, seu irmão, Gonçalo, se foi dois anos depois – D. Esperança e sua filha Vitória se desfizeram de parte de suas propriedades. O comprador foi o primo de Vitória, o famoso Salvador Correia de Sá e Benevides, filho de Martim.

As alianças familiares começaram a desmoronar quando o ramo de Gonçalo começou a definhar e, na falta de herdeiros de sangue, buscou na fé os herdeiros de seu quinhão. Apesar da capela e, provavelmente de todas as intercessões que a família Correia de Sá pôde empreender, o ramo de Gonçalo padecia da falta de herdeiro. Sua filha Vitória não logrou a fertilidade que possivelmente foi suplicada pela intercessão de São Gonçalo do Amarante. Sem um filho que herdasse as suas posses, começou a partilhar negócios com os monges de São Bento, em especial a venda de sua produção de açúcar (Souza, 2014: 93). Na verdade, segundo anotações nos Estados da Ordem¹³ anteriores à morte da doadora (ao longo da década de 1660), eles já ocupavam o local com pelo menos três currais de gado, o que aponta para outra forma de negócios entre os monges e D. Vitória. A proximidade levou à decisão de deixar o pedaço de terra que seu pai lhe deu como dote em disposição testamentária para os monges do Mosteiro de São Bento, da cidade do Rio de Janeiro.

O primo Sá e Benevides se manifestou contra, tentando impugnar o testamento, lavrado no Mosteiro e não no cartório. Não é difícil imaginá-lo em atitude típica aos homens poderosos contrariados, socando a mesa ao saber que Vitória havia

13 Os Estados da Ordem são documentos nos quais se anotam trienalmente as condições materiais do Mosteiro, trata-se de uma anotação administrativa e financeira.

chamado um beneditino para lhe ajudar a redigir o testamento deixando ao mosteiro as terras que iam do riacho Pavuna até o mar, correndo pela costa até Guaratiba, em uma palavra, o Camorim. Nas contas de Sá e Benevides, estas mesmas terras já lhe haviam sido vendidas. Ainda que não, ele era o herdeiro mais próximo e estava, no seu olhar, sendo incompreensivelmente preterido em nome dos monges.

Assim, o Mosteiro seria, não sem esforço, o próximo detentor do Camorim. Salvador Correia de Sá e Benevides de tudo que pode fez para impedir a herança. Não é de se admirar que ele se pretendesse verdadeiro herdeiro do Engenho e de suas vastas terras; era um período de alta do mercado de açúcar para Portugal e um engenho com boa produção, como o Camorim, não seria um bem de menor importância. Esta demanda internacional tem sua origem nos problemas que Portugal/Espanha (entre 1580 e 1640 houve a União das Monarquias Ibéricas) vinham enfrentando em mercados orientais, o que levou a um processo de “atlantização do império” (Fragoso, 2000: 50). Como resultado deste processo tem-se, no início do século XVI, um incremento nos negócios que não passavam pelo Índico: principalmente escravos e açúcar. Este contexto marcou a montagem do negócio açucareiro no Rio, fazendo o número de engenhos saltar de três, em 1583, para 60 em 1629, até chegar a 130 em 1680 (Fragoso, 2000: 45). Certamente foi com suas contas feitas que o abade frei Leão de São Bento, como consta no seu dietário, granjeou a devoção de D. Vitória. Devoção esta, que aumentou em muito o patrimônio do Mosteiro (Souza, 2014: 93).

Quando os beneditinos receberam as terras do Camorim elas já possuíam: “um engenho de água em Camorim com uma igreja da invocação de São Gonçalo, Casas de vivenda de sobrado, Casas de peso e de purgar, tudo de pedra e cal, e o dito engenho fabricado de moenda”, além de escravos africanos e indígenas, mais os cobres para a produção de açúcar (tachos, caldeiras e demais recipientes da casa de purgar), além de cabeças de gado diversas (Santos, 2014: 289).

Uma vez nas laboriosas mãos dos beneditinos, a terra foi dividida para facilitar a administração. Uma parte conservou o nome de Camorim, a outra passou a se chamar Vargem Pequena e uma terceira Vargem Grande. Assim, o engenho do Camorim pôs-se a produzir o açúcar dos monges e alguma aguardente, ambos transportados pelo mar até a Baía de Guanabara, de onde seguiam para os seus respectivos mercados. Além destes canaviais, estas terras foram rasgadas com milhares e milhares de pés de mandiocas, da qual se produzia a famosa farinha de guerra, base da alimentação nas fazendas e no Mosteiro. Ainda se acrescem a estas o milho, o feijão e algum arroz. O resto da área aproveitável da região era basicamente pasto para as cerca de 100 cabeças de gado.

Assim se seguiu do final do século XVII até o final do XVIII, quando, segundo consta nos arquivos do Mosteiro, em algum ponto entre 1772 e 1777, sob a gestão do Abade Frei Vicente José de Santa Catarina, uma pequena multidão de índios foram contratados (alugados) para auxiliar na derrubada de vários alqueires de mata que dariam lugar ao plantio de mandioca. Em função desta nova produção, foi instalada uma roda de engenho de mandioca movida a água. Embora conste que se buscava “evitar deste modo o multiplicado e incansável trabalho dos escravos na fatura de farinha”, o mais provável é que os escravos não tivessem conseguindo processar toda a mandioca a contento¹⁴. Tentou-se, ainda em fins do século XVIII, montar ali uma produção regular de anil. Foram construídos quatro tanques e uma outra roda d’água, mas a concorrência com a produção inglesa na Ásia não lhes deu uma vida muito longa.

No século XIX a cana-de-açúcar parece ter perdido seu antigo fôlego, talvez pela rivalidade com o café de muitas propriedades (Rocha, 1991: 72). No entanto, por estranho que pareça, no final da década de 1850 foi instalado um moderno engenho a vapor. Isso deu uma sobrevida ao engenho Camorim. Tratava-se de uma moderna máquina a vapor de 25 cavalos de potência, moendas horizontais e, 22 tanques para receber o caldo cada um com 3 pipas de capacidade e um alambique com capacidade para destilar 2 pipas/dia de cachaça (Rocha, 1991: 72). Se tomarmos a pipa lisboeta como sendo a utilizada, são 22 tanques com capacidade de aproximadamente 1.200 litros de caldo por vez, computando 26.400 litros se todos os tanques estiverem em uso. Tal situação se sustentou até cerca de 1890, cerca de 30 anos.

Talvez esse maquinário ajude a explicar parte do consumo da lenha produzido nas matas adjacentes, uma vez que além das caldeiras de cozinhar o caldo, usadas desde o início da produção, e alimentadas quase sempre com o próprio bagaço, agora também teria que se alimentar a fornalha da caldeira do vapor do moinho com poucos ou nenhum bagaço da cana moída para ser usado. De mais a mais, para justificar o porte do engenho deveria haver cana própria, de vizinhos ou de foreiros¹⁵ para moer contra pagamento. Este caro recurso, mais de cem contos de réis, praticamente o valor da escravaria que vivia no Camorim¹⁶, só se

14 Arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro (AMSB/RJ) Códice 1161, p. 106, docs. 1342-4, 1290-4 e Estados da Ordem nº 2, p. 75.

15 Os foreiros usavam lotes de terras dos beneditinos em troca de um foro, geralmente anual. Essa era uma forma de explorar minimamente terras que permaneciam incultas por falta de interesse ou de disponibilidade de mão de obra. Para o Camorim, há indícios que levam a crer que muitos escravos após a alforria se tornaram foreiros. Principalmente pelo fato de haver, já na década de 1860, escravos alforriados que ainda viviam na fazenda, como atestam os Estados da Ordem.

16 O valor de um escravo jovem, na época da compra do engenho, variava entre um conto e um conto e meio. Como a escravaria do Camorim era composta de mais mulheres que homens, e muitos escravos tinham menos

explicaria havendo uma demanda que o mantivesse ativo, revelando que não foi a boa vontade de poupar o trabalho exaustivo dos escravos o que moveu a compra do equipamento e sim a possibilidade de ganhos com a moagem de canas alheias.

Na segunda metade do século XIX, o anticlericalismo nos meios estatais brasileiros se aprofundou e assumiu características acentuadamente antimonásticas. Na verdade, as Congregações já vinham sofrendo com proibições de admitir noviços desde o século XVIII. Após a Independência houve uma autorização para novamente admiti-los, mas em 1855 foi publicado o Aviso do Ministro da Justiça, José Thomaz Nabuco de Araújo, que outra vez cassava as licenças outorgadas e tinha caráter definitivo: “S. M. o Imperador há por bem cassar as licenças concedidas para a entrada de noviços nessa Ordem Religiosa até que seja resolvida a Concordata que à Santa Sé vai ao Governo Imperial propor” (Bettencourt, 1991: 9-10).

O governo imperial brasileiro foi buscar no tempo dos vice-reis elementos que visavam claramente à redução dos bens dos conventos e mosteiros (Souza, 2005: 182). O Governo Imperial, muito influenciado pelas ideias positivistas e pelas afirmações de viajantes que atribuíam ao catolicismo todos os males de Portugal e Brasil, decretou, pelo artigo 18 da Lei de 28 de junho de 1870, que todos os bens das ordens religiosas seriam, num prazo de 10 anos, convertidos em apólices intransferíveis da dívida pública interna, literalmente “papel podre” (Scampini, 1974: 92). Em função disso, os monges tomaram a decisão de alforriar todos os seus escravos em 1871. Sem conseguir restabelecer acordos eficazes que possibilitassem a manutenção do trabalho, certamente com alguma tristeza e pesar, os monges se desfizeram da fazenda Camorim, seu moderno engenho e de suas vargens.

A escravidão e os filhos de São Bento no século XIX

Para Sigmund Freud, os lapsos de escrita devem ser interpretados do mesmo modo que os lapsos de fala, ou seja, incorporados à categoria de *ato falho*. Em seu livro *Sobre a psicopatia da vida cotidiana*, o pai da psicanálise define ato falho como o momento em que o inconsciente se manifesta por meio de um lapso (Freud, 1996). Por outras vias, o aparentemente desconexo erro no discurso falado ou escrito seria, na verdade, uma espécie de janela por meio da qual o inconsciente se expressaria, ainda que essa expressão fosse diferente, ou até contraditória, ao que estava sendo expresso conscientemente. De fato, a interpretação freudiana de equívocos aparentemente inocentes costuma revelar grandes conflitos – pelo

de dez anos, por estimativa postula-se que os 172 escravizados da fazenda não valeriam muito mais que cem contos de réis, isto é, o preço do engenho a vapor.

menos conflitos maiores que o próprio lapso. O aparente engano também pode estar a mostrar que duas ou mais ideias ou convicções disputam legitimidade ou credibilidade na mente do autor.

Com base nessa categoria, que permite entrever nos equívocos conflitos maiores, é que podemos analisar o que se sucedeu com certo monge beneditino, ainda no século XVII. Na verdade, um equívoco bastante revelador do que se passava na cabeça do religioso foi registrado por sua pena. Este anônimo filho de São Bento anotava as condições materiais em que se encontrava o Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro nos Estados da Ordem (1671-1677), quando, registrando os escravos que estavam no Engenho Guaguaçu escreveu: “Ficam neste Engo – 90 – peças, digo, *almas* de escravos: a saber (...)”. Seguiu-se a esta pequena introdução uma lista dos escravos da fazenda a maioria deles citados pelo nome, a exceção dos filhos. Do ponto de vista populacional, tratava-se de cerca de 30 escravos casados e os demais distribuídos entre seus filhos e os solteiros, eventualmente também acompanhados de filhos.

Porém, mais do que a lista de escravos, que costuma atrair a atenção, a correção feita ao termo “peça” foi mais reveladora da relação entre o clero e seus escravos. Apenas por ilação, é possível postular que na mente do monge teve lugar um conflito, ou ao menos uma confusão, entre duas possibilidades de se conceber a escravidão. A primeira, e mais venal, poderia ser tratada pelo seu fundamento mercantil, é a que trata o escravo por peça, semovente, gado humano... Dispensando requintes morais ou elaborações filosóficas e teológicas, o tratamento de outro ser humano como objeto apela apenas para a necessidade econômica da sociedade escravista, sendo-lhe bastante para justificar a sua existência a mera necessidade de se tê-la. É possível que as novas reflexões católicas sobre a escravidão e suas justificativas produzidas no desenrolar do século XVII¹⁷, ainda não houvessem chegado ao Mosteiro do Rio de Janeiro. Talvez ele ainda não tivesse muita clareza do que significavam do ponto de vista moral e teológico aquelas 90 pessoas pertencentes, enquanto propriedade, à ordem a qual ele pertencia por opção de vida.

Já que ser padre ou monge significa, e significava já no século XVII, em maior ou menor medida, estar a serviço da salvação do outro, inclusive como condição para a sua própria, ser dono de pessoas das quais, direta ou indiretamente, era responsável pela salvação, não era uma operação possível de ser realizada sem o ajuste das suas ambiguidades. O conflito moral e de legitimidades inerente a um processo que se justifica, em grande medida, pela expansão da fé, mas que com-

17 Para ver um estudo sobre estas reflexões, conferir Engemann (2010).

porta em seu bojo a transformação de seus possíveis novos cristãos, em peças, em propriedades, não pode ser de modo algum subestimado. Certamente para os senhores laicos e clérigos seculares esses dilemas coloniais tivessem vulto menor, visto que se comportavam de modo análogo, isto é, tinham os seus escravos por propriedade privada e particular, exercendo senhorio direto e imediato sobre eles.

Alguns documentos que se encontram no Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro e os registros de batismos e casamentos da paróquia de Nossa Senhora do Loreto, depositados no Arquivo da Cúria Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro (ACMRJ), nos dão conta de alguns aspectos bastante interessantes da escravidão nas fazendas do Camorim e de como ela se relacionava com este universo ambíguo monástico escravista no século XIX. Num primeiro plano, o sacramento do matrimônio assume grande importância na administração de populações, pois cumpria o seu papel na lógica religiosa tridentina, qual seja, o de socorrer a vontade humana na sua permanente luta contra a concupiscência. Ao disciplinar e controlar as relações sexuais, o Concílio esperava municiar os fiéis com um mecanismo para preservar a castidade. Deste modo, se lançavam as relações sexuais dos escravos para um âmbito estritamente privado, domesticando o sexo. Domesticação esta, levada a cabo pelo estabelecimento de uma privacidade, do *domus* como lugar para remediar as fraquezas da carne, tanto quanto para gerar a descendência.

Temos registros de 31 matrimônios de cativos do Camorim e de Vargem Pequena – sendo a maioria dos beneditinos e alguns de seus foreiros. Há uma primeira questão que pode descortinar algo da vida escrava na fazenda: mesmo havendo a capela de São Gonçalo, alguns escravos quiseram e puderam celebrar os seus matrimônios na Matriz do Loreto. E mais, dos 31 que dispomos, 22 (cerca de 2/3) foram celebrados individualmente, apenas os outros 9 foram coletivos. Isso aponta para a importância e o significado que esta cerimônia tinha para os escravos e para os monges seus senhores. O matrimônio, tal como concebido pelo Concílio de Trento, sacralizava estas uniões.

A primeira análise a se fazer é quanto à origem do escravo. A distinção básica é entre os crioulos (crias da colônia, i.e., nascidos no Brasil) e os africanos (diferenciados ou não pelas nações de origem). A simplicidade desta definição esconde, como costumam fazer os conceitos de definição simples, uma diversidade de experiências vividas e a complexidade das consequências de sua vivência. Em primeiro lugar, ser escravo tal como definimos “crioulo” significa não ter desfrutado, na primeira fase de sua vida, da liberdade. Dito de outro modo, seu processo de socialização é totalmente construído dentro da escravidão nos moldes brasileiros,

o que não quer dizer que também não a desfrute na última. Daí deriva também o fato de que não passaram pelo processo de captura e de travessia e que seu acesso às memórias e significados vindos da África se dá por meio de filtros estabelecidos por aqueles que experimentaram ambas as vicissitudes: a expatriação e o cativo. Ou seja, em um primeiro momento, a África que conhecem é apenas aquela que os africanos lhes deram a conhecer.

A situação entre os cativos do Camorim não difere muito desse quadro geral. Os africanos e os crioulos tendiam a não se casarem entre si, embora esta não fosse uma regra geral. Entre os 31 registros de matrimônios de escravizados do sítio do Camorim (que compreendia as Vargens Pequena e Grande também), entre 1791 e 1837, apenas três casamentos são entre um homem nascido no Brasil e uma mulher vinda da África. Dentre os 63 registros de batismos, temos o registro de 10 casais envolvendo africanos, 7 casais são endogâmicos e apenas três são de africanas angolanas com crioulos. Somando todos os casais, são 92% endogâmicos e apenas 8% envolvendo cônjuges de origens diferentes.

Essa distinção inicial, como se vê, não se aplica como lei inescapável, mas funciona como uma tendência geral, como um costume estabelecido e que, por isso fazia parte das regras preferenciais do aparentar-se dentro da paisagem cultural local. Se observarmos mais atentamente, veremos que, nos poucos 94 registros que temos, são as mulheres que quebram a endogamia. Isso é mais ou menos esperado, já que, ao contrário da média geral dos escravos das grandes fazendas do Rio de Janeiro¹⁸, na escravaria do Camorim elas existem em número maior; é muito provável que não houvesse africanos para todas as africanas.

Uma eventual escassez de cônjuges preferenciais poderia ser sanada com a mobilidade para buscá-los em outras paragens. No entanto, um limite à vida desses cativos parece ter se imposto. Mesmo nos registros dos foreiros, são sempre escravos do mesmo dono que estão a contrair núpcias. No que respeita a escravidão como um todo, esta não era uma regra geral. Góes (1993) mostra uma grande mobilidade de matrimônios entre escravos de diferentes pequenos senhores em uma freguesia fronteira à de Jacarepaguá: Inhaúma. Há ocasiões onde, dadas as possibilidades de circulação, os escravos casavam-se com seus vizinhos de mesma condição ou até com forros (alforriados, i.e., ex-escravos) e mesmo com livres (nascidos livres). No caso do Camorim, apenas um escravo era de fora da região, vindo de Irajá, outra freguesia vizinha. No entanto, como dito, ambos os cônjuges,

18 O perfil médio da população escrava das grandes fazendas do Rio de Janeiro era de supremacia numérica de homens, com abundância relativa daqueles entre 15 e 40 anos, *grosso modo*. Isso se deve basicamente ao tráfico de escravos que agia seletivamente. Cf. Florentino & Góes (1997) e Engemann (2002).

Luís e Maria, pertenciam ao mesmo senhor, Manoel Pereira Matoso. O padrão do Camorim parece ter sido de pequena mobilidade espacial na busca de cônjuges. É possível que este fenômeno se explique pela grande quantidade de escravos pertencentes aos beneditinos, o que oferecia um largo escopo de escolha na busca de relacionamentos socioparentais.

Outro fenômeno digno de nota é a interferência das atividades econômicas e religiosas na escolha das datas para a celebração dos matrimônios. Como é possível perceber na Tabela 1, o inverno é o período de maior incidência de cerimônias religiosas. Segundo Perrayon (2006: 39-40), isso se dava por ser este o período de menor carga de trabalho na produção açucareira. Mas, além disso, o verão, que seria o segundo período de preferência para o casamento, possui apenas a metade das celebrações que o inverno – isso se explica pela incidência da quaresma, tempo de interdição religiosa para as bênçãos nupciais (interdição que ia até a oitava da Páscoa, o domingo seguinte ao domingo de Páscoa, inclusive). Neste período, poderiam ocorrer casamentos, mas os nubentes teriam que esperar até que se passasse a oitava da Páscoa para receber a bênção. Isso explica o fato de, após o dia 7 de fevereiro, só haver dois matrimônios até maio, que também registra apenas um em função da retomada de trabalho, enquanto quase todos os matrimônios coletivos foram celebrados entre junho e julho, atendendo à demanda reprimida pela norma religiosa e pelo regime de trabalho.

Tabela 1: Distribuição dos matrimônios de escravos do sítio do Camorim segundo as estações do ano (1794-1837).

Estações	Celebrações
Verão (21/dez-21/mar)	8
Outono (21/mar-21/jun)	4
Inverno (21/jun-23/set)	16
Primavera (23/set-21/dez)	4
Total	32

Fonte: Registros de Casamento da Freguesia de Nossa Senhora do Loreto – ACMRJ.

Se para a obtenção de cônjuges a circulação destes cativos era pequena, para a consecução de outro parentesco espiritual eles gozaram alguma circulação e relacionamento com seus vizinhos. Vários padrinhos dos filhos escravos do Camorim são de outras escravarias. Como o compadrio é uma forma de firmar alianças de solidariedade, ou seja, de constituir uma parentela que não é de sangue, o que vemos surgir das pilhas de papel do arquivo da Cúria do Rio de Janeiro

é uma rede de relações amistosas e de parentesco forjadas entre as bênçãos que emanam da pia batismal.

É o caso de Daloninda, filha legítima de Angélica Parda, nascida em 1796 e batizada na Matriz de Nossa Senhora do Loreto. Seu padrinho era o escravo José Pedro, de propriedade de Ângela dos Anjos, moradora dos arredores. O mesmo se deu com Antônio, filho bastardo de Domingas, a quem se concedeu a graça do batismo no mesmo ano. Ocorre que, no caso de Antônio, temos algumas outras particularidades. Primeiro, sua madrinha era uma escrava detentora de um sobrenome, o que a destacava dos demais. Joana Rodrigues, escrava dos beneditinos, sabe-se lá por que caminhos nas veredas da escravidão logrou ostentar o digno sobrenome Rodrigues, algo raro entre seus pares locais. Além disso, o padrinho de Antônio era Albano Pardo, escravo de ninguém menos que o Visconde de Asseca, que emprestou originalmente seu nome à Praça Seca, logradouro do Rio de Janeiro onde se localizavam suas terras, distando alguns quilômetros do Camorim. No momento, só podemos imaginar um espaço de congraçamento entre escravos que moravam tão distantes uns dos outros: a igreja. Quer na Capela do Amarante, quer na Matriz do Loreto, esses cativos teciam uma vida social, muito provavelmente, a partir do espaço de convívio da cristandade colonial.

Talvez o mesmo tenha acontecido com Joana, filha ilegítima de Ana, escrava de certo Manoel Pereira, senhor de muitos dos escravos registrados no Loreto como moradores do sítio do Camorim, onde talvez fosse um grande foreiro. Ana foi apadrinhada por Antônio, escravo de Pascoal Cosme dos Reis, um grande senhor de escravos e proprietário do Engenho Novo da Pavuna, na freguesia de Jacarepaguá. De fato, nos registros que dispomos, dos inventários *post-mortem* e dos óbitos, casamentos e batismos dos escravos do Engenho Novo da Pavuna, descobrimos sete antônios, dos quais cinco deles teriam idade para serem padrinhos de Joana em 1817. Dentre eles, um Antônio, de cerca de 50 anos na época do batismo, era casado com uma escrava que tinha por nome Joana. Apesar de não se poder afirmar com certeza, não seria absurdo supor que este é o dito Antônio padrinho e que a Joana do Camorim recebeu o nome em honra da falecida esposa de Antônio. Mas não se pode fazer mais que supor.

De qualquer modo, a circulação dos cativos do Camorim alcançou um grande número de outros grandes plantéis de escravos, revelando uma mobilidade espacial inesperada se observados apenas os registros de casamento. Sabemos, então, pelos registros de que dispomos, que os habitantes das senzalas de lá circulavam socialmente em esferas também frequentadas, pelo menos, por escravos

outros grandes proprietários como o Visconde de Asseca, a família Teles e Pascoal Cosme dos Reis.

E ao considerarmos esta mesma circulação, os registros de batismos nos informam de uma realidade um pouco diferente da que vínhamos compondo. Até aqui, por força de informações claras, em geral apresentadas pelos monges, estávamos tratando o Camorim como uma comunidade de escravos perfeitamente cristianizada e tecendo sua vida dentro da mais absoluta conformidade com os preceitos católicos, tantas vezes pregados pelos beneditinos. Porém, dos cativos batizados na Matriz de Nossa Senhora do Loreto, menos de um terço são legítimos, isto é, dos que puderam ser contabilizados, apenas 16 são legítimos, enquanto 38 são ilegítimos. Isso pode nos indicar que a pregação não era proferida com tanto zelo ou, mesmo que zelosos, ao se fazendo ouvir nas celebrações locais, os ouvintes filtraram, segundo seus interesses, crenças e memórias, os conteúdos a serem retidos. O mais provável é que um pouco de cada tenha ocorrido.

Talvez pudéssemos atribuir tal quadro ao grande número de mulheres, que, segundo as estimativas de D. Matheus Ramalho Rocha, monge responsável pelo arquivo do Mosteiro do Rio e autor de um livro bastante rico sobre a sua história e a constatação em outras fazendas semelhantes, era da ordem de 20%. No entanto, se a superioridade numérica era da ordem de apenas 20%, ela não explica um índice de ilegitimidade superior a 75%. Mais uma vez, é preciso que se diga que a amostra é muito pequena e, portanto, há pouca segurança quanto aos números. Não obstante, é factível que os cativos estejam utilizando normas morais diferentes das cristãs preconizadas pelos monges, seus senhores. Esta hipótese é ainda mais factível se levarmos em consideração o alto número de africanos dentro da escravaria.

Escravos, senhores e a paisagem do Engenho do Camorim

De tudo o que foi dito até aqui, o que importa ressaltar é que, desde o século XVII até o final do século XIX, vivia uma comunidade consideravelmente dinâmica nas faldas do Maciço da Pedra Branca. Contava certamente com mais de trezentas pessoas entre monges, escravos e foreiros, além de quilombolas impossíveis de serem enumerados (Oliveira & Fraga, 2012). Esta pequena multidão estava a serviço do Mosteiro de São Bento e de outros engenhos das proximidades, fazendo com que, às necessidades do Mosteiro, tanto as de abastecimento quanto as econômicas, somassem-se as demandas destas outras famílias de moradores. Este grupamento, como o de quaisquer outros viventes, estava ancorado na paisagem que os circundava. Muito além do solo que ocupava, o Engenho do Camorim

estava inserido em todas as dimensões da paisagem, fossem elas humanas ou não humanas.

Portadora de diversos significados, a paisagem pode também ser considerada como uma estrutura espacial que resulta da interação entre os processos naturais e as atividades humanas. Assim, a atual composição florística e faunística dos ecossistemas é, ao mesmo tempo, uma manifestação e uma resultante da atividade de vida de populações que fizeram a história de um dado lugar. Hoje as encostas do Maciço da Pedra Branca estão transformadas no belo e extenso Parque Estadual da Pedra Branca. A sua paisagem, que tanto encanta hoje biólogos e turistas, é na verdade uma histórica manifestação espacial da relação homem-ambiente. Em outras palavras: um encontro histórico entre o mundo humano e o não humano. Muito além dos fluxos econômicos e sociais gerados pela atividade do engenho existe ainda uma intrincada rede de fluxos físicos, químicos e biológicos tecida por elementos como biodiversidade, erosão, cadeias tróficas, uso da energia etc.

Sobre a paisagem do Maciço da Pedra Branca pesava desde o final do século XVIII uma pressão social de uso não apenas das empresas agrícolas dos monges e de outros plantadores, que além das áreas agricultáveis faziam uso de recursos florestais sob a forma de madeira. Esta era usada na construção das casas e edifícios necessários ao processamento da cana e fabrico da farinha, além de seus reparos e substituições, no cercamento dos pastos e das plantações, na construção e reparo dos carros de boi que transportavam a cana do local da colheita ao do processamento, e por fim, mais não menos importante, na construção de caixas para o transporte do açúcar, que parecem ter sido usadas por apenas uma única vez, sem reaproveitamento. Acresce-se a toda esta pressão social outra dada pela demanda por áreas para o cultivo de gêneros alimentícios de consumo local e/ou venda próxima, exploradas pelos escravos e libertos. Ainda que fossem pequenas unidades, no século XIX seguramente somavam mais de uma centena delas, lançando um peso extra na pressão exercida pelo conjunto produção, construção civil, transporte, cercamento e energia, que já pesavam sobre o maciço. No entanto, o motor desta exploração de recursos sempre é a conversão de energia.

Esta pressão não é somente sobre o volume de recursos requeridos para os processos da sociedade, mas também pela sua inserção nos fluxos de energia. Daí decorre a necessidade de se atentar ao fato de que estes fluxos representam necessariamente em um custo territorial, de acordo com Casado e Molina (2007). Mas esta não é uma regra absoluta, já que a maior mercantilização de sua produção pode ampliar muito o impacto que um grupo relativamente pequeno pode produ-

zir na paisagem. E esses fatores são ainda matizados pelas tecnologias que venham a ser usadas e suas respectivas matrizes energéticas.

A história do uso da energia neste Engenho do Camorim é feita de inúmeros encontros entre a vertente humana e a não humana da paisagem. Escravos, senhores e paisagem se entrecruzam ao longo do tempo e importa examiná-los para melhor compreender tanto a paisagem como a história. Este engenho – e principalmente as terras que o compunham – passou por pelo menos quatro distintos processos de conversão e uso de energia.

O primeiro e o mais duradouro dos usos da energia foi o da lenha. Historicamente, a lenha sempre acompanhou a trajetória humana como fonte energética primária. A provisão de lenha para o engenho constituía uma atividade fundamental para o seu funcionamento. Extraída das próprias terras ou adquirida nas imediações, era depositada nas proximidades da fornalha, grossa e sem rachar, onde a alimentava dia e noite durante o período da moagem. Antonil observa que “tem obrigação cada escravo de cortar e arrumar, cada dia u’á medida de lenha, alta sete palmos e larga oito, e esta e (sic) também a medida de um carro”. Segundo Schwartz (1988), oito carros de lenha selecionada eram suficientes para processar apenas 20 carros de cana, ou seja, uma proporção de 1:2,5. Baseando-se nestas suposições e em inventários florestais feitos nas matas das redondezas, Engemann et al. (2005) estimaram que a extensão de floresta necessária para fornecer a quantidade de lenha requerida para o funcionamento do engenho do Camorim (4.200 m³ por safra) era em média de 13,0 hectares. Este uso continuado da floresta (por quase 200 anos de funcionamento do engenho) paradoxalmente não levou a floresta à extinção. A rebrota dos tocos das árvores cortadas, assim como a inexistência de outros usos posteriores à colheita da lenha possibilitaram a retomada da floresta secundária.

Ainda que o uso direto da energia da lenha tenha sido muito significativo, foi inferior ao que se seguiu, o da fabricação de carvão no Maciço da Pedra Branca. Embora certamente os engenhos necessitassem de carvão para as necessidades de fundição de ferro, entende-se que a maior necessidade deste insumo energético tenha se dado na segunda metade do século XIX. Suas terras, assim como todo o Maciço da Pedra Branca, tornaram-se um verdadeiro centro de produção de carvão. Uma pesquisa em andamento no Maciço da Pedra Branca (Oliveira & Fraga, no prelo) está revelando nas suas encostas, hoje cobertas por densas florestas, um grande número de antigas carvoarias. Embora a pesquisa ainda esteja em andamento, presentemente se dispõe de um inventário de 1.043 carvoarias (pla-

taformas localizadas nas encostas para fabricação de carvão), espalhadas em uma área de cerca de 12.000 hectares, muitas delas localizadas a mais de 800 m de altitude. Entremeadas a estas carvoarias foram também descobertos 81 alicerces em pedra, onde supõe-se que os carvoeiros erguiam as suas choupanas. Acredita-se que os seus trabalhadores eram em grande maioria quilombolas ou ex-escravos, que encontraram no fabrico do carvão o seu meio de sustento. Até hoje subiste na toponímia do Maciço da Pedra Branca nomes que trazem alusão ao uso da floresta como um esconderijo de escravos, como o Morro do Quilombo. Além deste, numerosos topônimos evocam uma origem africana como Pedra do Calembá, Morro de Santa Bárbara, Pedra do Gunzá etc. Estes nomes são sugestivos de uma intensa utilização da área por quilombolas.



Figura 1: Platô em uma encosta do Maciço da Pedra Branca utilizado no século XIX para a fabricação de carvão.

Tão ou mais impressionante que estes achados foi a posterior constatação de que esta atividade – a fabricação do carvão – encontra-se virtualmente ausente dos relatos oficiais da história da cidade, embora o carvão tenha sido a matriz energética dos oitocentos. Pode-se dizer que o trabalho destes atores sociais praticamente esquecidos era a força motriz de uma sociedade em crescente desenvolvimento. Na sociedade do Rio de Janeiro do século XIX, o carvão tinha um papel fundamental como insumo energético, desde a fabricação do ferro até o consumo doméstico. A capacidade das cidades de consumir e, principalmente, concentrar energia produzida por ecossistemas naturais é um dos principais fatores que permitem sua expansão e crescimento demográfico.

Mesmo antes da abolição da escravatura no Brasil em 1888, os escravos foram aos poucos sendo colocados à parte das atividades produtivas. Com a abolição, passaram a constituir um grande contingente de desempregados e com poucos recursos para a sobrevivência. Sem a subsistência provida pelos seus donos, estes ex-escravos se viram, de uma hora para outra, tendo que sustentar a si mesmos e às suas famílias. Privados de acesso à terra ou aos meios de produção, um caminho “fácil”, ou mais provavelmente incontornável, foi se tornar carvoeiro. O trabalho destes carvoeiros representou uma mudança radical nos fluxos de energia da cidade.

Em termos globais, a sua produção alcançou cifras muito significativas, considerando-se apenas as 1.043 carvoarias descobertas até o momento. Admitindo-se que cada uma tenha sido utilizada em média oito vezes, a produção total dessas carvoarias foi da ordem de 11.400 toneladas de carvão. A energia produzida representou o primeiro grande ciclo de sua importação, encontrando paralelo apenas no ciclo da energia fóssil, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 2: Produção total de carvão de 1.170 carvoarias do Maciço da Pedra Branca¹⁹

Produção total (toneladas)	Volume de carvão (m ³)	Conteúdo de energia (Gcal)
13.000	64.500	95,1

Portanto, as florestas a montante do Engenho do Camorim foram palco de extensa exploração por parte dos carvoeiros. Somente na bacia do Rio Camorim foram contabilizadas mais de 600 carvoarias. Não se dispõe de informação acerca da participação dos engenhos administrados pelos monges no montante de carvão produzido na área. No entanto, alguns indícios mostram que os engenhos em si não constituíam unidades produtivas de carvão. Muito possivelmente o seu uso nos engenhos era algo muito reduzido em relação à lenha. Quase todo o carvão produzido ia para a cidade. O *boom* de fabricação de carvão se deu por volta da abolição da escravatura, que, *grosso modo*, coincide com a fase de crescimento vertiginoso da cidade da virada do século, período posterior ao da existência do engenho.

Mas, deixando-se de lado este aspecto da provisão de energia para a cidade, voltemos aos sistemas de conversão de energia usados no Engenho do Camorim. Como já visto, o engenho do Camorim teve pelo menos duas rodas d'água, uma para a mandioca outra para a cana. Em termos de tecnologia e eficiência, a pri-

¹⁹ Para facilitar a visualização destes números considere-se que o volume total transportado é o equivalente a 5.700 caminhões modernos de 10 m³. Estes, se colocados em fila indiana, alcançariam uma extensão superior a 35km. Dados retirados de Oliveira & Fraga (no prelo).

meira exige pouca energia hidráulica para se ralar a mandioca. Já para o processamento da cana, a tecnologia requerida é outra. Para a transformação da matéria-prima (cana-de-açúcar) em produto (seja açúcar, melado, rapadura, cachaça ou álcool), há uma grande demanda energética representada pela moagem da cana, um processo estritamente volumétrico, que consiste em deslocar o caldo contido no interior do seu colmo. O engenho do Camorim durante muito tempo operava com um trapiche, isto é, um sistema de tambores verticais movido por força animal (os chamados *bois de roda*), por onde passava a cana.

A energia hidráulica, posto que gratuita, apresenta algumas limitações difíceis de serem contornadas, pelo menos até o final do século XIX. Fundamentalmente o que provê a energia mecânica é a altura da coluna d'água. Se a água que entra na roda d'água é conduzida por um duto fechado até um conjunto de palhetas, a transferência da energia mecânica se dará tanto por energia de pressão como por energia cinética. Um duto fechado eficiente significa um tubo metálico, artigo impensável até o final do século XIX. A eficiência hidráulica sem uma coluna d'água era reduzida; os engenhos funcionavam a fio d'água, ou seja, a baixíssima pressão. Para que o engenho tivesse alguma eficiência era necessário que a roda d'água tivesse um grande diâmetro, fornecendo assim um braço de alavanca. Para exemplificar, a figura 2 ilustra uma roda de engenho de 9 m de diâmetro do século XIX, em Paraty, litoral sul do Rio de Janeiro. Para fixá-la havia a necessidade de berços (os chamados *infernos*), paredes paralelas com 4,5 m de altura. E ainda, sistemas de canalização de madeira que despejassem a água na parte superior da roda, bem como açudes para a sua estocagem.



Figura 2: Roda d'água com diâmetro de 9 m de um engenho do século XIX na Praia da Bica, Paraty.

Não é, portanto, trivial a instalação de um engenho d'água, chamado à época de engenho real. Em um engenho do Rio Turvo (Paraty) foi encontrado, em meio à floresta densa que atualmente o recobre, o local onde se localizava um açude, inteiramente tomado pela vegetação florestal arbórea (Oliveira & Fraga, 2012). Trata-se de um reservatório de 33 x 29 m, cuja parede mais alta mede 4,1 m, com um dreno em sua base. Deste reservatório até o local onde se localizava a roda d'água existe um aqueduto de pedra de 150 m. Este conjunto de trabalhos em cantaria evidencia um uso intenso de recursos minerais (basicamente granito e gnaisse) para a construção dos engenhos da época. Este trabalho, um patrimônio significativo para o engenho, não pode ser concebido sem a mão de obra escrava. Não é difícil imaginar o tempo gasto na sua construção e a quantidade de recursos utilizados para manter a escravaria.

Embora existam referências sobre a existência de um engenho à água no Camorim, não foram encontrados quaisquer vestígios que justifiquem a existência de algo mais robusto. O *inferno*, assim como toda a adução de água é algo que, em seu conjunto, não é facilmente apagado pelo tempo. Embora ainda existam vestígios do engenho, como a Igreja de São Gonçalo do Amarante e a casa do engenho, não se encontram nas redondezas vestígios que atestem a existência de um engenho real significativo, principalmente do *inferno* e do seu respectivo sistema de adução de água. Assim sendo, podemos inferir com segurança que o uso da energia hidráulica não representou, pelo menos para a moagem da cana, algo relevante. Ou seja, o Engenho do Camorim foi quase todo o tempo um *trapiche*, movido a bois de roda.

Exemplo de como a mudança tecnológica na produção pode alterar a pressão exercida sobre as fontes de recursos naturais é o fato de que, na segunda metade do século XIX, ainda é acrescida a esta pressão social até aqui elencada a lenha ou o carvão para o engenho a vapor citado anteriormente. Certamente já pousava sobre estas terras uma enorme expectativa de sustento econômico, alimentar e energético, mas a chegada de um motor de 25 hp acrescenta mais uma forma de conversão de energia da região e das atividades produtoras. O combustível mais usado nas máquinas a vapor no Brasil até meados do século XIX era a lenha. O uso da energia do carvão seria de certa forma um desperdício – não de recursos madeireiros, mas de trabalho. A conversão de lenha em carvão aumenta em cerca de três vezes o seu poder calorífico, o que não é necessário para o aquecimento da caldeira de vapor. Com a caldeira sendo aquecida à lenha algumas alterações econômicas decorrentes deste uso da energia podem ter acontecido no engenho.

Comparando-se os dois principais sistemas de conversão de energia utilizados na moagem de cana deste engenho (força animal e máquina a vapor) evidenciam-se marcantes diferenças. Em termos gerais, ambos são sistemas de conversão de energia solar (biomassa da pastagem x energia da lenha). Considerando-se as formas de entrada de energia (animal x hidráulica) dos dois sistemas produtivos, no caso do uso de bois, há que se considerar a extensão de terreno necessária às pastagens dos animais de tração. A pastagem constitui, sob este ponto de vista, um custo territorial de uso exclusivo pelo gado. Outro ponto negativo em relação ao primeiro é relativo à impossibilidade de se estocar a energia representada pela força animal. E ainda, existe um risco e um custo associados ao uso de animais no trabalho (doenças, acidentes, necessidade de descanso, de sal, cercas etc.). Já a máquina a vapor, tirando eventuais problemas mecânicos, permitia o estoque de energia sob a forma de lenha. Esta, por sua vez, era de utilidade múltipla e constante no engenho: nas fornalhas de cana, nas casas etc. Tratava-se de um insumo passível de ser estocado por algum tempo, de forma a atender a demandas presentes e futuras do engenho. Como visto, o volume de lenha requerido para o funcionamento do engenho do Camorim era da ordem de 4.200 m³ por safra. Adicionalmente, o uso do bagaço de cana permitia uma retroalimentação do sistema das fornalhas, tanto de cana quanto da máquina a vapor.

Assim, o uso cumulativo dos recursos florestais deste engenho considerado em toda a sua extensão (provisão de lenha, carvão e madeira) foi extremamente significativo. No entanto, os números que mostramos dizem respeito à necessidade de madeira de um único engenho. Para se ter ideia do impacto da atividade açucareira sobre a Mata Atlântica, deve-se lembrar que somente na Capitania do Rio de Janeiro no início do século XVIII existiam 131 engenhos em funcionamento (Abreu, 2006). No entanto, no caso do Engenho do Camorim e do próprio Maciço da Pedra Branca, as florestas retomaram, formando uma paisagem caracteristicamente florestal nos dias de hoje. Porém, o que se observa é que, apesar da composição da floresta ter sido comprometida em parte (Oliveira & Fraga, 2012), sua estrutura e funcionalidade foram significativamente recuperadas. Assim, isto significa que a exploração continuada desde o século XVII até o início do XX, pelos menos nos moldes e na intensidade em que a exploração foi feita, apresentou evidências de sustentabilidade ecológica, mas não social. Nas muitas interfaces entre os mundos humano e extra-humano deste engenho, o único documento que restou foram “marcas” na paisagem, hoje transformada em belo parque, que esconde, em meio a uma densa floresta, uma intensa história de esquecimentos e desigualdades.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. Um quebra cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. 10, p. 1-23, 2006.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve, 1837. 214 p.
- CASADO, Gloria Guzmán & MOLINA, Manuel Gonzáles de. Agricultura tradicional versus agricultura ecológica. El coste territorial de la sustentabilidade. *Agroecología* v. 2, p. 7-19, 2007.
- ENGEMANN, Carlos. *De laços e de Nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- _____. Sacralizando os profanos: escravidão, clero e vida sacramental católica no Brasil (séculos XVIII e XIX). *Atualidade Teológica*. Rio de Janeiro, Departamento de Teologia da PUC-Rio, 2010.
- _____. Corriqueiro como Nascer e Morrer: práticas sociais e parentesco em Santa Cruz, Rio de Janeiro (1791-1917). *ACERVO – Revista do Arquivo Nacional*. v. 15, no 2, Rio de Janeiro, 2002.
- _____; CHAGAS, Juliano; SANTOS, Rogério; BORGES, Alexandre Chaboudt; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Consumo de recursos florestais e produção de açúcar no período colonial: o caso do Engenho Camorim, RJ. In: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. *As marcas do homem na floresta – História ambiental de um trecho de Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.
- FLORENTINO, Manolo & GÓES, J. Roberto. *A Paz das Senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi*, nº 1, p. 45-122, 2000.
- FREUD, Sigmund. *Sobre a psicopatia da vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GÓES, José Roberto. O cativo imperfeito. *Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.
- LOPES, Janaína Christina Perrayon. *Casamentos de escravos nas freguesias da Candelária, São Francisco Xavier e Jacarepaguá: contribuições aos padrões de sociabilidade matrimonial no Rio de Janeiro (c.1800-c.1850)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Rio de Janeiro, UFRJ – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de & FRAGA, Joana Stingel. História Ambiental e transformação da paisagem: metabolismo social de três sistemas produtivos históricos do Estado do Rio de Janeiro. In: NODARI, Eunice Sueli & KLUG, João. (Orgs.). *História Ambiental e Migrações*. Florianópolis: Oikos, v. 1, 2012. p. 77-102.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de & FRAGA, Joana Stingel. Fluxos de energia, matéria e trabalho na construção da paisagem do Rio de Janeiro do século XIX. In: DUTRA, Sandra; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão. (Orgs.). *História Ambiental: fronteiras e biodiversidade*. Rio de Janeiro: Garamond (no prelo).

- ROCHA, Mateus Ramalho. *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, 1590-1990*. Rio de Janeiro: Ed. Studio HMF, p. 71-73, 1990.
- SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Reflexões sobre um percurso de pesquisa: o Mosteiro de São Bento e o culto de São Gonçalo do Amarante. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. (Orgs.). *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- SCAMPINI, José. A Liberdade religiosa nas Constituições brasileiras: estudo filosófico-jurídico comparado. *Revista de informação legislativa*, v. 11, n. 41, p. 75-126, 1974.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos Roceiros e Rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- _____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 106-107.
- SILVA, Midian dos Santos. *Uma ilustre desconhecida: os aspectos econômicos e sociais da freguesia de São Vicente de Paulo na segunda metade do século XIX (1855-1870)*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Mestrado da Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2012.
- SOUZA, Jorge Vitor de Araújo. Poder local entre *ora et labora*: a casa beneditina na América Portuguesa. c. 1580-c.1680. *Tempo (on-line)*. v. 17, no. 32, p. 69-104, 2012.
- _____. *Para além do claustro: uma história social da inserção*. Niterói, RJ: Eduff, 2014.

Capítulo 3

Carvoeiros do passado, quilombolas do futuro? Conflitos e direitos socioambientais de populações residentes no interior do Parque Estadual da Pedra Branca, RJ

Rodrigo Penna-Firme

Apresentação

Nesse capítulo²⁰ discutimos o problema da mercantilização da natureza e das relações sociedade-natureza. Enfocamos o fenômeno de apropriação da natureza via discursos de sustentabilidade e algumas de suas práticas acompanhantes. Argumentamos que é preciso cautela ao aceitar generalizações que colocam tais discursos e práticas como a solução universal para as mazelas do capitalismo global. Mais especificamente, discutiremos o fenômeno de apropriação de terras para finalidades de conservação da natureza e para o desenvolvimento de mercados verdes (*greengrabbings*). Exemplificaremos esse fenômeno ao tratarmos de uma situação peculiar de conflito entre a presença humana e o estabelecimento de uma unidade de conservação da natureza (UC). Com essa finalidade, apresentamos uma reflexão sobre o caso dos agricultores que vivem no interior do que, atualmente, se constitui os limites do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), uma UC de proteção integral situada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Discutiremos, brevemente, de que maneira estudos sobre a história ambiental do Maciço da Pedra Branca (Oliveira & Fraga, 2011), assim como evidências e argumentos antropológicos, sociológicos e históricos (Fernandez, 2011) podem lançar luz na maneira pela qual entendemos o histórico de ocupação desse espaço e, notadamente, o *status* legal e os direitos e garantias fundamentais a que faz jus um grupo historicamente marginalizado.

Percebemos que existe uma enorme lacuna no entendimento, não apenas das relações entre esses trabalhadores, mas também da floresta em si, com a transformação da paisagem como um todo. O mesmo também se dá em relação às continuidades e descontinuidades temporais e espaciais das mudanças nas formas

²⁰ Este texto é uma versão adaptada do trabalho apresentado no II Simpósio Internacional Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rural – PUC-Rio (II SIMEGER).

de uso e apropriação desses territórios e seus recursos naturais. Ou seja, pouco se sabe sobre as conectividades históricas e culturais entre os carvoeiros do passado e os agricultores do presente, que habitam e utilizam esses mesmos territórios para cultivo, moradia, transporte e lazer. Apesar da carência de estudos, acreditamos que exista um forte elo histórico e cultural entre esses dois grupos. Em outras palavras, levantamentos preliminares com base em história oral indicam que um percentual considerável desses agricultores que hoje habitam e geram parte da sua renda dentro dos limites do parque sejam descendentes diretos de carvoeiros do século XIX e XX. A reconstrução dessas conexões, ainda que em andamento, levanta uma série de indagações sobre as relações sociedade-natureza, notadamente, sobre formas de assegurar os direitos fundamentais e garantias constitucionais, consubstanciados no direito à preservação do patrimônio cultural dos carvoeiros, integrando sua forma de trabalho, criatividade, espiritualidade, crenças, cotidiano, e todos os direitos que possam advir desse patrimônio²¹. Estas possíveis conexões históricas precisam ser levadas em consideração antes, durante e depois da criação de unidades de conservação da natureza, como é o caso do PEPB, uma vez que esse tipo de UC impede e/ou limita a ocupação humana e o uso direto dos recursos naturais por essas populações residentes.

O estabelecimento de conectividades históricas entre os carvoeiros do passado e os moradores atuais, em conjunto com as outras pesquisas apresentadas nesse livro, pretende contribuir para a interpretação da dinâmica de uma paisagem que muitos percebem como natural, ou seja, como um parque coberto de florestas em plena cidade do Rio de Janeiro. Duas visões principais sobre a paisagem estão em disputa: a primeira é a perspectiva das correntes conservacionistas atuais e que criticamos nesse capítulo. Sob esta leitura, essa UC faz parte de uma paisagem natural, que consiste em um reduto urbano da biodiversidade e dos serviços ambientais originais e, portanto, deve ser preservada sem a presença humana. Já a segunda, com a qual nos identificamos, defende que a UC em questão e sua área de entorno são parte inseparável de uma paisagem natural, histórica e

21 No decorrer do texto, essas ideias serão discutidas em detalhes. Um dos nossos objetivos é demonstrar que apesar das vantagens que uma unidade de conservação da natureza (UC) pode proporcionar para a conservação da biodiversidade, impactos negativos são produzidos sobre as próprias populações locais que ajudaram a criar esses ambientes em bom estado de conservação. Defendemos que esses grupos humanos têm direitos preexistentes que devem ser observados e respeitados em primeiro lugar. Ou seja, o meio ambiente é patrimônio de todos, e deve ser usufruído por todos, em especial por aqueles que habitam essas áreas originalmente e seus descendentes. Acreditamos que a falsa ideia de que exista uma natureza pristina, intocada e pura deva dar lugar ao fato empírico de que a busca da conciliação (com justiça social) entre as pessoas e a natureza depende da própria existência dessas populações, seus modos de vida e cultura em seus territórios tradicionalmente ocupados. Esses aspectos como um todo, entendidos na constituição brasileira como patrimônio cultural, e não apenas a biodiversidade, devem ser objeto de proteção.

cultural em constante transformação, assim como patrimônio cultural produzido pelas próprias populações que habitam e habitaram essas mesmas áreas. Em outras palavras, argumentamos que, na realidade, como quase toda paisagem, a área de abrangência do parque estadual da Pedra Branca é o resultado da interação de forças da natureza com a intencionalidade humana. Esta última manifesta-se por meio do trabalho e da técnica, seja do carvoeiro no passado ou do agricultor do presente, modificando a natureza “pura” e tornando a mesma em territórios disputados, cheios de história e significados diversos para grupos humanos distintos.

A mercantilização da natureza e o discurso da sustentabilidade global

A crescente mercantilização das relações entre natureza e sociedade e da natureza em si mesma vem se tornando estratégia central no avanço do capitalismo moderno (Porto-Gonçalves, 2006), que aqui denominamos de capitalismo verde²². No nosso entendimento, uma das características mais marcantes dessa nova fase do capitalismo global é uma combinação intensa, ou melhor, uma aproximação perigosa de dependência entre este processo e os novos discursos da sustentabilidade. Tais discursos, por sua vez, produzem e são produtos das transformações do espaço via força de mercado (impulsionados pela cultura do consumo), pelo cientismo (percepção da ciência como uma espécie de religião global e secular, e cujo papel é ser a fonte de todas as respostas práticas, e também dos mais profundos anseios humanos) e, finalmente, não menos importante, do aparato midiático que globaliza desejos de consumo, ao forjar identidades e padrões de comportamento

22 Entendemos como mercantilização da natureza o processo histórico pelo qual os seres vivos e os ambientes naturais onde eles vivem vêm sendo gradativamente manipulados e utilizados para fins de acúmulo de capital e benefícios privados. Nesse processo, a natureza vem sendo percebida como capital natural, ou seja, a ela vêm sendo atribuídos valores monetários, ao invés de valores de uso e valores intrínsecos de existência. Na medida em que as relações capitalistas de produção, distribuição e consumo avançam pelo mundo, nem mesmo os ecossistemas e a sua biodiversidade escapam dessa lógica. Para ilustrar, vejamos os esforços da economia ecológica em colocar um preço de mercado nas águas, no carbono, nas florestas em si, como forma de valorizar, e portanto, diminuir o descaso com o meio ambiente. Um dos efeitos tem sido o contrário disso. Ou seja, a valorização dos espaços naturais tem aumentado a cobiça pelos mesmos, e desse modo, os donos do capital têm paulatinamente se apropriado da natureza que agora é quase sempre vista como recurso ou capital natural. O caso que trazemos sobre uma UC de proteção integral ilustra essa mesma lógica. No mundo, muitas áreas estão sendo transformadas em “parques” para fins de proteção da natureza, o que gera lucro e benefícios indiretos, principalmente para quem controla esses territórios e para os que podem pagar para visitá-los em pacotes turísticos. Ou seja, apesar da importância, por exemplo, dos parques nacionais, de sua beleza cênica e raridade, assim como da boa intenção de muitos turistas, aventureiros, caminhantes e dos próprios biólogos conservacionistas, a criação de UCs como o PEPB tem gerado uma série de conflitos e injustiças sociais pouco entendidos e divulgados. Outra questão importante que temos percebido pelo mundo é que o fato de uma área se tornar “parque” não necessariamente assegura a proteção da sua biodiversidade. Alguns exemplos indicam que, na realidade, áreas protegidas que envolvem a consulta, a construção de regras de uso diretamente com os moradores locais, assim como a repartição de benefícios econômicos e sociais são as que têm maior chance de obter sucesso na conservação da biodiversidade, no desenvolvimento local e na diminuição das injustiças sociais.

que sirvam de modelos civilizatórios estruturantes de uma nova ordem mundial (pós-colonial), que reorganize a divisão do trabalho e do acesso aos recursos naturais entre povos e nações, desenvolvidos e em desenvolvimento.

Apesar das forças que buscam homogeneizar sociedades, economias e culturas, é inegável que existam efeitos colaterais inesperados. Têm surgido mobilizações sociais explicitamente contrárias ao processo de globalização, aliado ao acompanhante fenômeno de mercantilização da natureza e das culturas. Exemplos emblemáticos desse tipo de resistência são os protestos contra a privatização da água na Bolívia e as reivindicações de povos indígenas americanos pela repatriação de objetos de valor simbólico e histórico de sua cultura, atualmente enclausurados e mercantilizados em museus europeus e norte-americanos.

Pelo mundo, também vêm se tornando cada vez mais comuns os movimentos que visam o resgate de tradições culturais à beira da extinção. É interessante notar que apesar das consequências negativas do avanço desigual dos benefícios trazidos pela modernidade, é o próprio contato cultural acelerado, produzido no bojo do capitalismo moderno, que tem provocado invenções, renovações, e resgates culturais, na medida em que o encontro entre cosmologias locais e globais produz alteridade, ou seja, provoca o refletir sobre si mesmo a partir do olhar lançado sobre o outro, sobre o diferente. É por meio do encontro de forças desiguais que grupos marginalizados sentem-se compelidos, apoiados e até mesmo pressionados a lutar pela criação, ampliação e reconhecimento de novos direitos socioambientais, como o direito de permanência em territórios tradicionalmente ocupados, assim como o direito de compartilhar dos benefícios econômicos associados à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados ao seu uso e manejo (Carneiro da Cunha, 2009). Entendemos que a globalização da lógica de mercado, o capitalismo neoliberal em si, nutre-se das suas próprias contradições, e não pode superá-las, mas apenas mascará-las temporariamente.

Ao transformarmos a natureza em conjunto de objetos e serviços na “prateleira” de um mercado de consumo global, criamos uma série de possibilidades e restrições para grupos humanos específicos. Em primeiro lugar, o acesso aos bens naturais e suas provisões torna-se gradativamente privilégio daqueles indivíduos, instituições, governos e corporações financeiramente capazes de pagar por isso. Também, na medida em que os recursos naturais se tornam mais escassos, com a manutenção ou aumento da demanda, seu valor de mercado tenderá ao crescimento, favorecendo, prioritariamente, as elites econômicas mundiais e nacionais que controlam cada vez mais a produção, o manejo, a comercialização e o consumo desses bens e serviços.

Em segundo lugar, por restringirmos os valores de uso, e enaltecemos os valores de troca, alteramos adversamente a reprodução cultural e material de milhões de pessoas que ainda vivem, quase que exclusivamente, fora das relações de mercado. Ou seja, são pessoas e unidades familiares que dependem diariamente da provisão gratuita da natureza para sobreviver, seja através da obtenção de lenha para cozinhar, da coleta de plantas medicinais, do acesso às fontes de água potável, da caça e da pesca, dentre outros. Na medida em que o acesso aos recursos naturais tem sido a cada dia restringido por meio de mecanismos de mercado, ou seja, pela lógica da compra e da venda, da demanda e da oferta, milhões de pessoas por todo o mundo têm perdido o direito de acesso a esses recursos, assim como o conhecimento tradicional de como usá-los tem sido erodido. Será que no Brasil, por exemplo, a transferência de renda para os mais pobres, com o objetivo de trazer milhares de famílias da pobreza para o mercado de consumo, apesar de gerar benefícios, não geraria mais riscos e dependência, no longo prazo, para a sobrevivência dessas mesmas famílias hoje beneficiadas? Será que, supostamente, diminuir a dependência que essas pessoas têm dos recursos naturais locais, colocando-as marginalmente em mercados de consumo seria a solução para mudar as estruturas e raízes históricas que produziram essas discrepâncias socioeconômicas?

Nessa perspectiva, a globalização da natureza (Porto-Gonçalves, 2006) também pode ser interpretada como intencionalidade do capital global para restringir o uso e o acesso de recursos naturais finitos a certos grupos em detrimento de outros, a certos países em detrimento de outros, e assim por diante. A resposta que muitos de nós ofereceríamos para duas perguntas simples indica que a questão do controle dos recursos naturais por elites nacionais e internacionais, via mercados globais, não é mais uma inócua teoria de conspiração global; muito pelo contrário, nos parece realidade inexorável. Vejamos: qual o perfil socioeconômico das pessoas que usufruem das delícias naturais de Cancún e Fernando de Noronha? Quem pode degustar as últimas lagostas e atuns em extinção dos oceanos?

No balanço geral, com os mínimos avanços no processo de demarcação de terras indígenas e quilombolas, ou de reforma agrária mais amplamente, o que temos testemunhado é a contínua transferência do uso e controle dos recursos naturais dos pobres, dos camponeses, dos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais para fazendeiros de soja e gado, para o estabelecimento de UCs, para a construção de usinas hidroelétricas e assim por diante. Novos conflitos socioambientais surgirão com a ampliação de “negócios sustentáveis”, como os reflores-

tamentos voltados para a captura de carbono, as plantações de biocombustível, os parques eólicos, dentre outros.

Por fim, a “novidade” no avanço do capitalismo contemporâneo é de grau e não de tipo. Ela reside, dentre outros aspectos, principalmente, na dependência do desenvolvimento econômico segundo uma visão de sustentabilidade global. Essa, por sua vez, tem sido ampliada como justificativa de uma agenda global de controle dos recursos naturais por parte de países desenvolvidos. Não podemos negar uma série de mudanças positivas que tem sido impulsionada pelo novo paradigma ecológico que afeta, por exemplo, processos produtivos industriais e agrícolas. Reduzir o uso de agrotóxicos, economizar água, reciclar diversos materiais, e tantas outras iniciativas, é inegavelmente fundamental.

O que vimos argumentando é que tais avanços não podem, por si só, superar as contradições inerentes ao sistema econômico atual que se globaliza a passos largos. O cenário mais amplo nos conforta, à primeira vista, pois temos a impressão de que transitamos de um capitalismo selvagem, cujo céu cinzento simbolizava o progresso, e caminhamos para outro menos voraz, com o céu mais azul e os campos mais verdes. Essa é uma verdade parcial. Acreditamos, assim como Slavoj Žižek²³, que a ecologia vem se tornando a nova utopia global após o fracasso do comunismo e de algumas formas de socialismo pelo mundo. A ecologia como ideologia societária, como base filosófica de diversas práticas, também atua como uma espécie de substituto, ou melhor, como se abrisse ao mundo, aos indivíduos, uma segunda oportunidade de corrigir os erros da humanidade, de finalmente atingirmos, como coletividade, as promessas não cumpridas pela modernidade, que incluem um mundo mais justo, mais confortável, mais seguro e feliz para todos, ou quase todos. O discurso da sustentabilidade global, que nasce de reformulações políticas, de interesses econômicos e da popularização de perspectivas da ciência ecológica moderna, apesar de seus reais e potenciais benefícios, nos parece, à maneira de Žižek, um novo e poderoso ópio do povo.

Green Grabbing e conservação neoliberal

Por décadas, a questão da apropriação e distribuição desigual dos recursos naturais tem sido o foco de análises da geografia e de disciplinas correlatas, como a antropologia ambiental e a ecologia política. No entanto, apenas mais recentemente, no cruzamento dessas disciplinas, o termo *greengrabbng* foi elaborado, e,

23 Texto publicado em <http://www.nextnature.net/2009/02/ecology-a-new-opium-for-the-masses>. Acesso em 30 dez. 2019.

desde então, tem sido utilizado para designar formas particulares de controle e a apropriação da natureza. Essa expressão poderia ser traduzida como apropriação “verde” de territórios e recursos naturais. Em outras palavras, o termo refere-se a todo e qualquer processo de apropriação de territórios para fins ambientais e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Ou seja, é o processo pelo qual “crendenciais verdes” e discursos sobre desenvolvimento são utilizados para justificar a apropriação de terras para alimentos, biocombustíveis, sequestro de carbono, conservação da natureza e ecoturismo (Fairhead et al., 2013).

A criação de UCs para fins de conservação e turismo pode ser entendida como um tipo específico de *greengrabbings* (Fletcher et al., 2014). Tanto a tomada de terras para produção de biocombustíveis, como a delimitação de territórios para conservação seguem a mesma lógica, que como já mencionamos, tem sido denominada de conservação neoliberal, neoliberalização da natureza, ou mercantilização da natureza. Alguns analistas têm chamado de neocolonialismo o processo de criação de grande número de áreas protegidas – com ajuda técnico-financeira de países desenvolvidos, com vistas ao desenvolvimento do turismo e da proteção integral da natureza em países em desenvolvimento (Brockington et al., 2010).

Ao mesmo tempo em que as áreas dentro e imediatamente fora das UCs têm se tornado territórios para turistas, um efeito ainda pouco estudado é a tendência de terras no entorno de áreas protegidas aumentarem seu valor de mercado. Em outros casos, áreas protegidas têm sido estabelecidas como estratégia para ‘compensar’ danos ao meio ambiente, como projetos de expansão da agricultura e industrial, de infraestrutura e mineração (Brockington et al., 2010). Na realidade essas compensações são fictícias, pois a área total voltada para fins de conservação aumenta relativa, e não absolutamente. Acreditamos que muitas UCs no Brasil servirão, na realidade, como reservas de mercado (e não de natureza) para uma variedade de empreendimentos “sustentáveis” futuros.

Entendemos que o termo neoliberalização da natureza, além de carregar em síntese a ideologia que busca transformar “tudo” em mercadoria/*commodity*, aponta para um conjunto de ações e discursos que vêm sendo crescentemente usados por países, governos, instituições e indivíduos na formulação de políticas ambientais, especialmente, por meio da combinação de: (1) Transformação de conhecimentos técnico-científicos sobre o mundo natural, notadamente nos campos da ecologia e da biologia da conservação, em verdades absolutas, que servem de guias para a tomada de decisões políticas sobre o manejo de recursos

naturais; (2) A ampliação de políticas econômicas que facilitam mecanismos de livre-mercado como justificativa para aumentar a eficiência e diminuir os custos de transação (também nas relações sociedade-natureza) – o que inclui, mas não se limita a, a descentralização do controle de territórios e a diminuição do papel do Estado nessas transações; (3) A ampla difusão do discurso de sustentabilidade através dos meios de comunicação em massa, acompanhada da transformação do discurso da sustentabilidade no “ópio do povo”, conforme discutimos quando apresentamos sucintamente algumas ideias do filósofo Slavoj Žižek.

Conforme argumentamos, a sustentação desse tipo de discurso baseia-se, dentre outras medidas, na criação e difusão do que estamos denominando de ecologia do medo²⁴. Essa é uma posição científico-filosófica que prega o catastrofismo ambiental irreversível, a não ser que medidas sustentáveis globais urgentes sejam tomadas conjuntamente por todos os povos da Terra. De acordo com essa perspectiva, o caminho de transição para uma sociedade planetária sustentável encontra-se na adoção de medidas e princípios científico-ecológicos, e na adoção da economia de mercado, por meio, por exemplo, da implementação de pacotes tecnológicos “verdes” e, principalmente, pela valoração econômica da natureza, ou seja, de seus bens e serviços, entendidos em conjunto como capital natural.

Notamos que em conjunto, tais medidas e discursos servem como justificativa para a ampliação de uma governança global sobre o uso dos recursos naturais do planeta; todo esse aparato visa criar, difundir, implantar e legitimar um conjunto de regras universais sobre como usar, quem pode usar, e quando devemos usar a natureza. Essas regras de uma nova ordem socioambiental global buscam definir, em primeiro lugar, o que é natureza, quem tem o poder de dizer o que é essa natureza, e também quem tem o direito de se beneficiar com essa definição. Além da situação das UCs, já destacada, podemos citar outros exemplos emblemáticos da mercantilização da natureza e das relações cultura-natureza, como é o caso de reservas indígenas que comercializam créditos de carbono, incentivadas por multinacionais, das quais se tornam “parceiras comerciais”.

24 Tomamos emprestado o termo cunhado por Mike Davis em seu livro intitulado *Ecologia do Medo: Los Angeles e a fabricação de um desastre* (2001). O autor elabora o termo para explicar como medos reais e infundados se misturam no imaginário popular sobre terremotos, maremotos e outras catástrofes naturais dos moradores de Los Angeles nos Estados Unidos. Aqui usamos o termo para argumentar que uma das estratégias do capitalismo verde é o emprego de mensagens catastrofistas e amedrontadoras sobre os rumos da humanidade, com a finalidade de legitimar o controle de recursos naturais locais por meio de agentes, instituições, governos e mercados exógenos e supostamente mais “capacitados” para gerenciar a crise ambiental global, notadamente, por meio de projetos de sustentabilidade fundados em pressupostos e conhecimentos técnico-científicos.

Um caso revelador é a relação entre o Banco Mundial, comunidades rurais negras e o governo da Colômbia. Desde a década de 1990, o banco tem financiando e apoiando, técnica e juridicamente, dezenas de processos que incluem desapropriações, demarcação de terras e a titulação definitiva de territórios tradicionais comuns de comunidades rurais negras (Ofen, 2003). Mas qual seria o real interesse do banco em promover o reconhecimento étnico e a demarcação de territórios de comunidades negras e pobres localizadas no litoral pacífico daquele país? Em síntese, a resposta que o próprio autor nos fornece é que, algum tempo após a titulação, têm surgido parcerias entre empresas de biotecnologia e algumas dessas comunidades. Nesse sentido, garantir a titulação é uma importante quebra de barreira jurídica e econômica, de modo a possibilitar uma segurança jurídica para a entrada definitiva de investimentos estrangeiros (apenas com base no “consentimento” local) em uma região que ainda mantém níveis altíssimos de biodiversidade e recursos minerais a serem explorados (Escobar & Paulson, 2005).

A pobreza no paraíso ecológico e a mais valia socioambiental

Apesar do aumento da conscientização sobre a existência de inúmeros conflitos entre moradores locais e unidades de conservação da natureza, pouco se sabe sobre os impactos negativos diretos que essas interações provocam na subsistência e reprodução cultural e material de populações rurais no Brasil e ao redor do mundo. Sabemos, por exemplo, que em países africanos como o Quênia, milhares de pessoas já foram literalmente expulsas de territórios historicamente habitados por seus ancestrais para dar lugar a diferentes tipos de unidades de conservação da natureza (Brockington et al., 2010).

No Brasil, não sabemos quantas pessoas, casas, famílias ou mesmo comunidades já foram deslocadas, desapropriadas ou simplesmente expulsas para o estabelecimento de UCs. Assim como não existem estatísticas oficiais sobre quantas pessoas permaneceram por vontade própria, ou falta de opção, nas suas moradias e comunidades após a instalação de UCs no Brasil. No entanto, acreditamos que o processo de criação de UCs no Brasil tenha causado menos expulsões diretas (remoções, desapropriações) do que o número de UCs existentes pode sugerir. Isso não necessariamente diminui os impactos sociais causados por essas intervenções, mas apenas modifica-os qualitativamente. Especulamos duas razões primordiais para que haja um número maior de pessoas que permanecem dentro ou no entorno das UCs, do que o número de pessoas que foram expulsas. Primeiro, pelo menos no nível federal, existe um número maior de UCs de uso sustentá-

vel ou uso direto (n=173) do que de UCs de proteção integral ou uso indireto (n=147)²⁵. Isso por si só evidencia, mas não prova que exista um maior número de residentes dentro de UCs do que o número de pessoas que habitavam essas áreas e foram desapropriadas.

Para entendermos melhor essa situação, vejamos com um pouco mais de cuidado o que descrevemos acima. Dentre a categoria de UCs de uso sustentável estão, por exemplo, as reservas extrativistas (Resex), as reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) e áreas de proteção ambiental (Apa). Nessas, o objetivo é conciliar a conservação da natureza com a cultura local/tradicional e suas práticas de manejo. Entre as UCs de proteção integral destacamos os parques nacionais (Parna) e as reservas biológicas (Rebio). Todos os Parnas têm finalidade exclusiva de proteger os recursos naturais do uso direto humano, ou seja, não admitem a presença humana como habitantes permanentes. Essa mesma lógica tem sido utilizada em nível estadual, pois os parques estaduais adotam os mesmos tipos de restrição dos parques nacionais, por exemplo. Apesar da proibição da permanência de moradores locais, mesmo daqueles que se estabeleceram antes da implantação da UC, Parnas estimulam prioritariamente o desenvolvimento do ecoturismo, da educação ambiental e da pesquisa científica. Como era de se esperar, é no interior e no entorno de UCs de uso indireto que ocorrem a maior parte dos conflitos entre pessoas e unidades de conservação da natureza. As reservas biológicas merecem destaque, porque adotam uma política ainda mais rigorosa. Nessa categoria de UC, nenhum tipo de atividade humana é permitida, com exceção de pesquisas científicas oficialmente autorizadas e previstas no plano de manejo da UC em questão.

A segunda razão para sugerirmos que o impacto social indireto (sobre as pessoas que permanecem nas UCs) seja maior do que o impacto direto causado por expulsões, é que, apesar de também não existirem dados quantitativos oficiais, a literatura e a nossa experiência sugerem que a maior parte dos moradores residentes em UCs de proteção integral ainda não foi removida por causa da complexidade jurídico-legal e histórica das questões fundiárias no Brasil, a não realização da reforma agrária prometida pelos governos de “esquerda”, pela falta de vontade política refletida na morosidade do aparato governamental, pela falta de recursos financeiros e recursos humanos para conduzir as desapropriações, e pelo papel

25 Informações obtidas no portal *on-line* do Instituto Chico Mendes – MMA (ICMBio). Disponível em <http://www.icmbio.gov.br>. Acesso em 20 jan. 2015.

das forças econômicas e poderes políticos locais, que podem tanto impedir como acelerar a criação dessas áreas.

Entendemos que o impacto da criação de UCs de proteção integral seja significativo – não apenas sobre aquelas pessoas que são removidas, mas também sobre os que permanecem, pois estes experimentam mudanças socioeconômicas, culturais e ambientais substantivas, apesar de pouco conhecidas, discutidas e enfrentadas nos meios acadêmicos e políticos. É possível até, em alguns casos, que a permanência de comunidades, famílias e indivíduos em uma área de proteção integral possa causar mais danos do que a remoção em si, mesmo com a devida indenização. Ao permanecerem, essas pessoas geralmente encontram uma série de barreiras à reprodução de seus hábitos de manejo ambiental, como por exemplo, a proibição de fazer agricultura, de criar animais ou mesmo de coletar produtos florestais não-madeireiros, tais como plantas medicinais. A sensação de subalteridade – a perda de liberdade, por meio da vigilância e do controle exercido pelo aparato de monitoramento ambiental, exerce forte pressão emocional na qualidade de vida das populações residentes de UCs de proteção integral. É como se essas populações fossem as menos importantes, e, portanto, deixadas propositalmente em uma situação de tamanha dificuldade, que a única, ou a melhor opção, fosse abandonar a área por “livre e espontânea vontade”.

Pesquisas etnográficas conduzidas pelo primeiro autor indicam que a criação de obstáculos para a chegada da luz, ou melhor, do acesso à energia elétrica para comunidades rurais e tradicionais tem sido uma tática comum utilizada em UCs de proteção integral, de forma a impedir ou limitar certos tipos de desenvolvimento considerados incompatíveis com os objetivos de sustentabilidade e, mais especificamente, da conservação da natureza. Por exemplo, no núcleo Picinguaba (Ubatuba, SP), do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), a luz só chegou na comunidade do Camorcy em 2007, após anos de protestos e manifestações organizadas pelas próprias populações locais, sendo impulsionada, principalmente, pelo reconhecimento em 2003 dessa comunidade como sendo de descendentes de escravos (quilombo), processo esse, conduzido por agentes da Fundação Instituto de Terras de São Paulo (Itesp) (Penna-Firme, 2013).

Outra questão fundamental, altamente negligenciada no Brasil, diz respeito aos impactos negativos sobre comunidades locais residentes em UCs que podem aumentar a pobreza humana em *hotspots* de biodiversidade, de modo que a conservação ambiental pode coexistir com a injustiça social (Stonich, 1993). Temos argumentado que sob certas circunstâncias, a criação de UCs, principalmente as

de proteção integral, em territórios ocupados por comunidades tradicionais, ou historicamente habitados por pobres rurais, tende a levar esses grupos a viverem em um estado limitado de oportunidades de desenvolvimento socioeconômico (Penna-Firme & Brondízio, 2007).

O processo de neoliberalização das relações cultura-natureza em UCs ocorre, em grande medida, por meio do que denominamos mais-valia socioambiental. Definimos o termo com sendo o total das funções, provisões ou serviços não suficientemente compensados, que são prestados por pessoas e comunidades locais em coparticipação com a natureza, por meio do trabalho de produção de conhecimentos locais sobre o uso, o manejo e a conservação da natureza. O déficit, ou os benefícios não recompensados ou pagos, são produzidos pela redução de oportunidades de desenvolvimento, notadamente pela proibição ou restrição de certos tipos de trabalho considerados antiecológicos ou insustentáveis ambientalmente. Ou seja, as pessoas coprodutoras desses “serviços” junto com a natureza devem, por vontade própria e/ou coerção, abrir mão de certos caminhos de desenvolvimento para benefício de uma causa ecológica, que se impõe a toda humanidade não apenas por necessidade, mas principalmente pela crescente hegemonia do discurso da sustentabilidade global.

A situação descrita muito se assemelha ao problema central do Protocolo de Quioto, assinado por diversos países em 1998. Em síntese, os países do norte desenvolvido e os do sul em desenvolvimento travaram uma batalha moral épica para tentar definir o que seria justo e viável para uma ação global de redução dos gases do efeito estufa na atmosfera. A questão central que nos interessa aqui é que países em desenvolvimento, como o Brasil e a Índia, argumentaram que não poderiam se comprometer com as metas de redução de gases da mesma maneira que os países desenvolvidos, como Estados Unidos e Japão, uma vez que historicamente haviam emitido quantidades muito menores de CO₂ e outros gases estufa para a atmosfera. Argumentavam que cumprir as mesmas metas significava tirar-lhes o direito de seguir caminhos de desenvolvimento similares, ou seja, com base em uma matriz energética petrolífera, o que foi crucial para que países como os Estados Unidos atingissem o nível de sofisticação e desenvolvimento tecnológico que possuem hoje. Nesse contexto, surgiram propostas que deram origem ao que hoje conhecemos como mercados de carbono. Ou seja, o Brasil, por exemplo, propôs que deveria receber créditos de carbono por manter as florestas em pé, o que sacrificaria outras formas de desenvolvimento e lucro, como a expansão da agropecuária e a própria exploração de madeiras tropicais.

De forma similar, querer que moradores tradicionais e locais de *hotspots* de biodiversidade limitem seus desejos e necessidades de consumo e desenvolvimento tecnológico (como o simples direito de ter luz em suas moradias, ou possuir uma oficina de reparo de motocicletas ao invés de uma rede de pesca) é querer que essas pessoas paguem o preço da conservação global, sem, no entanto, serem adequadamente compensados por isso. Dessa maneira, centenas de moradores de UCs no Brasil e no mundo têm sido forçados a permanecer cristalizados em um estado idílico, romântico, e imaginados de tradicionalidade para benefício da conservação e do turismo.

Carvoeiros do passado e agricultores do presente: buscando os elos históricos

Dentro dos limites do PEPB já foram identificados e mapeados mais de mil vestígios de carvoarias e aproximadamente 50 ruínas de antigas moradias em meio à densa floresta de Mata Atlântica (Oliveira & Fraga, 2011). Essas carvoarias e ruínas foram feitas no final do século XIX e início do século XX. No entanto, o que mais chama a atenção, pelo menos para a finalidade da presente análise, é que essas marcas humanas na paisagem foram quase que, indubitavelmente, deixadas por ex-escravos libertos, alforriados e fugitivos: trabalhadores invisíveis (Oliveira & Fraga, 2011).

Oliveira e colaboradores têm demonstrado amplamente que não há historiografia (registro oficial escrito) sobre os carvoeiros da cidade do Rio de Janeiro. O que existem são marcas deixadas na paisagem, notadamente percebidas pela análise fitossociológica (composição e estruturas) de espécies arbóreas da Mata Atlântica nas áreas manejadas para produção de carvão, e pela presença de ruínas de casas, conforme já mencionamos. Além dessas marcas, existem indícios da existência de muitas áreas utilizadas para roças de subsistência desses trabalhadores invisíveis. Conforme explica Oliveira²⁶:

Muito possivelmente a fabricação de carvão era um trabalho para escravos alforriados ou pequenos agricultores e não parte integrante do sistema produtivo dos engenhos ... a fabricação do carvão era uma atividade que permitia uma relativa independência, já que a quantidade de insumos utilizada na produção de carvão era mínima. Um machado, um enxadão, um ancinho e um isqueiro eram tudo o que se precisava para a sua produção. Apesar do intenso processo de invisibilização social a que os carvoeiros estavam sujeitos,

26 Todo o trecho citado foi obtido de um manuscrito ainda em preparação pelo professor Rogério Ribeiro de Oliveira, que gentilmente permitiu que o utilizássemos aqui.

somente no Maciço da Pedra Branca eles foram responsáveis pela exploração de uma área de mais de 10.000 hectares. Hoje, transformado em um Parque Estadual, sua floresta atlântica tem a sua estrutura e composição florística em grande parte determinada por esta atividade do passado. As implicações ecológicas da exploração da lenha para a produção de carvão não resultaram em efeitos ecológicos negativos expressivos. Estas 1.000 carvoarias inventariadas devem ter produzido mais de 13.000 toneladas de carvão para uma cidade que tinha nestes recursos sua principal matriz energética. No entanto, apesar do intenso desmatamento no final do século XIX, a floresta retomou graças à sucessão ecológica, constituindo hoje o Parque Estadual da Pedra Branca. Apesar do desmatamento, a sustentabilidade ecológica do período de fabricação do carvão foi um fato concreto. Afinal a retomada da floresta nesta área de exploração permitiu, cerca de 70 anos depois, a criação de uma significativa Unidade de Conservação. Mas, e a sustentabilidade social dessa atividade? São pouquíssimas as informações disponíveis sobre estes atores sociais, que forneciam energia à cidade do Rio de Janeiro. Os carvoeiros em muito pouco se beneficiaram do seu trabalho, enquanto que muitos lucraram com ele. São até hoje invisibilizados do ponto de vista social e ignorados pela historiografia oficial. Dessa história, o único documento que nos restou foi o seu paleoterritório, hoje transformado em belo parque, que esconde, em meio a uma densa floresta, uma história de esquecimentos e desigualdades entre as pessoas que nela viveram e que dela se utilizaram.

Atualmente, tanto as áreas de produção de carvão como as áreas de roça estão totalmente cobertas por densa vegetação de Mata Atlântica, o que atesta para a existência de práticas de manejo sustentáveis do ponto de vista ecológico, uma vez que após seu abandono, foi permitido o retorno e a manutenção de boa parte da biodiversidade original, assim como do funcionamento ecológico da paisagem. A presença da floresta hoje, desconsiderada sua história ambiental, nos parece um dado da natureza, ou seja, algo que sempre existiu de forma intocada pelas mãos humanas. Essa mentalidade tem ganhado força com a difusão de discursos conservacionistas de orientação biocêntrica. No caso em questão, pode-se dizer que a implantação do PESPB – sem levar em consideração a presença humana histórica nessa paisagem – é o ápice de um longo processo de mercantilização da natureza que vem apagando as histórias de vida locais, as lutas, os amores, os medos e os sonhos dos primeiros moradores e seus descendentes atuais. Também é um processo de substituição de cosmologias e de direitos. Antes a floresta era a casa, a moradia, a dignidade, o sustento, o refúgio e o trabalho, hoje ela vem se tornando

o território do turismo, o cartão postal da população urbana e uma espécie de parque de diversão dos cientistas naturais.

Como relatou Annelise Fernandez²⁷, os antigos caminhos utilizados por moradores locais hoje são trilhas ecológicas para turistas. Esses caminhos estão repletos de histórias e significados hoje esquecidos; pois eram locais por onde passavam mercadorias e produtos da floresta e da cidade, trazidos no lombo de mulas, assim como pelas próprias pessoas, que entendemos como donos legítimos desses territórios. Tais espaços eram fundamentais na manutenção dos laços de família entre parentes que habitavam casas distantes, assim como serviam de ligação entre o trabalho na roça, a floresta e o mundo exterior. Entendemos que a transformação de antigos caminhos em trilhas ecológicas a serem consumidas pelos caminhantes do parque seja uma forma sutil de mercantilização da natureza.

Observados em conjunto, os resultados das pesquisas em história ambiental sobre as carvoarias e algumas evidências antropológicas que iremos relatar a seguir, sugerem que muitos dos agricultores que permanecem dentro dos limites do PESPB sejam descendentes dos carvoeiros que fizeram moradia nas áreas do mato. Até o presente momento, pesquisas arqueológicas conduzidas por uma equipe multidisciplinar envolvendo o Museu Nacional e o Departamento de Geografia e Meio Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro ainda não encontraram vestígios humanos (ex. ossadas) que pudessem revelar a verdadeira identidade biológica dos carvoeiros, incluindo seu sexo. Em outras palavras, ainda não foram encontrados vestígios (se é que existem) que possam fornecer material genético humano para, por exemplo, uma eventual comparação do DNA dos carvoeiros com o material genético dos moradores atuais.

No entanto, apesar do papel relevante da confirmação biológica, em casos em que não existem documentos escritos, sabemos que na tradição antropológica o rastreamento da ancestralidade e das relações de parentesco tem sido feito com grande precisão com base na observação-participante e na história oral, ou seja, com base em depoimentos e observações diretas das populações atuais. Juntamente com o direito ao autorreconhecimento, ou autoafirmação das próprias comunidades, a história oral tem sido fundamental na legitimação do processo de identificação de quilombos no Brasil (Fiabani, 2005).

A potencial reconstrução dos elos entre os carvoeiros do passado e os agricultores do presente no PEPB traz uma novidade em relação aos usos tradicionais da identificação via material genético e da história oral. A inovação é que a grande

27 Comunicação pessoal em novembro de 2013.

maioria das reivindicações por territórios quilombolas, por exemplo, no que diz respeito à definição dos limites físicos desse espaço, carecem de evidência materiais relativas à extensão, tipo e grau de ocupação pretérita. No caso da ligação entre os carvoeiros e os agricultores da Pedra Branca, os relatos que estão sendo coletados entre os agricultores (ainda em andamento) sobre relações de parentesco e uso pretérito do território estão sendo confirmados pelos resultados apresentados até agora pelas abordagens da história ambiental. Em outras palavras, as marcas deixadas na paisagem pelos carvoeiros, assim como os vestígios de residências e as centenas de carvoarias abandonadas servem, de fato, como preconiza a história ambiental, de documento sobre o passado não registrado nos livros e cartórios.

No primeiro semestre do ano de 2014, uma equipe formada por professores e alunos do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio saiu para um trabalho de campo exploratório, com a finalidade de dar início à eventual coleta sistemática de relatos sobre os usos pretéritos daquele território, hoje transformado em UC. Os autores desse capítulo participaram desse trabalho. Aqui trazemos parte dos dados qualitativos coletados.

Aproximadamente duas horas de caminhada morro acima, no meio da floresta, encontramos o senhor João (pseudônimo para preservar sua identidade), um morador de aproximadamente 50-60 anos, já conhecido por membros da nossa equipe. “Seu” João – um homem pobre e negro, de aparência franzina, que havia nascido e sido criado em uma pequena casa dentro dos limites do parque, nos contou espontaneamente histórias bastante reveladoras. Reproduzimos a seguir, com nossas palavras, uma síntese dos relatos que ele nos forneceu.

Ao ser questionado sobre seu conhecimento sobre carvoarias, João deu uma aula de conhecimento local sobre como fazer uma carvoaria, também nos contando que seu avô era exímio carvoeiro, e que ele mesmo, quando criança, testemunhou seu avô fazendo uma das últimas carvoarias da região. É preciso destacar que pela descrição, aparentemente, essa carvoaria seguia a mesma técnica daquelas centenas mapeadas sob as encostas declivosas do Maciço da Pedra Branca. O conhecimento aprofundado desse informante sobre carvoarias, assim como a relação explícita de parentesco dele com um dos prováveis últimos carvoeiros ativos nos chamou a atenção. Como, e porque um produtor de caqui, pobre e solitário, que enfrentava a pressão conservacionista para abandonar essa atividade e sair do local onde nasceu, saberia e nos contaria uma história tão rica em detalhes, espontaneamente, se essa não fosse verdadeira? Qual seria o significado daquilo tudo?

A partir desse encontro com Seu João, passamos a construir a perspectiva que apresentamos aqui sobre as relações entre os carvoeiros do passado, os agricultores do presente e os turistas do futuro. O quadro maior de entendimento dos acontecimentos do passado, revelado pela leitura da paisagem, e das circunstâncias do presente observadas diretamente, começava a fazer mais sentido. Em outras palavras, caso fosse comprovado que ao menos parte dos moradores e agricultores atuais fosse, como “Seu” João, um descendente direto de carvoeiros, poderíamos de alguma forma supor que todo ou quase todo paleoterritório e seus habitantes, atualmente confiscado para a proteção da natureza e promoção do ecoturismo, seria um patrimônio cultural, uma herança coletiva coproduzida pelo trabalho dos carvoeiros e de seus descendentes, que dentro de certos limites foram moldados e moldaram o que hoje chamamos de natureza. Conforme veremos na seção seguinte, todo vestígio de trabalho em carvoarias, assim como os modos de vida atuais dos seus descendentes pode ser alvo de proteção jurídica, dentro do conceito de patrimônio cultural.

A outra hipótese, talvez mais radical, mas não menos plausível, seria entendermos que as marcas deixadas na paisagem pelos carvoeiros representam um conjunto de evidências materiais para que num futuro próximo, agricultores da Pedra Branca reivindiquem parte do que hoje virou parque como um quilombo – possivelmente, esse corresponderia à maior extensão de terras identificada como quilombo no sudeste brasileiro, também no bioma da Mata Atlântica. No entanto, cabe ressaltar que um eventual reconhecimento de um remanescente de quilombo dentro dos limites do PESPB não seria o primeiro caso reportado de sobreposição entre UCs de proteção integral e territórios tradicionalmente ocupados. É importante termos em mente que “descendentes de carvoeiros” não constituem (ainda) um grupo étnico ou comunidade tradicional, do ponto de vista da legislação vigente, dos grupos que reivindicam o que estabelece a política nacional de povos e comunidades tradicionais. Alguns desses territórios tradicionalmente ocupados são autoidentificados como: terras de quilombos, terras indígenas, “baçauais livres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto (Almeida, 2008).

Conforme critica Fernandez (2011), passadas três décadas da criação do PESPB, para os agricultores locais, não se trata mais de questionar a existência do Parque, mas de afirmar a possibilidade de nele permanecer a partir do reconhecimento jurídico-formal de suas formas de ocupação específicas e do uso dos recursos naturais. Poderíamos dizer que “o carro está passando na frente dos bois”,

a saber, a história e cultura dos agricultores que ainda resistem pode se perder em função da imposição do capitalismo verde.

Direitos socioambientais

Ainda que tardiamente, a legislação brasileira tem reconhecido direitos das populações tradicionais, assim como a necessidade de identificar e proteger o patrimônio cultural produzido pelos mais diversos grupos sociais minoritários. A Constituição de 1988 reconhece direitos originários, recentemente ampliados pelo Decreto 6.040/07, que cria a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. De acordo com o decreto, são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A inovação legal previu, explicitamente, o direito ao território aos remanescentes das comunidades dos quilombos mediante o reconhecimento da propriedade definitiva²⁸. Quanto aos povos indígenas, a constituição reconheceu a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras ocupadas pelos mesmos²⁹.

Pela análise dos documentos jurídicos anteriores à Constituição de 1988 é possível dizer que, até então, a preocupação legislativa recaía tão somente sobre o extermínio e integração dos índios (Belfort 2006), e, quanto aos quilombolas e demais populações tradicionais, a normativa desconsiderava a necessidade de previsão de direitos diferenciados, tendo a segregação como via de consequência. Imaginar a garantia do direito de propriedade a essas populações antes de 1988 significava romper com a normativa que, via de regra, era de privilégios à propriedade privada em detrimento do interesse e direitos coletivos.

Além da previsão específica quanto ao direito dos quilombolas e índios, a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, garantiu a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e, para tanto, definiu que integram o patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial (tangíveis e intangíveis), tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluídos as formas de expressão e os

28 Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

29 Art. 231 da CRFB/88.

modos de criar, fazer e viver. Também, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de 2007³⁰ definiu territórios tradicionais como sendo “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das disposições transitórias e demais regulamentações”.

Há que se compreender que patrimônio, originalmente definido como “herança paterna” ou “herança comum”, no sentido jurídico, entende-se como o conjunto de bens, direitos e obrigações pertencente a uma pessoa jurídica ou natural, constituindo uma universalidade. Patrimônio cultural pode ser definido como o conjunto de bens transmitidos a uma geração seguinte (herança comum), no qual se insere o trabalho, a criatividade, a espiritualidade, as crenças, o cotidiano, e todo o extraordinário das gerações anteriores (Machado, 2014).

A mesma Carta Magna garantiu a todos, sem distinção, em seu artigo 225, o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” Na forma constitucional, também integram o meio ambiente os bens de natureza material ou imaterial, criados pelo ser humano, que podem ser tomados individual ou coletivamente, os quais fazem referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Não existem dúvidas de que a criação de Unidades de Conservação como política pública para preservação dos recursos naturais é de suma importância para fins de cumprimento da vontade legislativa expressa no artigo citado. Da mesma maneira, atribuindo uma interpretação integrada aos dispositivos Constitucionais, tem-se que a finalidade da criação de tais Unidades de Conservação, deveria, indubitavelmente, ter como objeto de proteção não somente do que se chama natureza, mas também, e principalmente, o patrimônio cultural, já que, no viés da Lei Maior brasileira, é impossível conceber proteção ao meio ambiente sem incluir o ser humano e suas atividades culturais e materiais.

Como já dito aqui, a análise da história de criação dos parques no Brasil, sejam os criados pela União, ou Estados e Municípios, demonstra que a natureza tem sido o único ou principal bem jurídico que se busca proteger, em contraponto à desarticulação e à destruição do patrimônio cultural. É o que vem especifica-

30 Decreto No 6.040 de fevereiro de 2007.

mente acontecendo aos descendentes de carvoeiros do PESPB, cuja história, e, sobretudo, sua herança, consubstanciada no patrimônio cultural, bem imaterial, tem sido rigorosamente suplantada em prol do desenvolvimento do capitalismo verde.

Essa problemática tem sido objeto de análise e julgamento nos tribunais brasileiros, de modo que o Superior Tribunal de Justiça tem marcado posição de que a herança coletiva e intergeracional do patrimônio ancestral, mesmo quando não se revele em luxo, glamour e suntuosidade, deve ser objeto de proteção do Estado. Abaixo transcrevemos trecho de um julgamento do referido tribunal, de relatoria do Ministro Herman Benjamin³¹:

Por meio de tombamento ou de outras formas de intervenção administrativa e judicial, a atuação do Estado não protege – nem deve proteger ou muito menos exaltar – apenas estética refinada, arquitetura suntuosa, produção artística luxuosa, templos esplendorosos, obras grandiosas dedicadas ao ócio, ou sítios comemorativos de façanhas heroicas dos que instigaram ou lutaram em guerras, com elas ganharam fama ou enriqueceram. Além de reis, senhores e ditadores, a História vem contada também pelos feitos, revoltas e sofrimentos dos trabalhadores, dos pobres, dos estigmatizados e dos artífices mais humildes da Paz. Para que deles, do seu exemplo, coragem e adversidade nunca se olvidem as gerações futuras, fazem jus igualmente à preservação seus monumentos, conjuntos e locais de interesse, com suas peculiares marcas arquitetônicas, mesmo que modestas e carentes de ostentação, assim como seus rituais, manifestações culturais, raízes etnológicas ou antropológicas, e até espaços de indignidade e desumanidade – do calabouço à senzala, da sala de tortura ao campo de concentração. Tal qual quando socorre as promessas do futuro, o ordenamento jurídico brasileiro a ninguém atribui, menos ainda para satisfazer interesse individual ou econômico imediatista, o direito de, por ação ou omissão, destruir, inviabilizar, danificar, alterar ou comprometer a herança coletiva e intergeracional do patrimônio ancestral, seja ele tombado ou não, monumental ou não.

Podemos compreender que a história e a herança deixada pelos carvoeiros do passado não interessam somente aos agricultores do presente, mas devem ser objeto de proteção e valoração do Estado, como forma de garantir às gerações presentes e futuras o conhecimento, acesso à história e a preservação do patrimônio e do legado de um grupo, que como todos, merece ser objeto de reconhecimento e valorização.

31 STJ, Recurso Especial nº 1.293.608 – PE (2011/0101319-3), Relator Ministro Herman Benjamin.

No caso em análise nesse capítulo, há uma evidente colisão de direitos fundamentais constitucionalmente garantidos, bem como de ações estatais que emanam do dever legal, e que devem, urgentemente, ser colocados na balança. De um lado a pretensa preservação da natureza, e de outro, o direito à preservação do patrimônio cultural dos agricultores, consistente na forma de trabalho, na criatividade, na espiritualidade, crenças, cotidiano, e em todo o extraordinário modo de viver das gerações antepassadas. Não há, de fato, uma hierarquia entre tais direitos, mas certo é que o tempo deve ser a medida da urgência, pois estamos diante da possível perda de uma herança coletiva, construída por séculos de árduo trabalho de atores invisíveis que, pelas pesquisas já citadas, foram fundamentais para o sustento e desenvolvimento da própria sociedade que hoje não os reconhece.

Uma série de questões, ainda sem resposta, precisa ser enfrentada por abordagens interdisciplinares que envolvam teorias, métodos e interpretações da história ambiental, em conjunto com a antropologia, a ecologia política e o direito. Contudo, mesmo sem dispor das mesmas, não nos furtamos às seguintes questões: Qual direito deve prevalecer, o da preservação ou da conservação do patrimônio cultural coletivo? Quem tem direito de contar a história, os conservacionistas, os turistas ou os moradores locais? Como garantir a intocabilidade do patrimônio histórico cultural ali existente? Num conflito dessa natureza, qual direito deve prevalecer? Qual bem jurídico é mais relevante ou valioso? Quem decide o que é mais valioso?

Breves considerações finais

Ao longo desse capítulo, argumentamos que a criação do PESPB, assim como iniciativas similares pelo mundo todo, tem sido sobremaneira desacompanhada de uma preocupação com os impactos negativos diretos e indiretos que esse modelo impõe aos modos de vida locais. Sobretudo, entendemos que a história e a identidade cultural desses grupos têm sido desprezadas, conseqüentemente, direitos fundamentais têm sido violados em nome de uma sustentabilidade ambiental que produz e é produto de desigualdades socioeconômicas mais amplas. Defendemos a ideia de direitos preexistentes, o que é corroborado por evidências históricas (marcas na paisagem), da presença humana anterior ao parque.

Sugerimos a ampliação de estudos histórico-antropológicos no PEPB no intuito de dar maior visibilidade (e criar alternativas) às condições materiais e socioculturais de agricultores familiares e descendentes de carvoeiros, face à lógica que vem paulatinamente transformando paisagens culturais centenárias em mer-

cadorias. Por meio da transformação de espaços que outrora se caracterizavam por refletirem e incorporarem múltiplos usos vêm sendo implantados distintos valores e significados culturais em territórios voltados, quase que exclusivamente, para visitação turística, preservação da biodiversidade e de manutenção de “serviços” ecossistêmicos.

Acreditamos que reflexões dessa natureza possam contribuir na mudança de percepção e orientação de políticas públicas que busquem, de fato, uma melhor compatibilização entre objetivos de conservação da natureza, de combate à pobreza e do desenvolvimento humano como um todo, bem como que sejam capazes de dirimir os conflitos dos direitos fundamentais constitucionalmente previstos.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: Terras tradicionalmente ocupadas*. 2.a ed, Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
- BELFORT, Lucia Fernanda Inacio. *A proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, em face da convenção sobre diversidade biológica*. 139 f. Dissertação Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- BROCKINGTON, Dan; DUFFY, Rosaleen & IGOE, Jim. The Spread of tourism habitat. In: *Nature Unbound: conservation, capitalism and the future of protected areas*. London and Washington DC: Earthscan, 2010. p. 22-55.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- ESCOBAR, Arturo & PAULSON, Susan. The emergency of collective ethnic identities and alternative political ecologies in the Colombian Pacific Rainforest. In: *Political Ecology across space, scales, and social groups*. New Jersey: Rutgers University Press, 2005. p. 55-78.
- FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa & SCOONES, Ian. *Green grabbing: a new appropriation of nature*. London and New York: Routledge, 2013.
- FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Um Rio de florestas: uma reflexão sobre o sentido da criação dos parques na cidade do Rio de Janeiro. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, v. 24, nº 47, p. 141-161, 2011.
- FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão. O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- FLETCHER, Rob; DRESSLER, Wolfham & BÜSCHER, Bram. The new frontiers of environmental conservation. In: *Nature TM Inc*. Arizona: The University of Arizona Press, p. 65-98, 2013.
- FRENCH, Hoffman Jan. *Legalizing identities: becoming Black or Indian in Brazil's northeast*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2009.

- MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 22ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2014.
- MILARE, Edis. *Direito Ambiental: doutrina, jurisprudência, glossário*. 4ª Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- OFTEN, Karl. The territorial Black Turn: Making black territories in Pacific Colombia. *Journal of Latin American Geography*. v. 2, nº 1, p. 43-73, 2003.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro & FRAGA, Joana Stingel. Metabolismo social de uma floresta e de uma cidade: paisagem, carvoeiros e invisibilidade social no Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX. *GeoPUC*, ano 4, nº 7, 2011.
- PENNA-FIRME, Rodrigo & BRONDÍZIO, Eduardo. The risks of commodifying poverty: Rural communities, quilombola identity and nature conservation in Brazil. *Habitus*, v. 5, nº 2, 2007.
- PENNA-FIRME, Rodrigo. Political and event ecology: critiques and opportunities for collaboration. *Journal of Political Ecology*. v. 20. p. 199-212, 2013.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- STONICH, Susan. *"I am destroying the land!" The political ecology of poverty and environmental destruction in Honduras*. Boulder CO: Westview Press, 1993.

Capítulo 4

Percepções da paisagem a partir da memória e o parentesco no Quilombo Cafundá-Astrogilda

Luz Stella Rodríguez Cáceres

O que faz andar a estrada? É o sonho. Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro.

Mia Couto – *Terra sonâmbula*

Andar pelos caminhos do Cafundá em companhia do agricultor Pedro dos Santos Mesquita, um dos meus principais interlocutores durante o trabalho de campo, foi aventurar-me na exploração de uma paisagem narrada a partir das memórias das redes do parentesco e vizinhança das famílias habitantes da serra da Vargem Grande. Este capítulo é resultado dessa exploração.

Essas famílias compõem uma paisagem que, sob o viés da criação do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), é propensa a ser emoldurada dentro de um discurso ambientalista de zoneamento ecológico e recreativo que margina a temporalidade da paisagem, entendida por Ingold (2000: 195-200) como *taskscape*, a imbricação das atividades humanas e do ambiente, constituindo ao mesmo tempo lugares e modos de habitar. Neste capítulo me interessa trazer à tona a percepção ambiental das famílias habitantes do parque e o que poderia ser uma categoria nativa de paisagem, constituída pelos traços que lhe foram imprimindo aqueles que a vêm habitando, se tornando registro e testemunha das vidas, atividades e itinerários das gerações passadas e presentes.

Simmel (1996) pensa a paisagem como uma unidade desatrelada da natureza, mas também adverte que ela não é uma categoria universal, presente em todo tempo e cultura. Tal constatação não deve promover uma abdicação dela, mas propõe o desafio aqui assumido, que seria entender como a natureza é resignificada segundo as lógicas culturais, compreender quais são os aspectos da subjetividade humana, ou seja, os sentimentos e os vínculos afetivos estabelecidos com determinada unidade que permitem rearranjar a natureza de uma forma es-

pecífica, para que ela não seja apenas um espaço de contemplação, mas um lugar que denota afetividade.

À diferença da paisagem-objeto, compreendida como uma entidade externa e separada que o observador contempla à distância, os moradores do Maciço da Pedra Branca estabeleceram uma relação mais simétrica com a paisagem, na qual ela é tão parte deles como eles são parte dela. Mais que uma paráfrase, essa dupla constituição desafia a separação sujeito/ambiente. Para Tim Ingold (2000), a paisagem não é o resultado de uma determinada inscrição sobre um padrão preexistente, mas um movimento de incorporação, no qual forma e matéria, corpo e paisagem geram a si mesmos mútua e simultaneamente. Desta forma, a paisagem não é terra, nem natureza, nem espaço, mas um lugar para habitar, que através do viver cotidiano está impregnado de ações e significações humanas.

A simétrica imbricação do social e do natural nos remete à hibridação de natureza e cultura sugerida por Latour (1994). As perspectivas que se sustentam em naturezas purificadas e universos estritamente sociais são tensionadas na exploração da intrínseca relação estabelecida entre paisagem e parentesco. O vínculo entre esses dois termos veio a se evidenciar a partir dos núcleos e caminhos, trajetos na paisagem do maciço significativos para os habitantes locais por costurarem as redes de parentesco e suas atrelagens às memórias familiares. Nesse acoplamento, nem o parentesco nem a paisagem independem de narrativas e habilidades retóricas nativas, que têm como função uma organização do espaço, possuindo como atributo o que Michel de Certeau (1994) denominou valor de sintaxe espacial.

Para o entendimento da relação entre paisagem e parentesco me vali em primeiro lugar do olhar etnográfico durante a temporada de trabalho de campo em que morei na casa de Pedro Mesquita e sua família, proximidade que me permitiu acompanhá-lo nas suas diárias incursões pelos caminhos do Cafundá e do Morro Redondo. A compreensão do entrecruzamento de paisagem, parentesco e caminhos também foi se desenhando de forma mais clara a partir da realização de um exercício de mapeamento comunitário, feito para compreender a dimensão territorial do quilombo a partir do ponto de vista nativo. As jornadas empreendidas para mapear o território colocaram em evidência a incompatibilidade entre a linguagem nativa e a cartográfica, desafiando a elaboração de um mapa convencional. Contudo, essa dificuldade foi fundamental para entender as dimensões implicadas na percepção do território e para a compreensão de uma epistemologia nativa da paisagem.

A etnografia e o mapeamento foram iniciados um mês após o recebimento da certidão de reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo por parte da Fundação Cultural Palmares (FCP) e num contexto de organização comunitária em prol do pedido de demarcação territorial ante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A motivação para se organizar como comunidade quilombola surgiu para contestar os atropelos e arbitrariedades cometidos pelos administradores do Parque Estadual da Pedra Branca, que vinham afetando as práticas de subsistência e moradia dos habitantes, muitos deles proprietários de suas terras.

Cheguei ao campo num momento em que as famílias que lideraram o processo organizativo passavam por um momento de autorreflexão, autoconhecimento, interesse pelo passado e busca de respostas sobre o passado e seus ancestrais, situação que certamente facilitou minha acolhida no local. As narrativas e depoimentos pessoais mostraram uma centralidade do parentesco nas relações sociais dos habitantes. Independente do momento de objetificação cultural, as relações de parentesco estão na base de sua delimitação enquanto comunidade. Assim, as narrativas das relações familiares através do tempo e espaço não devem seu formato e conteúdo apenas ao presente marcado pelas buscas de legitimação de direitos.

Para abordar a relação entre paisagem e parentesco é preciso compreender este último, mais que como uma grade classificatória fixa, como uma linguagem que ordena as relações sociais e que em seus termos locais recorre a categorias como família, parentes, nascido e criado e os antigos daqui. Após discuti-las, dou atenção às relações entre a série das denominações de localidades núcleos, sítios e caminhos e a série das denominações de família/parentesco, em que a identificação de uma localidade e um nome de família insinua um processo de “localização” das famílias e de “familiarização” das localidades (Comerford, 2003: 41), não sendo possível referir-se a um local sem fazer referência às pessoas a ele atreladas. Trata-se de uma equação que não pode ser levada até suas últimas consequências, pois não existe um caráter geométrico na inscrição espacial das relações de parentesco no território, tal como gostariam os agentes estatais interessados em elaborar censos e mapas precisos para impor fronteiras oficiais. Ainda que venham a ser identificados casos de concentração e continuidade de famílias nas agrupações territoriais, há também uma tendência de alta mobilidade individual e familiar, dispersão por bairros da zona oeste do Rio de Janeiro e descontinuidade espacial que são menos fáceis de mapear.

As conexões entre essas dispersões e aparentes descontinuidades são feitas pelos caminhos que, mais que cumprir um papel na mediação entre pessoas e espaços, entre o público e o privado, entre os projetos humanos e os devires não humanos, se tornam a própria paisagem, resultado da somatória de tarefas e seres envolvidos. É através dessa mediação que as relações sociais deixam uma das suas marcas mais visíveis na paisagem. Fato que, como será explorado, tem seu reverso simétrico, pois os caminhos também organizam as relações sociais.

Contudo, a relação entre essas variáveis – parentesco e paisagem – não é sempre imediata: ela também está mediada pelas políticas da memória e pelas marcas, vestígios e ruínas que testemunharam a ocupação do maciço, muito mais densa, diferente do atual panorama populacional. As regressões ao passado são meticulosamente mapeadas na paisagem desde um olhar presente que nos conduz à exploração da mediação da memória na paisagem, a qual se inspira na percepção da paisagem como um ato de lembrança da passagem do tempo por aqueles que habitam o lugar (Ingold, 2000).

Aqui todo mundo é parente

A mais frequente afirmação ouvida por quem se interessa pela configuração social da serra de Vargem Grande é a que sentencia que por aqui todo mundo é parente: princípio básico para a “relacionalidade” (Carsten, 2000) expressa nas relações consanguíneas, de afinidade, de filiação adotiva de crianças e adultos e de parentesco ritual via compadrio e vizinhança. As relações de parentesco incluem laços variados, que se definem nos termos da atualização constante dos “vínculos interpessoais fundamentais” (Viveiros de Castro, 2006: 48), tais como a intensidade da relação e o contato permanente, a solidariedade e os conflitos decorrentes de morar na mesma área. Daí que a vizinhança também seja um laço fundamental que vem a completar a intrincada rede de parentesco.

A expressão “por aqui todo mundo é parente” descreve o sentimento de “solidariedade difusa e duradoura” (Schneider, 1980: 52) que existe entre as pessoas que se relacionam e conectam mediante vínculos duradouros de lealdade e afetividade (Carsten, 2004); também ecoa a ideia de que o parente está associado à familiaridade, fala do mundo do que é conhecido e transmissível, especialmente pela via da retórica. Um parente ou familiar não é apenas um nome que se enuncia para preencher uma árvore genealógica, pois não se concebe dizer o nome, ou melhor, o apelido de um parente sem contar uma história referente a ele. As pessoas são basicamente narradas nas suas histórias. Daí que o levantamento da

árvore genealógica foi nada menos que a escuta das sagas e causos das pessoas que compõem o grupo familiar.

No sentido espacial, um lugar nunca é apenas o nome de um sítio, um caminho ou uma roça, senão a narração dos fatos que os compõem, mediante uma retórica que produz uma geografia de ação e movimento (Ingold, 2015; De Certeau, 1994). As paisagens, incorporadas nas histórias, conformam uma espacialização do tempo, um tempo pensado nos termos de uma configuração espacial.

Para continuar, é necessário fazer algumas considerações sobre o uso das noções usadas localmente. De forma similar a como foi identificado por Comerford (2003) na Zona da Mata de Minas Gerais, família pode ser: 1) a família nuclear (pai, mãe e filhos); 2) a família no sentido dos que têm o mesmo sobrenome. Contudo, o sobrenome não é sempre o mesmo para aqueles que são filhos do mesmo pai e da mesma mãe. A respeito, Sandro e Alexandre, filhos de Pingo, explicam:

Sandro: Esse negócio dos nomes também é engraçado, porque era assim: todo mundo da mesma família e todo mundo tinha nome diferente. Filhos do mesmo pai e da mesma mãe foram registrados com nomes diferentes. Por quê? No dia de registrar os filhos, eles juntavam um monte de filhos, deixavam nascer uns cinco...

Alexandre: E levavam para registrar no mesmo dia.

Sandro: E levavam para registrar no mesmo dia para dar uma viagem só.

Alexandre: E tomavam um porre no caminho.

Sandro: E tomavam um porre no caminho. E quando eles chegavam lá, muito doidos já, e iam... iam várias famílias juntas, era uma festa no dia de registrar as crianças. Só tinha um cartório que era em Campo Grande, tinha que ir lá para Campo Grande. E chegava lá, eles erravam o nome dos filhos. Eles chegavam tão mamados... Tanto é que meu pai e minhas tias, eles são todos irmãos, são todos filhos do mesmo pai e da mesma mãe. O meu pai é só Santos. Tia Nata é só Mesquita. Tia Nédia, é dos Santos Mesquita. Entendeu? E são irmãos.

Alexandre: Eles trocavam.

Sandro: Eles tiravam um sobrenome de um e botavam noutro. Botava um sobrenome a mais nesse e nesse aqui tirava (risos).

Alexandre: Mas eles são todos, todo mundo irmão.

Sandro: Todo mundo irmão normal, filho do mesmo pai e da mesma mãe com nomes diferentes. Como é que eles conseguiam fazer isso, cara? Haja cachaça no dia de registrar a criança para o cara errar o próprio nome, o próprio sobrenome. Eles tomavam um porre muito grande!

O vínculo entre o lugar e um grupo familiar é identificado através da pessoa de maior destaque na família: aquele ali é do pessoal de Dromice, por exemplo,

apela para um entendimento simultâneo metonímico. Sendo assim: 3) A família inclui tanto os consanguíneos por lado paterno e materno, como os afins por ambos os lados, dentro de limites flexíveis atingindo os mais próximos de cada lado. No caso das famílias pesquisadas no quilombo, essa proximidade encontra-se dada, mais que pelo grau genealógico do parentesco, pelo conhecimento da pessoa (intimidade), pela presença, acessibilidade e intensidade da relação. Troncos também é outra expressão referente aos ascendentes, tanto pelo lado do pai como da mãe, no sentido de ancestralidade, porém é um termo usado pelos mais velhos e pouco comum entre os mais jovens para apontar certas qualidades e/ou tradições familiares.

No começo do trabalho de campo eu fui recebida com desconfiança por vários habitantes, que me viam ora como uma compradora de terras, ora como uma funcionária estatal ligada aos órgãos de controle do meio ambiente. Depois de alguns meses de trabalho de campo, dormindo e comendo na casa da família de Pedro, comecei a ser considerada carinhosamente como da família. Em contraste, um primo em primeiro grau da família que, não morando no sítio, apesar de ter uma casa lá, desconhecia as agruras e venturas do viver cotidianamente no morro, e era visto como um parente distante justamente pela falta de relacionalidade. Esta referência ilustra a força da construção cotidiana das relações.

Nesse sentido, ser nascido e criado é uma forma de apresentação pessoal que além da criação enfatiza a permanência, não no lugar, mas em termos da manutenção das relações. O movimento é um aspecto essencial da vida; contudo, não é a separação entre pessoa e lugar que é vista como uma falha nas relações. A permanência qualifica a relação e o contato sem aniquilar a mobilidade espacial, independente do motivo, por diferentes bairros do Rio de Janeiro. Ainda que a associação entre famílias antigas e lugar encontre-se mais ou menos fixada ou marcada, não faltam o fluxo e os movimentos internos, externos e de retorno. Assim, a dispersão e descontinuidade também podem ser lidas como uma extensão da rede de parentesco, pois deslocar-se para fora da localidade não significa sair do campo das relações familiares; pelo contrário, poderiam ser lidas com uma extensão da própria paisagem que foi arbitrariamente recortada mediante a demarcação da fronteira do PEPB.

O termo “parente” qualifica individualmente aqueles com os quais se tem algum tipo de laço de parentesco por consanguinidade ou afinidade, tanto paterno quanto materno, com um alcance mais amplo e flexível que “família”. O termo também regula a distância, pois dificilmente se diz que é da minha família

alguém que é tido como distante, caso em que se aplica “é meu parente”. Falando sobre as terras, um dos meus informantes explicava com um gesto circular com o braço “tudo isto é de parentes, mas só posso plantar no que for da família”. Essa flexibilidade no uso de família e parente, que podem ser usados como sinônimos, permite indicar discursivamente um certo grau de proximidade com alguém que dificilmente poderia ser incluído ou a quem não se gostaria de incluir na família, em dadas circunstâncias. Assim, podemos entender o parentesco também como um regimento interno que ordena a divisão, o uso do território e a moralidade implicada nas relações entre parentes e vizinhos.

As famílias também se expandem pela via da filiação adotiva, que é comum, tanto de crianças assumidas durante a primeira infância, como de adultos. Em ambos os casos, as pessoas são englobadas dentro das famílias mediante a partilha de experiências, alimentos, cuidados, casa e trabalho na roça. A diferença entre crianças e adultos adotados é que as primeiras provêm de parentes ou conhecidos que por diversos problemas não podem cuidar dos filhos; essas crianças em geral sabem sua origem e quem são seus pais biológicos, mas são cuidadas e protegidas como filhos de criação e irmãos de criação. Já os adultos seriam os chegados ao lugar, provenientes de outros bairros e estados, por circunstâncias pessoais diferentes, e com um tempo de permanência longo, mas não definido.

Como abordado por Carsten (2004), podemos ver que o processo de produção do parentesco se dá através das relacionalidades que passam pela casa, pela produção dos corpos e das pessoas, no que diz respeito à partilha de comida e à lavagem das roupas. Essa relacionalidade aparece de uma forma fluida e não necessariamente estável, o que permite compreender o parentesco de modo mais processual, “olhando para como as pessoas se constituíam através de suas relações com os outros” (Carsten, 2004: 109, tradução minha).

No momento da pesquisa, os adultos que poderíamos de chamar de adotados eram homens, solteiros e sem família conhecida, que começaram a trabalhar na roça e a partir daí estabeleceram fortes vínculos com a família que os acolheu. Não existe um termo para esse tipo de relação, mas se diz que essa pessoa é como parente, enquanto estas pessoas referem-se aos locais por “da minha família”. Essa denominação não está livre de obrigações, tais como ajuda e colaboração nas tarefas domésticas e da roça e participação dos rituais familiares como comemorações de aniversários, Natal e Réveillon, entre outros. Esses deveres por sua vez lhes garantem alguns direitos como teto, comida, roupa e assistência em caso de doença e auxílio na gestão de documentos. O depoimento de Pará exemplifica isto: “Faz

sete meses que moro com Pingo, pois a casa que eu cuidava foi vendida, fiquei sem lugar e apenas recebi uma indenização de três paus. Hoje moro onde [mora] Pingo. Sandro e Pingo são da minha família, eu não pago aluguel e me dedico à roça, pois eu adoro plantar, eu que mantenho esta roça”.

Em suma, a ideia implicada no termo “família” não é apenas a de um dado da consanguinidade, ou seja, é possível tornar-se da família mediante uma série de condutas como o mútuo conhecimento, a proximidade e a criação de intimidade por meio de experiências comuns e interações densamente vividas, como a partilha do trabalho, da casa e da comida.

“Por aqui todo mundo é parente” é também uma forma de explicar que ninguém escapa às redes do parentesco, mapeáveis pelos vínculos com os antigos daqui, que se estabelecem por um ou por outro lado, a partir dos diversos laços de casamento que têm desembocado na mistura ou mistureba, como os moradores do lugar qualificam a complexidade das tramas do parentesco. Mais que lembrar os mais antigos, “por aqui todo mundo é parente” é uma expressão que guarda e registra as alianças familiares forjadas ao longo dos anos. Essas alianças são também atualizadas em visitas e conversas. Uma visita a Loreto, no Caminho do Morgado, serve para pôr em dia as memórias familiares.

Pedro: O que que Dona Bolinha, mulher de Zé Buraco, era de você?

Loreto: Minha irmã.

Pedro: Irmã.

Loreto: Eu nasci lá e vim para cá quando tinha dez anos.

Pedro: E Zé Buraco? Como era o nome verdadeiro de Zé Buraco?

Loreto: José Botelho Alves Da Silva.

Pedro: Da Silva?

Loreto: Da Silva, ainda tinha Silva também.

Pedro: Então, a gente conhece Zé Buraco, ele é meu primo. E sempre foi Zé Buraco?

Loreto: Sempre, ele disse, é.

Nilza: É que nem papai, ninguém conhecia o nome.

Loreto: O apelido de “Zé Buraco” ele apanhou quando ele saiu daqui, que foi trabalhar lá embaixo, por causa desse negócio de praia, que fazia buraco para brincar dentro do buraco. Aí eles ficavam procurando ele, que ele era meio... era meio levado, né?

Pedro: (Risos).

Loreto: Ele saía pela praia assim (faz um gesto de mancar, imitando a pessoa em questão).

Nilza: Mas tu sabias o nome do pai?

Loreto: Seu pai?

Nilza: Almerindo.

Loreto: Era Almerindo ele?

Pedro: Mas todo mundo conhecia como Nego Bigode. Era Almerindo, mas então...

Loreto: Mas isso, assim, né?

Pedro: E Cadinho era o que?

Nilza: Era irmão do pai.

Loreto: Era irmão do Nego Bigode.

Nilza: Do pai. O irmão do Cadinho era meu pai.

Loreto: E outro era Nelson.

Pedro: E outro negócio, o finado Antenor Gomes, ele era pai de quem? Do Nego Bigode ou de Dona Mariquinha?

Nilza: Era pai da mãe. Da mãe.

Loreto: Da mãe dela.

Pedro: Ele morou muito tempo aí em cima?

Loreto: Morou.

Um arranjo não incomum entre diferentes famílias bem estabelecidas ou antigas é o casamento de vários irmãos e/ou irmãs de uma família com vários irmãos e/ou irmãs de outra, tendência que pode se repetir inclusive em segundas núpcias, o que acrescenta novos graus de parentesco aos filhos do primeiro e segundo casamentos, tal como é o caso dos filhos de Nego Bigode, que se casaram com os filhos de seu Tulinho (Romulado), cujas mães, Vó Arlinda e Vó Quiquinha, eram irmãs. (Ver árvore de parentesco.) Os casamentos entre primos paralelos terminam sendo algo comum, vista a proximidade das relações e as poucas famílias de origem. Assim, a quantidade de primos-irmãos multiplicou-se a partir dessa segunda geração. E, na terceira, o casamento entre primos paralelos continua frequente. A relação entre Astrogilda e o patriarca Manuel Sergio dos Santos Mesquita, como explicada por Sandro e Alexandre, é um exemplo que ilustra que a preferência de alianças matrimoniais através das linhas colaterais atentava para a fusão, resgate e reagrupamento dos patrimônios familiares.

Sandro: Astrogilda era sobrinha do velho Manuel. Nossos avós aqui, Celso Mesquita e Astrogilda Ferreira da Rosa, eram primos em primeiro grau. O meu avô era daqui desse pedaço aqui. Minha avó era da família do outro lado.
Alexandre: Do Morro Redondo.

Sandro: Desse lado tem uma família gigantesca também, mas que eram primos desse pessoal daqui. Era muito pequeno então, primo casa com primo. Eles eram primos em primeiro grau e se casaram.

Ao longo das entrevistas, percebi que para a maioria de pessoas, salvo exceções, era difícil se remontar a mais de duas gerações ascendentes para retratar a sucessão genealógica do grupo familiar. A importância dada à experiência pessoal do vivido e conhecido dá então conta da trama do parentesco extensa na sua completude e complexidade atual com todos seus troncos e braços. Esse conhecimento aponta que a memória é genealógica menos por fornecer uma cronologia infundável de predecessores de forma ascendente e mais por registrar horizontalmente as relações e trocas entre as famílias na história do grupo. A ancestralidade das famílias reconstruída para a pesquisa foi possível aqui pelas memórias privilegiadas de Pedro e Pingo e, em alguns momentos, pela consulta de certidões de nascimento.

Núcleos: uma associação entre parentesco e paisagem

A associação bem marcada entre famílias antigas e lugares foi formando um padrão de “territórios de parentesco” (Comerford, 2003), de fácil identificação para os habitantes locais, por concentrarem não apenas áreas residenciais e lugares de trabalho, mas também caminhos pertencentes a parentes e vizinhos reconhecidos e valorizados como tais, inclusive aqueles que já não estavam mais presentes, tanto porque morreram como por terem saído da região. Mais adiante veremos como, pela via da heurística nativa, esses parentes, mais que continuar presentes na paisagem, são em si mesmos a própria paisagem – e lembrar deles é também um ato político que reafirma a presença centenária das famílias no maciço, anterior à criação do Parque.

Dentre as narrativas que vinculam famílias à paisagem sobressaem aquelas de duas famílias antigas, cujas genealogias locais prevalecem como referências fundamentais: a genealogia dos Vieira e a dos Mesquita. As terras dos primeiros situavam-se no lado direito do Rio Paineiras, onde ainda se encontram as ruínas do velho moinho, enquanto as terras dos Mesquita estariam na margem esquerda. A família Vieira, de origem portuguesa, foi muito ativa no mercado imobiliário e de terras, especialmente na baixada. Os membros da família Vieira diversificaram suas formas de sustento e acumulação. Um dos irmãos Vieira, João, era proprietário do único armazém da região, conhecido como Tira-Couro, devido aos preços elevados das mercadorias. Ali os agricultores deixavam a produção de carvão e se envolviam em ciclos de endividamento sem fim. Outro dos irmãos, Nico, obtinha lucro graças ao moinho de fubá, usado por todos os produtores em troca de uma parte da sua produção. Ainda que nenhum dos descendentes atuais destas famílias se dedique à produção agrícola, as suas terras são localizadas, identificadas e

demarcadas pelos atuais habitantes. O Tira-Couro e o moinho são ainda locais de referência.

Porém, nem todos os descendentes de portugueses tiveram esse caráter latifundiário. No início da República, a região também recebeu imigrantes europeus, especialmente do lado do Rio da Prata, em sua maior parte agricultores, que vieram de Portugal e Itália ao Rio de Janeiro em busca de uma vida melhor. É o caso da família de Thiago dos Santos, cujo pai migrou da Ilha da Madeira deixando lá mulher e filhos. Dez anos depois, a família completa veio para se instalar no alto da serra da Virgem Maria, após duas semanas se balançando a bordo de uma embarcação inglesa.

Manoel Pimenta, pela sua parte, chegou em Vargem Grande nos anos 1950, fugido do regime salazarista. Possuía uma chácara no Caminho de Cabungui, localizada onde hoje está o condomínio de casas Parque dos Coqueiros. Alface, batata, espinafre, batata e laranja fizeram uma vez parte da sua produção. Ele conta que os portugueses geralmente se localizaram no brejo, mas antes de eles chegarem, já moravam na serra muitas famílias negras. Isso não significou uma fronteira étnico-territorial *stricto sensu*, pois alguns portugueses tinham terras na serra, como era o caso de Thiago.

Do ponto de vista da mobilização quilombola atual, a organização preza para que todos os moradores tenham reconhecidos seus direitos territoriais perante o parque; e não apenas as famílias negras, pois reconhecem as inúmeras alianças conjugais entre negros e descendentes de portugueses. Logo no início da pesquisa, Alexandre, filho de Pingo, enfatizou o caráter mestiço dos povoadores da serra e as alianças matrimoniais entre negros, italianos e portugueses, que teriam dado origem à mistura racial que hoje caracteriza o bairro.

O Caminho do Cafundá, que para os locais é sinônimo de cafundó de Judas, assim se chama por ter sido no passado um local ermo, afastado e de difícil acesso, oculto entre as montanhas, definição que indiscutivelmente vincula as origens das famílias negras a um local de esconderijo no contexto escravista das fazendas beneditinas. Foi ali, no Caminho do Cafundá, que se assentou a família Mesquita, cujo sustento se baseou na agricultura e na produção de carvão. Manuel Sergio dos Santos Mesquita, o patriarca do outro lado do rio, casado com Bernardina de Santos Mesquita, deu origem a uma linhagem de carvoeiros e agricultores, da qual parte dos descendentes continua laborando na roça até hoje.

No caso das famílias agricultoras negras e mestiças, as práticas de localização foram delineando uma espécie de rede mais ou menos dispersa de localidades

familiarizadas que constituem o território quilombola hoje pleiteado. Essas localidades são chamadas pelos líderes quilombolas de núcleos, que seriam agrupamentos domésticos em cujo local residem, num determinado momento, várias famílias conjugais, resultantes da expansão de uma família. Um casal convive aí com filhos casados, eles mesmos com seus filhos. Algum filho ou irmão celibatário pode, igualmente, fazer parte desse grupo; ou algum sobrinho ou afilhado, casado ou não. Nenhum filho, seja homem ou mulher, primogênito ou caçula, é obrigado a morar junto da casa paterna quando contrai matrimônio; neste sentido, não existem regras estritas.

Nos versos que Pingo escreveu para fazer o pedido de reconhecimento como quilombo ante a FCP, a noção de núcleo aparece assim detalhada:

Os negros desnorteados
Libertos enfim dos seus nós
Ocuparam uma imensa área
Os ermos dos cafundós.

Foi ali que em pouco tempo
Começaram a surgir
Vários núcleos familiares
Que contarei a seguir:

Cafundá, Morro Redondo,
Eram os maiores que tinha
Também o Sítio das Moças
E a Toca da Farinha.

Era nessa famosa toca
Que os escravos foliões
Quando deixavam o trabalho
Faziam reuniões.

O núcleo do Cafundá
Fundado por meu avô,
Se destacou bem depressa
Como o maior produtor.

Nesse núcleo em pouco tempo
Com as famílias unidas
Um casal se destacou
Seu Celso e Dona Astrogilda.

Esses núcleos tiveram como início um casamento e seus filhos, que, uma vez casados, fizeram outras casas, ampliando a área residencial do núcleo, podendo multiplicar a identidade inicial do local ou fragmentá-la, segundo os arranjos e subdivisões internas das terras, dando assim lugar para uma multilocalização da família extensa. Com o crescimento das famílias, novos núcleos foram se incorporando à rede, os mais densos e populosos se tornaram referências socioespaciais significativas, mas outros também foram se desmanchando, como é o caso dos Valois.

Jorge Cardia Valois conta que sua família tem vivido no maciço desde a geração de sua bisavó. Com 57 anos, orgulha-se de ter nascido na região, onde aprendeu o valor dos alimentos trabalhando, desde os oito anos, ao lado dos irmãos Ubiratan e Ubirajara. Jorge é casado com Cristina dos Santos, que também vem de uma família tradicionalmente agrícola. Cristina é prima de Antônio Jorge da Conceição, outro agricultor de 65 anos que reitera orgulhoso não querer trocar o local por nada. A árvore genealógica de Jorge tem raízes antigas no maciço: seus bisavós maternos trabalhavam ali como carvoeiros. “Planto e cuido de uma horta. Trabalho desde os nove anos, sempre na roça. O bananal plantado pelo meu avô continua aqui, mas as filhas não querem saber do trabalho na roça, quando a gente morrer, tudo isto vai se perder.”

Antigamente, um casamento era uma ponta de lança para o estabelecimento de núcleos perto de frentes de trabalho agrícola a serem abertas; uma das consequências da diminuição da produção agrícola foi a densificação dos núcleos existentes, sem vínculo com o trabalho agrícola. Para muitas famílias, não faz sentido dispersar-se; elas mantêm-se juntas para aproveitar a infraestrutura de água e luz criada num núcleo. Um núcleo não corresponde necessariamente a um tronco, pois um mesmo tronco pode ter mais de um núcleo.

Os núcleos acham-se associados, na maioria das vezes, aos nomes das mulheres mais velhas e respeitadas, costume dos tempos de antes que ainda hoje prevalece. São as matronas que dão nome aos locais, tais como Jandira, a parteira que migrou para Campo Grande, Astrogilda, Dazinha, Tia Mocinha e as Moças, que já morreram; Dromice, Sebastiana, Expedita, Irene e Caboxa, entre os núcleos/denominações que hoje se mantêm. Mas a toponímia em si é flexível: esses nomes podem permanecer mesmo se a pessoa morreu; em outras ocasiões a localidade assume o nome do sucessor ou sucessora vivos, ou das pessoas de interesse para o interlocutor em determinado momento.

O lugar identificado como de Tia Mocinha, por exemplo, passou a ser identificado como o lugar de Carmelio; o núcleo de Caboxa deu origem ao núcleo de Neusinho quando este se casou; e o núcleo de Dazinha já foi conhecido pelo nome da sua mãe, Delia. O núcleo de Astrogilda ficou conhecido nos arredores pela existência de um centro de umbanda espírita. Hoje, o local é um verdadeiro lugar da memória comunitária, ainda que ninguém mais fale “vou na Astrogilda”, e sim vou “onde Nilza”, ou “onde Georgina”, ou “onde Pingo”. Desta forma, “onde” não é apenas uma proposição de localização, mas a enunciação de uma implicação moral entre pessoas-coletividades familiares e lugares-propriedades.

Astrogilda fundou esse centro espírita e prestava caridade na localidade. Tudo se resolvia ali; as pessoas da localidade iam no centro espírita de Dona Astrogilda para resolverem todos os problemas espirituais e de saúde, e, assim, o local se tornou referência. Depois que o centro ficou desativado e Astrogilda morreu, a tia Nata herdou essa parte espiritual dela; ela era rezadeira, fazia remédio e virou outra referência, já moderna. Ou seja, todo mundo, até as pessoas que moravam lá para baixo no Recreio vinham na casa de Dona Nata... Vinham na casa de Dona Nata para quê? Para rezar as crianças, mau olhado, essa coisa toda. Então, virou uma outra referência (Sandro Silva, 2014).

Também são dados nomes de pessoas e causos conhecidos por todos a lugares como cachoeiras, poços e rios. Poço Frio, Poço do Carrapeta, Poço das Antas, Poço da Lage, Poço da Mãe d'Água ou Poço de Nicanor são nomes que não figuram em nenhuma cartografia oficial da região, mas que são referências e remetem sempre à história, que deste modo se espacializa. Nicanor, para dar um exemplo, era um homem que, cansado depois de ter levado seus produtos à feira, voltava da cidade quando decidiu entrar no poço para se refrescar, mas começou se afogar e só saiu vivo do impasse porque Celso o resgatou das águas. A partir daí todo mundo começou a chamar esse lugar pelo nome do salvado.

Retórica da ausência e dos movimentos

O espaço, carregado de marcadores de tempo, funciona como um sistema coerente de recordação dos antepassados. O primeiro lugar que para mim se revelou como um explícito culto aos que partiram foi um dos muros do bar sem portas na casa de Pingo. No local onde ele colecionava vinhos, e a porta dividia em dois a parede branca. Listavam-se aí, em tinta azul e à mão, os camaradas da chamada bagunça: sambistas, bêbados conhecidos, repentistas e demais habilidosos em ba-

tuques e festas improvisadas. De um lado estão os nomes dos que permaneciam vivos, do outro lado, e intitulada com a palavra “saudade”, estava a lista dos que tinham morrido. Neco, Nicio, Tilinho, Dorvalinho, Saloca, Mario Guedes, Guinino, Godinho, Antonio do Violino, Darcy, entre tantos outros, evocavam uma história que Pingo adorava narrar. A pior missão, segundo ele, era apagar o nome do lado esquerdo e pôr na coluna do lado direito. “Por isso tem morto que demora em aparecer nessa coluna da saudade”, explicava-me Pingo.

Mas evocar um parente antigo e também apontar onde possuía casa e plantações significa inserir sua presença na paisagem, inclusive se ele e ou sua família foram embora e a macega ameaça desmanchar as ruínas das suas casas; o contato direto com estes lugares age como uma ferramenta mnemônica para histórias e construção de biografias pessoais.

Nos percursos realizados, cada ponto na paisagem era narrado com familiaridade, um nó onde convergiam histórias e anedotas familiares de todos os cunhos. Já frente às ruínas do que seria a casa de uma antiga fazenda, a retórica não é de ausência, mas de distância; os vestígios evocavam antes de mais nada uma longitude no tempo, marcada pelo desconhecimento e pela separação, o que não nega sua importância. Nas muitas caminhadas que fizemos, fui levada para ver alguns vestígios materiais, como fragmentos de louças, panelas e janelas, pedaços de tijolos, telha e muros de pedra ocultos entre a floresta. Entre o mato jazem cabeças de bonecos, talheres, partes de ferramentas enferrujadas, garrafas e lamparinas. Ruínas de muro abundam; dizem que isso era coisa de escravo da fazenda, mas eu não sei direito, ninguém sabe o nome, só que está aqui. “Uma vez nós viemos escavar aqui e acolá, não achamos nada”, afirmou-me Pedro.

A partida de parentes e vizinhos conhecidos vem caracterizando um esvaziamento da serra, consequência de vários fenômenos, tais como a perda de uma vocação agrícola, as expulsões que muitos sofreram por parte do Banco de Crédito Móvel (BCM), a saída voluntária em busca de facilidades e acesso a serviços e das próprias pressões do parque sobre os moradores e o avanço de uma especulação imobiliária. O esvaziamento tem alimentado uma retórica da ausência que faz questão de indicar que tudo aquilo que hoje aparece como mata nativa já foi um dia espaço humanizado, densamente povoado por pessoas e suas histórias e hoje é feito de memórias. A floresta, hoje protegida, é produto de uma regeneração posterior, e para muitos moradores indicar os locais das antigas famílias e aquelas que pelas pressões partiram é imperativo.

Ubirajara Valois tem um plantio de banana no meio do Morro Redondo; para chegar na sua casa atravessamos a floresta por uma hora e meia. Pedro, que fazia tempo não visitava o parente, fez uma piada: “você não mora, você se esconde”. Então Ubirajara refresca a memória de Pedro: “você está perdido, mas, veja, aqui era a casa do finado e aquele terreno lá era do compadre, nesse coqueiro era a entrada, mas o mato está vindo em cima da gente”. Ampliando para mim a explicação, diz: “sou filho de agricultores, mas não sei se meu filho vai querer continuar na lavoura, tem essa questão do ambiente, da gente não poder limpar as roças, nem abrir clareiras na mata. Pode ser que a nossa tradição esteja chegando ao fim, agora tudo é mato, mas esse mato tem dono”.

Dentro do mato, nenhum lugar é moralmente neutro, pois cada nuance na paisagem é localizada dentro de uma gama de reputações mentais e afetivas. A ausência, mais que uma perda, é um meio através do qual as pessoas se relacionam tanto com o passado como com a paisagem. A rememoração da ausência é um meio através do qual se revela aos outros, o conhecimento sobre os próprios parentes. E a lembrança daqueles ausentes ou mortos é a forma de conexão com eles; a paisagem se torna assim um espaço da saudade.

Quanto mais alto na serra, menos moradores há na área do parque; na virada para o Rio da Prata, na serra da Virgem Maria, por exemplo, estão as últimas casas antes de iniciar o descenso para Campo Grande. Numa delas habita Seu Dino, que relatou como a serra foi se esvaziando: “antes tinha festa na roça aos domingos, a gente subia no burro para cortar capim na Pedra Branca. Isso aqui tinha vida. Quase todos desceram por causa dos filhos. Esses moleques de hoje não querem saber de roça”, lamenta. Seu Arnaldo, por exemplo, hoje só conta a com a ajuda de seu filho, chamado carinhosamente como Bichinho: “meu outro filho homem virou porteiro. Não o julgo, a vida na roça não é para qualquer um”.

Mencionar cada um dos habitantes relacionados com determinado lugar é a montagem de um mapa mental das localidades, uma faceta dessa memória territorializada das relações de parentesco e das reputações que vinculam lugares a pessoas e causos. Por sua vez, falar das ausências é falar dos movimentos e saídas das pessoas. Falando das diferentes roças que possui, Pedro termina por me explicar os fluxos das pessoas e famílias ao interior do território.

Pedro: Quando eu era garotinho, papai tinha esse terreno. Nós saíamos lá de casa e vínhamos para cortar aqui banana com o papai, ali tinha um pé de abacate, ali tinha uma casa, ainda se veem as ruínas. Só que aqui era um lugar mais distante, então papai comprou aquele terreno lá, achou melhor fazer a casa lá

e foi morar lá. Mas esse daqui foi o que ganhou do pai dele, foi herança das tias. Tia Maria, tia Tonha, vovó Arlinda, era tudo irmã, então foram divididos terrenos. Esse terreno aqui pertencia ao Zé Buraco, aquele da Pedra Lascada pertencia a Adolfo. Aquele mais embaixo também era de Zé Buraco, que ganhou, mas eu não sei porque motivo, e depois foram embora.

Stella: Depois dividiram ou venderam?

Pedro: Não. Aí meu pai, na época, ele trocou pelo terreno de lá. Aí papai ficou lá morando lá. Aí que mamãe saiu dali e foi morar lá no vovô, porque aqui ficou muito distante, que é lá naquela casa que eu moro, aí meu pai vendeu para o Seu Jorge, mas ele perdeu para o banco, isso faz tempo. O Seu Jorge era um que morava aí que era também nativo daqui de dentro do parque, só que era do Sacar-rão. Aí Seu Jorge vendeu para Manoel Brigitte, um senhor branco que costuma passar em casa, mas Seu Jorge voltou para outro terreno que era da mãe, do lado do terreno de Pascoal, que o Banco de Crédito do Móvel rematou. O povo sai e volta, sai e não volta mais, mas a gente sabe a quem pertence cada lugar.

O depoimento de Pedro e de outros agricultores sobre o “pessoal que sai e que volta e que sai sem voltar” levou a classificar movimentos e deslocamentos que podem ser definitivos ou sazonais em termos do tempo, marcado pelas estações e safras, e interno ou extraterritorial em termos espaciais, tanto familiares como individuais, a partir do estabelecimento de novas relações de parentesco, especificamente dos casamentos. Os motivos da mobilidade são variados: por um lado está a procura de outras possibilidades e fontes de renda, frente à decadência da agricultura e ao significativo impacto das pressões impostas pelo PEPB, tais como proibição de reformar e ampliar casas, de expandir as zonas de plantação etc. De outro lado, também conta na mobilidade a procura pela proximidade de serviços educativos, médicos e o acesso a mercados e a transporte urbano.

Em vários momentos a procura desse bem-estar tinha gênero e geração. Foi apontado que muitas famílias tinham ido embora por causa das mulheres. Segundo Pedro:

Mulher nenhuma quer ficar aqui em cima, é muita dificuldade. O cara pode gostar da roça, mas mulher quer as coisas da cidade, quer botar as crianças na escola e aqui em cima é muito sacrificado. Os filhos jovens também não querem saber da roça, preferem ser pedreiros e pagar aluguel lá embaixo antes que pegar um machado.

Gênero e geração têm, então, influenciado a saída das famílias da serra. A isto se somam os desacordos entre filhos com respeito a heranças após a morte dos pais, que, em ocasiões, venderam as terras para poderem dividir os espólios.

A mobilidade das pessoas também faz com que as redes de parentesco se estendam para lugares como Campo Grande, Rio da Prata, Vargem Pequena, o canal do Rio Morto, Recreio, Cascatinha, Cesar Maia, Camorim, Mendanha, Pechincha e Cidade de Deus, entre outros bairros. As conexões entre esses lugares são bem antigas, tiveram sua origem nas rotas comerciais de transporte de mercadorias para mercados urbanos, onde transportar e comercializar é estender os fluxos dessa vida do maciço para a cidade. É aí que o caminho aparece como um importante agente no estabelecimento de redes de comércio, sociabilidade e expansão das famílias.

A agência da natureza nos assuntos dos homens

Os sítios de um agricultor limitam com os de outro e a forma mais comum de estabelecer limites entre roças de diferentes proprietários é mediante o traço de prumos. Os prumos são feitos com castanheiras, árvores que se erguem retas como postes e são plantadas a uma distância que permite a visualização da árvore seguinte, fato que conduziu a minha observação à agência de elementos naturais como as plantas.

Todos, moradores e agricultores, conhecem bem os limites de propriedade estabelecidos pelos prumos. Identificar a área que as castanheiras demarcam é fundamental para evitar conflitos entre proprietários. Tais regras não precisam ser verbalizadas o tempo todo, o que constitui uma característica desse sistema local de direitos combinados costumeiramente. Uma palmeira menor chamada “coqueirinho” também é usada para fazer marcações e cercas, e, nas casas, cultivos de flores em jardineiras também demarcam a separação entre o espaço doméstico e o espaço mais público. Nos tempos em que a umbanda era mais difundida na serra, a casa de um macumbeiro se reconhecia porque na sua entrada havia plantas conhecidas como espada de São Jorge, arruda e comigo-ninguém-pode.

Deste modo, as árvores não são apenas elementos da natureza, mas também essencialmente marcadores espaciais, atestados e símbolos da presença humana no lugar. As árvores testemunham histórias de residência e lavouras passadas e atuais. Assim, nas percepções do espaço e do tempo, os elementos da natureza cumprem o papel de fontes documentais e colocam no patamar dos projetos humanos os devires não humanos (Ingold, 2000). Esta dialética, implicada no conceito de paisagem como engajamento no mundo, indica uma radical assunção da simetria e do pertencimento dos seres humanos e não humanos à terra, bem

como de uma consequente agência do ambiente e dos não humanos nos projetos humanos (Latour, 2008).

Em vez de considerar “paisagem” como um sistema de sinais, textos ou discursos que codificam significado e refletem identidades sociais, é preciso entendê-la e entender seus elementos constituintes como

agentes que produzem ativamente estas identidades. Em outras palavras, nós precisamos pensar sobre lugares e paisagens animisticamente, numa maneira análoga à forma na qual gostamos de pensar sobre pessoas, como entidades que podem e fazem a diferença. O movimento vai de considerar coisas como representações do mundo para nós às coisas como produzindo este mundo para nós. (...) Produzir significado humano no mundo é estabelecer conexões entre nós mesmos e os diversos fenômenos materiais com os quais e por meio dos quais nós vivemos, as plantas e animais, paisagens e artefatos que nos cercam (...) (Tilley, 2004: 31).

O papel da castanheira, do coqueiro, dos canteiros de flores e das ruínas na documentação das práticas sociais e na demarcação territorial é complementar a relatos e narrações, pois, como colocado por De Certeau (1994), as operações de demarcação territorial são essencialmente contratos narrativos compostos de fragmentos de histórias anteriores que se articulam de um modo único para fundar lugares. Traçar as fronteiras é parte de fazer a genealogia do lugar, mas nem tanto por uma preocupação histórica, e sim pelo estabelecimento de uma ordem no mundo vivido.

A paisagem, então, não é passiva, senão partícipe; ela também organiza as relações sociais e produz as pessoas. A agência dos elementos “naturais”, que carregam mercadorias, delimitam “núcleos” e “sítios”, operam fronteiras entre o “doméstico” e o “público” e cumprem o papel de fontes documentais, é enfatizada na proposta de Tilley (2004), para quem os lugares constituem corpos e vice-versa; corpos e lugares constituem paisagens; reunindo pessoas, memórias, estruturas, histórias, mitos e símbolos. A paisagem se constitui em uma forma de ver o mundo, também sendo agenciada a partir de um conjunto de valores que lhes são atribuídos socialmente. É nisso que se constitui a simetria da relação.

O caminho: mediações entre projetos humanos e devires não humanos

O fluxo de pessoas e famílias, o trânsito de tropas de burros e a circulação de produtos agrícolas têm sido fundamentais no traçado dos caminhos que atra-

vessam boa parte do Maciço da Pedra Branca, rumo à Serra do Rio da Prata (divisa com Campo Grande) e morros voltados à Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e Rio Grande, propiciando a conexão com as estradas do Morgado, Pacuí, Cabungui, Macuíba e Sacarrão, que estendem os caminhos para a cidade em busca de feiras, mercados e demais serviços. A esse respeito, Sandro narrou:

Antigamente um homem que ia de Camorim a Campo Grande passava por Vargem Grande. Isso aqui, na verdade, era uma rota comercial. Toda a produção agrícola das Vargens era escoada para Campo Grande, pela proximidade da linha férrea e do bonde, pois para levar essa produção daqui para o centro pela baixada de Jacarepaguá tinha que ir para Cascadura. Era mais longe, mais trabalhoso ir com a tropa de burros até Cascadura do que ir para Campo Grande e embarcar essa mercadoria no trem. Então, foi aí que se formou esse elo entre todas essas comunidades. Na verdade, todo mundo se conhece. O pessoal daqui conhece o pessoal de Pau da Fome, que tem parentes também, que conhece o pessoal do Rio da Prata, que conhece o pessoal do Camorim, por causa dessa rota comercial que era aqui por cima.

Manter relações com lugares e parentes dispersos na paisagem depende do estabelecimento de conexões. Tem sido essa a função dos caminhos e dos circuitos que estes conformam: os caminhos tornam contínuo o que à simples vista de quem olha à distância parece descontínuo ou isolado e preenchem de significado aquilo que a partir de uma foto aérea parece uma mancha verde de floresta.

O caminho é um convite ao caminhar, ação considerada por Ingold (2015) como o mais fundamental modo de ser no mundo; para o autor, a existência humana não é fundamentalmente limitada a um lugar, mas “vinculada” a um lugar. Ela se desdobra não nos lugares, mas ao longo de caminhos. A própria existência com um processo ao longo do caminho provoca que os habitantes se encontrem, que seus caminhos sejam entrelaçados, e que a vida de cada um se ligue com a de outro. Cada entrelaçamento é um nó, e quanto mais linhas de vida são entrelaçados, maior é a densidade do nó, cujas linhas têm vida e movimento, se cruzando com outras para criar mais nós. Os caminhos do maciço podem ser pensados na malha constituída por movimentos e caminhadas às quais a memória dá sentido.

A ação de caminhar atrelada à memória demonstra, por outro lado, a relação entre movimento, conhecimento e formulação narrativa. Para o habitante, as coisas não são fatos que simplesmente existem; as coisas não existem, senão ocorrem. Situadas na confluência de ações e respostas, são identificadas não pelos seus atributos intrínsecos, mas pelas memórias que as chamam de cima. Assim, as

coisas não são classificadas como fatos, ou tabuladas como dados, mas narradas como histórias. E todos os lugares, como uma reunião de coisas, formam um nó de histórias (Ingold, 2015)

Na paisagem, os caminhos são os mediadores entre casas e roças, entre os núcleos residenciais e a cidade. Os caminhos não apenas permitem o fluxo de parentes entre residências, ou de pessoas para seus trabalhos urbanos, sítios de estudo e postos de saúde; também são os que levam os agricultores para sítios e roças e ranchos ao mesmo tempo que facilitam as trocas nos mercados urbanos e com os atravessadores, aqueles que comercializam as mercadorias dos agricultores que não possuem meios de transporte para chegar às feiras. Os caminhos mediam relações entre categorias cruciais, como o público e o doméstico, o trabalho e o descanso, os vivos e os mortos, os deuses e os homens, adquirindo por esse viés o *status* de fato social total.

Mal se pode falar da ocupação do Maciço da Pedra Branca sem fazer referência à função que os caminhos cumpriram na ocupação histórica e atual desse espaço, assim como no estabelecimento de rotas comerciais de importância para o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro. Sabe-se que à medida que os diversos ciclos econômicos (cana, carvão, café) avançavam pelas encostas, a abertura de caminhos no interior da mata era requisitada. Os caminhos aproximavam, como hoje, lugares como Camorim, Rio da Prata, Pau da Fome e as Vargens mediante percursos a pé, de burro ou a cavalo. Alguns dos antigos caminhos coloniais se mantêm e seus calçamentos de pedra ainda são visíveis e continuam como referência, tais como o caminho da Manga Larga, o caminho de Guaratiba, o caminho de Pau da Fome e o Caminho do Gunzá entre outros.

Mais do que historiografia dos caminhos, o que interessa abordar aqui é como os caminhos estão presentes no cotidiano e nos relatos dos habitantes. Referências espaciais imprescindíveis, os caminhos são outras formas de nomear a paisagem que nunca ficam alheias a ricas e densas narrativas. Ligados às diferentes dimensões da vida social, os caminhos mobilizam a memória e sempre contam histórias para quem tem uma pergunta, evocam cheiros, sabores e lembranças, trazem para o presente fragmentos do passado e atualizam as tramas do parentesco e da vizinhança.

Em cada um dos itinerários percorridos comigo, Pedro me ensinava a ler a paisagem e descortinava uma história do lugar escrita num processo de aprendizado por ele vivenciado. Cada ponto em que estacava, cada lugar que olhava tinha suas próprias entrelinhas. Ao passar pelo caminho da finada Amada, por exem-

plo, Pedro evocou de imediato a sua infância e uma memória olfativa o levou ao doce de laranja-da-terra que ela dava para a criançada; em seguida me contou que tia Amada era a mãe de Altair, aquele que casou com Tida, filha de Astrogildo, que é mãe de Carlinhos, Tutuca e Cleusio.

Os caminhos permitem o acesso ao mundo do sagrado, toda uma exploração que merece melhores considerações, no que vale a pena mencionar que os caminhos não são percorridos apenas pelos homens, mas também pelos mortos – até sua morada final – e pelos santos. Nossa Senhora da Conceição ocupou um lugar de destaque nas ladainhas que Maria Luzia, irmã de Pedro, organizou por anos, uma procissão na qual em vez dos fiéis irem até a santa, era ela que passeava pelos caminhos até eles, diluindo pela via da peregrinação as barreiras entre o sagrado e o profano.

Jornadas de caça a pé nas quais homens sozinhos ou em grupo costumavam adentrar na floresta também criaram, por sua vez, caminhos que, pelo seu caráter temporal, não deixam rastros permanentes e dificilmente têm nome público. Pelo contrário, outros caminhos têm nomes fixos, sendo referência coletiva imutável (Caminho do Cafundá, Caminho do Morro Redondo, Caminho do Morgado, Caminho do Mato Alto). Quando o caminho chega à cidade formal, se descaminha para se oficializar, estabiliza sua nomenclatura para perder seu caráter provincial, adquirindo o *status* de estrada com a inalterabilidade ligada ao Código de Endereçamento Postal (CEP). As estradas de Cabungui, Serra Dourada, Mucuíba, Pacuí, entre outras, foram alguma vez um estreito caminho aberto e melhorado pelo esforço dos próprios habitantes, e o contrário também acontece: verdadeiras estradas, ao perderem usuários, tornaram-se caminhos; alguns somem, deixando rastro apenas na memória nativa.

Em contraste, a toponímia dos caminhos se mostra mais flexível, dependendo do narrador, da sua idade, do envolvimento da sua trajetória pessoal com lugares, parentes e vizinhos, antigos ou atuais. Vejo esse processo como a forma em que os caminhos se atualizam, tornando-se, em certa forma, distintas versões de si mesmos. Os lugares nomeados não são necessariamente entidades definitivas que fazem parte de uma memória coletiva estável, mas sim produtos de ações e interações de vários sujeitos, pelo que sempre sofreram alterações. A toponímia por vezes depende da direção, do ponto onde se começa o trajeto, ou para onde se vai.

Por outro lado, a dinâmica de mudança nos nomes dos caminhos traz para a análise uma das formas como as pessoas relacionam-se com as temporalidades históricas por meio do espaço. Nomes mutáveis e narrativas enunciadas por

pessoas particulares, em momentos determinados, para ouvintes específicos, explicam porque os nomes do caminho são dinâmicos. Podemos dizer que eles são uma das formas de narrar a história, representando a tensão existente entre as coisas que mudam e as que permanecem.

Os caminhos são a expressão de um mundo em incessante movimento, em construção permanente tecida a partir das linhas vitais dos humanos e dos não humanos enquanto costuram seus passos através de emaranhados de relações. Em um mundo assim, explica Ingold (2015: 211):

Pessoas e coisas não tanto existem quanto acontecem, e são identificadas não tanto por algum atributo fixo estabelecido previamente ou transmitido pronto do passado, mas pelos próprios caminhos (ou trajetórias, ou histórias) pelos quais anteriormente vieram e atualmente estão indo.

Em sua parte baixa, o Caminho do Cafundá é a continuação da Estrada Muçúba, mas quando passa pelo núcleo de Juarez pode se chamar caminho de Juarez (Juarez e seus genros trabalharam nesse trajeto); continuando para cima, o caminho adquire o nome de Cano de Ferro, por causa de uma nascente de água que foi canalizada com tal material, após disso é indiscutivelmente o Caminho do Cafundá. Para continuar com o exemplo, seguindo pelo Caminho do Cafundá pode se virar pelo Caminho da Dormideira, que mais adiante será o Caminho do Gabriel, que depois vai se encontrar com o Caminho da Água Fria. A rede de caminhos então configura toda uma epistemologia espacial nativa, cuja toponímia não é redutível a nenhuma cartografia cartesiana ou zoneamento ambiental. Cada caminho, como uma linha, é uma história; cada nome é a condensação de uma história. “Portanto, o conhecimento que os nomes transmitem é conhecimento narrativo” (Ingold, 2015: 248).

Assim, existem nomes de caminhos que fazem sentido para alguns, existem caminhos sem nome para outros e caminhos com mais de um nome. A lista é infundável: Caminho do Finado Ramiro, Caminho da Dormideira, Caminho do Gabriel, Caminho do Zé Almerindo, Caminho de Manuel Paes, Caminho do Rolador, Caminho da Água Fria, Caminho de Bela vista, Caminho do Chuveiro, Caminho de Manuel Paes: o importante é saber que sempre e de qualquer forma os caminhos guardam uma história; mais que rótulos fixos, os nomes do caminhos são descrições de fatos, narrações de histórias que aconteceram, do que se conclui que as vidas dos habitantes não estão inscritas nas superfícies do mundo, mas tecidas no seu próprio tecido (Ingold, 2015). Numa caminhada com Pedro certo

dia, passamos pelo sítio de Bolinha. De imediato ele se lembrou de Zeca, que é o pai de sua prima Maria, e assim explicou:

Zeca era filho de Bolinha. Bolinha era o apelido de Jobina Ferreira da Rosa, mas ninguém chamava ela assim, senhora, que é onde que eu vou te mostrar onde que ela morava, que a gente apanhava café dali. O compadre Jacinto colhia café dessa área todinha e levava para ela fazer pó de café. Aí a gente estava trabalhando ali... aí, ó, esse sítio aí era a roça, ó, isso daqui, ó, essas jaqueiras, esses negócios tudinho ainda foi a gente que plantou. Ali tinha uma casa que era de um senhor que vinha lá de baixo e aí ele é que dava emprego para a gente. Jacinto. O nome dele era Jacinto, acho que era Jacinto Mendes Córdia. Aqui, aqui é o mesmo caminho, e isso aqui, ó, é outro caminho, que era o Caminho do Jacinto. Do Jacinto, porque ele era dono desse sítio, então, a gente botou esse apelido no caminho, quer dizer, mas eu não... o caminho é a entrada do sítio. Isso aí era tudo casa que as pessoas moravam. O nome das pessoas que moravam é que a gente fala que é o caminho. Ela morava aí, ó. Ela só socava... ela socava café, ela fazia esses negócios, e a gente bebia o café, que coisa, cheirava tudo a café. Só que a casa dela era uma casinha pequenininha, está vendo? Ainda tem coqueiro que ela plantou.

Há os caminhos que se inauguraram com o início de uma relação. Antes de Pingo namorar a mãe de seus filhos, Maria, não existia um caminho ligando as casas onde cada um dele morava. Maria morava na casa de Dorvalino, irmão de Carmélio, que conta:

Não tinha aquela estrada que sobe ali depois da ponte, não. Era o caminho do Pingo, desde aquele cruzamento que tem um cano até lá embaixo, naquela lama que subia para cá para subir do outro lado. Mas Pingo, de tanto ir namorar por ali, fez um trilhozinho dentro do mato. E foi passando, foi passando e foi alarguecendo o trilho, agora é estrada. E o caminho de baixo é aquele que tinha em frente do sítio dos Vieira, fechou, acabou.

Assim, o começo do namoro foi também o início de uma rota para permitir seus encontros. O caminho é a materialização de um eterno envolvimento afetivo com a paisagem, enuncia usos de espaço, fala de lugares visitados e revisitados pela memória, pois permite trajetos que descortinam cursos de vida. No seu percurso, o caminho se cruza com outros. Um encontro de caminhos chama-se estação; mais que a possibilidade de escolha de uma direção, uma estação é também o encontro retórico de duas ou mais histórias, e as encruzilhadas multiplicam retóricas. Conforme encontram-se umas às outras e seguem suas rotas, os caminhos

convergem e divergem para formar a malha reticulada de conhecimento narrativo que se estende continuamente (Ingold, 2015). Desta forma, na medida em que as pessoas fazem o que quer que seja na floresta, elas estão se conectando continuamente às histórias de outras pessoas, extraíndo sempre algum tipo de orientação moral ou formas de prosseguir frente a determinados assuntos, pelo simples fato de lembrar causos que unem caminhos que assim conformam a paisagem.

Conforme as pessoas, no curso de suas vidas cotidianas, fazem o seu caminho a pé por um terreno familiar, assim os seus caminhos, texturas e contornos, variáveis através das estações do ano, são incorporados em suas próprias capacidades corporificadas de movimento, consciência e resposta (...). Mas, por outro lado, esses movimentos pedonais costumam uma malha emaranhada de trilhas personalizadas pela própria paisagem. Através do andar, em suma, as paisagens são tecidas em vida, e vidas são tecidas na paisagem, em um processo contínuo e interminável (Tilley, 1994 apud Ingold, 2015: 90).

Os caminhos nunca são passivos a trânsitos e pisadas, eles são verdadeiros agentes na paisagem, dispõem do tempo dos homens e os organizam em prol da sua manutenção, têm que ser feitos e refeitos. Os caminhos penosos desgastam as ferraduras dos burros e causam estragos nos carros, dificultam o transporte dos produtos da roça, limitam a expansão da agricultura, embaraçam a chegada à escola e atrapalham a vida do doente e do idoso. Ao estarem imersos em processos vitais (Ingold, 2000), os caminhos nunca estão prontos, nunca permanecem imóveis, eles exigem de seus usuários os esforços contínuos de roçado e manutenção.

O caminho não é estático: uma enchente empurra pedras e barreiras, chegando a interromper o trânsito; caminhos principais são abandonados, forçando a procura de alternativas, atalhos que com o tempo tornam-se principais. O caminho é uma luta constante na qual o mato sempre ameaça vencer, a falta de uso fechá-lo, obrigando a desbravá-lo constantemente; a chuva o atola e a árvore, caída, ou cria atalhos ou mobiliza as pessoas para sua retirada. Já o atalho mostra o essencial que é saber o caminho alternativo, aquele menos transitado e oculto que persiste apesar da insistência do mato.

O caminho não é uma intervenção na paisagem, ele próprio é a paisagem, somatória dos esforços humanos e não humanos; pois tal como indica Ingold (2000), a paisagem é construída na interação entre projetos humanos e devires humanos e não humanos. Nesse sentido, não interessa pensar numa paisagem prévia à existência do caminho, pois isso equivale a pensá-la sem o agir dos humanos, e a paisagem não é algo nem anterior, nem exterior, nem oposta ao humano.

E, entre os não humanos, capítulo à parte deveriam ter os burros no desenho e construção dos caminhos, pois até 1950, data em que o italiano Florêncio levou o primeiro carro ao Caminho de Cafundá, o burro era soberano.

O burro

Ainda que o burro venha sendo substituído por motos e carros, é ainda imprescindível para os caminhos mais estreitos e íngremes. Domados e treinados para transportar mercadorias sobre o lombo, os burros são conduzidos na maioria das vezes por um homem a pé ou a cavalo, havendo, no entanto, animais que conhecem o caminho e que, quando carregados, sabem voltar sozinhos à casa. A habilidade e responsabilidade para tratar os burros é sempre masculina, e se pauta numa relação quase parental de mútuo conhecimento e inúmeros cuidados, como vários camponeses asseguram. Se ausentar de casa e não poder tratar dos burros gera angústias no dono, que deve fazer uma certa ginástica para prover os cuidados necessários quando não puder contar com o auxílio de um vizinho ou parente. A associação entre os animais e seus donos consegue ser surpreendente. Os burros são indicadores da presença do dono por perto; pela sua vista pode-se adivinhar quem se aproxima no caminho. Campainhas e badalos no pescoço dos burros ajudam também a identificar a proximidade da tropa por seu proprietário.

Com a experiência, o dono do animal aprende a distinguir o peso e número de viagens que pode fazer, de acordo com a idade do burro, a temperatura do dia e o estado do caminho. Como animal de carga, o burro cumpre um serviço essencial para o escoamento da produção de banana e para o abastecimento; em troca o dono precisa investir em alimento, milho e capim, água fresca, lugar de descanso, ferraduras que são trocadas dependendo da intensidade do trabalho e cuidados veterinários quando necessários. Ao mesmo tempo que são fortes e resistentes ao trabalho pesado, são frágeis nas quedas e indefesos ante as mordidas de cobras.

Novas ferraduras devem ser providenciadas aos burros com frequência. Antes, é preciso aparar cada casco e limpar as solas. Cada agricultor faz isso no máximo uma vez por mês, pagando ao ferrador de 70 a 100 reais pelo conjunto. Vargem Grande e Rio da Prata são dos poucos bairros da cidade onde ainda se encontra esse velho ofício. Cuidar bem do animal é fundamental. Da saúde deles depende o escoamento de toda a produção, já que os carros não passam por todas as trilhas.

Ainda que a banana seja o principal produto levado às feiras, é na época do caqui, entre março e maio, que os burros são mais exigidos, quando chegam a fazer duas viagens por dia, subindo e descendo o morro com as cangalhas cheias.

Todo o caqui do estado vem dessa região, toneladas que os burros carregam como podem. Muitas vezes os produtores perdem parte da safra porque não há muitas pessoas na roça para colher as frutas.

Mulinha, Pretinho, Escurinho, Velinha, Princesa, Cadete, Garoto, Brinquedo são os burros que estão tão presentes no cotidiano como nos relatos e narrativas e nos conflitos, pois um burro solto, pastando no terreno vizinho ou comendo a plantação de outros, é uma provocação e contém o germe de uma futura briga. Já passou a época em que possuir 18 burros era símbolo de prestígio, *status* e riqueza, como era o caso da família Vieira. Hoje em dia é difícil que alguém tenha ou deseje mais de dois burros e/ou um cavalo, porém, ainda que seu uso seja condenado pelo parque, a história dos caminhos seria outra sem sua presença incorporada na paisagem. Além de descer a produção morro abaixo, os burros também são úteis para levar o que quer que seja para o alto, como compras nos mercados e até móveis. Um burro vive, em média, 30 anos. Quando um morre, a tristeza na roça é grande. Posso ficar sem café, mas o burrinho não fica sem a ração dele, conta Cristina. Daí que o burro tenha se tornado símbolo do tempo de antes que se estende até o presente, chamando a atenção de visitantes, jornalistas e pesquisadores.

Em *O Sertão Carioca*, Magalhães Corrêa (1936) retratou o cotidiano da região. Vários de seus desenhos e gravuras tinham como tema o transporte feito por cavalos e burros. Nos dias atuais, o burro carregando em ambos os lados cangalhas feitas com cipós e com o focinho coberto é um símbolo que remete ao tempo do sertão carioca. Desta forma, ilustra a logomarca de empreendimentos como o Eco Museu do Sertão Carioca e aparece representado em festividades como o Carnaval.

Temos concordado com Ingold (2000), quando o autor afirma que corpo e paisagem geram a si mesmos de forma simultânea e mútua, deixando de lado a ideia de paisagem como pano de fundo onde a ação acontece para ser, ela mesma, um feixe de ações articuladoras do encontro humano e não humano, produzindo de tal encontro uma mútua inscrição das marcas humanas no ambiente e deste na experiência humana do mundo. Se os caminhos representam uma parte dessa inscrição, eles têm deixado suas marcas na experiência humana que os produz.

Empreitadas

Assim, é preciso dedicar algumas linhas às empreitadas, mutirões e à cooperação necessária entre parentes e vizinhos requeridos pelos caminhos feitos

na mão ou com enxada e que também são ajeitados, empedrados e cimentados com recursos próprios e ferramentas básicas. Com a crescente urbanização nos arredores, os moradores se organizam para pagar o material de concreto aproveitando as sobras dos caminhões betoneira. Na medida em que o burro deixou de ser o único meio de transporte de acesso às íngremes encostas e começou a partilhar funções com motos e carros, foi necessária a adequação dos caminhos às rodas. Em que se pese os benefícios, esses trabalhos comunitários costumam gerar desentendimentos relativos a recursos e definição do trajeto onde cada um deve atuar, produzindo tensões entre os que participam e os que não participam com trabalho e/ou recursos.

Os caminhos falam das frustrações infinitas com o poder público, na maioria das vezes por omissão e descaso. Um verdadeiro caso são as inúmeras vezes que os habitantes têm solicitado asfalto para a rua Cleodón Furtado, que tem CEP, pedido que não encontra acolhimento porque nos registros da prefeitura esta consta como asfaltada, de maneira que os moradores têm que arcar com os custos do acesso que, paradoxalmente, permite o fluxo de visitantes ao parque.

O registro das empreitadas é o próprio caminho ou às vezes eventos significativos como casamentos ou aniversários que exigiram conserto dos caminhos; mas nem sempre todos os usuários têm consciência do trabalho investido ou dos arranjos feitos que permitiram que hoje um trajeto seja transitável. Exceção é a placa de agradecimento feita em ferro e colocada no caminho de Morro Redondo, onde Sebastião Correia Teles agradece textualmente:

“A Pedro de Tilinho, e ao seu cunhado Paulino, pelo muito que fizeram para que na data (28 de fevereiro de 1994) Antônio Perrota Duarte pudesse transportar até aqui, em seu jipe, o antigo proprietário deste sítio, Djalma Luiz Mezezes.”

Outra placa testemunha de trabalhos e mutirões foi a que colocou Pedro quando terminou o trajeto do Caminho de Cafundá até sua casa, em que se lê: “Comunidade Astrogilda/Caminho do Cafundá”, em uma forma de presentificar o legado da avó – mostrando que, sim, os nomes dos lugares podem voltar – e de comemorar a feitura de um caminho que tinha sido uma verdadeira vitória frente aos entraves que o órgão de controle ambiental tinha executado. Em geral, pode-se afirmar que placas com nomes dos caminhos não são usuais: os agricultores não precisam delas para ler a paisagem. Como diz Mia Couto em um de seus livros, a terra tem suas páginas: os caminhos; e sua feitura está aí para mostrar que

mais que intervenções na paisagem, eles próprios são a paisagem pela totalização de empenhos humanos e não humanos e pela mútua e simultânea geração de sujeitos e ambiente.

Paisagem e memória

Tim Ingold considera que a paisagem conta uma história tanto para o cientista como para o habitante. A paisagem seria uma crônica da vida e do habitar, que envolve a vida e o tempo dos predecessores que por gerações têm sido parte na formação da paisagem (Adam, 1998 apud Ingold, 2000). Deste modo, perceber a paisagem é um ato de lembrança, e lembrar não é apenas chamar uma imagem interna estocada na mente, senão relacionar-se perceptivamente com um entorno que está, em si mesmo, repleto de passado.

Nesse sentido, Tilley (2004) adverte que não há percepção de lugar e de paisagem sem a intervenção da memória, uma vez que as experiências do passado dão cores às percepções do presente. De acordo com o autor, carregamos “temporalidade” aos lugares por meio de nossos movimentos e experiências – o que em muito nos lembra a dicotomia paisagem-*taskscape* de Ingold que, ao ser por ele superada, transforma-se em “paisagem temporalizada”.

Contudo, é preciso destacar que a relação entre paisagem e memória decorre necessariamente de uma agência e uma prática social no resgate e seleção de memórias. O passado não fica pairando à espera de evocação; existe um processo de produção de lembranças que depende de seu sentido no presente e que fundamenta as políticas da memória nas quais podemos elencar, entre outros atos, o olhar com o qual a paisagem é enquadrada. A paisagem é inventada, ligando signos a significado, em cada momento histórico – ou seja, “descobre-se” a beleza e história dos lugares em determinados períodos e épocas (Cauquelin, 2000).

Os habitantes do quilombo de Vargem Grande produzem significados na paisagem atrelados às conexões que eles estabelecem com os fenômenos materiais com os quais e por meio dos quais vivem, com as plantas e os animais; mas também com parentes e vizinhos ausentes que do passado surgem mediante lembranças. Se a paisagem pode ser lida é porque ela também é um texto para alguém localizado histórica e socialmente e por isso, desde a ótica da percepção, ela não conta a mesma história para todo mundo. A paisagem do maciço reúne o mental e o material, o simbólico e o prático, o selvagem e o doméstico, configurando uma coleção de lugares e significados.

Nos percursos que pude acompanhar, descobri uma leitura da paisagem aproximada dos aprendizados e vivências dos meus interlocutores. Eles compreendem o local através das páginas da paisagem cujas tramas, vivências e temporalidades do passado se conectam a seus eventos e experiências. A paisagem conta uma história, porque segundo Ingold (2015), as coisas do mundo são suas histórias, dadas, mais que por características fixas, pelas suas trajetórias de movimento em um campo de relações.

No mundo narrativo, portanto (...), as coisas não existem, elas ocorrem. Onde as coisas se encontram, as ocorrências se entrelaçam na medida em que cada uma se torna ligada à história da outra. Cada uma dessas ligações é um lugar ou tópico. Conhecer alguém ou alguma coisa é conhecer a sua história, e ser capaz de juntar essa história à sua (...). Contar uma história é relacionar, em uma narrativa, as ocorrências do passado, trazendo-as à vida no presente vivido dos ouvintes como se estivessem acontecendo aqui e agora (Ingold, 2015: 236).

Frente às perspectivas sobre a paisagem que tendem a ceder para um discurso ambientalista ou contemplativo, a aproximação a este tema pela ótica nativa dos habitantes denota que a paisagem não se narra sem considerar as relações de parentesco e a forma com que as relações sociais são projetadas no espaço. Para elucidar essa relação foi necessário esmiuçar o diálogo entre paisagem e parentesco, estabelecido, em princípio, pelas correspondências entre locais e famílias, que instituíram referências espaciais reconhecidas para os locais, ainda que o mapeamento das fronteiras das tramas do parentesco não coincida plenamente com uma unidade territorial ou paisagística limitada ou contornável cartograficamente.

Os discursos sobre a paisagem correspondem aos itinerários e trajetos das pessoas dos grupos familiares. Lugares, roças e caminhos são a marcação de um tempo vivido e da permanência e experiência das atuais famílias; daí a importância dada à visualização das moradas dos antigos, das castanheiras/prumos, das ruínas, das pedras e outros tantos lugares que são simultaneamente parte da paisagem e suportes das memórias sociais. Durante os percursos feitos com Pedro, a evocação dos lugares era acompanhada da evocação de marcos que conformavam uma topografia própria: o caminho que corre até certo núcleo familiar, o terreiro de pedra, as figueiras nas proximidades da casa de Bernardina, o armazém do carrapato, o pau-barbado, a toca da farinha, a pedra rachada, os locais onde aconteceram os bailes e as plantações de banana que aos olhos do forasteiro se vestem

de uniformidade, às vezes indistintas, sem a singularidade que os nativos lhes concedem.

Apontar onde um parente ou antigo morou e plantou é uma forma de inscrever as relações familiares e o tempo genealógico estruturante da continuidade do grupo na paisagem. Desta forma, no leque espaço-temporal de infinitas possibilidades, permanecem vivos os lugares retomados, revisitados, remodelados e narrados, considerando os relatos que acompanham cada caminhada. Rede mobilizadora de uma enorme amplitude de humanos e não humanos, os lugares da memória definem o trabalho de instrumentação que oferece os padrões de medida e comensurabilidade entre sociedades (Latour, 1994). A escolha dos lugares sobre os quais passam as histórias não é fortuita; corresponde aos itinerários do grupo. Na paisagem, os lugares são as marcações do tempo vivido e mapeado meticulosamente na paisagem, mobilizados pela sua história.

Do mapa mental ao mapa cartesiano

As anteriores reflexões são, em parte, produto do desenvolvimento de um mapeamento participativo realizado em conjunto com alguns dos quilombolas de Vargem Grande. A ideia de elaborar o mapa surgiu da minha própria pergunta, sem resposta inicial, sobre a dimensão do território do quilombo que estaria sendo pleiteada ante o PEPB. Essa incógnita me levou a sugerir a realização de um exercício de mapeamento participativo, aproveitando que vinha acompanhando o dia a dia de Pedro em seus afazeres no Maciço. Pingo, Pedro, Sandro e Alexandre encararam a experiência com muita disposição e para esse propósito realizamos vários trajetos. Em algumas dessas caminhadas nos acompanharam Nilza, Jorge Valois, sua esposa Cristina e o cachorro Spike. Além da localização dos núcleos residenciais, incluíram-se no mapa sítios ou roças, dispersas e distantes tanto das residências como entre si.

Considerando que a percepção ambiental se encontra mediada pelo concreto, e que no caso da população quilombola de Vargem Grande esta mediação passa pelas memórias de acontecimentos e pessoas próximas e conhecidas, a proposta de mapeamento participativo não teve grandes adesões, nem despertou de início um interesse massivo, mas resultou num verdadeiro desafio epistemológico, e me permito aqui narrar a forma como aconteceu o exercício que produziu o mapeamento do território.

Contudo, cabe aqui uma breve nota metodológica sobre o mapeamento participativo. Não tínhamos à disposição um aparelho de GPS para começar o mape-

amento; foi procurando um aparelho que entrei em contato com meu amigo Paulo Santos, cartógrafo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Paulo nos deu a ideia de trabalhar com aplicativos de GPS que podem ser instalados no celular e foi assim que começamos a usar o aplicativo para gravar os percursos diários, feitos pelos diferentes caminhos conhecidos. Nem sempre estivemos juntos fazendo o mapeamento, então criamos um grupo de WhatsApp, o que nos permitia ir colocando e acumulando os percursos realizados por cada um de nós, que mais adiante seriam descarregados no programa de processamento. Os avanços nas tecnologias da informação e coleta de dados certamente incrementaram a acessibilidade e possibilitaram o uso desta metodologia de geoprocessamento.

Paulo nos guiou nesta coleta de dados e depois preparou o processamento; nos reunimos algumas vezes no IBGE e no quilombo para discutir os avanços e resolver dúvidas sobre a toponímia nativa de rios, cachoeiras e nascentes de água. Muitos dos nomes desses elementos geográficos não constavam na base de dados do IBGE, e graças ao exercício de mapeamento, essas toponímias foram visibilizadas e incluídas na geografia oficial do instituto.

O aplicativo para celular demonstrou-se uma ferramenta muito útil e fácil de usar, permitindo-nos marcar, além dos percursos, roças, grutas, nascentes de água, núcleos residenciais, cachoeiras, antigas balas de carvão, ruínas e outros lugares da memória. Fizemos o georreferenciamento da floresta com sua multiplicidade de elementos socialmente relevantes – plantas, cachoeiras, pedras. Também incluímos casas do passado, casas modernas e ruínas, todos esses elementos que antes de mais nada já eram mapeados seguindo regras morais, de acordo com noções de sagrado e profano, puro e impuro, relações de sociabilidade, troca e reciprocidade.

Também é preciso acrescentar que, uma vez familiarizados com aplicativos como Google Earth e Google Maps, Sandro e Alexandre começaram a usar as ferramentas para dar visibilidade à localidade e demandar atendimento em saúde no programa Clínica da Família por parte da prefeitura, que prioriza o atendimento com base em mapas. Sandro obteve licença como editor do aplicativo MapsMaker e durante um período dedicou-se a acertar nomes de ruas e a oficializar nomes de caminhos e lugares. Uma praça pública abandonada pela prefeitura, localizada no início da rua Cleodon Furtado foi denominada a partir do aplicativo como Praça Romualdo Dos Santos Mesquita (Tilinho), uma forma não só de homenagear uma pessoa querida nas redes do parentesco, mas de imprimir uma marca identitária num mapa global. Uma vez dado o nome, os quilombolas convocaram

um mutirão para iniciar a manutenção do local. Sobre o batismo dessa pracinha com o nome do avô, Cristiano explica:

Uma das pessoas mais importantes da minha vida é esse cara, é porque nunca se foi!! Que mais parece um personagem, eu contando parece que estou lendo um capítulo de um livro escrito pelo tempo, onde as linhas foram escritas através de melodias nas noites frias e nas canções que aqueciam. A bebida só era um complemento, que fazia aflorar o sentimento!! Tilinho era o meu avô!! Desse posso contar com primazia, cada pedaço da arte que ele fazia na agricultura, no artesanato, na construção, na música! Posso descrever cada fato. Quem me vê tão novo metido nas rodas de samba por aí compondo, pode ter certeza que é baseado nos meus ancestrais que devem estar por aí me olhando, para deixar do meu lado aquela paz. Deixaram o seu legado, e levo comigo por onde vou passando.

Os resultados desses exercícios de mapeamento foram muito enriquecedores para contrastar as representações de espaço. Para a técnica cartográfica tínhamos dados demais, uma dificuldade real quando se precisa atingir a abstração que um mapa requer. Era preciso eliminar ou “limpar” algumas variáveis que na linguagem local correspondiam às narrações cruzando pessoas e fatos.

O contraste entre a objetividade do mapa cartesiano e a subjetividade do mapa nativo, carregado de narrativas e memórias, evidenciou uma visão de mundo amparada numa totalidade de nexos infindo e de continuidade de existência espacial e temporal que mantém os vínculos originais de uma unidade cósmica que não separa pessoas, espaços, eventos e natureza (Simmel, 1996). A impossibilidade de colocar todos os dados numa única representação teve como resultado algumas das ideias-chave deste capítulo. A incompatibilidade entre o sistema ocidental de representação espacial e o sistema nativo aparece nos exercícios de mapeamento e sempre será uma condição deste tipo de exercício. Como tem sido enunciado pelos estudiosos da cartografia social, a aplicação da tecnologia em contextos interculturais é um mecanismo de assimilação epistemológica, cujo maior risco é deixar o ponto de vista nativo sub-representado (Chapin, 2005).

É preciso aclarar que mesmo sendo as comunidades tradicionais as que elaboram os mapas, não existe mapa nativo: quando falamos de mapeamento participativo estamos nos referindo à articulação entre um saber técnico e um saber local na percepção e representação do espaço. Assim, os mapas participativos são a síntese de uma linguagem intercultural destinada, principalmente, à comunicação e ao entendimento com a sociedade dominante e, dentro dos termos do seu

saber, na qual outras formas de conhecimento geográfico ficam à margem (Hirt, 2006, 2009; Mansutti, 2006).

Por outro lado, é também preciso deixar de lado a ideia do mapa como objeto acabado. O produto do mapeamento comunitário não comporta necessariamente uma realidade política consolidada. O mapa produzido é antes de tudo a imagem de um momento particular. Deste modo, o levantamento realizado naquele início do processo organizativo diferiria de um levantamento feito hoje em dia, quando a comunidade está muito mais consolidada politicamente e com uma maior participação de lideranças femininas do que no momento em que o campo foi realizado. Também tivemos muito cuidado na hora de sugerir o estabelecimento de limites territoriais ou fronteiras fixas que viessem a renhir com as próprias experiências pessoais, marcadas pela fluidez de trânsito entre diversas áreas do maciço. Como o estabelecimento de limites territoriais precisos não é requerimento para o exercício de sua sociabilidade, acatamos a sugestão da colega e professora Rita Montezuma, do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, de seguir as curvas de nível relacionadas com a localização das nascentes para guiar uma primeira demarcação de polígono, reconhecendo assim o papel do saber local na manutenção das nascentes.

Na primeira ocasião em que tivemos oportunidade mostramos à comunidade reunida os avanços do mapeamento. Uma parte das pessoas se surpreendeu de ver no mapa o espaço que as famílias têm ocupado no maciço, contrastado com o mapa oficial do PEPB, que é uma grande mancha verde, e que enuncia, não sem inocência, um espaço vazio. O mapeamento participativo riscava essa mancha, enchendo-a de vitalidade, percursos, áreas de plantio e núcleos residenciais.

Essa imagética geográfica deu para alguns dos moradores um senso do espaço que até então só tinha sido narrado e que, de certa forma, não existe fora das relações que o animam, e por meio das quais é transmitido oralmente. Para outras pessoas da comunidade, o mapa não dizia muito; abstrato demais, ele não comunicava algo entendível e talvez isso explique a pouca adesão ao exercício que encarna o cume da racionalidade científica sobre o espaço. Cartas geográficas, assim como outro tipo de registros escritos, materializam o conhecimento nativo sob maneiras bem diferentes daquelas por meio das quais este se concebe e transmite localmente. Carmélio, por exemplo, expressou que o mapa era uma linguagem estrangeira e que ele estava velho para aprender a ler: “é importante, mas deixo essa missão para os mais novos”.

Nesse mesmo sentido, foi interessante constatar que, ao contrário do recebimento que teve no interior da comunidade, o mapa despertou curiosidade e muitas expectativas nas instituições e pesquisadores que queriam conhecê-lo. Isto porque o mapa carrega uma presente objetividade implícita que está na base da linguagem do Estado, de maneira a tornar-se uma poderosa ferramenta de negociação da comunidade com as instituições estatais, como o Incra e o PEPB.

Como instrumento político, o mapa esteve sempre a serviço do poder, ocultando realidades e reduzindo nas representações os complexos processos sócio-territoriais. Seletivo, reduzido e em escala, a força do mapa é a projeção e comunicação da realidade de quem o confecciona, cujo saber especializado coube a poucas mãos. Os mapas participativos aparecem como alternativa na construção do conhecimento, subvertendo os lugares de enunciação das formas positivas da ciência ocidental e encarnando a tentativa de “democratização” do acesso e controle por um domínio técnico hegemônico. À medida que direitos são reivindicados em termos espaciais, não estar no mapa tende a significar não ter provas de existência territorial, de condição de posse de terras e acesso a seus recursos (Fox, 2005: 7). Nesse sentido, os exercícios de contramapeamento elaborados por atores locais desafiam a invisibilidade de populações tradicionais ou subalternas nos mapas oficiais dos Estados.

Referências

- CARNEIRO, Ana. O sistema da mexida de cozinha: de que riem eles? In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana & DAINESE, Grazielle (Orgs.). *Giros Etnográficos em Minas Gerais: Casa, Comida, Prosa, Festa, Política, Briga e o Diabo*. Rio de Janeiro: 7 Letras / FAPERJ, 2015. p. 93-110.
- CARSTEN, Janet. *Cultures of Relatedness: New Approaches to the Study of Kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- _____. *After Kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. In: SZTUTMAN, Renato (Org.). *Eduardo Viveiros de Castro: Entrevistas*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008. p. 130-161.
- COMERFORD, John. *Como Uma Família: Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política / UFRJ, 2003.
- DE CERTEAU, Michel. Relatos de espaço. In: DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*, vol. 1. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 199-217.

- FERNANDEZ, Annelise. *Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: A Construção Social de Uma Unidade de Conservação à Luz das Políticas Ambientais Fluminenses e da Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRJ, tese de doutorado, 2009.
- INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. In: INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. Londres: Routledge, 2000. p. 189-208.
- _____. *Estar Vivo: Ensaio sobre Movimento, Conhecimento e Descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LATOURETTE, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- _____. *Reensamblar lo Social: Una Introducción a la Teoría del Actor-Red*. Buenos Aires, Manantial, 2008.
- MAUSS, Marcel [1923-1924]. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naif, 2003. p. 183-294.
- RODRÍGUEZ CÁCERES, Luz Stella. Do caminho à trilha: as perspectivas do lazer e do habitar na Transcarioca. *Interseções*, v. 18, no 1, p. 64-96, 2016.
- SIMMEL, Georg. A filosofia da paisagem. *Política & Trabalho*, n. 12, p. 15-24, set. 1996.
- TILLEY, Christopher Y. *The materiality of stone: explorations in landscape phenomenology*. Oxford/New York: Berg, 2004.

Sertão carioca: a construção social de um território agroecológico

Silvia Regina Nunes Baptista
Carlos Osvaldo Motta Formoso
Ivani Rosa da Silva

Os recentes investimentos financeiros na cidade do Rio de Janeiro têm promovido destruição de patrimônios culturais e ambientais. Mesmo diante desse contexto, esta destruição é considerada pelo capital como destruição criativa. Ou seja, obtém de parte da sociedade uma avaliação positiva qualificada de desenvolvimento econômico, ainda que apresente características de especulação imobiliária e da necessidade do reordenamento do capitalismo diante da crise. Nesse contexto, ocorrem ações contraditórias por parte de uma sociedade de interesses, para a qual o que parece desordem é na verdade uma ordem do possível, entre elementos de um território em conflito. Para as classes populares, essa destruição se apresenta como remoção de assentamentos de moradia popular e alteração de padrões urbanísticos nos bairros mais tradicionais. Remoção essa também anunciada para os agricultores tradicionais que resistem no coração da zona oeste da cidade, território que transita assim entre o urbano e periurbano.

De um lado, agentes públicos alteram a legislação em vigor desterritorializando áreas de conservação ambiental e transformando-os em novo território com os custos da especulação imobiliária. De outro lado, há a defesa acirrada da implantação de unidades de conservação integral do ambiente, excluindo agricultores tradicionais dos seus modos de reprodução de vida. Frente às intenções de agentes governamentais e a fim de combater tal vertente, diversas formas de resistência se configuram, como atitudes contra-hegemônicas e descolonizadas, que pretendem a manutenção de um território socioambiental e de uma cultura tradicional com suas marcas na paisagem. Algumas dessas formas de resistência são as experiências de agricultura na cidade, a plantação de quintais produtivos e diferentes modos de luta que se integram à pesquisa, ensino e extensão universitária num esforço coletivo de construção social do conhecimento.

Esse conjunto de ações, ao construir vínculos entre os atores locais, constituiu um território de resistência, sob a égide de práticas, linguagens e símbolos. Juntando esses aspectos, temos então a consolidação de territórios-redes que se nutrem do poder da comunicação. Ancoramos essa reflexão nos conceitos do geógrafo Claude Raffestin (1993).

Não se trata, pois, do “espaço”, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, o espaço visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação.

Do ponto de vista deste trabalho, os atores, instituições, trabalhadores de políticas públicas, agricultores, consumidores organizados em torno de interesses comuns constituem uma rede, ultrapassando as imposições de diferentes distâncias. Os atores individuais ou coletivos criam vínculos entre si para consolidar esta proposta de território. Ao constituírem demandas e formas de defesa de seus direitos, estabelecem malhas ou tessituras de redes.

Essa tessitura, composta pelas linhas que vinculam esses atores e que compõem um desenho de rede, é sustentada por “um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e comportamentos que supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos”. (Raffestin, 1993: 2). Esses sistemas são conjuntos de valores, símbolos, cores, cheiros, modos de vida, práticas. Concebemos a integração entre a educação, a informação e a comunicação como o meio de veiculação desse sistema sêmico, sendo, ao mesmo tempo, retroalimentada por esse mesmo sistema com seus signos e códigos (linguísticos ou não).

No contexto de transformações socioespaciais sobre a região, identificamos três sistemas sêmicos. O primeiro se expressa na disputa física sobre o espaço concreto, unindo-se aos simbolismos das propagandas e marketings do mercado imobiliário, com seu conjunto de valores. Talvez, nesse caso, em vez de valores seria melhor dizer custo e lucro, por ser o preço dado à terra (como mercadoria) seu principal elemento de vínculo.

Dois outros sistemas sêmicos serão trabalhados ao longo deste capítulo. Um deles diz respeito aos preservacionistas que pretendem instaurar, contra

todas as experiências, um “parque sem gente”. O Parque Estadual da Pedra Branca, criado em 1974 e tido como o “maior parque urbano do mundo”, traduz uma visão paradoxal sobre o espaço. De certa forma, fortalece o mercado imobiliário ao valorizar o verde, que, na semântica popular, também é a cor do dinheiro internacional, o dólar. Por fim, um terceiro sistema sêmico reúne as subjetividades ou simbolismos do povo simples da terra, produzindo outra territorialidade. As ações das redes de agroecologia que se articulam a partir do Maciço da Pedra Branca são um exercício contra-hegemônico diuturno e capilarizado nas rotinas alimentares, seja dos agricultores, seja dos consumidores seja das compras para a alimentação escolar, seja no cultivo de seu próprio alimento nos quintais, desenhando novas tessituras neste território e articulando-o a outros territórios agroecológicos seja na região metropolitana, no plano estadual e nacional.

A fim de melhor compreender esses processos, este artigo se divide nas seguintes seções: a primeira apresenta a evolução histórica das territorialidades em disputa; a segunda, apresenta o termo “sertão carioca” como uma nomeação das experiências contra-hegemônicas. Dentre estas, aprofundamos o olhar sobre uma resistência localizada nas encostas (a agricultura tradicional) e outra na várzea (Vila Autódromo). Finalmente, discutimos a integração da educação, informação e comunicação no desenho desse território-rede sobre o espaço concreto.

O espaço e a constituição histórica de suas territorialidades

Recortamos especificamente a região das Vargens (Figura 1), situada na parte oeste da cidade do Rio de Janeiro e localizada entre o mar do Recreio dos Bandeirantes e o Maciço da Pedra Branca, localidade que vem sofrendo alterações nas suas tradicionais atividades agrícolas, gerando uma verdadeira crise de identidade na região e instabilidade econômica na família dos agricultores. Com base numa expansão urbana atrelada ao capital, a territorialização proposta ocupa o espaço físico por meio da corporificação do mercado especulativo, com a participação do poder público patrocinando a infraestrutura necessária para a expansão e lucro das construtoras.

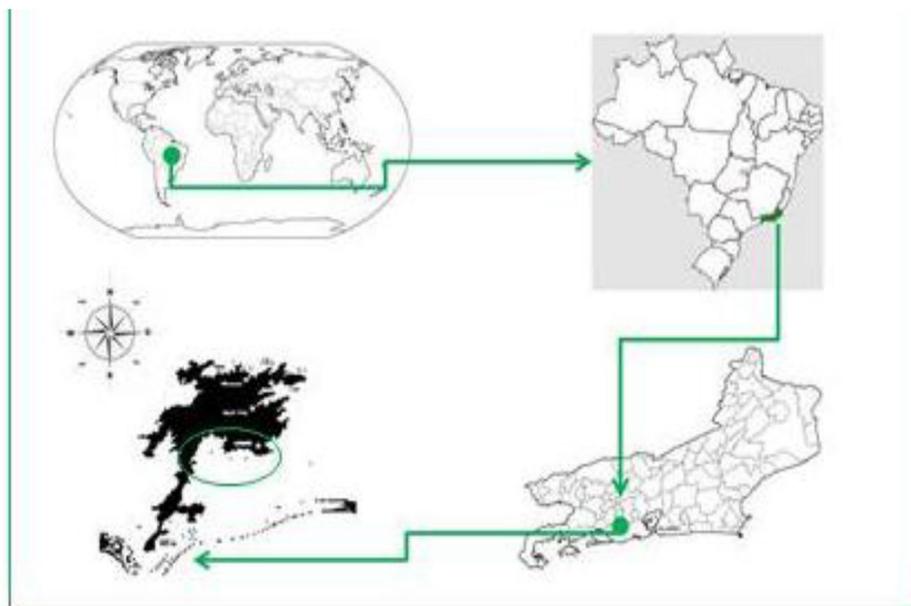


Figura 1: Mapa de localização da região das Vargens, no entorno da unidade de conservação integral, Parque Estadual da Pedra Branca.

Citamos como exemplos deste processo em curso a aquisição de sítios e chácaras por parte de grandes empresas construtoras; a ampliação do principal eixo viário – a Avenida das Américas; a abertura do túnel da Grota Funda e a duplicação da segunda maior via, a Estrada dos Bandeirantes; a construção de shoppings, apartamentos e condomínios sem quintal (muitos deles, com nomes que fazem alusão aos espaços verdes e bucólicos). São obras que vêm modificando a paisagem, contudo, sem melhorias para a população local – que continua sobrevivendo com a carência no abastecimento de água, a energia elétrica de baixa intensidade, o transporte coletivo caótico e o inexistente saneamento básico.

Esta referida expansão se tornou especulação imobiliária devido à rápida valorização do metro quadrado, atribuída ao modelo urbano de condomínios de luxo e shoppings em áreas periféricas. A instalação das principais arenas para os Jogos Olímpicos de 2016 foram um pretexto para a remoção de comunidades tradicionais na região, que se constituíram a partir de núcleos familiares de agricultores e pescadores, ainda por volta dos anos 1950.

De acordo com projeções do Instituto Pereira Passos, o município do Rio de Janeiro atingirá uma população de cerca de 6,66 milhões até 2020. O estudo também mostra que entre os bairros de maior crescimento estão Vargem Grande

e Vargem Pequena, que deve crescer algo em torno de 40% neste mesmo período, atingindo uma densidade demográfica semelhante a bairros centrais.

A ocupação da região das Vargens vem do século XVII, com a sesmaria de Gonçalo Correia de Sá, doada aos monges beneditinos por sua filha. Foi então que, no século XVIII, Frei Lourenço criou a fazenda Vargem Grande, ao longo da Estrada de Guaratiba, hoje Estrada dos Bandeirantes. Plantou-se cana-de-açúcar e depois café; já em 1891, os Beneditinos venderam a área para a Companhia de Engenho Central de Jacarepaguá e daí ao Banco de crédito móvel e, em 1936, à empresa Saneadora Territorial Agrícola.

Por volta dos anos 1950, a pavimentação da Estrada dos Bandeirantes e a abertura do canal da Sernambetiba, drenando as águas dos rios Paineiras, Morto, Cascalho e Portão, contribuíram para atrair portugueses, que chegavam à região em busca de terra para a lavoura. Já a região do Maciço da Pedra Branca, com o relevo marcado por morros que variam entre 500 m a 1025 m de altitude e a biodiversidade da Mata Atlântica, foi ocupada por escravos ainda no século XIX, que formaram quilombos, a partir de núcleos familiares em Vargem Grande e no Camorim.

Em fins de 1968, uma recente intervenção sobre o espaço das Vargens e cercanias foi elaborado por iniciativa do Governador Negrão de Lima, que confiou ao arquiteto e urbanista Lúcio Costa a elaboração de um plano que acabou sendo conhecido por seu nome. O Plano Lúcio Costa foi feito para atender “a necessidade de serem estabelecidos critérios de urbanização capazes de garantir a ordenação da expansão urbana que se previa para a área da Baixada de Jacarepaguá” (PCRJ, 1998: 18). A aprovação do Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá ou Plano Lúcio Costa foi feita em 23 de junho de 1969, pelo Decreto-lei 42. Ao mesmo tempo “foi criado o Grupo de Trabalho da Baixada de Jacarepaguá, responsável por sua implantação, que teve o arquiteto Lúcio Costa como seu consultor” (PCRJ, 1998: 15).

Anos mais tarde, ocorreu a fusão da cidade-estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro dando origem a uma nova unidade da federação. Um novo desenho se configura para os espaços da cidade, que manteve o nome do novo estado – Rio de Janeiro. O instrumento que a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro utiliza para fazer valer a sua política de uso do solo é o Peu (Plano de Estruturação Urbana). Naturalmente, esse plano não estaria dissociado de instrumentos mais abrangentes, como a Constituição Federal, o Estatuto da cidade, a Lei Orgânica do Município, ou até mesmo o Plano Diretor. Porém, ainda que princípios do Peu Vargens não se harmonizem com esses instrumentos legais superiores, ele tem dado aval a formas de ocupação predatórias tanto à unidade de conservação

quanto ao ambiente humano e paisagem cultural. O cenário atual possui uma historicidade e vamos nos permitir olhar para ela.

Assim, em 1977, foi aprovado um Plano Urbanístico Básico da Cidade (PUB-Rio) que, dentre outras medidas instituiu uma nova divisão territorial, criando as cinco Áreas de Planejamento (AP), dentre elas a AP-4 que engloba a totalidade da bacia, objeto deste estudo. Além destas, criou as Unidades Espaciais de Planejamento (UEP), para as quais se formularam alguns PEUs, isto é, os Projetos de Estruturação Urbana. Nestes projetos definem-se os traçados viários, padrões de uso do solo e os planos de massa. O PUB reconheceu ainda os usos básicos do solo urbano e estabeleceu uma hierarquia viária, além de identificar os centros funcionais da Cidade (PCRJ, 1998: 6).

Nessa intervenção pública sobre o território aqui analisado, quatro UEPs definem o espaço de nossas preocupações. São as UEPs 40, 45, 46 e 47, objeto do *Peu das Vargens*, já citado. No final do século XX, as estruturas do governo municipal reconheciam um uso diversificado do solo, identificando usos urbanos e não urbanos. Indicavam quando este uso deveria ser residencial, comercial e industrial. Esse último aparece significativamente no Camorim, um dos sub-bairros a compor essas UEPs. Ainda assim, as alocações das indústrias não atenderam ao zoneamento inicialmente proposto pela prefeitura, nem no tamanho dos lotes, nem na sua destinação.

A região das Vargens era um lugar de abastecimento da cidade com forte produção de alimentos. Até o fim deste século, a agricultura da cidade pontificava nos documentos oficiais. A atividade agrícola era um dos chamados usos não urbanos do solo, ao lado das Unidades de Conservação e áreas de mineração. O documento da prefeitura do Rio de Janeiro assegura que em Vargem Grande e Vargem Pequena:

Existem cultivos de horticultura, tradicionais na área, como também o são a pecuária de pequeno porte de suínos e aves, seguidos da pecuária bovina para leite. Muitas propriedades agrícolas têm se convertido em sítios de veraneio e estes em residência. Entretanto, ao lado destas, há a entrada de pequenos e médios produtores urbanos dinâmicos, introduzindo novas atividades agrícolas de alta (PCRJ, 1998: 43-44).

Em 1999, uma iniciativa da sociedade civil trouxe a esse território um impacto positivamente considerável. Trata-se do Programa de Agricultura Urbana³²

32 Da organização não governamental ASPTA – Agricultura Familiar e Agroecologia.

criado pelos agrônomos Denis Monteiro e Márcio Mendonça. Eles promoveram um mapeamento em comunidades de baixa renda na periferia da cidade do Rio de Janeiro e em especial na zona oeste da cidade³³, “um trabalho em comunidades pobres da periferia do município do Rio de Janeiro orientado para o incentivo e fortalecimento das práticas de aproveitamento agrícola de espaços urbanos” (Monteiro & Mendonça, 2004).

Sua metodologia contemplava as funções dessa agricultura envolvendo estratégias de segurança alimentar e nutricional e sociabilidade, demonstrando como essa agricultura identificada com pequenos espaços cumpria um papel nos ecossistemas urbanos.

Na região ainda são encontradas residências com quintais de terra e terrenos sem construções. Em alguns desses espaços são desenvolvidas experiências agrícolas que adaptam traços da tradição rural ao ecossistema urbano. Elementos da herança cultural de diferentes regiões do país também são observados nas diversas formas de uso de remédios caseiros à base de plantas e na grande diversidade de hábitos alimentares ainda presentes (Monteiro & Mendonça, 2004).

Em 2007, por iniciativa do Instituto de Tecnologia em fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz), foi realizado um diagnóstico participativo junto aos agricultores do Maciço da Pedra Branca, que resultou em importante registro socioeconômico da atividade agrícola nesta localidade. Essa iniciativa foi realizada no âmbito do projeto que ficou conhecido como *Profito*. Fernandez (2009), uma das pesquisadoras envolvidas no projeto, por ocasião de sua tese de doutoramento, descreveu o processo de mobilização em curso dos agricultores e as formas de resistência da agricultura tradicional e familiar na cidade do Rio de Janeiro.

A pesquisa associada ao *Profito* (Fernandez, 2009) demonstrou não apenas a existência de agricultura, mas também as demandas dessas agricultoras e agricultores em busca de reconhecimento público pela sua atividade. Não se tratava mais da agricultura de quintais, mas de uma produção de escala e de importância fundamental para a segurança alimentar e nutricional de centenas de famílias residentes na região. Mais que isso, a pesquisa descreveu elementos desta paisagem cultural e sua importância para a memória da cidade, atualizando questões já presentes na obra do cronista Armando Magalhães Corrêa, *O Sertão Carioca* (1933).

33 Com exceção da região das Vargens, trabalhada a partir de 2006 pelo *Profito*.

O Sertão carioca – um passado ressignificado?

De acordo com Fernandez (2009) inspirada por Sarmiento (1998), o termo “sertão” adotado por Corrêa, mais do que simples sinônimo de zona rural, abrangia inúmeros significados sobre este rural. Ao descrever os problemas e belezas naturais do sertão carioca, Corrêa, a partir de nítida influência da matriz interpretativa euclidiana, estava, na verdade, refletindo sobre muitos outros sertões ou interiores existentes no Brasil. Desse modo, esse recorte territorial nomeado como sertão carioca serve a uma construção social de território sustentável em sua relação entre o campo e a cidade.

Sob este enfoque, a forma de se referir à região aqui analisada voltou a ser valorizada. O termo tem sido utilizado desde 2008 pelo grupo de pesquisa e extensão ligado ao Profito. Refletindo a circularidade de ideias, há algumas iniciativas organizadas em torno dessa nomeação, como um Ponto de Cultura e a proposta de um Ecomuseu. Mais recentemente, o bloco carnavalesco local fez valer o mote como enredo para o seu samba, propondo um Rio além do Cristo Redentor. No entanto, compreendendo o pensamento de Fernandez (2014), a temática é mais atual do que parece à primeira vista.

Com surpreendente atualidade, a obra *O Sertão Carioca* abriga um questionamento pertinente à temática socioambiental, à medida que propõe um modelo de desenvolvimento que busca integrar a preservação e a melhoria das condições de vida dos autênticos brasileiros representados pelos sertanejos. Se por um lado Corrêa não os poupa da responsabilidade pelos danos ambientais causados pelas atividades agrícolas e extrativistas, identificando ali o caráter destrutivo da formação social brasileira, por outro, entende que estes tipos humanos rústicos – retrato do povo – poderiam viver em equilíbrio com a natureza e tornarem-se ativos protetores dela desde que o Estado se preocupasse em construir políticas econômicas voltadas para o meio rural e medidas educativas e sanitárias destinadas à população do sertão (Fernandez, 2010: 26-27).

Escolhemos uma forma de grafia – Ser Tão Carioca³⁴ – primeiramente registrada em nossa página oficial do Facebook. A conotação da expressão unindo o verbo “ser” (indicativo de uma essência) acrescido do advérbio de intensidade tem a dupla função de amenizar uma expressão tão árida para uma cidade que se

34 Disponível em <https://www.facebook.com/sertaocariocarj>. Acesso em 30 dez. 2019. Criada em 19/04/2013, é a página oficial do grupo de pesquisa-ensino-extensão responsável pelas ações locais de comunicação comunitária e dialógica. Ressalte-se que, quase que simultaneamente, foi criada pela Cineasta Rosa Bernardes uma página homônima, inicialmente chamada “Filmes do Sertão”, depois “Sertão Carioca” e atualmente “Ecomuseu do Sertão Carioca”.

quer global, e ao mesmo tempo, seduzir o morador do Rio de Janeiro a uma luta socioambiental. A resistência popular tem contribuído para tornar possível um ambiente sustentável para o futuro próximo. Há embutido nesse arranjo vocabular um convite ao ufanismo típico ou aos brios do morador da cidade outrora chamada “maravilhosa”. Esta estratégia comunicativa é um convite à memória do passado recente e a proposta de um futuro resiliente. Ao mesmo tempo, retoma a necessária discussão socioambiental inaugurada por Magalhães Corrêa (1933).

A criação de um parque e os dois mitos associados ao território preservacionista

Dentre os usos não urbanos reconhecidos pelas estruturas dos sucessivos governos municipais do Rio de Janeiro estão as unidades de conservação ambiental. Com o desafio geomorfológico apresentado por uma cidade construída entre o mar e a montanha, foi se tornando hegemônico um discurso preservacionista em detrimento de possibilidades socioambientais. Na década de 1940, foram criadas Florestas Protetoras da União, com o objetivo de preservar as fontes de águas para o abastecimento da cidade. Posteriormente, estendendo esta proteção a uma área mais ampla, com cerca de 12.500 hectares, foi traçado o limite na cota de 100 m acima do nível do mar para a criação do Parque Estadual da Pedra Branca, o PEPB³⁵, através da lei estadual n.2377, de 28 de junho de 1974.

Segundo Fernandez (2010), esse parque:

impôs progressivamente novas formas de uso e delimitação do espaço que entraram em choque com as práticas tradicionalmente estabelecidas por moradores. Sua demarcação estabelecida a partir da cota altimétrica de 100 m, em volta de todo o Maciço da Pedra Branca, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro ocupa cerca de 16% da área do município. Na face Leste, tem seus limites no bairro da Taquara, Colônia, Camorim, Vargem Grande e Vargem Pequena. Ao Sul, limita-se com as localidades do Grumari e Guaratiba. Na face Oeste, com o bairro de Campo Grande. Na face Norte, limita-se com os bairros de Senador Camará, Bangu, Realengo e Sulacap (Fernandez, 2010: 27).

No entanto, a ausência de políticas de efetiva regularização fundiária, por ausência de uma real possibilidade de implantar um “parque sem gente” numa cidade tão populosa, fez permanecer dentro da unidade de conservação, vários

35 Situado entre as coordenadas 22°53' e 23° latitude sul, 43°23' e 43°32' longitude oeste.

grupos de tradição agrícola. Esses grupos, ao longo das décadas, foram também expostos à ameaça de remoção.

Após décadas de repressão e ausência de políticas públicas, a agricultura tradicional do Maciço da Pedra Branca volta a ser valorizada. A junção de atores como a Rede de Agricultura Urbana, na qual se inserem agricultores, técnicos, pesquisadores, consumidores e as iniciativas aqui citadas, como o Programa de Agricultura da AS-PTA, o próprio Profito e o apoio do Colégio Estadual. Prof. Teófilo Moreira da Costa, levou a agricultura para a discussão pública, revelando a sua relevância para a região. A resistência secular encontra agora na valorização do alimento orgânico e local, uma possibilidade de permanência. A sociedade hoje se preocupa com a sua resiliência, sua capacidade de se recuperar ou mesmo de reproduzir a sua existência em caso de problemas ambientais cada vez mais extremos. Então, a manutenção de uma agricultura tradicional é um valor importante para a cidade, em especial para o entorno da unidade de conservação.

Como descrito, o Parque Estadual da Pedra Branca foi criado a partir de uma linha altimétrica de 100 m acima da linha do mar, conhecida como cota 100. A gestão pertence a um órgão do governo estadual³⁶, que tradicionalmente reprimiu a agricultura e as comunidades tradicionais. Em meio a uma cidade que cresce descontroladamente, a intenção do órgão estadual seria a instalação de um parque sem gente como reprodução do “mito da natureza intocada” descrito pelo pesquisador Antonio Carlos Santana Diegues. (Diegues, 2002 apud Fernandez, 2009). Nesse parque, a preservação seria um valor máximo e as perspectivas socioambientais seriam totalmente reprimidas na proteção dos agroecossistemas.

Abaixo dos limites da cota 100, a responsabilidade do ordenamento urbano cabe à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ). Trata-se do chamado entorno do PEPB, que vive o extremo oposto em relação à proteção ambiental. Legalizadas ou eventualmente não permitidas e à revelia da Lei, as encostas do Maciço da Pedra Branca estão submetidas a uma ocupação sem precedentes. Identifica-se uma mercantilização da paisagem, propalada em todas as propagandas das construtoras e incorporadoras. Ao mesmo tempo se destrói o ecossistema, ameaçando o remanescente florestal. As construções promovem um adensamento incompatível com a condição de área de amortecimento de uma UCI.

Segundo a pesquisadora Rita Montezuma, essas iniciativas de crescimento urbano são paradoxais.

36 Instituto Estadual do Ambiente, Inea, órgão da Secretaria Estadual de Ambiente do Rio de Janeiro.

Vem a ser o avesso da paisagem sustentável propalada pelos discursos oficiais, pois é produto de uma lógica de desenvolvimento econômico sustentado na acumulação do capital, que tem na mercantilização da conservação da biodiversidade (Igoe, Neves e Brockington, 2010) o principal mote para sua expansão. Por outro lado, ao não considerar as limitações naturais definidas pelo suporte físico-ambiental da área, ao mesmo tempo em que tenta viabilizar o uso e a ocupação humanos, amplia a vulnerabilidade ambiental, gerando um processo de retroalimentação negativa (Montezuma, 2011: 3).

Ao avaliar “como se dão e são mantidas as inter-relações entre as encostas florestadas e a planície adjacente tendo como base análises da produtividade florestal, dinâmica pluvial, caracterização física do topo do solo, reabilitação ecossistêmica e políticas de estruturação urbana”, a pesquisadora faz um prognóstico.

a proposição da intensificação do uso dessas áreas (setor H correspondente às encostas e os demais setores representando as áreas úmidas) as coloca em elevado grau de fragilidade ambiental quando desestruturada, sobretudo quando ignora sua condição natural de suscetibilidade à erosão e inundações, drenagem intensa e difusa, solos caracteristicamente hidromórficos e de fácil deformação e, conseqüentemente, de grande dificuldade e custo para urbanização (Montezuma, 2011: 5).

É nesse sentido que se apresenta o segundo mito ligado ao PEPB. A “cota 100” estabelece uma linha mítica divisória entre uma ideia de conservação integral e uma permissividade absoluta. De um lado pode tudo e de outro se restringe tudo em nome de uma preservação ambiental paradoxal para região que se encontra no vetor de crescimento de uma cidade sujeita ao choque de capital e aos megaeventos. Se o interior do parque obedece ao do “mito da natureza intocada” (Diegues, 2002 apud Fernandez, 2009), os seus limites e demarcação recriam uma linha mítica, acima da qual “não pode nada” e na qual, imediatamente abaixo, se “pode tudo” – propondo assim uma urbanização predatória.

A repressão à agricultura das comunidades tradicionais e aos quilombolas no interior do Maciço da Pedra Branca tem o mesmo sentido dado pelo pesquisador Carlos Vainer a ameaças de remoção de outras ocupações na região.

A cidade de exceção se afirma, pois, como uma forma nova de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. A lei

torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do estado são transferidas a agências “livres de burocracia e controle político” (Vainer, 2010).

A ocupação mais antiga na região nunca foi ordenada. Com o declínio da agricultura local, parte desses despossuídos e ex-trabalhadores agrícolas e remanescentes dos pescadores tradicionais passaram a ocupar as faixas marginais de rios e lagoas, bem como as encostas. Apenas na região do *Peu Vargens* mais de vinte pequenas favelas foram se formando. Configuram o que o pesquisador Carlos Vainer qualifica de “o processo secular de periferização da pobreza” (Vainer et al., 2013: 2). Duramente reprimidos a partir de um novo modelo de urbanização, os moradores dessas favelas deram origem ao maior movimento social da região, o Movimento União Popular pelo Direito à Moradia. Suas lideranças trabalharam diuturnamente contra a segregação desses assentamentos populares e pela sua inclusão na política urbana implementada. Ainda assim, à revelia dos interesses de seus cidadãos, algumas favelas foram suprimidas do mapa, como por exemplo, o Canal do Cortado e a Vila Recreio II.

As favelas brasileiras vêm sendo alvos de “remoções”, promovidas pelo Estado para atender a interesses privados. As justificativas são variadas: da necessidade de preservação ambiental, de prevenção de situações de “risco geotécnico” ou de “risco de inundação”, de execução de alguma obra que traria “benefícios para a cidade como um todo” e, independentemente de quais sejam as justificativas, sempre à força, à base do constrangimento e cooptação de moradores e do uso de máquina pública, conforme denunciava, em 2007, a publicação “A luta por moradia e a política urbana no Rio de Janeiro (Costa, 2012: 63).

Diante desse quadro de remoção compulsória, uma das maiores resistências da região está ocorrendo em Vila Autódromo (Figura 2), um loteamento popular que configura um dos limites do *Peu das Vargens*.

1.252 habitantes residem na Vila, no exíguo espaço limitado pelos muros do Autódromo Nelson Piquet, pela Lagoa de Jacarepaguá e pela Avenida Embaixador Abelardo Bueno, corredor viário que serve à região. (...) Os moradores fundam a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA) em 1987” (Vainer et al., 2013: 4).



Figura 2: Vila Autódromo inicialmente inserida no Peú das Vargens vivendo seu momento de destruição e resistência. Crédito da imagem: Sílvia Baptista

Destacamos aqui a pesca como elemento constitutivo do associativismo de Vila Autódromo e com implicações sobre a tradicionalidade fundadora do loteamento. Esta atividade é registrada por Magalhães Corrêa já na década de 1930: “Os pescadores são brasileiros, predominando entre eles cariocas e fluminenses, bronzeados pelo sol, rígidos de caráter, patriotas, audaciosos em sua técnica, conhecedores de sua profissão e da fauna marítima-fluvial” (Corrêa, 1933: 61). O etnógrafo descreve ainda os peixes mais procurados pelos pescadores “por que são vendáveis” (Corrêa, 1933: 56): tainha, corvina, acará, bagre e traíra. E o robalo (na sua origem camury ou camorim) que, por sua importância, deu nome à Lagoa do Camorim, em cuja margem a Vila Autódromo foi fundada.

Como assentamento popular, Vila Autódromo não permaneceu em terras devolutas ou em propriedade privada. Trata-se de um loteamento instituído pelo poder público. Os moradores já tinham conquistado título da terra que deveria ter lhes conferido estabilidade. “O então governador Marcelo Alencar, por intermédio do ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro), distribuiu títulos de posse e termos administrativos de Concessão Real de Uso por 99 anos” (Corrêa, 1933: 9). Isto quer dizer que havia uma documentação pública com validade. O Estado autorizara os moradores a essa ocupação e mais recentemente buscou cassar esse direito adquirido. Vainer continua dizendo que “a Vila Autódromo constitui perfeita ilustração do que Olstom (1988) designou de ‘urba-

nismo insurgente: experiência autônoma, à margem do poder público e de suas regras, de um espaço da cidade”. (Corrêa, 1933: 9)

Subsiste em Vila Autódromo uma possibilidade de conexão entre um tipo de resistência por local de moradia e por função social da terra no seu papel de produção de alimentos. Foi criado o Espaço de Referência Agroecológica de Vila Autódromo, por iniciativa do Campus Fiocruz da Mata Atlântica. Trata-se de uma horta coletiva constituída por um grupo de moradores com o apoio institucional da Fiocruz. Lá se produzem verduras, frutas, legumes e novos vínculos de sociabilidade.

Durante o ano de 2013, foram realizadas as Caravanas Agroecológicas e Culturais do Rio de Janeiro, “metodologia de diálogos nos territórios coloca uma “lupa” nas lutas pelo acesso e uso da terra promovendo a união de resistências no campo e na cidade” (AARJ, 2013). Configuravam também uma estratégia de mobilização, comunicação e organização para o III Encontro Nacional de Agroecologia. Um dos locais por onde esse comboio passou foi pela horta de Vila Autódromo, sinalizando a simetria entre os processos de resistência pelo uso do solo urbano seja para morar, seja para plantar, dando sentido a valores referentes à vida e não ao mercado formal.

Luta urbana e agroecologia: aproximações e distinções

Diante desse contexto, buscamos perceber como esses atores locais, protagonistas de resistência, constituem uma rede sobre o território e qual o papel da informação-educação-comunicação (IEC) nessa territorialização. Para compreender essa problemática, referimos aqui uma pesquisa multidisciplinar realizada entre agosto de 2013 e março de 2014, cujo ponto de partida foi a experiência do Projeto Profito e da visão de inserção de agricultores em redes de sustentabilidade política à agricultura local, focada no cultivo sustentável de plantas medicinais. Nesse sentido, um dos objetivos específicos foi “desenhar a rede sociotécnica derivada da participação popular nos serviços e políticas de plantas medicinais na região metropolitana do Rio de Janeiro” (Baptista, 2014). Teve como foco principal o trabalho realizado no Maciço da Pedra Branca, tornando possível um recorte dessa subrede de base local. Os procedimentos utilizados foram de natureza de uma pesquisa-ação, com utilização de observação-participante, de grupos de discussão e da livre apropriação da sistematização como técnica comum nas investigações do campo da Agroecologia.

A experiência-resistência do Colégio Estadual da Região vem sendo investigada, por meio de um estudo de caso, de autoria de Carlos Motta Formoso, numa perspectiva de integração entre a pesquisa bibliográfica e a qualitativa (Formoso, 2015). Esse estudo tem como metodologia a promoção de entrevistas semiestruturadas com os principais atores dos movimentos sociais e organizações populares. A partir de um entendimento das organizações locais, foi aplicado um questionário junto ao corpo discente para compreensão de seus temas geradores e vínculos familiares, territoriais e afetivos com os atores dos movimentos sociais. O que há em comum entre as duas pesquisas é esse olhar sobre o conjunto de atores locais que, ao atuarem no espaço contíguo a uma unidade de conservação integral, produzem um território-rede. E, nesse sentido, os resultados das duas pesquisas tendem a ser complementares.

Educação, comunicação e pesquisa científica como resistência

Considerando esta nova estrutura social, este novo indivíduo e novas maneiras de opressão dentro da mesma lógica capitalista, os movimentos sociais contemporâneos apresentam novas pautas e novos processos de mobilização, de enfrentamento e representatividade popular. Assim, seus processos interativos, construídos por meio da autoconsciência, são norteados por uma educação não formal³⁷ de cunho sociopolítico e cultural, que pode dar sentido a valores desconsiderados na sociedade de consumo e na escola produtivista, como a solidariedade universal, a consciência de classe e a cidadania crítica. Faz parte da essência dos movimentos sociais a transformação social. Assim, neste período de globalização, de acumulação flexível, crise estrutural e de pós-modernidade, a mudança vem sendo construída a partir da conjunção de antigas e novas propostas de luta, onde a greve, passeatas e manifestações, são aliados da diversidade cultural, da singularidade, da economia solidária, da agroecologia, da territorialidade, do cooperativado, enfim, criticando e apontando caminhos contrários à economia vigente, que pretende homogeneizar tudo e todos, naturalizando a lógica do mercado capitalista.

Realizada por Baptista (2014), a investigação se ocupou dos códigos dos movimentos sociais e teve como ponto de partida um processo de educação não formal. Por meio da iniciativa do Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farman-

³⁷ Entende-se por educação não formal um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais (Gohn, 2010: 33).

guinhos-Fiocruz), foi desenvolvido, entre os anos de 2010 e 2011, um processo de capacitação e formação chamado Profito Pedra Branca. Esse foi um subprojeto e tinha como objetivo específico capacitar para o cultivo sustentável de plantas medicinais. A metodologia participativa empregada pelo projeto demonstrou, no entanto que uma importante demanda dos integrantes do projeto era “ser reconhecido como agricultor pelo governo”.

Naturalmente esse pedido estava totalmente fora do escopo proposto e das competências institucionais da equipe proponente da iniciativa. Foi então inserida no curso uma dimensão formativa, ao lado da dimensão técnica, propondo uma “capacitação em rede”. Essa estratégia pensada em 2009 reuniu novos atores em torno da causa dos agricultores da região que agora se inserem na rede de apoio do Colégio Teófilo. As pesquisas permitem avaliar como esses atores se inserem em uma só territorialização.

A educação territorializada

O Colégio Estadual Professor Teófilo Moreira da Costa³⁸ vem desempenhando uma prática e um relacionamento com as organizações sociais e atores comunitários. Constitui assim uma territorialidade (Haesbaert, 2004) onde se insere a escola. Essa relação vem transformando a maneira de trabalhar alguns conteúdos. Na visão da direção e de vários professores, o colégio vem contribuindo para o fortalecimento e avanços dos movimentos sociais do entorno e na formação da consciência crítica dos estudantes.

Após inúmeras atividades desenvolvidas entre a comunidade escolar do Colégio Estadual e as entidades sociais do bairro, em 2012 foi possível concretizar um contrato formal entre o Colégio e a agricultura familiar, tendo com parâmetro legal a lei Nº 11.947/2009 que determina que no mínimo 30% da verba do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser destinada à compra de produtos orgânicos da agricultura familiar, sem intermediários. Este acontecimento é histórico, já que foi o primeiro Colégio Estadual da Cidade do Rio de Janeiro a fazer cumprir a lei e os seus desdobramentos pedagógicos. Institucionalizou-se o que já vinha ocorrendo, ou seja, a integração entre os estudantes e os movimentos sociais do entorno da escola.

Desde então, as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) vêm norteando algumas ações pedagógicas de acordo com o atual Projeto Político Pedagógico (PPP 2012/14), promovendo uma educação territoriali-

38 Colégio de ensino médio com um público adolescente e jovem.

zada, na qual conteúdos são trabalhados com a integração dos atores orgânicos dos movimentos sociais. O projeto inclui exposição de fotos sobre os impactos ambientais ocorridos na região; seminários sobre moradia popular e especulação imobiliária; palestras e debates com o depoimento dos agricultores do bairro e políticos; feira de plantas medicinais, alimentos orgânicos e de produtos caseiros; curso artesanal de produção de vídeo voltado à agroecologia; oficinas de agro-floresta; visitas aos quintais produtivos; práticas da economia solidária, limpa e sustentável.

Da mesma forma, a Escola Municipal se debruçou sobre a temática da água como prioridade. Compreendeu que é necessária uma série de ações para proteger os mananciais e garantir uma distribuição social da água. Para atender a essa necessidade, defende a implantação de ações como recuperação do solo através da agroecologia e o tratamento de esgotos por parte do município e das indústrias. As ações também envolvem a redução do lixo por meio de programas de coletas seletivas e reciclagem. Nesse momento, a educação ambiental, em todos os níveis escolares, mas principalmente no ensino fundamental, torna-se imprescindível para a formação da cidadania pelas águas.

Neste sentido, para que o discurso da sustentabilidade pudesse ser transformado em ação, grupo de professores da E.M Prof^o Teófilo M. da Costa trabalham visando assumir responsabilidades para tornar o ambiente mais saudável, valorizando e apreciando a biodiversidade da região. A principal justificativa é a preocupação com o crescimento populacional e os problemas decorrentes, como o choque cultural observado em uma área que até pouco tempo era considerada rural e atualmente é urbana. O saber popular que antes auxiliava na preservação vem sendo desvalorizado à medida que valores e atitudes são introduzidos na região pelos novos visitantes e moradores.

São realizadas “trilhas interpretativas” (2008-2014) no Parque da Pedra Branca e, antes da caminhada, os alunos são preparados com atividades lúdicas e com a apresentação de um roteiro de observação. Durante a trilha, os alunos são estimulados a perceberem o ambiente. O trabalho com essa temática permite que alunos, familiares e toda a comunidade escolar adquiram um maior conhecimento sobre o ambiente. Essa participação garante o exercício da cidadania e contribui para uma melhor qualidade de vida.

O projeto permeia valores importantes de sustentabilidade quando oferece oportunidade de visitação a uma parte da floresta da Mata Atlântica, que apesar de ter trechos totalmente desmatados, resiste às agressões com a luta dos mo-

radores da própria floresta, atualmente reconhecidos como quilombolas. Esses moradores trabalham com a agricultura familiar sem uso de agrotóxico, por meio do sistema de agrofloresta.

Além do aspecto ecológico, da preservação e do equilíbrio do ecossistema do Maciço da Pedra Branca, o lazer e turismo dentro de uma abordagem de paisagismo e urbanismo pode referendar uma saída dentro de um perfil de desenvolvimento local, a ser consultado com as lideranças comunitárias.

Comunicação e informação: uma perspectiva popular

Destacamos duas peculiaridades das práticas de comunicação. Primeiro, elas ocorrem numa determinada territorialidade e depois têm o papel de vincular atores formando redes sociais. Sobre o espaço da região das Vargens, integrantes dos movimentos sociais desenvolvem uma prática comunicativa e estabelecem vínculos entre si. Como já descrito na introdução desse capítulo, a comunicação é perpassada por “valores, linguagens e símbolos” e constituinte do próprio território-rede.

Nos resultados preliminares da pesquisa de Carlos Motta (2015), vem ocorrendo uma mobilização social com inúmeras parcerias, compondo uma rede de apoio, que atualmente são: o programa de extensão, ampliação e fortalecimento das atividades agroindustriais das associações de agricultores do Maciço da Pedra Branca/RJ da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; o projeto Profito Pedra Branca do Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz); Associação de Agricultores de Vargem Grande (Agrovargem); o Jornal Abaixo Assinado de Jacarepaguá (JAAJ) e os remanescentes do Movimento de União Popular (Mup).

Um dos procedimentos metodológicos da pesquisa-ação desenvolvida por Sílvia Baptista junto aos agricultores e demais integrantes do Profito delineou uma relação de instituições, incluindo também o colégio Teófilo (Baptista, 2014). A dinâmica participativa ocorreu durante o mês de dezembro de 2013. No decorrer desse ano, a aproximação com o colégio aumentou. Essa modificação era já esperada, confirmando-se, nas conclusões daquela pesquisa, que as redes não podem ser capturadas e imobilizadas em uma só análise, já que constituem movimento.

Mesmo admitindo as assimetrias no acesso à informação e à comunicação pública, algumas ações são desenvolvidas no campo da comunicação dialógica, que também pode ser reconhecida como comunicação comunitária. Um dos resultados da pesquisa foi a valorização da comunicação oral junto ao pressu-

posto teórico da comunicação. Há nesse território-rede uma predominância de uma oralidade tradicional que difere de uma comunicação que se nutre da escrita como um modo específico de construção do conhecimento. Há também uma quase ausência de inclusão digital junto ao público prioritário de nossas ações comunitárias, a saber: mulheres, agricultores, quilombolas, moradores das favelas. Entre os estudantes do ensino médio há um alto índice de inclusão digital, o que pode constituir uma oportunidade para a comunicação dialógica na região.

Por meio da observação-participante em quatro feiras de comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos, foi constatada a importância de espaços e metodologias que contemplem essa oralidade. A feira é um desses espaços destinados à circulação tanto de produtos agrícolas e artesanatos como de ideias, valores e empoderamento dos seus principais atores. Assim como essa presença comunicativa se desenvolve nas feiras, ela faz valer sua presença em encontros, reuniões, seminários, viagens e intercâmbios.

A prática da comunicação diante do sistema sêmico que tipifica a agroecologia trouxe um aprendizado ao território. As redes de agroecologia valorizaram o objeto, as cores das chitas tão populares, os símbolos de cada lugar de moradia popular. Ou seja, além da ênfase na oralidade, vem a imagem produzida a muitas mãos e gerações, criando vínculos.

Algumas páginas, *sites* e *blogs* criados e gerenciados por parceiros de nossas estratégias compõem uma rede virtual na *web*. O Colégio Estadual Professor Teófilo Moreira da Costa tem feito seu investimento em comunicação por meio de um *site* cuja função é agregar a comunidade escolar em torno de seus temas geradores mais importantes. Na mesma comunidade escolar, foi realizado um curso de vídeo artesanal com bastante eficácia quanto à qualidade, embora o projeto ainda não tenha atingido o seu potencial quantitativo. Os eventos escolares também têm tido seu papel nesse esforço comunicativo, com ênfase na oralidade e na articulação de linguagens, imagens fotográficas ou cênicas.

Falar de ênfase na oralidade nem de longe significa destinar um lugar secundário à escrita ou o abandono desta. Significa que escrever formata um modo de pensar ou de construir conhecimento. A escrita não é só um registro de construções do conhecimento, ela em si é a forma de construir esse conhecimento. Porém, é preciso lembrar que não é a única. Os próprios comunitários apelam sempre para a escrita quando lhes é conveniente. Colecionamos diversas formas de comunicação escrita, na forma de bilhetes, de pequenos cartazes rústicos, de imagens construídas para comunicar algo.

Além do que os comunitários falam de si, há o que a velha mídia fala sobre eles. Vila Autódromo tem uma presença midiática expressiva. As experiências de agroecologia não pontificam tanto na imprensa global, mas têm tido alguma expressão nos jornais e televisão. Nem sempre essas matérias traduzem os anseios e visões populares. Recentemente, um jornalista³⁹ escreveu uma matéria dizendo que os agricultores são invisíveis. Surgiu uma controvérsia, quando um dos agricultores, o Jorge Cardia⁴⁰, questionou: “Invisível? nós não somos mais invisíveis”. Configurou-se nessa interlocução um importante exercício de “direito à comunicação” por meio de ferramenta simples e de baixo custo, o vídeo artesanal.

Não percebemos a comunicação sem o acesso à informação atuando futuramente na forma de uma “infocomunicação”. Muitas vezes, há uma confusão entre os conceitos de comunicação e informação. Segundo Rafael Capurro, “Informação é o que é informativo para uma determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo” (Capurro & Hjørland, 2003). Embora pareça óbvio, essa visão indica que a informação precisa estar atrelada a seu contexto. Admitimos que há essa pluralidade de informações circulando nos diferentes contextos. Compreendemos também que o caráter científico de algumas informações não é levado em consideração nos processos comunicativos. Desse modo, passa despercebida a desigualdade de acesso aos produtos das pesquisas científicas.

Mais uma vez, refletimos sobre as características específicas do território-rede aqui analisado. Além do fato de, no passado recente, os atores ligados à agricultura tradicional no Maciço da Pedra Branca terem sido convidados a participar de uma política pública de plantas medicinais, os principais atores dessa política têm atuação local. Trata-se então de justiça social que haja acesso rotineiro e em formato adequado às informações tecnológicas e científicas produzidos por esses atores.

Acesso à informação pode reduzir as distinções dos discursos entre os grupos e classes sociais, já que as grandes cidades irão traduzir mais explicitamente, e em distâncias reduzidas, as diferentes propostas de ocupação territorial marcadas pela diferença de cada grupo e classe social. Os conflitos de interesses por espaços concretos e subjetivos são organizados no campo das ideias e, principalmente, no território.

39 Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/produtores-rurais-do-rio-tentam-sobreviver-falta-de-incentivos-9021943>. Acesso em 30 dez. 2019.

40 Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_xcWiq48KLU. Acesso em 30 dez. 2019.

Assim, a territorialidade se manifesta no espaço geográfico por meio da disputa entre o Estado, com sua normatização jurídica; o poder do capital e sua lógica de mercado e a dinâmica das disputas da sociedade enquanto propostas alternativas. E, para a circulação dessas propostas, propomos uma melhor articulação entre os setores da informação, educação e comunicação sobre um recorte territorial.

A disputa das territorialidades e a convergência infocomunicacional

O geógrafo Claude Raffestin (1993: 2) afirma que território é “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Naturalmente, há diferentes malhas de produção sobre o espaço recortado para essa análise. As ações de educação, informação e comunicação aqui analisadas estão construindo um território. O mercado imobiliário também desenha um território. O poder público tem constituído outros. O sucessivo zoneamento produzido pelo Estado tem o ponto, o traço e a reta como simplificação, visando impor uma territorialidade aos seus cidadãos, desconsiderando as identidades sobre o espaço. Dito isso, o Estado, até por conta de sua origem, apropria-se do território de maneira a centralizar grande parte de sua força no seu controle, proteção e durabilidade. Assim, fundamenta seu domínio no nacionalismo e na expansão territorial de sua legislação.

Já a política territorial capitalista, no sentido de consolidação no espaço geográfico da lógica do lucro, da mais-valia e como expressão e meio de controle, vai proporcionar que os interesses do mercado prevaleçam na disputa por espaços e por modelos urbanísticos atrelados ao capital.

O capitalismo promove a perversidade como prática, legitimada pela ideologia hegemônica, como algo inerente ao desenvolvimento global. Novas desigualdades vão sendo legitimadas como naturais dentro da lógica do utilitarismo e da competitividade. De acordo com Santos (2000: 61), a mentira e a dissimulação são acobertadas como segredos de marca e de marketing ou como estratégia de concorrência. Produz-se a glorificação da esperteza e de uma democracia de mercado, na qual o poder é distribuído aos que eliminam os concorrentes.

Temos então uma proposta de poder mercadológico, sem limites territoriais e morais. Passa a haver uma expansão econômica e técnica de valores norteados pela ganância e o descompromisso social e ambiental. O capital in-

ternacional e as grandes corporações passam a administrar a geopolítica mundial, fazendo com que os Estados nacionais fiquem subordinados à lógica de mercado e ao fluxo contínuo do capital global. As políticas territoriais de Estado trabalham para as empresas, tanto no favorecimento explícito, eliminando barreiras, taxas e impostos, como no fortalecimento da ideologia do individualismo e do consumismo. Até as políticas sociais são transferidas para a iniciativa privada, onde fundações e institutos são chamados a resolverem problemas da saúde e educação; como atuam em favorecimento próprio e sem considerações humanísticas, estas empresas irão se expandir seus projetos de território de maneira hegemônica.

Ainda segundo Santos (2000), a exclusão social passa a ser regra e o desemprego estrutural vigora como natural e por isso inevitável, banalizando a pobreza e suas mazelas. Escamoteia-se na verdade o papel das empresas transnacionais e dos órgãos internacionais neste processo. Desta forma, o capitalismo vem atuando como um projeto inevitável, mesmo diante da atual crise. Promove-se uma desconsideração com o modo de vida marcado pela indissociabilidade entre tempo e espaço, taxando-se de ultrapassado o chamado tempo social e natural, aquele construído através de laços com a tradição e com o ritmo da natureza – criando em seu lugar um espaço sem tempo ou um tempo sem espaço.

Em contrapartida, a transformação do espaço ou o seu fortalecimento enquanto resistência, diante da expansão capitalista, garante a consolidação de uma proposta territorializada, na qual o trabalho e a cultura caminham juntos, possibilitando a consciência coletiva acerca do território. O conflito é eminente na construção de uma sociedade mais justa, na qual a disputa pelo território demonstra uma das vertentes da luta de classes. Essa dinâmica se reflete nas propostas apresentadas pelas políticas públicas e pelos movimentos sociais, fazendo com que a ocupação do espaço adquira um caráter de visão societária. Ou seja, quando os movimentos sociais incorporam, em suas práticas, alternativas de produção, consumo e convivência, essa disputa passa a ser socioterritorial. Como apontou Santos (2011: 58), os espaços convertidos em território apresentam-se como imprescindíveis para um movimento social transformador, pois permitem – uma socialização educadora, por meio da consolidação de novos valores e de propostas políticas, econômicas e sociais.

Assim, os diversos lugares de atuação garantem uma rede de espaços de socialização em diversas escalas de representatividade, possibilitando a viabilidade das alternativas propostas com base na articulação do território construído. Ar-

ticulação essa que vê potencialidades no uso da informação, da educação e da comunicação na busca de novas formas organizativas, compondo redes de solidariedade e resistência. É um desafio para novas formas de organização multigeracional, multitemática, multisetorial e multidisciplinar que aproveitem as competências locais.

É neste sentido que analisamos a região das Vargens, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, como pertencente a uma dinâmica que vem atribuindo novos usos ao território. Essa dinâmica tem como princípio público e privado a expansão especulativa e a incorporação, por parte da população, da urbanização e do consumo capitalista. A região passa, dessa forma, a apresentar uma série de circunstâncias vantajosas para o lucro das construtoras e para o controle da demanda popular.

Entretanto, não devemos desconsiderar o papel das forças regionais e locais como elementos de resistência à desterritorialização – as contradições e lutas contra-hegemônicas existentes dentro do Estado, e a própria seletividade inerente ao processo. Ao passo que, de acordo com Santos (2012: 163), “o lugar é a oportunidade do evento. (...) A possibilidade, no lugar, de construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos”.

Focamos aqui em três dos sistemas sêmicos com ações de territorialização sobre o espaço do Maciço da Pedra Branca e seu entorno na região das Vargens. A disputa física sobre o espaço concreto se une aos simbolismos das propagandas e marketings do mercado imobiliário com seu conjunto de valores ou, melhor dizendo, com o preço dado à terra como mercadoria. O segundo sistema sêmico diz respeito aos preservacionistas, que pretendem instaurar, contra todas as experiências, um “parque sem gente”. O “maior parque urbano do mundo” traduz uma visão paradoxal sobre o espaço. De certa forma, valida o mercado imobiliário ao valorizar o verde, que, como já referido, na semântica popular também é a cor do dinheiro internacional, o dólar.

Por fim, um terceiro sistema sêmico reúne as subjetividades ou simbolismos do povo simples da terra, produzindo outra territorialidade. As ações das redes de agroecologia são um exercício contra-hegemônico diuturno e capilarizado nas rotinas alimentares, seja dos agricultores, seja dos consumidores, seja das compras para a alimentação escolar, seja no cultivo de seu próprio alimento nos quintais.

As especificidades da agricultura na cidade colocam alguns desafios do ponto de vista teórico, metodológico e tecnológico. O enfoque agroecológico deve dar conta dessas especificidades, apreender as dinâmicas existentes e a relação

da agricultura com outras questões importantes do meio urbano, identificar as limitações técnicas e organizativas e potencializar as iniciativas em curso, valorizando a diversidade (Monteiro & Mendonça, 2005).

Parte desses desafios descritos pelos agrônomos Dênis Monteiro e Márcio Mendonça dizem respeito à crescente especialização da ciência correspondente à fragmentação em disciplinas. A observação-participante foi desenvolvida junto a atores orientados pela tecnociência na interlocução com pessoas das classes populares portadores de outras formas de construção do conhecimento. Conclui-se que essa interlocução gera conflitos potenciais em torno da informação especializada. Como diz Maurizio Gnerre, “a linguagem é o arame farpado das relações de poder” (Gnerre, 1991).

Mesmo com potenciais conflitos sociotécnicos, as redes de agroecologia têm interferido positivamente na paisagem. Alguns dos desafios podem ser tratados no ponto de vista de uma transdisciplinaridade aqui chamada IEC – informação, educação (formal e não formal) e comunicação (Araújo, 2007) em suas dimensões dialógica e comunitária. Essa estratégia aplicada em um território recortado traz a possibilidade de construir tecnologias sociais que façam frente à hegemonia da cidade-mercadoria. Pode ser uma contrapartida ao pensamento do escritor marxista Bob Jessop, citado por Carlos Vainer:

Jessop destaca que no estado de exceção, em substituição às formas normais de representação de interesses, ocorre uma “expansão de redes de poder e correntes de transmissão paralelas que se cruzam e vinculam diferentes ramos e centros. Isso produz grande centralização do poder político e multiplica seus pontos de aplicação no Estado. Tudo isso serve para reorganizar a hegemonia, para neutralizar divisões internas e para provocar curto-circuitos em resistências internas, além de assegurar a flexibilidade em face da inércia burocrática” (Jessop, 2009 apud Vainer, 2010: 9).

A integração de ações da educação formal com estratégias diversas de educação não formal promovidas pelos movimentos sociais de agroecologia e de moradia popular, mediadas por ações de comunicação dialógica e informação, está também em nossos interesses de pesquisa. Diante da enorme especialização da ciência, essa integração disciplinar entre campos científicos é um caminho na construção do conhecimento agroecológico nos territórios. O Ser Tão Carioca simboliza uma rede de atores que pode trazer essa transdisciplinaridade entre a informação, a educação e a comunicação para uma dinâmica territorial unificadora.

Referências

- BAPTISTA, Silvia Regina Nunes. *Comunicação oral em redes sociotécnicas orientadas a plantas medicinais: a relação entre informação científica e conhecimento tradicional*. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. The concept of information. *ARIST*, v. 37, p. 343-411, 2003.
- COSTA, Maria de Fátima Tardin. *Ideologia e utopia no ocaso da reforma urbana no Brasil*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 4a. ed. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.
- FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. *Do sertão carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro*. 1 v. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não Formal e o Educador Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. *Rev. Sociol. Polit.* [on-line], v. 17, no 33, p. 131-144, 2009.
- MONTEIRO, Denis & MENDONÇA, Márcio M. Quintais da Cidade: A experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro. *Revista Agriculturas*. Rio de Janeiro: Aspta, 2004. Disponível em <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Quintais-na-cidade.pdf>. Acesso em 30 jan. 2015.
- MONTEZUMA, Rita de Cássia Martins. *Funcionalidade e sustentabilidade ecológica na região metropolitana do Rio de Janeiro: o caso da Baixada de Jacarepaguá*. GeoPUC, Rio de Janeiro, Departamento de Geografia da PUC- Rio, 2011. Disponível em http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/montezuma_8.pdf. Acesso em 7 dez. 2014.
- OLIVEIRA, Mauricio Miranda dos Santos. *A Persistência do Mesmo na Inquietude Turbulenta do Mundo: Fredric Jameson e o O caso da História na Pós-modernidade*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Projeto de Recuperação Ambiental da Macrobacia de Jacarepaguá. Estudo de Impacto Ambiental: Diagnóstico do meio socioambiental. Rio de Janeiro Agosto/98. Disponível em http://www0.rio.rj.gov.br/smac/up_arq/sub/Volume%204%20-%20Meio%20Socioambiental%20%28Parte%201%29.pdf. Acesso em 26 jan. 2015.

- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Renato Emerson dos. *Movimentos Sociais e Geografia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.
- VAINER, Carlos. *Cidade de Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro*. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR, 2010. Disponível em http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excecao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf. Acesso em 20 jan. 2015.
- _____; BIENENSTEIN, Regina; TANAKA, Giselle Megumi Martino; OLIVEIRA, Fabrício Leal; LOBINO, Camila. O plano popular da vila autódromo, uma experiência de planejamento conflitual: *Anais do XV Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro, Anpur, 2013. Disponível em <http://unuospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/4316/4186>. Acesso em 20 jan. 2015.

“As águas estão acabando”: etno-hidrologia e arqueologia do uso de recursos hídricos por antigos moradores do Maciço da Pedra Branca (Rio de Janeiro)

Rogério Ribeiro de Oliveira

Joana Stingel Fraga

Introdução

As águas estão acabando! Não é de todo rara essa afirmação. Antes mesmo da ocorrência da crise hídrica que afetou o Sudeste brasileiro nos anos de 2014 e 2015, esta constatação, geralmente proveniente de pessoas mais idosas, residentes próximos a áreas de florestas, já era comum. De fato, vários rios que drenam a Mata Atlântica aparentam ter tido a sua vazão reduzida nas últimas décadas. Também é verdadeiro que a possível relação existente entre vazão de rios x desmatamento ou entre vazão de rios x redução de chuvas não pode ser creditada exclusivamente a fenômenos contemporâneos como, por exemplo, o processo de urbanização ou às mudanças climáticas globais. Já em 1839, Carlos Augusto Taunay assim se expressava em sua obra *Manual do Agricultor Brasileiro*:

Assim mesmo queremos insinuar aos nossos leitores a necessidade que há, desde já, de não abusar deste manancial de riqueza quase inesgotável que a natureza nos outorgou, não só pela razão da economia a favor de nossos vindouros como mesmo para a boa conservação da terra e temperamento da nossa atmosfera; não só os matos defendem e engordam o chão em que nascem, como obstam ao furor dos ventos, aos ardores do sol, chamam as nuvens para refresco da atmosfera e produção de fontes e corgos, e purificam o ar absorvendo os gases deletérios, e exalando o oxigênio. Estes serviços são ainda mais preciosos nas serras e morros, a ponto de que o descortinamento de grande porção deles pode ocasionar uma sensível alteração do clima e notável diminuição das águas, como acontece no Rio de Janeiro. (...) O calor está notavelmente mais intenso. As trovoadas diárias são raríssimas, e finalmente, de tantas fontes próximas à cidade, umas já secaram e outras correm mais escassas (Taunay, 1839).

A cidade do Rio de Janeiro abriga florestas que estão entre as maiores florestas urbanas do mundo. Concentradas nos maciços costeiros da Tijuca e da Pedra Branca, são como ilhas de florestas em meio ao segundo maior centro urbano do país. Elas cobrem quase um terço da área total do município (Figura 1). Recentemente incluídas na lista do Patrimônio Mundial da Unesco, as florestas urbanas do Rio de Janeiro são uma das expressões mais completas do caráter mais do que humano das chamadas “paisagens culturais” (Cabral et al., 2016). Longe de constituírem uma natureza intocada, as florestas do Rio estão ligadas ao desenvolvimento da cidade de diversas formas e, em seu interior, podem ser encontrados diversos vestígios dos usos passados, que revelam histórias contadas e não contadas pela historiografia oficial.

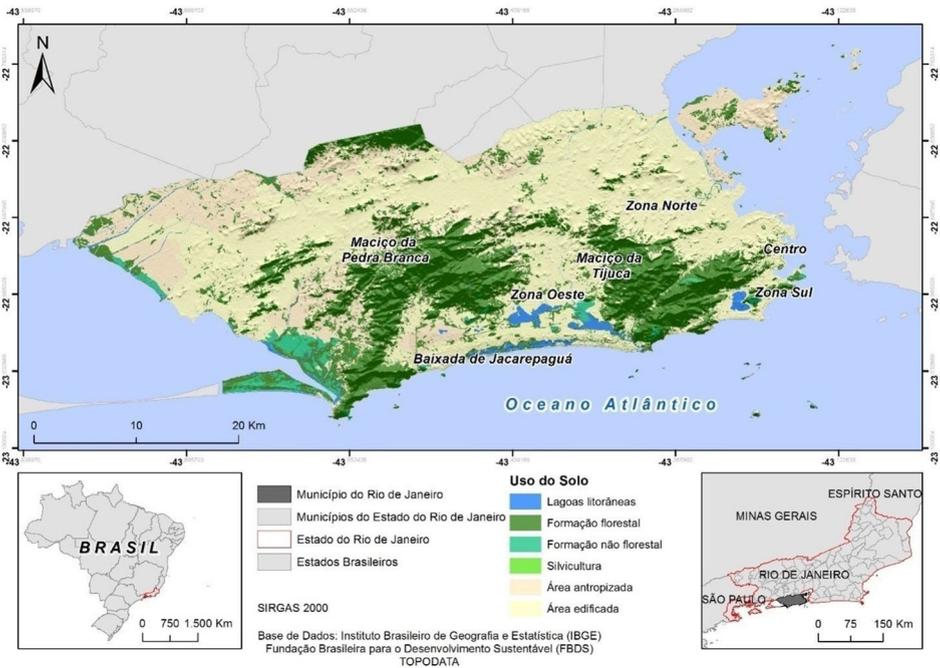


Figura 1. Município do Rio de Janeiro e classificação do uso do solo. Da área de 119.726 hectares do município, 36.476,3 ha (30,5%) são de cobertura florestal. As classes de uso do solo correspondem às utilizadas por Rezende et. al (2018).

A água é um elemento que esteve presente de diversas formas influenciando, dificultando e orientando ações que visavam a ocupação e a expansão do Rio de Janeiro. No século XIX, políticas de restauração florestal no Maciço da Tijuca foram voltadas para solucionar o abastecimento de água da cidade, que entrou em crise devido ao desmatamento nas encostas para plantio de café, desequili-

brando a dinâmica hidrológica e geomorfológica local (Abreu, 1992). No Maciço da Pedra Branca, no início do século XX, já existiam represas responsáveis pela captação e pelo abastecimento de algumas áreas da atual zona oeste do Rio de Janeiro (Fernandez, 2011). Essas florestas, no contexto da cidade e ao longo de sua evolução histórica, sempre foram importantes fontes de recursos hídricos.

Dizer que a água é crucial para a vida é evidente. Ela permeia a vida cotidiana, manifesta-se em uma variedade de espaços e formas e é utilizada de diversas maneiras. Considerando a circulação da água como um processo físico e social combinado, alguns autores levam em consideração a natureza da circulação da água não apenas em termos hidrológicos, mas também sociais (Swyngedouw, 2009; Tvedt, 2010; Bear & Bull, 2011; Linton & Budds, 2014). Inúmeros aspectos do ciclo hidrológico vêm sendo afetados pelas sociedades humanas. As formas como a água flui no tempo e no espaço humanos são influenciadas pelas instituições, práticas e discursos humanos que determinam modelos de controle, manejo e tomadas de decisão (Linton & Budds, 2014). A água não é apenas um recurso a ser manejado, nem apenas um produto a ser valorizado e consumido, mas age, ativamente, formando novas geografias (Bear & Bull, 2011). No tocante à relação do uso de recursos hídricos com a cultura, Back (1981) cunhou o termo etno-hidrologia, abrindo um campo promissor para as tentativas de articulação entre esses dois sistemas. Segundo este autor, a etno-hidrologia encontra-se ligada à hidrologia *lato sensu* e inclui tanto a observação quanto a interpretação de conhecimentos obtidos em relação ao uso e manejo da água por populações tradicionais. Articula-se fortemente com a cultura, ao considerar temas como a mitologia, as percepções ambientais e a tradição oral das populações locais.

O histórico de ocupação do Maciço da Pedra Branca tem diferenças significativas em relação ao do Maciço da Tijuca. Devido à proximidade do centro, e do núcleo urbano a partir do qual a cidade se instalou e expandiu, o Maciço da Tijuca foi destinado aos sítios de veraneio da elite carioca e a fazendas de café. Até o século XVII, a ocupação humana estava restrita aos sopés do maciço. A chegada da corte portuguesa em 1808 deu início a uma profunda reforma urbana, e o enorme aumento populacional gerou uma demanda crescente de recursos florestais para fins energéticos, como lenha e carvão. O café chegou ao Rio de Janeiro em 1760 e logo tomou as encostas do Maciço da Tijuca, desenvolvendo-se melhor nas áreas mais altas graças às temperaturas mais amenas durante as noites (Drummond, 1996). O desmatamento das florestas para a implantação das lavouras de café nas cabeceiras do maciço passou a afetar o abastecimento de água da cidade e, em res-

posta, no início do século XIX, algumas terras foram expropriadas e ações de reflorestamento surgiram por ordens do Imperador. Inicialmente, o reflorestamento da floresta da Tijuca partiu de um projeto político, como paisagem a ser construída e solução para o abastecimento hídrico da cidade. Com o passar do tempo, no entanto, a floresta foi progressivamente sendo incorporada como espaço público e recanto de lazer da população carioca (Fernandez, 2011).

Se o Maciço da Tijuca atualmente está todo incorporado às dinâmicas urbanas da cidade, com estradas em meio à floresta que fazem ligações das zonas sul, oeste e central e constituem caminhos alternativos agradáveis para a fuga do trânsito intenso da cidade, nas encostas do Maciço da Pedra Branca ainda podem ser encontrados modos de vida semelhantes ao que foi registrado por Magalhães Corrêa, em sua obra *O Sertão Carioca*, de 1933.

Na década de 1970, o Maciço da Pedra Branca ainda era predominantemente ocupado por pequenas propriedades de agricultores familiares. No entanto, enquanto as encostas permaneciam agrícolas, nas partes mais baixas (e que outrora denominava-se sertão carioca), entre os anos 1940 e 1960 a agricultura foi sendo progressivamente suplantada por propostas de urbanização e remodelação da cidade, passando essa região a ser chamada de zona oeste (Fernandez, 2011). Como ressalta a autora:

apesar da vitória de uma ocupação predominantemente urbana, a chamada Zona Oeste preservou traços rurais. Ainda hoje, ela se configura como uma região de fronteira aberta, na qual diferentes grupos sociais lutam pelo poder de nomear, classificar e apropriar-se (Fernandez, 2011: 16).

Os agricultores e moradores mais antigos do Maciço da Pedra Branca são pessoas com um histórico pessoal e familiar de forte interação com a floresta do Maciço da Pedra Branca. Em alguma medida, a história que se encontra impressa no ecossistema se entrelaça com suas histórias pessoais, familiares e comunitárias. Da mesma forma, o ecossistema guarda marcas dessa ancestral relação, que transcende o indivíduo e se mistura com a própria história da atual manifestação da paisagem.

Dessa forma, o presente trabalho busca articular o histórico de uso do Maciço da Pedra Branca a partir dos vestígios encontrados no interior da floresta com a percepção de mudança ambiental dos antigos moradores, focando principalmente no uso e na percepção da água.

Maciço da Pedra Branca: seus usos históricos e os vestígios na paisagem

Localizado na zona oeste do município e distante cerca de 40 km do centro do Rio, o Maciço da Pedra Branca é separado do núcleo urbano pela vasta planície de Jacarepaguá (Figura 1). Em comparação com a Tijuca, as montanhas do Pedra Branca estão cercadas por áreas menos densamente urbanizadas, embora a pressão sobre a habitação e a especulação imobiliária sejam crescentes. Dentro dos limites do Parque Estadual da Pedra Branca ainda é possível encontrar pequenos assentamentos humanos, especialmente de agricultores familiares que chegaram lá antes – às vezes muito antes – da instituição oficial da área protegida, em 1974 (Fernandez et al., 2016).

Desde o início do século XVII, a região foi ocupada por engenhos de açúcar. As terras da freguesia de Jacarepaguá – unidade administrativa eclesiástica e civil que abrangeu todas as terras baixas entre Tijuca e Pedra Branca – foram ocupadas por plantações com mão de obra escrava, principalmente de cana-de-açúcar, situação que durou até o final do século XVIII. A partir do final do século XIX, as atividades agrícolas das encostas da região foram dominadas pela cultura da banana, intercaladas com a produção de pequena escala de milho, aipim, batata-doce e abóbora (Nogueira, 1956). Paralelamente, a produção de lenha e carvão a partir dos recursos da floresta era muito intensa e crescente à medida que as ações voltadas ao reflorestamento da floresta da Tijuca impediam a exploração dos recursos energéticos em fontes mais próximas ao centro (Fraga & Oliveira, 2012). O carvão era a matriz energética da cidade e o Maciço da Pedra Branca era o seu principal polo produtor.

Atualmente, vestígios de antigas carvoarias podem ser identificados em meio às florestas do Maciço da Pedra Branca. Esses vestígios constituem superfícies aplainadas, com solo enegrecido e fragmentos de carvão apresentando um formato ovalado. Oliveira et al. (2011) encontraram um total de 168 carvoarias em área de encosta com cerca de 200 ha. Este inventário prossegue até o presente e já foram encontradas 1.170 carvoarias espalhadas em cerca de 10.000 ha, até 1.000 m de altitude (Figuras 2 e 3).



Figura 2: Aspecto de uma carvoaria do século XIX no Maciço da Pedra Branca.

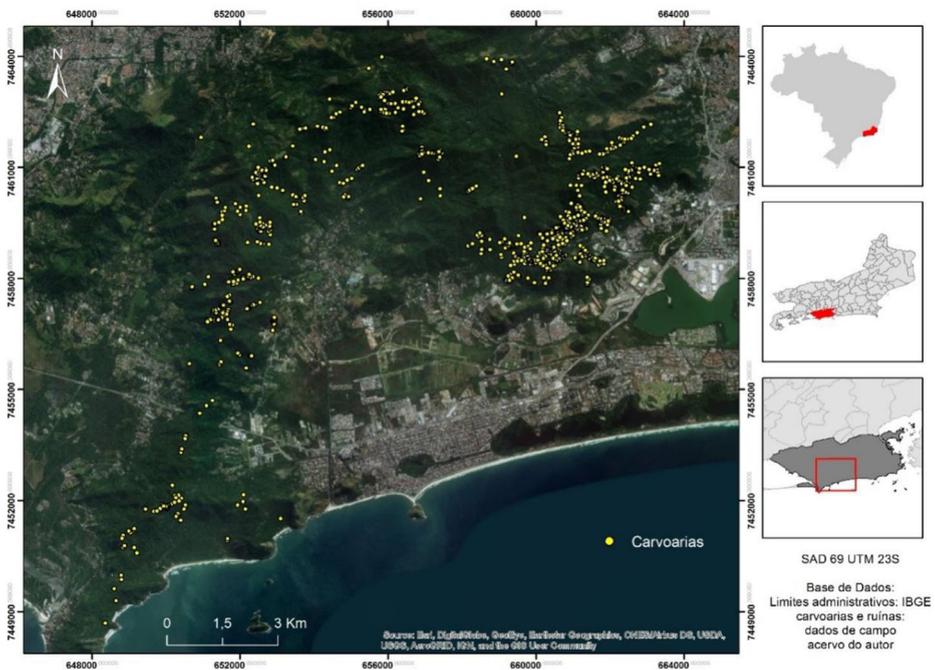


Figura 3. Carvoarias no Maciço da Pedra Branca.

As florestas do Maciço da Pedra Branca abrigaram e ainda mantêm diversos quilombos. Além de escravos fugidos, os monges da propriedade beneditina das áreas adjacentes ao Maciço da Pedra Branca de vez em quando tomavam a inicia-

tiva de alforriar parte de seus cativos. Em 1871, dezessete anos antes de assinada a Lei Áurea, todos os escravos da Ordem Beneditina foram libertados (Costa, 2015; Ramos, 2019). Muitos desses escravos fugitivos e libertos permaneceram perto de seu antigo local de cativo, abrigoando-se nas encostas do Maciço Pedra Branca (Cabral et.al., 2016).

Dessa forma, além das carvoarias, perto de 100 ruínas de antigas habitações fazem parte dos vestígios encontrados até o presente pelas florestas do Maciço da Pedra Branca. Essas são identificadas igualmente a partir de superfícies aplainadas, mas possuem uma estrutura de pequenas a médias rochas encaixadas sob os platôs, constituindo o alicerce, com formato retangular, apresentando bordos em esquadro (Figura 4).



Figura 4. Aspecto de uma casa de pau-a-pique com os alicerces de rochas empilhadas (modificado de Fernandes et al., 2008) e ruína encontrada no Maciço da Pedra Branca. Os alicerces são tudo que o que restou em meio à floresta que os recobrem.

As ruínas e carvoarias encontradas na floresta do Maciço da Pedra Branca são elementos que podem nos auxiliar na tentativa de reconstituir uma história que praticamente não foi deixada em nenhuma fonte escrita, à exceção do livro de Magalhães Corrêa, *O Sertão Carioca*, escrito em 1933. Corrêa descreve as práticas carvoeiras de seu tempo, e em seu relato, demonstra que eram necessários até cinco dias para finalizar a produção de carvão, realizada na própria mata. Dada a distância das carvoarias em relação aos locais de revenda (tanto em distância quanto em desnível), é razoável se pensar que a exploração carvoeira se deu graças à construção das moradias próximas. Além dos carvoeiros, essas ruínas possivelmente também foram habitações de pequenos agricultores, assim como de quilombos anteriores. Tendo isso em vista, é importante ressaltar que o mais provável é que tanto as carvoarias quanto as ruínas tenham temporalidades distintas. Isso pode ser constatado também a partir da vegetação que recobre esses vestígios, por vezes mais ou menos avançadas sucessionalmente.

A partir da localização das ruínas no interior das florestas, algo que chama a atenção é a proximidade a eixos de drenagens – todas localizavam-se a menos de 100 m de canais (formas côncavas com bordas bem definidas). É evidente que a proximidade de uma fonte de água torna-se fator preponderante para se residir. Como estamos nos referindo a uma camada da população carente de bens materiais ou aparatos técnicos que viabilizassem o acesso à água caso as fontes se encontrassem distantes, não seria razoável imaginar o deslocamento de grandes distâncias – a pé – para buscar água, pelo menos não numa área onde a oferta hídrica não é um problema, como é o caso do Maciço da Pedra Branca. Em se tratando de moradias próximas das fontes produtoras, a adução geralmente era feita com canalizações de bambu ou com troncos de embaúba. Os pontos de coleta são invariavelmente afloramentos do lençol freático ou águas de diaclases de rochas alcalinas (Abreu, 1957).

Em cada uma das ruínas encontradas foi feito um levantamento, à flor do solo, de vestígios ligados ao uso da água, como regos ou pequenas canalizações, cacos de garrafas ou de cerâmica. Outros vestígios ligados à cultura material são muito exíguos em relação à quantidade de vestígios amostrados. São poucas peças, como um enxadão, um ancinho e uma enxada. Este fato sugere que os usuários das ruínas dispunham de poucos instrumentos de trabalho e deveriam ser ciosos dos mesmos. Foram também encontradas garrafas e cacos, alguns apresentando no fundo as respectivas marcas (Rocha Leão e Adriano Ramos Pinto). Trata-se de garrafas de vinho do Porto, fabricadas em Portugal no período de 1860 e 1880. É relevante se destacar que a garrafa constituía um instrumento de primeira necessidade no século XIX para o transporte de água aos locais de trabalho, especialmente os mais distantes.

Das 104 ruínas encontradas até o momento no Maciço da Pedra Branca, 56 delas (58,2%) localizam-se em ambientes nos quais os eixos de drenagem mais próximos ficam sem água a maior parte do ano (Figura 5). Apenas em chuvas mais concentradas observa-se uma vazão efêmera. A observação da falta de canais perenes próximos às ruínas veio de encontro a uma afirmação há muito feita por pessoas mais antigas que moram próximas a áreas florestadas: a de que “as águas estão acabando”. Essa constatação, em conjunto com evidências arqueológicas e histórias contadas pelos antigos moradores, possibilitam a reconstituição de locais onde, no passado, a água era historicamente presente, o que não ocorre atualmente.

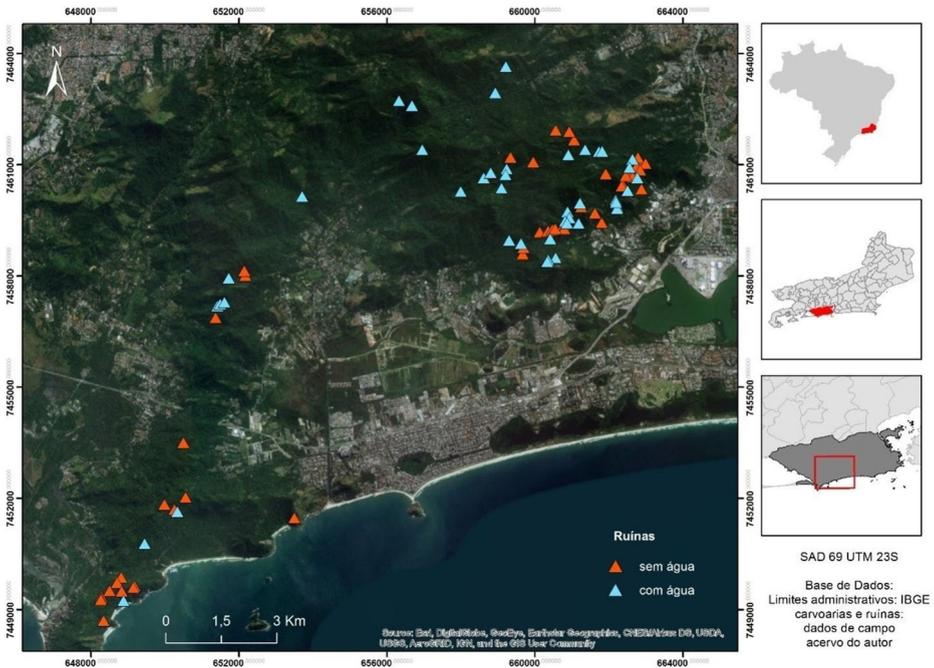


Figura 5. Ruínas com água próxima (em azul; n = 46) e ruínas sem água próxima (em vermelho; n = 53).

Percepção ambiental de moradores antigos do Maciço da Pedra Branca

Até pouco tempo atrás, o conhecimento acumulado pelas chamadas “populações tradicionais” tinha lugar de pouco destaque na produção científica (Castro et al., 2006). Considerado como algo empírico, não baseado em evidências ou método científico, esse conhecimento era muitas vezes descartado pelas ciências ambientais. No entanto, antropólogos, geógrafos e ecólogos vêm demonstrando que muitas comunidades rurais “constroem” a natureza de formas muito distintas das formas modernas dominantes, com uma quantidade de práticas significativamente diferentes de pensar, se relacionar, construir e experimentar o biológico e o natural. As convergências relacionadas ao conhecimento local referem-se ao reconhecimento desses saberes como uma atividade concreta, situada e constituída por uma história de práticas passadas e em mudanças (Escobar, 2005).

Para compreensão da forma de percepção do tema água entre as populações locais do trecho de Mata Atlântica estudado, foram conduzidas entrevistas não estruturadas e semiestruturadas (Bernard, 1994) entre moradores mais antigos da região. Foram selecionados 17 informantes para entrevistas. Todos mantinham

algun tipo de relação com a floresta e eram moradores do local há mais de 50 anos e tinham, à exceção de três, idade superior a 60 anos. O objetivo das entrevistas (em parte gravadas) foi avaliar a percepção histórica dos moradores antigos sobre a disponibilidade e vazão de água nos rios e córregos que drenam o Maciço da Pedra Branca. Deve ser destacado que, dos 17 entrevistados, apenas quatro conheceram diretamente os carvoeiros e/ou se tratava de seus ascendentes diretos. Os demais tiveram contato indireto (ouviram histórias de seus pais).

Uma ideia que se tem de percepção ambiental é que esta apresenta algo de passividade, como o resultado da contemplação de uma paisagem. No entanto, essa visão mostra apenas uma parte da realidade. No caso do segmento de população estudado – pessoas com um histórico pessoal e familiar de forte interação com a floresta local – a atuação sobre a paisagem e a sua transformação constituem traços marcantes. A percepção que este grupo tem da floresta – e que é comum à maioria das populações tradicionais da Mata Atlântica – em muito se diferencia de outros segmentos que dela eventualmente se utilizam, como ecoturistas, moradores urbanos ou cientistas. Suas histórias pessoais, familiares e comunitárias se entrelaçam e se encontram impressas nos lugares onde vivem. O ecossistema, por sua vez, guarda marcas dessas relações ancestrais que transcendem o indivíduo e se misturam com a história manifestada na paisagem.

Não se trata mais de uma floresta genérica, mas de um lugar, com nomes e histórias. A relação se estabelece com o ambiente por meio do uso dos recursos – seja na atualidade ou historicamente; na vivência concreta ou nas camadas de lembranças ou ainda, no conjunto de suas relações identitárias. Ainda que essa identidade possa ser expressa pela interseção de numerosos eixos de diferença, o que de comum se poderia encontrar entre o grupo estudado em relação ao tema da água? Por trás das narrativas dos entrevistados existe uma percepção comum a todos: constata-se recorrentemente o fenômeno da redução da vazão dos cursos d'água na região estudada. Existe, portanto, um discurso comum (aqui entendido como uma visão de mundo compartilhada por muitos) que aponta para uma clara percepção da redução da vazão dos rios. Ele toma forma de narrativas, distintas como as histórias de vida levantadas.

A seguir apresentamos fragmentos das percepções dos entrevistados sobre a questão da água e das florestas no Maciço da Pedra Branca:

- *Aí nunca faltou água não, agora é que tá secando. Tinha água pra todo lado.*
- *Tem nascente que eu conheci e que hoje não tem água.*
- *Não, o fogo nunca foi comum no mato. O fogo é de agora, de balão... cara perverso é que faz isso...*

- *Acho que ela [a água] não acaba não, acho que ela desce. A água deve descer, achar lugar pra sair, ela aprofunda. A água é pesada, né?*
- *Tem uns camaradas que foram embora... procurar outro lugar que tinha água.*
- *É, vai secando. Eu tenho uma cava de casa lá em cima que eu morei quando era garoto. Lá em cima tinha água, hoje tá sequinho.*
- *De primeiro a gente plantava agrião dentro d'água aqui em cima. Agora não dá mais de jeito nenhum. Não tem água.*
- *Quando era menino eu dava banho no burro naquele córrego. Hoje a água quase acabou.*
- *As águas vão acabar!*

Dentre as informações adquiridas, destaca-se a entrevista de um dos informantes, um morador de Vargem Grande de 82 anos, que relatou que, próximo à sua atual casa, havia plantações de agrião, feitas dentro da água, em um local onde atualmente é seu quintal. Presentemente, não há água alguma disponível para esse cultivo. Ele mostrou ainda um lugar onde, muito próximo a uma ruína de antiga fazenda, há uma rocha com uma argola de ferro, onde burros eram amarrados para serem banhados. Este local atualmente é uma estrada, debaixo da qual passa um riacho incipiente. Hoje se constata que o volume normal do riacho é completamente insuficiente para a lavagem de animais.

Quanto a possíveis explicações, encontrou-se uma convergência de percepções entre os informantes. Um deles referiu-se ao fato de que as "águas estão descendo". Outro informante relata a mesma informação, garantindo que a água está "entrando"; que há eixos, aparentemente secos e a jusante a água volta a aparecer. Referiu-se também a pontos onde a água tinha muita força, fazia cachoeiras, e onde eles faziam uma barragem para formar uma piscina para as crianças, por volta de 30, 40 anos atrás. Hoje essa atividade já não é mais possível devido à diminuição da água.

Acoplando evidências arqueológicas, percepções ambientais e conhecimento científico

Não é o objetivo do presente trabalho apontar causas concretas para a redução da oferta hídrica e sim analisar as evidências disponíveis e articulá-las com a percepção dos moradores. A consideração pelo saber local é de grande importância para a compreensão integrada das dinâmicas dos sistemas naturais. A busca por uma aproximação entre o histórico do uso e da ocupação do solo, as percepções ambientais dos moradores mais antigos e os conceitos das ciências ambientais pode

ser de grande ajuda na tentativa de compreender o problema, o que seria, inclusive, um primeiro (e importante) passo para uma posterior compreensão e remediação.

Existe coerência e correspondência entre o que foi dito pelos entrevistados e o que se tem como conhecimento científico sobre o tema. Segundo Sangkhama-nee (2007), os métodos etnocientíficos de compreensão hidrológica permitem que não só a hidrociência e a experiência local sejam analisados concomitantemente, mas permite também a consideração integrada de diferentes formas cognitivas de conhecimento. Tanto o conhecimento científico quanto os saberes tradicionais repousam sobre as mesmas operações lógicas. O que os difere são suas premissas, uma vez que a ciência se utiliza de conceitos e o saber tradicional de percepções, de qualidades sensíveis (Cunha, 2007). Não são, portanto, necessariamente excluídos, apenas construídos de maneiras distintas.

Esses usos feitos por populações periféricas representaram uma significativa transformação do bioma da Floresta Atlântica, mas muito pouco deixaram em termos de documentação escrita acerca da história da formação da paisagem. Esta se encontra inserida na paisagem, tratando-se de um “documento”, explicitado pelas numerosas marcas encontradas no interior das florestas (Fraga & Oliveira, 2011) e muitas vezes nas memórias das pessoas mais antigas de comunidades rurais.

Para se ter uma ideia do que esses usos significaram em termos de área utilizada preteritamente por essas populações e a resultante desses usos na cobertura que se sucedeu, considerou-se, a partir dos vestígios, áreas de influência para ambos os vestígios (carvoarias e ruínas). Para as carvoarias, foi estabelecido um raio de 40 m ao redor das carvoarias, considerando que a área utilizada para exploração de madeira para produção de carvão foi de 0,5 ha (Sales et al., 2014). No caso das ruínas, uma vez que muito provavelmente tenham sido utilizadas para moradia de populações que praticavam agricultura de subsistência, a área de influência estabelecida foi assumida como sendo de 60 m. Essa medida foi utilizada com base em estudo feito em roças caiçaras da Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ) (Oliveira, 1999). Essa medida foi estabelecida com base no tamanho das referidas roças. Uma observação de campo que corrobora com a prática agrícola nesses locais é o fato de que muito frequentemente são encontradas ao redor das ruínas espécies exóticas utilizadas para diversos fins, como árvores frutíferas e espécies rituais, como espada-de-são-jorge (*Sansevieria trifasciata*).

A sobreposição da área de influência dos vestígios com o mapa do uso do solo do Maciço da Pedra Branca mostra que dos 374,2 ha ocupados pela área de exploração para produção de carvão, 370 ha (98,9%) encontram-se atualmente

recobertos por floresta, enquanto que, no caso das ruínas, esse valor é de 94,9 ha (99,5%) (Figura 6, Tabela 1).

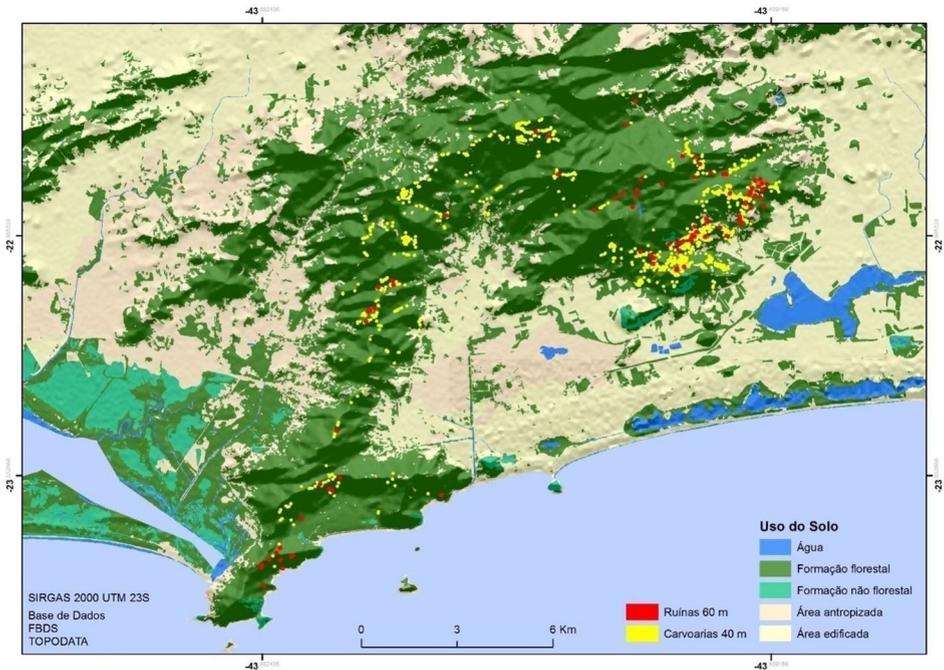


Figura 6. Sobreposição do uso do solo do maciço da Pedra Branca com a área de influência das carvoarias (40 m – em vermelho) e ruínas (30 m – em amarelo).

Tabela 1. Uso do solo e área de cobertura de classe do uso do solo por área de influência dos vestígios. PEPB – Parque Estadual da Pedra Branca.

Classes Uso do Solo	Carvoarias (ha)	%	Ruínas (ha)	%	PEPB (ha)	%
Água	0,0	0,0	0,0	0,0	2,6	0,0
Área antropizada	3,1	0,8	0,6	0,6	2167,8	17,5
Área edificada	1,0	0,3	0,0	0,0	13,9	0,1
Floresta	370,0	98,9	94,9	99,4	10180,8	82,1
Formação não florestal	0,0	0,0	0,0	0,0	36,3	0,3
Total	374,1	100,0	95,5	100,0	12401,3	100,0

Esses dados mostram que, ainda que a floresta do Maciço da Pedra Branca tenha sido intensamente utilizada por populações anteriores, a floresta se regenerou após o uso. Diferentemente do Maciço da Tijuca, onde houve ações de reflo-

restamento, no Maciço da Pedra Branca a atual floresta é resultado da sucessão ecológica após o abandono dos usos. Isso demonstra não só a alta capacidade de resiliência da Mata Atlântica, como também que a intensidade do uso desses antigos moradores não comprometeu o retorno da floresta. Aliás, a própria criação do Parque Estadual da Pedra Branca em 1974 pressupõe que havia ali a existência de aspectos naturais importantes de serem preservados.

Assim como a criação da Floresta da Tijuca, as ações que dão início à proteção do Maciço da Pedra Branca estão ligadas à ação da União sobre a preservação dos mananciais. Ao mesmo tempo em que a expansão urbana se acelerava em direção à zona oeste do Rio de Janeiro, o que resultou na drenagem dos brejos e canalização dos rios na baixada de Jacarepaguá, o Maciço da Pedra Branca tornou-se um Parque Estadual. Se, por um lado, ocorreu nas baixadas e no piemonte a impermeabilização do solo provocada pelo processo de urbanização, por outro, a floresta nas encostas encontra-se presentemente relativamente avançada em termos sucessionais.

Segundo a revisão da literatura realizada por Balbinot et al. (2008), muitos estudos mostram que as perdas de água devido à evapotranspiração são mais significantes em bacias com floresta do que com outra cobertura vegetal. Inclusive, alguns autores defendem que a elevada capacidade de infiltração de água nas florestas é superada pelo seu potencial de evapotranspiração, o que faz com que ocorra um aumento do volume de água disponível nas bacias hidrográficas e do fluxo anual dos rios a partir do desmatamento (Bacellar, 2006). A relação entre cobertura florestal, disponibilidade de água e variabilidade temporal da vazão em bacias hidrográfica é um tema que ainda divide opiniões (Bruijnzeel, 2004). Tomando como base exclusivamente o que foi relatado por um dos moradores, de que nunca havia visto a floresta do jeito que se encontra hoje e que alguns anos atrás a vegetação era tipicamente de capoeira, pode-se sugerir a hipótese de que o aumento da massa florestal elevou a taxa de evapotranspiração, reduzindo a disponibilidade de água no sistema e, conseqüentemente, diminuindo a vazão dos rios que drenam o maciço. No entanto, ainda que o possível aumento das florestas possa influenciar na vazão dos rios do Maciço da Pedra Branca pelo consumo de água pela vegetação, essa relação pareceria insuficiente, dado o contexto de uma floresta urbana, com todas as modificações que foram realizadas no seu entorno.

A população do bairro de Jacarepaguá, na parte baixa adjacente ao maciço, quadruplicou em dez anos (1980-1991) e, com isso, ocorreram diversas mudanças no ciclo hidrológico da região. Com o crescimento urbano, os sistemas de drenagem foram modificados, rios foram submetidos a obras de engenharia, como des-

vios, alargamentos e canalizações. A rede de drenagem e a planície correspondem a sistemas abertos com processos interdependentes. Qualquer modificação na intensidade e frequência de processos fluviais, assim como mudanças no uso do solo, gerarão alterações no restante das bacias e nos tempos de resposta dos canais às chuvas (Ferreira & Cunha, 1996). Laeta e Brandão (2008), também em Jacarepaguá, observaram um aumento das temperaturas máximas entre 1946 e 1987, sendo mais significativo a partir da década de 1960. Dados de temperatura e umidade coletados pelas autoras em 2007 demonstram comportamento inversamente proporcional, com aumento da temperatura e conseqüente redução da umidade.

Considerações finais

O presente trabalho buscou relacionar o processo de ocupação humana histórica, as marcas dos usos pretéritos na paisagem, as percepções dos moradores mais antigos e as mudanças socioambientais mais recentes no Maciço da Pedra Branca. A percepção e o conhecimento empírico dos antigos moradores, ligados às relações que esses estabelecem com o ecossistema, que compõem suas histórias de vida, se entrelaçam com a paisagem como documento histórico e se combinam na constatação da redução da oferta hídrica.

A procura pelas causas da redução de vazão dos rios é complexa e passa necessariamente pela etapa do presente trabalho: o conhecimento, assim como a percepção das populações tradicionais em relação às transformações do ambiente que os cerca. A percepção desses antigos habitantes sobre uma eventual redução de vazão também contém importantes subsídios para uma futura compreensão integrada do problema. É importante lembrar que essa constatação da redução da oferta hidrológica não se restringe ao Maciço da Pedra Branca, tendo sido observada em diversos outros locais do estado do Rio de Janeiro.

O ecossistema florestal, em suas múltiplas interrelações, não permite a simplificação de um problema baseando-se em uma causa singular para o esclarecimento de uma dinâmica complexa. Fatores como urbanização, histórico do uso do solo, desmatamento e conseqüente sucessão ecológica, mudanças no regime pluviométrico, entre outros, devem ser considerados tanto na complexidade de seus fenômenos, como também nas suas relações entre si. Aspectos antrópicos como longo histórico da exploração dos recursos florestais para utilização da madeira e produção de carvão na área em questão, assim como, mais recentemente, a crescente urbanização da baixada de Jacarepaguá, que resultou em drenagens dos brejos e canalização dos rios, apresentam-se como fatores significativos na

consideração sobre a redução da vazão hídrica, devendo, porém, ser analisados em conformidade com as dinâmicas naturais em diferentes escalas.

Procurou-se, dessa forma constatar o fato, assim como ter como foco os vestígios, a tradição oral e a percepção sobre as mudanças sentidas ao longo do tempo pelos moradores mais antigos do local. Os relatos dos informantes demonstram que o conhecimento tradicional e as percepções desses grupos em relação às mudanças ambientais consistem em algo relevante, que não deve ser negligenciado pela ciência, e sim trabalhado conjuntamente.

Referências

- ABREU, Mauricio de Almeida. A cidade, a montanha e a floresta. In: ABREU, Mauricio de Almeida. *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca. 1992. p. 54-103.
- ABREU, Sylvio Froes. *O Distrito Federal e seus recursos naturais*. Rio de Janeiro: Serv. Gráfico do Inst. Bras. de Geografia e Estatística. 1957. 317 p.
- BACELLAR, Luís de Almeida Prado. O papel das florestas no regime hidrológico de bacias hidrográficas. *Geo.br* (Ouro Preto), Ouro Preto, v. 1, p. 1-43, 2006.
- BACK, William. Hydromythology and ethnohydrology in the New World. *Water Resource Research*, v. 17, p. 257-287, 1981.
- BALBINOT, Rafaelo; OLIVEIRA, Nayara Kaminski de; VANZETTO, Suelen Cristina; PEDROSO, Keylla; VALÉRIO, Álvaro Felipe. O papel da floresta no ciclo hidrológico em bacias hidrográficas. *Ambiência – Revista do Setor de Ciências Agrárias e Ambientais*, v. 4, no 1, jan.-abr., 2008.
- BEAR, Christopher, BULL, Jacob. Guest editorial. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 43, p. 2261–2266, 2011.
- BECKER, Bertha. & EGLER, Claudio. *Brasil: uma nova potência regional na Economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 37-67.
- BERNARD, Russell. *Research Methods in Anthropology: qualitative and quantitative approaches*. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1994.
- BERNARDES, Lysia. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. In: ABREU, Mauricio de Almeida. (Org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1992. p. 37-53.
- BRUIJNZEEL, Leendert Adriaan. Hydrological functions of tropical forests: not seeing the soil for the trees?. *Agriculture, ecosystems & environment*, v. 104, no 1, p. 185-228, 2004.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. Águas passadas: sociedade e natureza no Rio de Janeiro oitocentista. *Raega-O Espaço Geográfico em Análise*, v. 23, p. 159-190, 2011.

- _____. SOLÓRZANO, Alexandro & OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Urbanising rainforests: emergent socioecologies in Rio de Janeiro, Brazil. *Landscape History*, v. 37, no 2, p. 57-78, 2016.
- CASTRO, Fábio de; SIQUEIRA, Andréa; BRONDIZIO, Eduardo; FERREIRA, Lúcia. Use and misuse of the concepts of tradition and property right in the conservation of natural resource in the Atlantic Rain Forest (Brazil). *Ambiente e Sociedade*, v. 9, no 1, p. 23-39, 2006.
- CORRÊA, Armando de Magalhães. O Sertão Carioca. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, (reimpressão: Departamento de Imprensa Oficial. Secretaria Municipal Administração, 1936), v. 167, 1933.
- COSTA, Robson Pedrosa. Os monges emancipadores: a Ordem de São Bento e suas estratégias de liberação dos escravos, 1866-1871. *Revista Latino-Americana de História*, v. 4, p. 27-48, 2015.
- CUNHA, Maria Manuela Carneiro. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. *Revista USP*. São Paulo, no 75, nov. 2007. Disponível em http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0103-99892007000400009&script=sci_arttext. Acesso em 19 mar. 2019.
- DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.
- ENGEMANN, Carlos; CHAGAS, Juliano; SANTOS, Rogério da Silva; BORGES, Alexandre Chaboudt; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Consumo de recursos florestais e produção de açúcar no período colonial: o caso do Engenho do Camorim, RJ. In: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de (Org.). *As marcas do homem na floresta: História Ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2005. p. 119-142.
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 133-168.
- FERNANDES, Jorgeana Helena Bastos; MENDONÇA, Mara Aparecida Gonçalves; GONÇALVES, Maria da Conceição Silva; BIRAL, Rosely Fonseca; CAMPOS, Rosilene Mendonça; ESTELLET, Rosinéia Fonseca Biral; SILVA, Sandra Maria Stitz; TEIXEIRA, Sebastiana da Silva; MEDEIROS, Valmir Alves. *Vida de Colono: como viviam e trabalhavam os antigos colonos da cafeicultura trajanense*. Rio de Janeiro: Instituto Trabalho e Cidadania, 2008. 175 p.
- FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Um Rio de florestas: uma reflexão sobre o sentido da criação dos parques na cidade do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, v. 24, no 47, p. 141-161, 2011.
- FERREIRA, Francisco Pontes & DA CUNHA, Sandra Baptista. Enchentes no Rio de Janeiro: efeitos da urbanização no Rio Grande (arroio fundo) – Jacarepaguá. *Anuário do Instituto de Geociências*, v. 19, p. 79-92, 1996.

- FRAGA, Joana Stingel. & OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Social metabolism, cultural landscape, and social invisibility in the forests of Rio de Janeiro. In: CANEVACCI, Massimo (Ed.). *Polyphonic Anthropology – Theoretical and Empirical Cross-Cultural Fieldwork*. Rijeka: Ed. Intech, mar/2012. Disponível em <http://www.intechopen.com/books/polyphonic-anthropology-theoretical-and-empirical-cross-cultural-fieldwork/social-metabolism-cultural-landscape-and-social-invisibility-in-the-forests-of-rio-de-janeiro>. Acesso em 29 mar. 2012.
- LAETA, Tainá & BRANDÃO, Ana Maria P. Macedo. Evolução urbana e prováveis alterações climáticas em Jacarepaguá/RJ. 8º *Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica*, Viçosa (MG), 2008.
- LINTON, Jamie, & BUDDS, Jessica. The hydrosocial cycle: Defining and mobilizing a relational-dialectical approach to water. *Geoforum*, v. 57, p. 170-180, 2014.
- NOGUEIRA, Amélia Alba. Vargem Grande (alguns aspectos geográficos). *Boletim Carioca de Geografia – AGB* v. 9, no 1-2, p. 49-71, 1956.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; ENGEMANN, Carlos. *History of landscape and landscapes without history: Brazilian Atlantic coastal forest*, 2009.
- _____; FRAGA, Joana Stingel; BERCK, Dean Erick. Uma floresta de vestígios: metabolismo social e a atividade de carvoeiros nos séculos XIX e XX no Rio de Janeiro, RJ. *INTERthesis*. Florianópolis, v. 8, p. 286-315, 2011.
- RAMOS, Vanessa Gomes. Padrões das alforrias eclesiásticas no Rio de Janeiro Imperial. *Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social*. Juiz de Fora. Disponível em <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a67.pdf>. Acesso em 22 ago. 2019.
- REZENDE, Camila Linhares; FRAGA, Joana Stingel; SESSA, Juliana Cabral; SOUZA, Gustavo Vinagre Pinto. Land use policy as a driver for climate change adaptation: A case in the domain of the Brazilian Atlantic forest. *Land use policy*, v. 72, p. 563-569, 2018.
- SALLES, Gabriel Paes da Silva; SOLÓRZANO, Alexandro; PATZLAFF, Rubia Gaciele; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Resultantes ecológicas, práticas culturais e provisão de lenha para a fabricação de carvão nos séculos XIX e XX no Rio de Janeiro. *Pesquisas Série Botânica*, v. 65, p. 389, 2014.
- SANGKHMANEE, Jakkrit. Ethnohydrology and Mekong Knowledge in transition: An Introductory Approach to Mekong Hydraulic Cognition. *International Conference “Critical transitions in the Mekong Region”*, January 2007. Regional Center for Social Science and Sustainable Development, Chiang Mai University. Disponível em http://www.polsci.chula.ac.th/jakkrit/anthro/Home_files/Ethnohydrology%20and%20Mekong%20Knowledge.pdf. Acesso em 23 mar. 2019.
- SWYNGEDOUW, Erik. The political economy and political ecology of the hydro-social cycle. *Journal of Contemporary Water Research & Education*, v. 142, no 1, p. 56-60, 2009.
- TVEDT, Terje. “Water Systems”, Environmental History and the Deconstruction of Nature. *Environment and history*, v. 16, no 2, p. 143-166, 2010.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Revista Estudos Históricos*, v. 4, no 8, p. 198-215, 1991.

Etnobotânica, saberes locais e agricultura no contexto de uma floresta urbana do Rio de Janeiro, RJ⁴¹

Alessandra Costa Magalhães

Rogério Ribeiro de Oliveira

Introdução

A Mata Atlântica, devido à sua proximidade com o litoral, foi um dos biomas mais alterados desde o início da colonização do território nacional. A forte pressão antrópica que esses remanescentes sofreram e vêm sofrendo tem levado à perda de extensas áreas verdes, da cultura e das tradições das comunidades que habitam estas áreas, as quais dependem muitas vezes de recursos do meio para sobreviver (Fonseca & Sá, 1997).

Em função dos fenômenos decorrentes da urbanização da cidade do Rio de Janeiro, das migrações internas, da massificação imposta pelos veículos de comunicação, da desvalorização do conhecimento dos mais velhos – estes dois últimos mais relacionados aos jovens – percebe-se uma tendência à perda da identidade cultural destes grupos sociais e seus respectivos conhecimentos etnobotânicos.

Quintais tropicais têm sido muitas vezes olhados como sistemas sustentáveis (Kehlenbeck & Maass, 2004). Para esses autores, são considerados um sistema de produção ideal para a conservação de recursos, variando de acordo com a diversidade ecológica ou fatores socioeconômicos e/ou características dos seus moradores. De forma geral, os quintais contêm grande biodiversidade, apresentando espécies de diferentes categorias de uso que satisfazem às necessidades básicas das pessoas. São sistemas muito diversos e dinâmicos, que podem conter variedades silvestres ou localmente adaptadas, cujas maiores funções seriam a produção de subsistência e de geração de renda (Blanckaert et al., 2004; Coomes & Ban, 2004). Revelam muito da história cultural dos lugares e das decisões de manejo de espécies pelos moradores (Winklerprins, 2002). O entendimento desses ambientes

41 Parte da dissertação de mestrado da primeira autora no Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio.

pode contribuir para projetos relacionados ao desenvolvimento de áreas rurais, à conservação de espécies bem como à proteção do conhecimento tradicional.

O presente estudo foi desenvolvido no sentido de inventariar o repertório de saberes dos agricultores residentes no bairro de Vargem Grande, na cidade do Rio de Janeiro, ligados à utilização das plantas, particularmente as medicinais, cujo uso e conhecimento constituem um elemento identitário e de territorialidade. A valorização e resgate de conhecimentos é um dos caminhos para a manutenção de todo este patrimônio e os resultados que expomos se destinam a contribuir para tal fim.

O universo da nossa pesquisa

O Maciço da Pedra Branca, localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, tem quase toda a sua totalidade abrangida pelo Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB, com 12.398 ha. A área configura-se como um remanescente de Floresta Atlântica (Floresta Ombrófila Densa Submontana), onde a paisagem apresenta-se multifragmentada e profusamente variada ao longo do litoral (Oliveira et al., 2005).

A criação do PEPB, através da Lei Estadual nº. 2377, de 28 de junho de 1974, impôs progressivamente novas formas de uso e delimitação do espaço que entraram em choque com as práticas tradicionalmente estabelecidas pelo grupo social estudado, os agricultores de Vargem Grande. Estes, de uma maneira geral, se estabeleceram há várias gerações no local (Bernardes, 1992). Em sua maioria, são descendentes de lavradores portugueses que chegaram à área na década de 1930; um contingente menor é formado por descendentes de escravos oriundos dos engenhos existentes no período colonial. Com a urbanização e a criação do PEPB, houve mudanças significativas nas relações estabelecidas, por este grupo, com a prática agrícola. A exploração econômica da encosta do Maciço da Pedra Branca migrou das roças de subsistência para os bananais. Estes se mantiveram em vastas áreas, tendo os agricultores remanescentes se adaptado à nova ordem ambiental: as queimadas foram eliminadas e o cultivo da banana assumiu um caráter semiclandestino, baseando a sua exploração mais no extrativismo do que no manejo da cultura.

Os moradores e a nossa proposta de trabalho

A formalização da proposta de trabalho se deu a partir de sua explanação formal aos representantes da Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (Agrovargem) presentes na reunião ocorrida no mês dezembro de 2008. Os trabalhos de campo foram iniciados a partir do consentimento prévio desses

agricultores, tendo sido aplicadas 25 entrevistas semiestruturadas até dezembro de 2009. No levantamento etnobotânico, especificamente, participaram 17 informantes, (6 homens e 11 mulheres). Os entrevistados apresentavam faixa etária oscilando entre 18 e 78 anos, todos moradores nascidos e residentes na área de estudo. Após a primeira entrevista, utilizou-se a técnica conhecida como “bola de neve” (*snowball*), indicada geralmente para uma população altamente especializada em conhecimentos etnobotânicos e de pequeno número de integrantes (Bernard, 1995). Dessa forma, esses indicaram outras pessoas, para a continuidade das entrevistas, e assim sucessivamente.

Optou-se por aplicar a técnica conhecida como listagem livre (*freelisting*), na qual cada informante foi estimulado a citar, pelo menos, dez espécies usadas. Considera-se que as espécies mencionadas com frequência indicam um conhecimento comum entre os indivíduos, ou consenso, dentro de uma determinada cultura (Cotton, 1996).

Para o inventário de espécies úteis usadas pelos moradores de Vargem Grande, determinou-se, como área de estudo, o quintal familiar e/ou o sítio. Em Vargem Grande, o quintal foi compreendido como a área adjacente à casa, independentemente de limites físicos específicos como, por exemplo, uma cerca ou um portão. Ou seja, aceitou-se como sendo quintal o próprio recorte espacial feito pelos moradores e que constitui o seu território de uso imediato. Em alguns casos, arbitrou-se como limite o início da formação florestal, aqui considerada como mata. Os locais (as roças) onde são cultivados alimentos em larga escala como banana, inhame, aipim e batata são chamados pelos informantes de sítios. Estes se localizam, muitas vezes, em altitudes mais elevadas, não necessariamente próximos ou contíguos à moradia de seus donos e adjacentes aos quintais. O limite entre esses ambientes é, muitas vezes, tênue, fundamentando-se basicamente pelo tipo de espécie presente e na intensidade de cultivo.

As plantas foram referidas por seus nomes populares e estes foram preservados conforme menção dos informantes. As formas de preparo citados foram adaptados de Matos (2000). As identificações botânicas foram feitas no local, ou as plantas foram coletadas junto com os informantes e desidratadas em estufa para posterior depósito no Herbário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (RBR).

Para o cálculo da porcentagem de concordância dos usos principais (Cup) de cada espécie medicinal seguiu-se Amorozo & Gély (1988). Essa metodologia aponta espécies que têm maior potencial de cura, para uma doença específica, e que

merecem maiores estudos. Foram consideradas as espécies que obtiveram mais de três citações de usos. Para a contagem das citações de usos, não foram levadas em consideração as variações de formas de preparo ou partes de plantas para uma mesma indicação. Para cada uso, considerou-se apenas uma citação por informante.

A tradução da relação rural-urbano nos quintais

A região estudada, desde o século XVII, atuou como fonte de abastecimento de produtos agrícolas para o centro urbano do Rio de Janeiro. A produção das áreas suburbanas da cidade, que simbolizava a riqueza rural das terras, escoava até Madureira, sendo que a região de Jacarepaguá guardava, segundo esses autores, “os maiores faustos da lavoura carioca”. A ocupação do solo foi intensa ainda na década de 1950 e, segundo Abreu (1957), a horticultura, nessa época, era representada por plantios situados em Jacarepaguá e Santa Cruz e era cuidada predominantemente por portugueses e japoneses.

Winklerprins (2002) discutiu a fronteira entre o rural e o urbano usando os quintais de Santarém (PA) para repensar a categorização difusa entre estes. A autora afirma existir uma rede de trocas entre os quintais rurais e urbanos ligando as pessoas. Esses satisfazem alguns dos requisitos necessários para a alimentação, cura, recreação ou experiências estéticas. Esta autora defende que os quintais podem ser compreendidos como uma zona de transição entre o rural e o urbano e também entre o agricultor tradicional e a forma de vida moderna proletária. Existem lugares, segundo essa autora, onde os donos de quintais podem ser as duas coisas, como essa transição, podendo persistir sobre essas circunstâncias de alterações socioeconômicas. Assim, também em Vargem Grande, pode-se pensar que os quintais, ao contrário dos sítios, podem ser interpretados como espaços representativos de áreas em processos de urbanização, onde se cultivam espécies vegetais muito difundidas, muitas delas exóticas ornamentais e/ou medicinais que aparecem listadas, frequentemente, em levantamentos etnobotânicos similares. Além disso, deve-se levar em consideração a facilidade de cultivo dessas espécies – cultivo geralmente feito por mulheres – se comparado ao difícil manejo e tratos no plantio de grandes culturas que é feito geralmente pelos homens, nos sítios.

A realidade observada

O número de espécies úteis indicadas pelos informantes nas entrevistas (221) é equivalente ou superior aos resultados de outras pesquisas em etnobotânica

desenvolvidas em situação similar àquela encontrada no bairro de Vargem Grande (Amorozo, 2002, Silva & Andrade, 2005, Christo et al., 2006).

As espécies encontram-se distribuídas em 168 gêneros e 72 famílias botânicas (Tabela 1, ao final deste capítulo). As famílias Lamiaceae e Asteraceae têm um número grande de espécies e, em termos de distribuição geográfica, são encontradas tanto em regiões temperadas como nas tropicais. Além disso, são ricas em óleos voláteis e muito utilizadas na medicina popular (ou como condimentos) ao redor do mundo (Menezes & Kaplan, 1992; Bennett & Prance, 2000). As Rutaceae, Fabaceae e Myrtaceae sobressaem-se pelo número de espécies alimentares cultivadas, principalmente frutíferas; Euphorbiaceae e Malvaceae são ricas em espécies e diversidade de usos.

Em relação à origem, pode-se verificar que 59 espécies são consideradas nativas e 13, além de nativas, são endêmicas do país. Nesse aspecto, a família Myrtaceae foi a que mais se destacou pela presença de muitas plantas cujos frutos fazem parte da dieta alimentar local. Por outro lado, os representantes da família Rutaceae são todos exóticos, mas muito bem aclimatados e amplamente cultivados em todo o Brasil.

As dez espécies mais citadas foram *Musa x paradisiaca* L. (bananeira); *Dysphania ambrosioides* L. (erva-de-santa-maria); *Echinodorus grandiflorus* (Cham. & Schltdl.) Micheli (chapéu-de-couro); *Schinus terebinthifolius* Raddi (aroeira); *Citrus aurantium* L. (laranja-da-terra); *Psidium guajava* L. (goiaba); *Citrus aurantifolia* (Christm.) Swingle (limão-galego); *Jacaranda* sp. (carobinha); *Laurusnobilis* L. (louro) e *Lippia alba* (Mill.) N.E. Br. (erva-cidreira). Todas são utilizadas como medicinais, sendo que a aroeira e o louro servem também como condimento e a banana, a laranja-da-terra, a goiaba e o limão-galego foram citados na alimentação.

O grande número de espécies medicinais bem como de alimentares é coerente com a realidade do grupo social estudado – inserido em ambiente florestal relativamente distante de grandes centros comerciais – realizando práticas agrícolas propriamente ditas.

Espécies indicadas como medicinais

Em relação às 122 espécies indicadas como medicinais, as folhas foram as partes mais citadas para a elaboração dos remédios (59,9%), seguidas da parte aérea (11,5%), frutos (8,9%), inflorescências, flores e brácteas (7,7%), cascas (5,1%), caules e raízes (2,5% cada) e ainda a planta toda e as sementes (1,2% cada). É natural que

as folhas e partes aéreas sejam mais utilizadas, uma vez que as ervas são mais aproveitadas. Para as formas de preparo, os chás (infusão ou decocto) sobressaíram com 59% das indicações, seguidos de maceração em água (13,2%), xarope bem como uso in natura, ou seja, em estado natural (8,4% cada), infusão em álcool (6%), e ainda o pó (4,8%). O uso de folhas e partes aéreas, geralmente de plantas herbáceas, consumidas em formas de chás, mostra-se extremamente comum (Silva-Almeida & Amorozo, 1988; Santos et al., 2008). As plantas herbáceas são geralmente associadas a uso medicinal para comunidades, como lembram Stepp & Moerman (2001).

A importância relativa das espécies foi calculada levando-se em consideração o consenso dos informantes. Esses valores levaram em conta o número de informantes que as citaram e a concordância de usos citados. As 35 espécies que obtiveram o maior consenso de uso (CUPc), de acordo com as respostas dos informantes, estão listadas na Tabela 2 (apresentada no final deste capítulo).

Todas as plantas da Tabela 2 foram encontradas como cultivadas ou toleradas, com exceção da erva-de-passarinho (*Struthanthus marginatus* (Desr.) Blume), planta hemiparasita muito comum e sete-sangrias (*Cuphea carthagenensis*), que ocorre em beira de caminhos. Deve-se ressaltar que espécies típicas de ambientes florestais, tais como carobinha (*Jacaranda* sp.), quina-rosa (*Simira glaziovii* (K. Schum.) Steyerl.) e espinheira-santa (*Sorocea* cf. *bonplandii* (Baill.) Burger) são também cultivadas, o que pode demonstrar o grau de importância dessas espécies para os informantes.

A carobinha, assim como a quina-rosa, merecem atenção por serem nativas de Mata Atlântica e terem poucos estudos etnofarmacológicos. Silva (2008) encontrou essas plantas sendo comercializadas nos mercados da cidade do Rio de Janeiro. A primeira é usada pela população para machucados em geral e problemas de pele, o mesmo uso dado pelos informantes de Vargem Grande. Gentry (1992) relata inúmeros usos atribuídos ao gênero *Jacaranda*, como, por exemplo, para curar problemas de pele, e chama a atenção para a evidente importância da família Bignoniaceae para as pessoas que vivem em florestas tropicais no mundo. Da mesma forma, a quina-rosa tem sua casca vendida nos mercados e feiras livres da cidade e é muito relacionada à cura de problemas de anemia e de aparelho circulatório em geral (Silva, 2008). Os mesmos usos foram verificados em Vargem Grande.

Espécies de uso alimentar

Nesta categoria foram incluídas 71 espécies. Em termos de atividade agrícola, as culturas da banana (*Musa x paradisiaca*), da mandioca (*Manihot esculenta*)

e do inhame (*Colocasia esculenta*) se sobrepõem às demais. Dentre as frutíferas (43 espécies), além da banana destacam-se principalmente as Rutaceas (*Citrus* spp.) e diversas espécies de Myrtaceas, dentre essas a jabuticaba (*Myrciaria cauliflora* (Mart.) Kausel), a grumixama (*Eugenia brasiliensis* Lam.), a cabeluda (*Myrciariaglaziioviana* (Kiaersk.) G. Barroso & Sobral), o cambucá (*Plinia edulis* (O. Berg.) Nied) e o arará (*Psidium* cf. *cattleianum* Sabine) nativas provavelmente da Mata Atlântica, mas cultivadas em sítios e quintais. Trata-se de um dos poucos locais de produção e comercialização destas frutíferas pouco exploradas pelo mercado consumidor do Rio de Janeiro, o que vem a conferir um grande valor social e ecológico à atividade destes agricultores.

Associadas às plantas alimentares estão as condimentares, especialmente as da família Lamiaceae (mentas, manjeriço, alfavacas, alecrim etc.), bem como o louro, as pimentas, a aroeira, o urucum e o gengibre. A maioria destas espécies, além de utilizadas localmente, são também vendidas.

No que diz respeito às ritualísticas (15 espécies), *Rutagraveolens* (arruda) e *Petiveria alliaceae* L. (guiné-piu-piu) foram as mais citadas. *Annona acutiflora* Mart. (guiné-preto), árvore típica de sub-bosque, é cultivada em quintal (e encontrada em quintais abandonados). Caules dessa espécie foram encontrados por Silva (2008) sendo comercializados no Mercado de Madureira, para serem usados, como bengalas, por “preto-velhos”. Interessante também salientar o uso religioso das vassourinhas (*Sida* spp.) por uma das informantes, que é rezadeira. Estas e outras plantas estavam cultivadas, em seu quintal, justamente para as suas práticas.

Em relação às espécies de uso em animais destaca-se a pita (*Agave americana* L.), muito citada para curar sarna (chamada localmente de lepra).

Dentre as indicadas para construção, a castanheira (*Pachira glabra* Pasq.) foi a mais citada para ser usada como moirão de cerca; já o pau d`água (*Dracaena fragans* Ker-Gawl.) é plantado frequentemente como cerca viva para delimitar as propriedades. Vale lembrar que, das 221 espécies levantadas, a bananeira, a aroeira, a laranja-da-terra, a goiabeira, o limão-galego e o louro estão entre as dez mais citadas, indicando que essas espécies são importantes na vida dos informantes e de seus familiares.

Considerações finais

As informações e dados obtidos nos levantamentos de campo deste trabalho apontam uma série de mudanças significativas que ocorreram na estrutura socio-

econômica dos agricultores do Bairro de Vargem Grande. Essas mudanças ocorreram de forma gradativa, em especial podendo ser percebidas pela diminuição do ritmo da produção agrícola.

Existe, nessa comunidade, conhecimento empírico do mundo em que vivem e das particularidades do ecossistema regional. Isto é comprovado pelo elevado número de espécies utilizadas. Este conhecimento pode apontar caminhos mais adequados para um modelo de ocupação do espaço com base no manejo sustentável. Destacamos especificamente as práticas relacionadas ao uso popular de plantas medicinais e aos quintais especificamente como sendo o reflexo de suas necessidades e escolhas. Ao nos remetermos à localização geográfica deste grupo, região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro e uma área em crescente valorização imobiliária, o expressivo número de espécies conhecidas deve ser considerado como um indicativo de resistência cultural, representando também um significativo patrimônio cultural.

Inquestionavelmente detectamos nesta população importantes elementos sociais que fundem movimentos de resistência e territorialidades e que se configuram como de identidade cultural. Porém, o contexto em que os agricultores de Vargem Grande estão inseridos, associado ao controle do uso do espaço (a presença da unidade de conservação) confere, à manutenção e sobrevivência de um grupo ancestralmente estabelecido na área, desafios pertinentes à manutenção de seu estilo e vida e, conseqüentemente, de seus saberes tradicionalmente construídos.

Pelo fato de estes descendentes de lavradores configurarem-se como sujeitos históricos concretos e verdadeiramente interessados nesse movimento de “desenvolver-se”, merecem ter suas peculiaridades preservadas, sendo assim eleitos como protagonistas do processo de desenvolvimento local, fundamentado dentro de uma lógica sustentável.

Referências

- ABREU, Sylvio Fróes. *O Distrito Federal e seus recursos naturais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. 318p.
- AMOROZO, Maria Christina de Mello. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antonio do Leverger, MT. *Acta Botânica Brasílica*, v. 16, no 2, p. 189-203, 2002.
- _____ & GÉLY, Anne. Uso de plantas medicinais por caboclos do baixo Amazonas, Barcarena, PA, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Botânica*, v. 1, no 4, p. 47-131, 1988.

- BENNETT, Bradley; PRANCE, Ghilleen Tolmie. Introduced plants in the indigenous pharmacopoeia of northern South America. *Economic Botany*, v. 54, no 1, p. 90-102. 2000.
- BERNARD, Harvey Russel. *Research Methods in Anthropology. Qualitative and Quantitative Approaches*. 2º ed. London: AltaMira Press, 1995. 803p.
- BLANCKAERT, Isabelle; SWENNEN, Rony; FLORES, M. Paredes; ROSAS-LOPEZ, Rocio. Floristic composition, plant uses and management practices in homegardens of San Rafael Coxcatlán, Valley of Tehuacán-Cuicatlán, Mexico. *Journal of Arid Environments*, v. 57, p. 39-62, 2004.
- CHRISTO, Alexandre; GUEDES-BRUNI, Rejan & FONSECA-KRUEL, Viviane da Silva. Uso de recursos vegetais em comunidades rurais limítrofes à Reserva Biológica de Poço das Antas, Silva Jardim, Rio de Janeiro: um estudo de caso na Gleba Aldeia Velha. *Rodriguésia*, v. 57, no 3, p. 529-542, 2006.
- COOMES, Oliver T. & BAN, Natalie. Cultivated Plant Species Diversity in Home Gardens of an Amazonian Peasant Village in Northeastern Peru. *Economic Botany*, v. 58, no 3, p. 420-434, 2004.
- FONSECA-Kruel, Viviane Stern; SÁ, Cyl. Farney Catarino de. Situación de los estudios etnobotánicos en ecosistemas costeros de Brasil. In: RIOS, Montserrat & Pedersen, Henrik Borgtoft (Eds.). *Uso y Manejo de Recursos Vegetales. Memorias del II Simposio Ecuatoriano de Etnobotánica y Botánica Económica*, p. 57-81, 1997.
- GENTRY, Alwin Howard. A synopsis of Bignoniaceae ethnobotany and economic botany. *Annals of the Missouri Botanical Garden*, v. 79, no 1, p. 53-64, 1992.
- KEHLENBECK, Katja; MAASS, Brigitte L. Crop diversity and classification of homegardens in Central Sulawesi, Indonesia. *Agroforestry Systems*, v. 63, p. 53-62, 2004.
- MENEZES, Fábio de Sousa; KAPLAN, Maria Auxiliadora Coelho. Plantas da subfamília Ocimoideae utilizadas na medicina popular: Etnofarmacologia vs. Química. *Revista Brasileira de Farmácia*, v. 73, no 2, p. 30-31, 1992.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; SILVEIRA, Carmem Lúcia Porto da; MAGALHÃES, Alessandra Costa; PENNA-FIRME, Rodrigo. Ciclagem de metais pesados na serapilheira de uma floresta urbana no Rio de Janeiro. *Floresta e Ambiente*, v. 12, p. 50-56, 2005.
- SANTOS, Juliana de Faria Lima; AMOROZO, Maria Christina; MING, Lin Chau. Uso popular de plantas medicinais na comunidade de Vargem Grande, Município de Natividade da Serra, SP. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v. 10, no 3, p. 67-81, 2008.
- SILVA-ALMEIDA, Mária de Fátima & AMOROZO, Maria Christina Mello. Medicina popular no Distrito de Ferraz, Município de Rio Claro, Estado de São Paulo. *Brazilian Journal of Ecology*, v. 2, p. 36-46, 1998.
- SILVA, Inês Machline. *A etnobotânica e a medicina popular em mercados na cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Botânica) – Escola Nacional de Botânica Tropical, do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Alberto Jorge da Rocha & ANDRADE, Laise de Holanda Cavalcanti. Etnobotânica nordestina: estudo comparativo da relação entre comunidades e vegetação na Zona do Litoral – Mata do Estado de Pernambuco, Brasil. *Acta Botânica Brasilica*, v. 19, no 1, p. 45-60, 2005.

STEPP, John. Richard; MOERMAN, Daniel Ellis. The importance of weeds in ethnopharmacology. *Journal of Ethnopharmacology*, v. 75, p. 19-23, 2001.

WINKLERPRINS, Antoinette M.G.A. House-lot gardens in Santarém, Pará, Brazil: Linking rural with urban. *Urban Ecosystems*, v. 6, p. 43-65, 2002.

Tabela 1 – Relação das espécies registradas nas entrevistas realizadas no bairro de Vargem Grande, RJ nos anos 2008/2009. As espécies estão organizadas em ordem alfabética das famílias e seguidas dos nomes populares, categorias de uso, procedência e formas de manejo. As espécies seguidas de um asterisco são nativas. Dois asteriscos significam que, além de nativas, são endêmicas do Brasil. Categorias de uso (al. = alimentar; cond. = condimentar; const. = construção; cos = cosmética; med. = medicinal; orn. = ornamental; rit. = ritualística, uan = uso animal). Formas de manejo: c/e = cultivada/espontânea.

Família/ Espécie	Nome popular	Uso	Procedência	c/e
ACANTHACEAE				
<i>Pachystachys lutea</i> Ness*	camarão	orn	sítio	c
ADOXACEAE				
<i>Sambucus nigra</i> L.	sabugueiro	med	quintal/sítio	c
ALISMATACEAE				
<i>Echinodorus grandiflorus</i> * (Cham. & Schldl.) Micheli	chapeú-de-couro	med	sítio	c
AMARANTHACEAE				
<i>Alternanthera brasiliana</i> * (L.) Kuntze	dipirona, terramicina, erva-botão	med	ruderal	c
<i>Dysphania ambrosioides</i> (L.) Mosyakin & Clemants	erva-de-santa-maria	med	quintal	c
<i>Amaranthaceae</i> sp1	novalgina	med	quintal	c
<i>Amaranthaceae</i> sp2	mussambê		quintal	c
AMARYLLIDACEAE				
<i>Allium cepa</i> L.	cebola	med	comércio	
<i>Allium sativa</i> L.	alho	med	comércio	
ANACARDIACEAE				
<i>Anacardium occidentale</i> * L.	cajú	al	sítio	c
<i>Mangifera indica</i> L.	mangueira	al/med	quintal	c
<i>Schinus terebinthifolius</i> * Raddi	aroeira	cond/med	quintal/sítio	c
<i>Spondias mombin</i> *L.	cajá	al/med	quintal	c
<i>Spondias purpurea</i> L.	ceriguela	al	quintal	c

Família/ Espécie	Nome popular	Uso	Procedência	c/e
ANNONACEAE				
<i>Annona acutiflora</i> ** Mart.	guiné	rit	quintal abandonado	c/e
<i>Annona muricata</i> L.	graviola	al/med	quintal/sítio	c
APIACEAE				
<i>Eryngium foetidum</i> L.	coentro	al/cond	ruderal	e
<i>Foeniculum vulgare</i> Mill.	erva-doce	med	quintal	c
<i>Petroselinum crispum</i> (Mill.) Nym	salsa	al/med	comércio	c
APOCYNACEAE				
<i>Geissospermum laeve</i> (Vell.) Miers	pau-pereira	med	mata	e
<i>Nerium oleander</i> L.	beijo	med/orn	quintal/sítio	c
<i>Plumeria rubra</i> L.	jasmim-manga	orn	quintal	c
ARACEAE				
<i>Colocasia esculenta</i> (L.) Schott	inhame	al/med	quintal/sítio	c
<i>Dieffenbachia seguine</i> * (Jacq.) Schott	comigo-ninguém-pode	orn/rit	sítio	c
<i>Xanthosoma sagittifolium</i> * (L.) Schott	taioaba	al/med	quintal/sítio	c
ARALIACEAE				
<i>Schefflera arboricola</i> (Hay.) Merr.	cheflera	orn	quintal	c
ARAUCARIACEAE				
<i>Araucaria angustifolia</i> * (Bert.) Kuntze	araucária	orn	sítio	c
ARECACEAE				
<i>Acrocomia aculeata</i> * (Jacq.) Lodd. ex Mart.	iriri	al	sítio	c
<i>Cocos nucifera</i> L.	côco	al/med	sítio	c
<i>Dypsis decary</i> (Jum.) Beentje & J. Dransf.	palmeira -triangular	orn	sítio	c
<i>Dypsis lutescens</i> (Wendl.) Beentje & Dransf.	areca	orn	sítio	c
<i>Euterpe oleracea</i> * Mart.	açaí	al	sítio	c
ARISTOLOCHIACEAE				
<i>Aristolochia</i> sp.1	cipó-mil-homem	méd/rit	quintal	c
ASPARAGACEAE				
<i>Agave americana</i> L.	pita	orn	sítio	c

Paisagens do sertão carioca

Família/ Espécie	Nome popular	Uso	Procedência	c/e
<i>Furcraea foetida</i> (L.) Haw.	pita	orn/uan	quintal	c
ASTERACEAE				
<i>Achillea millefolium</i> L.	macelinha	med	quintal	c
<i>Acmella oleracea</i> (L.) R.K. Jansen	jambu	med	quintal	c/e
<i>Ageratum conyzoides</i> * L.	erva-de-são-joão	med	ruderal	e
<i>Artemisia vulgaris</i> L.	erva-de-são-joão; pronto-alívio	med	quintal/sítio	c
<i>Artemisia</i> sp.1	losna	med	quintal	c
<i>Baccharis crispa</i> * Spreng.	carqueja	med	quintal	c
<i>Bidens pilosa</i> L.	picão	med	quintal	c/e
<i>Chromolaena maximillianii</i> *(Schrad ex DC.) R.M. King & Rob.	arnica-do-mato,	med	ruderal	e
<i>Cichorium intybus</i> L.	almeirão	al/mes	comércio	
<i>Dhalia</i> sp.	dália	orn	sítio	c
<i>Elephantopus mollis</i> *Kunth	erva-grossa	med	ruderal	e
<i>Emilia sonchifolia</i> * (L.) DC	serralha	med/uan	ruderal	e
<i>Gymnanthemum amygdalinum</i> (Delile) Sch. Bip. Ex Walp.	boldo	med	quintal	c
<i>Melampodium divaricatum</i> * (Rich.) DC	colodema	orn	quintal	c
<i>Mikania</i> sp.1	guaco	med	quintal	c
<i>Solidago chilensis</i> * Meyen	arnica	med	quintal	c
<i>Sonchus oleraceus</i> * L.	serralha	med	quintal	e
<i>Vernonia</i> sp. 1	assapeixe	med	quintal/mata	c/e
Asteraceae Indet.1	camomila	med	quintal	c
BALSAMINACEAE				
<i>Impatiens balsamina</i> L.	beijo	orn	quintal	c
BEGONIACEAE				
<i>Begonia cocinea</i> ** Hook	begonia	orn	quintal	c
<i>Begonia</i> sp.	begonia	orn	quintal	c
BIGNONIACEAE				
<i>Crescentia amazonica</i> * Ducke.	purunga	al/ritual	quintal	c
<i>Jacaranda</i> sp.	carobinha	med	quintal/ mata/ sítio	c/e
<i>Sparattosperma leucanthum</i> * (Vell.) K. Schum.	cinco-chagas	med	mata	e

Família/ Espécie	Nome popular	Uso	Procedência	c/e
Tabebuia sp.1	ipê-amarelo		mata	e
Tabebuia sp.2	ipê-roxo	med	mata	e
BIXACEAE				
Bixaorellana* L.	urucum	al/cond/med/ orn	quintal/sítio	c
BORAGINACEAE				
SymphytumofficinaleL.	confrei	med	quintal	c
BRASSICACEAE				
Brassicaoleracea L.	couve	al	sítio	c
Rorippa nasturtium-aquaticum (L.) Hayek	agrião	med	comércio	c
CACTACEAE				
Cereus sp.	cacto gigante	orn	quintal	c
Pereskia grandifolia** Haw	ora-pro-nobis	al	quintal abandonado	c
CARICACEAE				
Carica papaya L.	mamão	al/med	quintal/sítio	c
CONVOLVULACEAE				
Cuscuta racemosa* Mart.	cipó-chumbo	med	ruderal	e
Ipomoea batatas (L.) Lam.	batata-doce	al/rit	quintal	c
CUCURBITACEAE				
Cayaponia sp.1	abóbora-danta	uan	mata	e
COSTACEAE				
Costus spiralis* (Jacq.) Roscoe	cana-do-brejo	med	quintal/sítio	c
CRASSULACEAE				
Kalanchoe crenata (Andrews) Haw.	saião	med	quintal	c
CUCURBITACEAE				
Cucumis anguria* L.	maxixe	al	sítio	c
Cucurbita pepo L.	cambuquira	med	sítio	c
Momordica charantia L.	melão-de-são-caetano	med	quintal/ ruderal	c/e
Sechium edule (Jacq.) sw.	chuchú	al/med	quintal	c
CYCADACEAE				
Cycas revolutaThunb.	sagú	orn	sítio	c
DIOSCOREACEAE				
Dioscorea alata L.	cará	al	quintal	c
Dioscorea sp.	caramoela	al	quintal	c

Família/ Espécie	Nome popular	Uso	Procedência	c/e
EBENACEAE				
Diospyrus kaki L.	caqui	al	sítio	c
EQUISETACEAE				
Equisetum sp.	cavalinha	med	quintal	c
EUPHORBIACEAE				
Acalypha hispida Willd.	rabo-de-macaco	orn	quintal	c
Codiaeum variegatum (L.) A. Juss.	cróton	orn	sítio	c
Euphorbia prostrata* Aiton	quebra-pedra	med	quintal	e
Jatropha curcas L.	pinhão-roxo	orn	sítio	c
Jatropha gossypifolia* L.	pinhão-roxo	med	sítio	c
Joannesia princeps** Vell.	Anda assu	med	mata	e
Manihot esculenta*Crantz	mandioca	al	quintal/sítio	c
FABACEAE				
Bauhinia forficata* Link	pata-de-vaca	med	quintal/mata	c/e
Bauhinia sp.1	pata-de-vaca	med	mata	e
Desmodium adscendes* (Sw.) DC.	amor-do-campo	med	quintal	e
Dioclea violaceae* Mart. ex Benth.	olho-de-boi	rit	sítio	c
Libidibia ferrea** (Mart. Ex Tul.) L.P. Queiroz	pau-ferro	orn	sítio	c
Mimosa pudica* L.	dormideira	med	ruderal	e
Phaseolus vulgaris L.	feijão	al	sítio	c
Schnella microstachya* (Raddi) L.P. Queiroz	escada-de-onça	med	mata	e
Senna occidentalis* (L.) Link	fedegoso	med	sítio	c
Fabaceae Indet. 1	bangalô	med	quintal	c
IRIDACEAE				
Gladiolus sp.	palma-de-santa-rita	orn	quintal	c
LAMIACEAE				
Leonotis nepetifolia (L.) R. Br.	cordão-de-frade	med	quintal	c/e
Leonurus sibiricus L.	macaé	med	quintal	c/e
Mentha x piperita L. var. citrata (Ehrh.)Briq.	elevante	rit	quintal	c
Mentha pulegium L.	poejo	med	quintal	c
Mentha spicata L.	hortelã	med	quintal	c
Mentha cf. suaveolens Ehrh.	mentha	cond	quintal	c

Família/ Espécie	Nome popular	Uso	Procedência	c/e
<i>Ocimum americanum</i> L.	manjeriçao	cond/med	quintal	c
<i>Ocimum cf. americanum</i> L.	manjeriçao	cond/med	quintal	c
<i>Ocimum campechianum</i> * Mill.	alfavaquinha, alfava- ca-miúda	cond/med	quintal	c
<i>Ocimum carnosum</i> * (Spreng.) Link& Otto ex Benth.	anis	al/med	quintal	c
<i>Ocimum gratissimum</i> L.	alfavacão	med	quintal	c
<i>Ocimum</i> sp.	alfavacão	med	quintal	c
<i>Origanum vulgare</i> L.	manjerona	cond	comércio	
<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng.	hortelã-pimenta	al/cond/ med	quintal	c
<i>Plectranthus barbatus</i> Andr.	boldo	med	sítio	c
<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	alecrim	cond/med	quintal	c
<i>Salvia officinalis</i> L.	salvia	cond	quintal	c
<i>Solenostemon scutellarioides</i> (L.) Lodd.	tapete	orn	sítio	c
<i>Tetradenia riparia</i> (Hochst.) Codd.	mirra	med/rit	quintal	c
Lamiaceae Indet. 1	melissa-cidreira	med	quintal	c
Lamiaceae Indet. 2	alfavaca-miuda	al/med	quintal	c
LAURACEAE				
<i>Cinnamomum verum</i> J. Presl	canela	med	quintal/sítio	c
<i>Laurus nobilis</i> L.	louro	cond/med/rit	quintal/sítio	c
<i>Ocotea</i> sp.	canela		mata	e
<i>Persea americana</i> Mill.	abacate	al/med	quintal/sítio	c
LAXMANNIACEAE				
<i>Cordilyne terminalis</i> Kunth.	dracena	orn	sítio	c
LORANTHACEAE				
<i>Struthanthus marginatus</i> *(Desr.) Blume	erva-de-passarinho	med	quintal	e
LYGODIACEAE				
<i>Lygodium volubile</i> * Sw.	abre-caminho	rit	mata	e
LYTHRACEAE				
<i>Cuphea carthagenensis</i> *(Jacq.) J.F. Macbr.	sete-sangrias	med	ruderal	e
MALPIGHIACEAE				
<i>Bunchosia armeniaca</i> (Cav.) DC	ameixa-vermelha	al	quintal	c

Paisagens do sertão carioca

Família/ Espécie	Nome popular	Uso	Procedência	c/e
<i>Malpighia emarginata</i> Sessé & Moc.	acerola	al/med	quintal/sítio	c
MALVACEAE				
<i>Abelmoschus esculentus</i> (L.) Moench	quiabo	al	sítio	c
<i>Ceiba speciosa</i> * (A.St.-Hil.) Ravena	paineira	med	mata	e
<i>Gossypium herbaceum</i> L.	algodão	med	sítio	c
<i>Pachira glabra</i> Pasq.	castanheira	al/ const/uan	mata/sítio	c/e
<i>Sida planicaulis</i> Cav..	vassourinha	med/rit	quintal	c
<i>Sida rhombifolia</i> * L.	vassourinha	med/rit	quintal	c
<i>Theobroma cacao</i> L.	cacao	al	sítio	c
MARANTHACEAE				
<i>Maranta arundinaceae</i> L.	araruta	al	quintal	c
MELIACEAE				
<i>Guarea guidonea</i> *(L.) Sleumer	carrapeta	const	mata	e
MORACEAE				
<i>Artocarpus altilis</i> (Parkinson) Fosberg	fruta-pão	al	sítio	c
<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	jaca	al	quintal/sítio	c
<i>Ficus carica</i> L.	figo	al	comércio	
<i>Morus nigra</i> L.	amora	al/med	quintal	c
<i>Sorocea cf. bonplandii</i> * (Baill.) Burger, Lanjou & W. Boer	espinheira-santa	med	quintal/mata	c/e
MUSACEAE				
<i>Musa x paradisiaca</i> L.	bananeira	al/med	sítio	c
MYRTACEAE				
<i>Eugeniabrasiliensis</i> ** Lam.	grumixama	al	quintal/sítio	c
<i>Eugenia uniflora</i> * L.	pitanga	al/med	quintal/sítio	c
<i>Myrciaria glazioviana</i> ** (Kiaersk.) G. Barroso & Sobral	cabeluda, cabeludinha	al	quintal/sítio	c
<i>Plinia cauliflora</i> ** (Mart.) Kausel	jaboticaba	al	quintal/sítio	c
<i>Plinia edulis</i> ** (O. Berg.) Nied	cambucá	al/med	quintal/mata/sítio	c
<i>Psidium cf. cattleianum</i> ** Sabine	araça	al	sítio	c
<i>Psidium guajava</i> L.	goiaba	al/med	quintal	c

Família/ Espécie	Nome popular	Uso	Procedência	c/e
<i>Syzygium aromaticum</i> (L.) Merr. & L.M. Perry	cravo-da-índia	med	comércio	c
<i>Syzygium alacense</i> (L.) Merr. & L.M. Perry	jambo	al/med	quintal/sítio	c
OXALIDACEAE				
<i>Averrhoa carambola</i> L.	carambola	al/med	quintal	c
PASSIFLORACEAE				
<i>Passiflora alata</i> * Dryand	maracujá-doce	al	mata	e
<i>Passiflora</i> sp.	maracujá	al/med	quintal	c
PHYLLANTHACEAE				
<i>Phyllanthus acidus</i> (L.) Skeels	groselha	al	quintal	c
<i>Phyllanthus tenellus</i> *Roxb.	quebra-pedra	med	quintal	c
PHYTOLACCACEAE				
<i>Gallesia integrifolia</i> ** (Spreng.) Harms	pau-d'alho	med	quintal	c
<i>Petiveria alliacea</i> L.	guiné pi-piu	rit	ruderal	e
PIPERACEAE				
<i>Peperomia pellucida</i> * (L.) HBK	erva-de-jabuti	al/rit	quintal	c
<i>Piper mollicomum</i> *Kunth	aperta-ruão	med	quintal	c/e
<i>Piper nigrum</i> L.	pimenta-do-reino	cond	sítio	c
<i>Piper umbellatum</i> * L.	padiparoba	med	quintal	c
<i>Piper</i> sp. 1	jaborandi	med	ruderal	c/e
<i>Piper</i> sp. 2	vence-demanda	rit	ruderal	e
PLANTAGINACEAE				
<i>Plantago australis</i> * Lam	transagem	med	quintal/ ruderal	c/e
<i>Plantago major</i> L.	transagem	med	quintal/ ruderal	c/e
POACEAE				
<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf	capim-cidreira; capim- -limão	med	quintal	c
<i>Cynodon dactylon</i> * (L.) Pers.	pé-de-galinha	med	quintal	e
<i>Saccharum officinarum</i> L.	cana-de-açúcar	al	quintal/sítio	c
<i>Zea mays</i> L.	milho	al	quintal/sítio	c
POLYPODIACEAE				
<i>Platyterium bifurcatum</i> (Cav.) Chr.	chifre-de-veado	orn	quintal	c
PTERIDACEAE				

Paisagens do sertão carioca

Família/ Espécie	Nome popular	Uso	Procedência	c/e
<i>Adiantum raddianum</i> * C. Presl	avenca	orn	quintal	c
PUNICACEAE				
<i>Punica granatum</i> L.	romã	med	quintal	c
ROSACEAE				
<i>Eriobotrya japonica</i> (Thunb.) Lindl.	ameixa	al	quintal	c
<i>Rosa</i> sp. 1	rosa-branca	med/orn	quintal	c
<i>Rosa</i> sp. 2	roseira	orn	quintal	c
RUBIACEAE				
<i>Coffea arabica</i> L.	café	al	quintal	c
<i>Genipa americana</i> * L.	jenipapo	al	quintal	c
<i>Simira glaziovii</i> ** (K. Schum.) Steyerl.	quina-rosa	med	quintal/mata	c/e
RUSACEAE				
<i>Dracaena fragans</i> Ker-Gawl.	dracena; pau-d'água	orn	sítio	c
<i>Sansevieria trifasciata</i> Hort. exPain	espada-de-são-jorge	orn	sítio	c
RUTACEAE				
<i>Citrus aurantifolia</i> (Christm.) Swingle	limão-galego	al/med	quintal/sítio	c
<i>Citrus aurantium</i> L.	laranja-da-terra	al/med	quintal/sítio	c
<i>Citrus latifolia</i> Tanaka	limão-tahiti	al	sítio	c
<i>Citrus limon</i> (L.) Burm. f.	limão-verdadeiro	al	sítio	c
<i>Citrus reticulata</i> Blanco	tangerina	al/med	sítio	c
<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck	laranja-bahia; laranja-lima; laranja-seleta	al	sítio	c
<i>Citrus</i> sp. 1	tanja	al	sítio	c
<i>Citrus</i> sp. 2	lima-da-pérsia	al	sítio	c
<i>Murrayapaniculata</i> (L.) Jack	murta	med/orn	sítio	c
<i>Rutagraveolens</i> L	arruda	rit	sítio	c
SAPINDACEAE				
<i>Cupania oblongifolia</i> **Mart.	cabo-de-enxada; camboatá	const.	mata	e
SAPOTACEAE				
<i>Chrysophyllum oliviforme</i> subsp. <i>oliviforme</i> (Lam.) T.D.Penn	abiu-roxo	al	sítio	c
<i>Manilkara zapota</i> (L.) P. Royen	sapoti	al	quintal/sítio	c

Família/ Espécie	Nome popular	Uso	Procedência	c/e
Pouteria caimito* (Ruiz & Pavon.) Radlk.	abiu	al/med	quintal/sítio/mata	c
SAXIFRAGACEAE				
Hydrangea macrophylla Serv.	hortência	orn	quintal	c
SOLANACEAE				
Brunfelsia uniflora* (Pohl.) G. Don	manacá	orn	sítio	c
Capsicum annum* L.	pimenta-de-cheiro; dedo-de-moça	cond.	quintal	c
Capsicum frutescens L.	pimenta malagueta	cond.	quintal	c
Solanum argenteum** Dunal	erva-prata	rit	sítio/ruderal	c/e
Solanum paniculatum* L.	jurubeba	med	ruderal	e
Solanum tuberosum L.	batata-inglesa	al	comércio	c
URTICACEAE				
Cecropia sp.	embaúba-branca	med	mata	e
VERBENACEAE				
Durantarepens L. var. aurea Hort.	pingo-de-ouro	orn	quintal	c
Lippia alba* (Mill.)N.E.Br.	erva-cidreira	med	quintal/sítio	c
Stachytarpheta cayennensis* (Rich.) Vahl	gervão	med	quintal/ ruderal	c/e
VITACEAE				
Cissus verticillata* (L.) Nicholson & C.E. Jarvis	insulina	med	ruderal	e
Vitis vinifera L.	uva	al	sítio	c
XANTHORRHOACEAE				
Aloe vera (L.) Burm. f.	babosa	cos/med	sítio	c
ZINGIBERACEAE				
Alpinia zerumbet (Pers.) Burtt & Smith	colônia	med/orn	sítio/quintal	c
Curcuma longa L.	curcuma	cond/med	quintal	c
Curcuma sp.	açafrão	cond	sítio	c
Zingiber officinalis Roscoe	gengibre	med	quintal	c
FAMÍLIA INDET.	insulina	med	quintal	c

Tabela 2 – Porcentagem de concordância quanto ao(s) uso(s) principal(ais). Espécies de uso medicinal citadas por três ou mais indicações. ICUP – nº. de informantes que citaram o uso principal da espécie; ICUE – número total de informantes citando usos para a espécie; CUP – Índice de concordância de uso; FC – fator de correção; CUPc – CUP corrigido.

Nome científico	Uso principal	ICUP	ICUE	CUP	FC	CUPc
<i>Dysphania ambrosioides</i>	vermífuga	7	7	100,0	1,0	100,0
<i>Schinus terebinthifolius</i>	cicatrizante	6	7	85,7	1,0	85,7
<i>Jacaranda</i> sp.	cicatrizante	6	7	85,7	1,0	85,7
<i>Lippia alba</i>	calmante	5	7	71,4	1,0	71,4
<i>Sorocea</i> cf. <i>bonplandii</i>	estômago	5	6	83,3	0,9	71,4
<i>Cuphea carthagenensis</i>	pressão alta	5	5	100,0	0,7	71,4
<i>Alternanthera brasiliana</i>	febre	4	4	100,0	0,6	57,1
<i>Eugenia uniflora</i>	febre	4	4	100,0	0,6	57,1
<i>Echinodorus grandiflorus</i>	rins	4	6	66,7	0,9	57,1
<i>Plectranthus barbatus</i>	fígado	3	5	60,0	0,7	42,9
<i>Kalanchoe brasiliensis</i>	gripe	3	7	42,9	1,0	42,9
<i>Stachytarpheta cayennensis</i>	resfriado	3	3	100,0	0,4	42,9
<i>Citrus aurantium</i>	resfriado	3	4	75,0	0,6	42,9
<i>Plantago major</i>	inflamação	3	4	75,0	0,6	42,9
<i>Solidago chilensis</i>	dor muscular	3	3	100,0	0,4	42,9
<i>Symphytum officinale</i>	cicatrizante	3	4	75,0	0,6	42,9
<i>Mentha pulegium</i>	expectorante	3	3	100,0	0,4	42,9
<i>Struthanthus marginatus</i>	expectorante	3	3	100,0	0,4	42,9
<i>Leonotis nepetifolia</i>	colesterol	2	2	100,0	0,3	28,6
<i>Persea americana</i>	reumatismo	2	2	100,0	0,3	28,6
<i>Annona muricata</i>	diabetes	2	2	100,0	0,3	28,6
<i>Leonurus sibiricus</i>	diarreia	2	4	50,0	0,6	28,6
<i>Piper mollicomum</i>	cicatrizante	2	2	100,0	0,3	28,6
<i>Solanum tuberosum</i>	dor de cabeça	2	2	100,0	0,3	28,6
<i>Zingiber officinalis</i>	gargante	2	2	100,0	0,3	28,6
<i>Laurus nobilis</i>	estômago	2	3	66,7	0,4	28,6
<i>Musa x paradisiaca</i>	expectorante	2	3	66,7	0,4	28,6
<i>Rosa</i> sp. 1	inflamação	2	3	66,7	0,4	28,6
<i>Plectranthus amboinicus</i> .	resfriado	2	3	66,7	0,4	28,6
<i>Bixa orellana</i>	diabetes	2	3	66,7	0,4	28,6
<i>Momordica charantia</i>	resfriado	2	3	66,7	0,4	28,6
<i>Jatropha gossypifolia</i>	erisipela	2	3	66,7	0,4	28,6
<i>Vernonia</i> sp. 1	gripe	2	3	66,7	0,4	28,6
<i>Alpinia zerumbet</i>	sinusite	1	1	100,0	0,1	14,3
<i>Cymbopogon citratus</i>	calmante	1	3	33,3	0,4	14,3

Dos mínimos calóricos aos mínimos sociais: a caça e a paisagem cultural das florestas do Rio de Janeiro

Dean Erick Berck

Annelise Caetano Fraga Fernandez

Rogério Ribeiro de Oliveira

Introdução

Poucos elementos caracterizam tanto a cidade do Rio de Janeiro como as suas montanhas. A presença delas impõe uma particular e desigual distribuição da malha urbana, compondo uma paisagem extremamente diversificada. A fachada atlântica do Rio de Janeiro comporta uma variedade de biótopos que, se por um lado apresentam similaridades geocológicas entre si, por outro levam a particularidades ditadas por diferentes condições de evolução – tanto na escala geológica quanto em natureza e intensidade das intervenções antrópicas. O Maciço da Pedra Branca – local de estudo da presente pesquisa – localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, constitui o maior dos seus maciços litorâneos. Este maciço vive atualmente um acelerado processo de desenvolvimento das atividades urbanas em seu entorno e de expansão da degradação do ecossistema florestal. O crescimento da malha urbana, o desmatamento e a expansão das atividades agrícolas em suas encostas imprimem hoje grandes modificações no arranjo espacial de seus elementos; e definem, assim, sua nova paisagem. Por ser área de expansão urbana, ou seja, onde o crescimento dos núcleos de ocupação estão ainda se processando, o Maciço da Pedra Branca guarda, no seu espaço, traços de um histórico conflito rural-urbano.

Desta forma, encontra-se ainda uma atmosfera rural em meio à crescente paisagem urbana que se constrói com suas contradições sociais. As propaladas vantagens da implantação de projetos de desenvolvimento do ecoturismo ainda não encontraram condições propícias em função da desarticulação de políticas neste sentido. Criado em 1974, o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) foi firmando aos poucos uma nova divisão social sobre as territorialidades ali existentes (Bourdieu, 2006). Orientado por valores de conservação da natureza, passou a

se impor sobre este território, alterando os usos e representações daquele espaço. A partir da criação do PEPB, e de acordo com o imaginário conservacionista que orienta a criação de parques, o território passou progressivamente a ser visto como uma *floresta intocada*. Ainda que nesta data uma parcela de suas encostas fosse destinada aos cultivos, esse espaço tornou-se oficialmente um *santuário da biodiversidade*, destinado apenas ao uso indireto, ou seja, à pesquisa científica e ao lazer de populações urbanas.

Um dos principais argumentos para a criação do parque era a necessidade de alargar a proteção florestal em um conjunto mais amplo: as Florestas Protetoras da União, criadas a partir de 1941, em torno de represas que abasteciam, e, até hoje abastecem alguns bairros da cidade. Segundo o documento de criação do Parque, a existência de uma agricultura em decadência e que não conseguia mais fazer frente ao processo de urbanização justificava esta medida ambiental.

A criação do Parque é, assim, uma interferência do Estado, orientada por concepções abstratas de conservação da natureza, mas que buscam agir sobre um conjunto de circunstâncias e relações locais. Neste caso específico, representou uma tentativa de setores do Estado de preservar as encostas do maciço e seus recursos hídricos do processo crescente de ocupação urbana. Pode ser vista também como um marco histórico das transformações pelas quais passavam a cidade e o próprio país na década de 1970 e que se expressam neste lugar.

Cândido (1971) e Queiroz (1978), entre outros autores, descrevem as consequências do processo de modernização e urbanização do país entre as décadas de 1950 a 1970 e que resultaram na migração do campo para a cidade. A impossibilidade de reprodução social de pequenos produtores a partir da exigência de formas de produção cada vez mais racionalizadas, de novos padrões de mercado e a crescente necessidade por parte desses grupos de produtos industrializados, os tornaram cada vez mais dependentes de um estilo de vida urbanizado.

Queiroz (1978) traz respostas para a compreensão deste processo, ao demonstrar como a industrialização de grandes cidades promove um rompimento dos pequenos sítios com as suas tradicionais áreas rurais, passando a demandar de regiões mais distantes uma produção agrícola mais tecnificada. Estes são então relegados a uma situação de decadência econômica. Sob outra perspectiva, o processo de urbanização impõe também novas necessidades de produtos que não são produzidos em suas propriedades. O acesso crescente à energia elétrica e, portanto, à oferta de equipamentos de refrigeração, que se expandem a partir deste período, vai exercer modificações sobre os padrões alimentares e de subsistência desta população.

O presente capítulo – sobre a dinâmica da caça, suas técnicas e motivações entre os pequenos produtores do Maciço da Pedra Branca – tem como proposta reconstituir o processo de mudanças impostas às condições de subsistência deste grupo trazidas pelos novos padrões de organização da economia, dos mercados e das cidades, assim como permite identificar as alterações trazidas à paisagem florestal do Maciço da Pedra Branca no período pós-74, com a criação do PEPB.

É claro que os marcos históricos são apenas referências para processos que estavam previamente em curso e que na verdade levam muito tempo para efetivamente se consolidar. De todo modo, estes são eficientes para perceber e classificar mudanças sociais relevantes. No que diz respeito ao tema aqui abordado, a caça oficialmente se torna uma atividade proibida com a criação do PEPB em 1974. Além disso, os habitantes do Maciço da Pedra Branca passam a viver em uma situação de incerteza jurídica, visto que a legislação que rege os parques determina que estes devam ser espaços livres da presença humana. Segundo Silva (2013: 106), parte dos problemas de concepção e gestão que muitas Unidades de Conservação de Proteção Integral enfrentam está ligada ao se ignorar o seu contexto humano e cultural.

Esses aspectos legais trouxeram algumas dificuldades metodológicas para a realização da presente pesquisa, feita por meio de entrevistas. Dada a ilegalidade dessa atividade, buscou-se investigar a caça sempre em alusão ao passado, mesmo sabendo que, em escala reduzida, a caça ainda hoje é praticada. Do ponto de vista da interpretação das narrativas, a criação do Parque pode ser vista também como um marco que organiza a memória, a percepção temporal, o antes e o depois, assim como o tom positivo ou negativo, a partir do qual a caça pode ser abordada pelo entrevistado. Outras mudanças igualmente associadas a este período histórico, tais como o acesso à energia elétrica e alimentos industrializados, também vão alterar a percepção positiva ou negativa da caça, frequentemente relacionada à pobreza ou à marginalidade.

Por fim, ao buscar as relações entre homens, animais e a paisagem por meio da caça, este trabalho busca dialogar com os estudos voltados à obtenção dos meios de vida e as formas de sociabilidade a eles relacionados (Wolf, 1970). De acordo com esse autor, a alimentação é a principal necessidade humana, inadiável em qualquer grupo e circunstância. A produção da dieta, portanto, permite interpretar todas as dimensões da vida social e suas relações com o meio natural, desde os mínimos vitais aos mínimos sociais. Na obra de Antônio Cândido, a satisfação das necessidades seria “uma das molas da cultura, já que se situa em pleno terreno institucional” (Cândido, 1971: 25).

Outra inspiração importante para o presente trabalho são os estudos interdisciplinares entre a biologia, a geografia e as ciências sociais, que têm possibilitado o alargamento das interpretações sobre as formas de manejo e interações simbólicas e materiais dos homens com a natureza. O conhecimento dos ciclos biológicos de plantas e animais, da dinâmica dos solos, climas, entre outros, aliados ao conhecimento das atividades econômicas, técnicas de produção e relações de trabalho, contribuem significativamente para leituras mais detalhadas das “marcas do homem na floresta” (Oliveira, 2005). Marcas estas que podem ser pretéritas ou atuais, concretas ou simbólicas, conformando a paisagem de formas variadas.

Em termos de procedimentos metodológicos, a presente pesquisa incluiu incursões de campo na vertente meridional do Maciço da Pedra Branca, muitas vezes na companhia de ex-caçadores, visando ao entendimento das técnicas de caça. Para compreensão do seu papel no contexto alimentar e cultural das populações locais, foram conduzidas entrevistas não estruturadas e semiestruturadas (Bernard, 1994) entre moradores antigos da região. Como técnica de entrevistas utilizou-se a conhecida como “bola de neve”, indicada para uma população altamente especializada e de pequeno número de integrantes (Appolinário, 2006). Para tal, um “informante-chave”, previamente conhecido, indica outra pessoa a ser entrevistada e assim sucessivamente.

Dentro desse quadro, a proposta geral deste texto é descrever aspectos importantes das transformações na paisagem do Maciço da Pedra Branca por meio da atividade da caça. Busca compreender as transformações da paisagem da floresta do Maciço da Pedra Branca, a relação de seus moradores com este ambiente e de ambos com a cidade por meio da caça e, por último, os elementos identitários dos caçadores.

Dois conceitos relevantes: paisagem e metabolismo social

A atividade da caça pressupõe uma convergência de ações que ligam a sobrevivência e reprodução humana aos ciclos dos ecossistemas. Com a caça, o homem passa a transitar entre as esferas da cultura e natureza e assim, essa atividade pode ser expressa por dois conceitos relevantes para a sua compreensão.

O primeiro é o de metabolismo social, que foi um conceito utilizado amplamente entre sociólogos em diferentes concepções, de acordo com as racionalidades dos diferentes tempos. A visão organicista dos sistemas sociais pretendia manter natureza e sociedade unidas na análise. Com uma mudança de paradigma, o pensamento sociológico passou a considerar prioritariamente o funcionamento dos sistemas sociais e suas dinâmicas próprias (Padovan, 2000).

O conceito de metabolismo social incorpora os princípios da termodinâmica para as trocas sociais. Estes representam o fluxo da energia e materiais necessários à reprodução das populações humanas à produção econômica e aos processos de consumo. Energia e matéria são transformadas, desorganizando-se e se reorganizando sob a forma de outros usos. Os bens manipulados socialmente, ao contrário das matérias-primas, contêm níveis de originalidade, espiritualidade, racionalidade, trabalho e técnicas sociais, diferenciando-se completamente dos bens requeridos pela vida animal. Ao contrário da atividade agropecuária, na qual o homem drena energia e matéria a seu favor via domesticação e controle das espécies, na caça o homem insere-se na condição de predador nas cadeias ecológicas por meio das técnicas de caça e do conhecimento do comportamento de suas presas. Por seu intermédio, o homem consegue transformar uma biomassa vegetal não palatável e indisponível ao homem (como as plantas dotadas de taninos, alcaloides, látex tóxico etc.) em carne animal, através do abate de espécies que conseguem driblar metabolicamente estes impedimentos fitoquímicos à alimentação humana.

Já o conceito de paisagem remete à projeção da pessoa ao seu lugar, daí a ideia de pertencimento e de identidade que cada paisagem específica evoca nos seus residentes. Polissêmica por origem, a paisagem pode também ser considerada como uma estrutura espacial que resulta da interação entre os processos naturais e as atividades humanas. Ao associar ações passadas e presentes, a paisagem constitui-se numa categoria do espaço que é um produto da coevolução das sociedades humanas com o meio natural (Naveh, 2000) ou, ainda, uma manifestação espacial da relação homem-ambiente (Crumley, 1994). Assim, a atual composição florística e faunística dos ecossistemas florestais pode ser uma manifestação e uma resultante da atividade de caça de populações pretéritas.

Por outro lado, as paisagens culturais surgem de processos históricos ligados às interações entre sistemas sociais e ecossistemas. Como resultados de processos coevolutivos, eles são uma expressão da mudança sociobiofísica através do tempo (Boyden, 2013). Essas paisagens, próprias de processos históricos ligados às interações entre sistemas sociais e ecossistemas, levam à formação de sistemas socioecológicos. Coevolutivos em relação à sua gênese, esses sistemas dão o grau de unicidade às paisagens, ao moldar cultura e natureza em um todo interativo.

As paisagens são dinâmicas, elas mudam conforme os sistemas socioeconômicos e biofísicos e evoluem em várias escalas temporais. As paisagens culturais, portanto, refletem a história social e econômica de uma região, incluindo a ativi-

dade econômica e a sua organização espacial, padrões de ocupação, a demografia, a mobilidade e os fluxos migratórios. A atividade da caça, ao mediar a relação entre as pessoas e o ambiente, constitui milenarmente uma atividade transformadora da paisagem. Integra tanto o metabolismo social de um grupo quanto as relações biológicas existentes nos ecossistemas.

Caça e paisagem: dos mínimos calóricos à subsistência social

A caça é uma atividade ancestral do homem ligada à sua sobrevivência mais imediata, de saciedade da fome e de obtenção dos mínimos calóricos (Wolf, 1970). No entanto, é também uma atividade de subsistência social, na qual o ato de alimentar-se se insere em um conjunto de práticas culturais de apropriação dos elementos da natureza, transformando assim os alimentos em comidas, ao determinar de que modo e em que circunstâncias se consomem tais alimentos (Damatta, 1986: 36). A fome, neste sentido, submete-se aos comportamentos, normas, símbolos e representações determinados pela cultura, que estabelece um equilíbrio entre as necessidades, os recursos disponíveis e a eficácia das soluções que permitem explorar o meio físico (Cândido, 1971). Tais equilíbrios, no entanto, são dinâmicos e estão em permanente transformação, impostos pelos padrões de evolução da sociedade. A incapacidade dos grupos sociais de correlacionar as necessidades e a sua satisfação correspondem, segundo este autor, a situações de crise ou de desequilíbrio.

Os relatos de situações de privação revelam, por contraste, os padrões de consumo aceitáveis para cada grupamento social. Segundo Garcia Jr. (1983: 138), as formulações mais frequentes de privação referem-se aos padrões de habitação, de vestimenta e de alimentação que necessitam de tempos diferenciados e esforços distintos para a sua satisfação. Assim, descreve o autor, enquanto a avaliação de privação do *comer* é feita semanalmente, o *vestir* é pensado em termos anuais. Já a precariedade da moradia remete sempre a uma privação mais duradoura.

Sob a ótica do metabolismo social, a prática da caça pode ser colocada como uma forma de apropriação de recursos naturais, em que o ser humano se insere no ecossistema florestal no nicho de predador. Ao ingerir a proteína animal, o homem torna possível a apropriação da base da pirâmide ecológica, os produtores fotossintéticos, no caso a biomassa vegetal. Em sua quase totalidade, as plantas da Mata Atlântica são impalatáveis para o ser humano em função da presença de taninos, alcaloides etc. Ao se alimentar da caça, o caçador dribla este impositivo fitoquímico ao abater e ingerir o grupo de animais, consumidores de segunda

ordem, que conseguem transformar a biomassa vegetal em carne comestível. Ao mesmo tempo, o metabolismo social da atividade da caça mantém a paisagem florestal sob controle, alterando-a de forma significativa e se inserindo na economia doméstica.

Mas a caça reveste-se também de outros significados. Ao falarmos da produção da dieta, a ingestão da carne (particularmente da caça) ocupa um lugar determinado, não podendo facilmente ser substituída por outro alimento, assim como prevê momentos adequados para o seu consumo, rituais, saberes, técnicas e relações de sociabilidade específicas. Alguns alimentos são consumidos diariamente, já outros, seja por sua raridade, dificuldade de preparo ou ainda, grau de pureza ou impureza, adquirem grande força simbólica, podendo ser considerados como alimentos-dádiva (Dantas, 2004: 7). Em diversas culturas, a carne é classificada como um alimento nobre e o modo como esta se insere na dieta nos remete a padrões de fartura ou privação, assim como sua oferta segue regras de comensalidade e de reciprocidade na vida social.

Do ponto de vista da interação das populações humanas com a paisagem, a caça consiste em uma das inúmeras formas de apropriação do homem sobre os recursos naturais, cuja pressão pode estar relacionada não apenas à densidade demográfica local, mas também às condições culturais e socioeconômicas que orientam os padrões alimentares. Na verdade, tem-se argumentado que a caça sozinha nunca foi capaz de sustentar uma sociedade para qualquer período prolongado. Por exemplo, Bailey et al. (1989: 72) ressalta a dificuldade de se viver na floresta tropical sem qualquer dependência de plantas e animais domesticados. Meggers (1971) indica em sua obra numerosos mecanismos culturais de controle de populações indígenas amazônicas para contornar o problema da infertilidade dos solos da bacia do Rio Negro e a consequente baixa densidade da fauna cinegética.

Nesse sentido, diversos estudos antropológicos têm demonstrado como a caça, assim como outros recursos escassos acessados por grupos sociais, é regulada por princípios morais, mágico-religiosos, vínculos de vizinhança e relações de parentesco que impõem um controle comunitário sobre os usos do território.

Assim, a atividade da caça envolve o domínio técnico e conhecimento sobre a mata e os animais, além da atenção para certas condutas que compõem uma espécie de etiqueta necessária para não insultar os animais e o dono da mata (Dias & Almeida, 2004: 15). A floresta, desta forma, não é um espaço sem regras, mas, pelo contrário, um universo mapeado e interpretado de acordo com os mesmos

princípios que regulam a vida social. Embora só alguns iniciados o dominem por completo, sabe-se que é preciso agir na mata como em casa alheia, com respeito e reciprocidade ao alimento conseguido e à acolhida recebida. Da mesma forma, obedecer aos preceitos da vida social e, por extensão, espiritual, são critérios importantes para entrar e sair da mata sem perigo (Douglas, 1980), como revela a narrativa abaixo, da esposa de um antigo caçador do Maciço da Pedra Branca:

Meu marido era caçador. Uma vez ele, acostumado a andar na mata, ele se perdeu. Atravessou em cima de um cipó, se perdeu na mata e aí, diz que via tudo. Via capitão do mato assobiar, via gemedor, ventava sem ter vento, sem nada, aquilo vinha quebrando tudo e ele procurando saída. Olha, ele foi achar a saída e ele diz que estava pertinho do caminho. Ele foi achar saída depois que o galo cantou. Aí diz que aquilo disse assim: *foi a tua salvação!*

Mas também para entrar na mata para caçar tinha que levar uma torcida de fumo de rolo ou maço de cigarros e deixar na ponta da mata, senão não caçava. Ele tinha um conchavo com o capitão da mata que ele ia na mata e matava paca, e ninguém entrava e não matava nada. Capitão da mata é um espírito que toma conta da mata. Ele não via nada. Nesse dia que ele foi com um nego herege, sabe, não acreditava em nada... Olha, você sabe o que acontece? O fumo de rolo que ele botou, esse colega que foi com ele pegou e jogou fora: ‘deixa de ser bobo, você ainda acredita nisso?’ Além de não matar nada, ele ainda se perdeu na mata (Dona Rita⁴², jan. 2009).

Seu Milton, outro antigo caçador do Maciço da Pedra Branca, descreve a importância do domínio sobre o território, envolvendo saberes especializados, como a localização das tocas onde os animais se abrigam, que chegavam a ser identificadas pelo nome, tais como, por exemplo: Toca da Mariana, Toca Santana etc. Este informante descreve também que um caçador, ao se deparar com outro na mata, deveria buscar outro lugar, dando preferência ao primeiro.

A caça pode ser praticada sozinha, com parceiros ou em grupo. Contudo, nem todos que participam da atividade detêm os saberes necessários para serem classificados como tal, partilhando apenas de momentos de sociabilidade, lazer e formas de interação com a natureza de caráter tipicamente masculino.

A oferta da caça, pela sua raridade, paladar exótico e especialização de preparo – que envolve a retirada das chamadas *catingas* do animal – é uma prática reconhecida como sinal de consideração entre vizinhos e amigos de maior distinção, como destaca novamente Dona Rita:

42 Os nomes citados neste artigo são fictícios.

Ele saía daqui e dizia: “vou trazer um gambazinho para eu jantar”. Ele gostava muito de gambá. Menina, ele trazia cada gambá gordo... Aí, ainda dizia: “prepara esse gambá, deixa um quarto para fulano”, moqueava, deixava no tempero. Tirava as catingas, tirava tudo. Ele levava para um colega que era médico, o doutor Januário. Até noutro dia, ele veio aqui: “cadê os gambás, Rita?” (Dona Rita, jan. 2009)

Por se tratar de um hábito alimentar tradicional e muito apreciado, a carne da caça ofertada em festas de grande relevância social, como por exemplo casamentos, constituía-se em um reforço para a identidade do grupo, além de contribuir para a valorização e distinção do evento e aquisição de prestígio por parte de quem o oferecia. Segundo Dantas (2004), alguns alimentos têm uma força simbólica maior, e são capazes de produzir momentos festivos e de se constituírem em elementos de troca ou comidas-dádiva. Por exemplo:

Tinha muita encomenda de – quando ia ter um casamento – de paca inteira para botar na mesa enfeitada, igual leitão, sabe. A gente tinha muita encomenda. “Vai ter um casamento tal dia. Mata uma paca pra mim, pra enfeitar a mesa.” Aí ele caçava (Dona Rita, jan. 2009).

Ao ser perguntada se a paca era servida no jantar da festa de casamento, Dona Rita descreve que a paca era servida apenas depois de se partir o bolo, confirmando ainda mais sua importância como alimento-dádiva, ocupando lugar central na festa, como fina iguaria a ser apreciada.

Outros relatos, contudo, destacam a importância da caça como única fonte de obtenção de carne para alguns dos pequenos produtores que habitavam o Maciço da Pedra Branca, sendo esta condição avaliada por alguns dos entrevistados como demonstração de privação ou pobreza.

Há que se considerar que a caça é uma atividade dispendiosa de tempo e que precisa ser conciliada com as demais atividades agrícolas e extrativistas. No caso particular da presente área de estudos, o Maciço da Pedra Branca, a fabricação de carvão, muito praticada nas primeiras décadas do século XX, talvez tenha possibilitado maior dedicação à caça, uma vez que o carvoeiro passava muitos dias na mata, tomando conta da queimada lenha para transformação em carvão (Fraga & Oliveira, 2012: 140). Junto à descrição da atividade há referências aos marcos geográficos onde a produção era realizada como a Toca da Farinha, na qual se produzia farinha de mandioca ou a Pedra da Mãe Avó, onde os carvoeiros faziam seus ranchos e permaneciam por muito tempo.

Dona Anita descreve a vivência de alguns ciclos econômicos do maciço, das lembranças sobre a fabricação de carvão, as plantações de laranja, as de chuchu, quiabo e outros legumes.

No intervalo, que ele estava esperando o balão queimar, ele plantava outras coisas: tomate, feijão, milho, tudo isso. A minha mãe fazia comida, botava na cabeça, subia e levava para ele. Chegava lá, levava almoço e janta. Aí ele almoçava e guardava. Tarde pra noite ele jantava. Ele só vinha para casa quando dava para puxar o balão. Aí, descia no burro. O finado João Vieira, irmão de Nico Vieira, tinha 18 burros. Tinha dia que desciam os 18 burros carregados, tudo de carvão que a gente fazia. É assim que nós fomos criados, com sacrifício (Dona Anita, mar. 2009).

A referência à produção de carvão no Maciço da Pedra Branca apresentou esta como uma atividade marcante para a manutenção das famílias, sendo realizada em combinação com outras culturas de subsistência. A venda de carvão, junto com outros produtos orientados ao mercado, permitia a compra de bens que não eram produzidos pela unidade familiar (Figura 1).

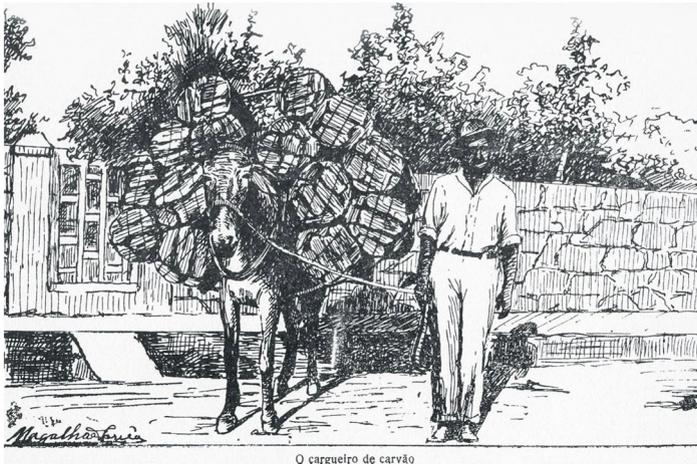


Figura 1: *O cargueiro de carvão*, de Magalhães Corrêa (1933).

O relato acima é revelador da memória do trabalho na agricultura como parte da identidade social da moradora. Além disso, descreve a combinação entre a produção familiar e o trabalho assalariado na atividade extrativa do carvão. Na lembrança de Dona Anita, a queima do carvão não é percebida como danosa ao meio ambiente, visto que, segundo ela, ao término do corte das madeiras, já se observava o brotamento da vegetação. O que parece orientar a leitura deste

passado é a atual normatização sobre o uso da terra e os recursos naturais, introduzida pela legislação ambiental, progressivamente dificultando as práticas agrícolas, extrativistas e a caça praticada pelos moradores do Maciço da Pedra Branca. “Naquela época podia fazer carvão, não era proibido, agora não pode mais”, relata Dona Anita. O contraste entre o passado e o presente é acentuado a partir da possibilidade de variedade de culturas que propiciavam o abastecimento da casa e indicam a relevância da agricultura para o sustento doméstico, diferente do que ocorre na época atual, em que há o predomínio da cultura da banana e do caqui, destinados basicamente ao mercado.

Essas demandas ditavam as regras das relações da sociedade com a natureza ao seu redor, vista à época como fonte de recursos essenciais. Estas relações contribuíram para a produção das paisagens culturais do Rio de Janeiro, desde a parte mais urbanizada da cidade até sua atual floresta urbana, localizada a quilômetros de distância do centro. A conexão entre a floresta e a cidade dava-se em função do seu metabolismo social. Apesar de a floresta ter tido a sua composição e funcionalidade recuperada devido ao processo de sucessão ecológica ocorrido após o abandono das atividades anteriores, como a exploração de carvão, o ecossistema passou a guardar marcas desta história em numerosos de seus atributos. A fauna, ou melhor, a falta de determinadas espécies cinegéticas, constitui uma destas marcas. Por sua vez, a vegetação responde de forma negativa a esta falta de dispersores de sementes.

Embora a fabricação do carvão tenha sido proibida na década de 1940, esta atividade se prolongou por mais tempo no Maciço da Pedra Branca. Contudo, o predomínio de outras matrizes energéticas vai aos poucos alterando as relações metabólicas estabelecidas entre a floresta e a cidade. Diminuiu a pressão para a extração de madeira, mas avançou a ocupação urbana sobre suas encostas. Para os pequenos produtores, as dificuldades tornaram-se cada vez maiores para a reprodução social de uma agricultura e de práticas extrativistas realizadas de modo extremamente rústico, frente aos novos padrões de mercado, de tecnificação da economia e de novas necessidades de consumo impostas pela difusão do estilo de vida urbano.

Se neste contexto a caça pode se tornar uma alternativa viável para a diminuição dos riscos da fome ou da privação, a disponibilidade de outras fontes de abastecimento e armazenamento de carne, pela proliferação de supermercados e equipamentos de refrigeração, alteraram o significado e a função da caça. Também sob outra perspectiva, aumentaram as possibilidades de combinação da

produção agrícola familiar com a realização de serviços temporários e o trabalho assalariado na cidade, garantindo outras fontes de subsistência familiar.

Deste modo, a maioria das florestas do Maciço da Pedra Branca é constituída por florestas secundárias em estágios diversos de regeneração, de acordo com a época de extração do carvão e o seu abandono subsequente. No entanto, as condições de regeneração da floresta (por exemplo, a biodiversidade hoje presente ou a sua biomassa) são uma resultante não apenas da atividade carvoeira, mas também da prática da caça. Há muitos pontos que ligam os recursos da floresta à biodiversidade. A caça é um ponto significativo na transformação da paisagem florestal. Historicamente, os animais representam uma fonte de medicamentos, proteína e matérias-primas para as populações tradicionais e antes delas, para as culturas indígenas. Porém, algumas espécies de animais têm sofrido o excesso de caça, resultando em extinção local ou permanente. O efeito sobre a diversidade da floresta pode ser enormemente ampliado, pois a maioria das árvores tropicais é dependente, para a dispersão de sementes, da fauna, especialmente das grandes aves e mamíferos terrestres (Janzen, 1971).

Logo, carvoeiros e caçadores têm, portanto, uma importância substantiva na formação da paisagem cultural que hoje reveste as encostas do Maciço da Pedra Branca. As duas atividades convergem em termos de metabolismo social. Um mesmo conjunto de decisões em termos de custos e benefícios do trabalho integra tanto a caça quanto o fabrico do carvão do início a meados do século XX. As transformações de energia e matéria da natureza por meio do trabalho (seja a caça ou a produção de carvão) trazem implicações de diferentes ordens, principalmente no que se refere ao que é liberado de volta à natureza durante as cinco etapas do metabolismo social que, segundo Toledo e Molina (2007), são compreendidos em: apropriação, transformação, distribuição, consumo e excreção. Nas três primeiras etapas, as duas atividades (fabricação do carvão e a caça) convergem, principalmente nos dois primeiros processos. Na apropriação dos recursos, uma mesma lógica de uso compartilhado do território é empregada. Já no processo de transformação do carvão, por ser feita no mesmo local, permitia a prática conjugada da caça. Desta maneira, essas duas atividades se complementavam.

“É proibido caçar”: o contexto da caça em um parque urbano

Em uma floresta urbana, transformada em parque e rodeada por uma metrópole em crescimento, parece inusitado pensar em outros usos que não aqueles determinados pela legislação ambiental que rege os parques, voltados à visitação

e à pesquisa científica. De fato, o Estado, ao fazer uso do poder da lei, nomeia e faz existir aquilo por ela prescrito, estabelecendo uma nova visão ou divisão social sobre este espaço (Bourdieu, 2006). A frase imperativa: “*É proibido caçar*” por si só é reveladora das restrições aos usos previamente estabelecidos no Maciço da Pedra Branca.

Primeiramente, há que se destacar que a caça, entre as atividades de coleta e subsistência, é, sem dúvida, a que exige mais conhecimentos e habilidades específicas. Os conhecimentos requeridos incluem os hábitos dos animais, de sua dispersão, de sua biologia e reprodução. A disponibilidade da caça é muito dependente da época e da técnica disponível. No Maciço da Pedra Branca são utilizadas várias técnicas que evoluíram no tempo em função de determinadas conjunturas. Por exemplo, atualmente a caça praticada com armadilhas é mais frequentemente utilizada do que aquela com o uso de armas de fogo. Com as restrições legais, o estampido de um tiro denuncia o caçador, ao contrário do que ocorre com o uso de armadilhas. Existe ainda uma grande variação de seletividade no que se refere às técnicas de caça. Pode-se usar desde a caça de espera, onde a caça é cevada por semanas com alguma isca (Figura 2) até o uso do toco ou trabuco (armadilha que dispara um projétil), espalhado às dezenas pelas trilhas dos animais. Em cada uma dessas modalidades, é necessário um repertório de distintos conhecimentos (Berck, 2010).



Figura 2: Uma ceva para atração de caça. O caçador se posiciona geralmente em local mais elevado, um jirau (foto dos autores).

Entre os entrevistados, existe algo como um código de honra que valoriza a caça seletiva, aquela que pouco uso faz da armadilha. Trata-se da caça de espera ou de *esbarro*, quando o caçador percorre um trajeto no qual supõe que vá

encontrar animais. No entanto, as armadilhas também foram relatadas por estes caçadores mais antigos. Mas, neste caso, os mesmos têm conhecimento de que tipo de animal será aprisionado. Dentre estas armadilhas se destaca o uso de lajes de pedra ou uso de redes (Figura 3). A caça com cães também foi relatada como amplamente usada por volta da década de 1970, anteriormente ao estabelecimento do Parque (Figura 4). O que pode tornar os cães muito requisitados para a caça é a capacidade que alguns deles possuem de caçar seletivamente. Um dos entrevistados, por exemplo, contou que chegou a trocar um cavalo por um cão “especializado” em caçar pacas.



Figura 3: Armadilha confeccionada com uma laje de pedra (foto dos autores).

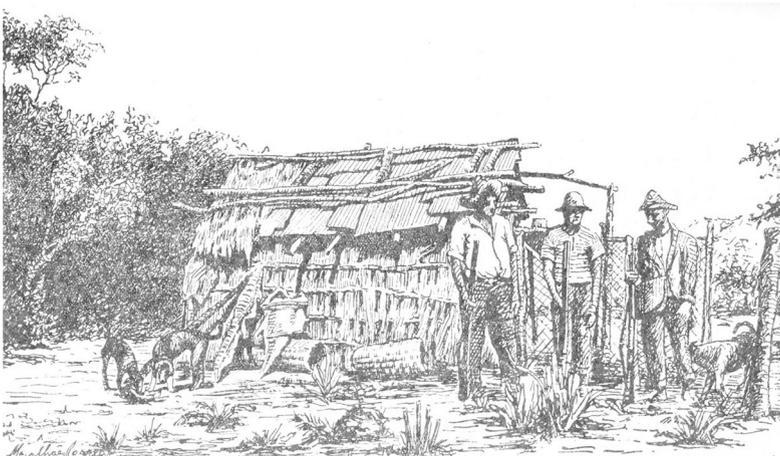


Figura 4: *Rancho do Bernardino – restinga de Itapeba*, de Magalhães Corrêa (1933).

Conforme destacado, o ato de criação do PEPB pode ser compreendido como um marco que expressa as transformações socioeconômicas mais amplas vividas no país e na cidade do Rio de Janeiro e que alteram as relações entre a floresta e o meio urbano, assim como afetam significativamente as condições de reprodução social dos pequenos produtores do Maciço da Pedra Branca.

Nestes termos, o processo de implantação do Parque, embora tenha contribuído, não foi o principal responsável pela restrição das atividades agrícolas no Maciço da Pedra Branca. São as transformações impostas pelas novas relações de mercado que trouxeram de forma crescente a alteração de usos e formas tradicionais de interação desses agricultores com o meio e maiores impedimentos para a manutenção das práticas agrícolas.

Contudo, a criação do Parque acaba por desempenhar um papel importante na história da ocupação do maciço e da atividade agrícola do município. Hoje, quando se busca identificar a atividade agrícola na zona oeste da cidade, uma parcela significativa desta se encontra dentro do PEPB. A criação do Parque curiosamente foi responsável pela preservação das práticas agrícolas tradicionais, que eram praticadas no maciço desde longa data e retratadas pelo cronista Armando Magalhães Corrêa na obra *O Sertão Carioca*, publicada em 1933.

As áreas de encosta permaneceram disponíveis para a agricultura, sobretudo por serem áreas menos valorizadas e, também, por estarem sujeitas a uma legislação ambiental, que a partir da década de 1970 passou a regulamentar e inibir a ocupação do solo nas áreas do maciço e impediu, de forma parcial, a expansão urbana nestas áreas. Alguns dos agricultores que ali haviam se estabelecido com suas culturas, permaneceram, e progressivamente tiveram que adaptar sua produção às restrições crescentes impostas pelos órgãos ambientais responsáveis pela administração do PEPB, tais como: a proibição de roçar os terrenos, de fazer queimada, de expandir as áreas cultivadas, de fazer melhoria nos caminhos ou utilizar meios de transporte mais modernos. Toda a produção de banana e caqui do Maciço da Pedra Branca, por exemplo, é transportada até hoje pelos burros que sobem e descem os seus caminhos íngremes. Tais restrições tornam a agricultura no maciço bastante árdua e limitam as possibilidades de expansão da produção ou introdução de novos cultivos (Figura 5).



Figura 5: Produtor do Maciço da Pedra Branca transportando bananas. Foto dos autores.

Diante deste contexto, como pensar a caça? A criação do parque é um marco importante pela imposição gradativa de novos usos e limitações aos moradores do maciço, que passaram a viver em uma condição de ilegalidade de acordo com a legislação dos parques. De forma emblemática, a caça torna-se uma atividade proibida e mesmo que ela seja praticada, a sua condição ilegal traz novas implicações para a sua manutenção. Por outro lado, alterou-se a relação de vizinhança e de uso da terra, com a crescente entrada de ecoturistas, motociclistas, *bikers* etc.

Deve-se ainda acrescentar que, à medida que as fontes de alimento se modificam e se ampliam, opera-se uma modificação na estrutura e função da caça. Entretanto, para Cândido (1971: 30), qualquer que seja esta modificação, a caça preserva sua importância como fonte de sociabilidade. A partir dos relatos coletados, a sociabilidade está ligada à partilha da caça, na qual muitas vezes nada se consegue, mas se reúnem os amigos em torno desta atividade, que reforça os laços de pertencimento ao lugar e à identidade do grupo. A caçada envolve o pernoite na mata, o preparo e o compartilhamento da comida, além da socialização em torno das narrativas sobre caçadores.

A caça praticada por habitantes do Maciço da Pedra Branca na atualidade preserva fundamentalmente aspectos de sociabilidade e formas afetivas de interação com o território e com a mata. Por meio desses vínculos, confirmam-se determinadas regras de conduta social pela vivência de fenômenos mágico-religiosos

nas matas e caminhos que esses moradores percorrem cotidianamente, reforçando as histórias sobre assombrações e espíritos, que castigam comportamentos indesejáveis.

Também a apreciação da carne da caça parece estar muito mais presente entre os “antigos” do que entre os jovens, mais inseridos em um estilo de vida urbano e hábitos alimentares cada vez mais padronizados. Para muitos deles, a ideia de comer um gambá ou uma panelada de sabiás (como foi descrito pela esposa de um caçador já falecido), provoca repulsa, além de trazer, cada vez mais, conotações de marginalidade sociocultural.

Finalmente, a caça é uma atividade que expressa uma forma de interação, conhecimento e domínio do território profundamente arraigada entre os mais velhos e que pressupõe a disponibilidade dos recursos naturais da floresta para aqueles que conseguem acessá-los. Embora as entrevistas tenham sido feitas com alusão à caça sempre em referência ao passado, podemos sugerir que os habitantes do maciço que ainda caçam estão sujeitos às regras culturais e morais que regulam esta atividade. Os impedimentos trazidos pela legislação ambiental exercem pouco efeito. Há indícios também de que muitos deles são extremamente pobres, exercem atividades rurais temporárias e a caça, portanto, estaria mais próxima de uma atividade que, além do vínculo territorial e afetivo, estaria voltada à obtenção dos mínimos calóricos e mínimos sociais (Wolf, 1970; Cândido, 1971).

Reconhecemos que existem caçadores de outras regiões e localidades que frequentam a floresta da Pedra Branca e que não apresentam as mesmas motivações ou vínculos territoriais, fazendo da caça inclusive uma atividade comercial. Sobre eles temos, no entanto, poucas informações, alimentadas por reportagens policiais e notícias de apreensão de armas e armadilhas. Parece existir pouca conexão entre o tipo de caça que se praticava na década de 1970, na qual o aspecto cultural do ato de caçar representava um papel de destaque, e este tipo de caça descrito. O fornecimento clandestino para restaurantes consiste em um dos atrativos para esta nova modalidade de caça. A cultura associada ao ato da caça, como era praticada na época examinada, parece estar desaparecendo, restando apenas recordações na memória dos mais antigos. Memória essa que é compartilhada pela paisagem cultural da floresta, que guarda significativas marcas dessa relação na sua composição e estrutura. É de se esperar, portanto, que as alterações no metabolismo social deste grupo e deste com o ambiente devam ocorrer a médio prazo, com mudanças significativas para ambos.

Conclusão

Posto que a caça sempre foi uma atividade periférica e de relativa invisibilidade social, a sua importância é destacada como elemento de compreensão das formas complexas de interação entre os homens e a natureza. Esta atividade insere-se nas dinâmicas de interação entre a floresta e a cidade do Rio de Janeiro, assim como nas formas de subsistência dos habitantes desta floresta, um campesinato historicamente integrado ao meio urbano, tanto fisicamente quanto em suas relações com o mercado. Pelo fato de se relacionar à produção da dieta, principal necessidade humana, a caça sofre modificações em suas motivações e técnicas, à medida que se transformam as condições socioeconômicas e culturais de produção da subsistência.

As paisagens neste sentido abrigam as marcas pretéritas e atuais desses usos, das trocas metabólicas realizadas entre os habitantes da floresta e desta com a cidade. A existência da caça condiciona-se, portanto, à possibilidade de ser conciliada em combinação com a manutenção das atividades produtivas, seja das lavouras ou da atividade carvoeira ou do trabalho assalariado. Também está relacionada às formas de abastecimento e provisão de alimentos, da disponibilidade deste recurso na natureza. Assim, a década de 1970 pode ser considerada um marco das modificações culturais, socioeconômicas e tecnológicas no contexto global, nacional e local. Neste contexto, a criação do Parque Estadual da Pedra Branca constituiu uma expressão significativa de mudança, que além de alterar o lugar e o significado da caça, transformou também sua paisagem cultural.

Agradecimentos: Dean Berck agradece à Fundação Olmsted pela bolsa que lhe permitiu cursar o mestrado na PUC-Rio, e Rogério Ribeiro de Oliveira agradece ao CNPq, pela bolsa de pesquisa.

Referências

- APPOLINÁRIO, Fabio. *Metodologia da Ciência. Filosofia e Prática da Pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
- BAILEY, Robert; HEAD, Genievue; JENIKE, Mark & OWEN, Bruce. Hunting and Gathering in Tropical Rain Forest: Is It Possible? *American Anthropologist*, v. 91, no 1, p. 59-82, 1989.
- BERCK, Dean Erik. *Hunting for more than food: hunting motivations and its effects on the landscape of Rio de Janeiro in the decades prior to the 1970s*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 2011.

- BERNARD, Harvey Russell. *Research Methods in Anthropology: qualitative and quantitative approaches*. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BOYDEN, Stephen. Human biohistory. In: SINGH, Simrom Jit; HABERL, Helmut; Chertow, Marian; MIRTL, Michael; SCHMID, Martin. (Eds.). *Long term Socio-Ecological Research: Human-Environment Interactions*. London: Springer Science, 2013, p. 139-161.
- CÂNDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- CORRÊA, Armando Magalhães. O Sertão Carioca. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 167, 1933.
- CRUMLEY, Carole L. Historical ecology: a multidimensional ecological orientation. In: CRUMLEY, Carole L. (Ed.). *Historical ecology: cultural knowledge and changing landscapes*. Santa Fe: School of American Research Press, p. 1-16. 1994.
- DAMATTA, Roberto. Sobre comidas e mulheres. In: DAMATTA, Roberto. (Org.). *O que faz o Brasil, Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DANTAS, Maria Isabel. O chouriço no Seridó: transformação do sangue em doce. *Revista Holos*, v. 20, p. 1-16, 2004.
- DIAS, Carla de Jesus; ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. A floresta como mercado: caça e conflito na reserva extrativista do alto Juruá. *Rede Amazônia: diversidade cultural e políticas ambientais*, ano 3, no 1, p. 9-27, 2004.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- FRAGA, Joana Stingel; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Social Metabolism, Cultural Landscape, and Social Invisibility in the Forests of Rio de Janeiro. In: CANEVACCI, Massimo (Org.). *Polyphonic Anthropology – Theoretical and Empirical Cross-Cultural Fieldwork*. Rijeka: InTech, 2012. p. 139-156.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio. Trabalho familiar: autonomia e subordinação. In: GARCIA JUNIOR, Afrânio (Org.). *Terra de Trabalho, Trabalho Familiar e Pequenos Produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Cap. 1. p. 58-100. (42p.)
- JANZEN, Daniel Hunt. Euglossine bees as long-distance pollinators of tropical plants. *Science* 171, p. 203-205, 1971.
- MEGGERS, Betty. *Amazônia, a ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 1971.
- NAVEH, Zev. What is holistic landscape ecology? A conceptual introduction. *Landscape and Urban Planning*, v. 50, p. 7-26, 2000.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. *As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho de Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2005.
- PADOVAN, Dario. The concept of social metabolism in classical sociology. *Revista Theomai* (edición electrónica), número 2. Red Internacional de Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo. Universidad Nacional de Quilmes, Argentina, 2000. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/124/12400203.pdf> Acesso em 8 set. 2010.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

- SILVA, Simone Rezende. Comunidades quilombolas e a Mata Atlântica. *Mercator*, v. 12, no 29, p. 105-120, 2013.
- TOLEDO, Victor M. & MOLINA, Manuel González. *El metabolismo social: las relaciones entre la sociedad y la naturaleza*. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/17017252/Curso-XII-Lectura-1-Metabolismo-Social>]. Acesso em 10 fev. 2014.
- WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

Queimando a floresta e obtendo energia: a provisão de lenha para fabricação de carvão nos séculos XIX e XX no Maciço da Pedra Branca

Gabriel Paes da Silva Sales
Alexandro Solórzano
Rúbia Graciele Patzlaff
Rogério Ribeiro de Oliveira

Primeiras aproximações: a atual paisagem do Maciço da Pedra Branca

As paisagens florestais estão repletas de histórias, apresentando diversas marcas de um passado tanto distante quanto recente. Deste modo, tais paisagens devem ser tidas como documentos históricos, pois são capazes de nos revelar fatos e narrativas que não estão documentados em livros ou que já se perderam ao longo do tempo. De modo geral, as paisagens podem ser compreendidas como heranças das múltiplas relações das sociedades passadas com o seu ambiente, isto é, representando os diferentes usos que se sobrepuseram no tempo e no espaço. As paisagens são inerentemente expressões culturais que estão em constante (re) construção, sendo transformadas tanto pelas atividades do homem, quanto pelas dinâmicas naturais, sendo que muitas vezes o último uso nelas realizados acaba por permanecer em maior evidência no presente.

As paisagens estão impregnadas de trabalho, por isso podem ser consideradas como a expressão espacial do metabolismo socioecológico de uma sociedade. Frequentemente, uma parcela bastante considerável do que concebemos como “paisagem natural” constitui um produto da agência e do trabalho humano e ao ser admirado como *natural*, importa muito se suprimimos dela o trabalho ou se o reconhecemos (Willians, 2011). Ao longo do tempo, tem-se posto em oposição o homem e a natureza e, à vista disso, cada vez mais se vem negligenciando a ação e interação das sociedades com os seus ambientes, tanto nos discursos quanto nos estudos ambientais. Faz-se necessária uma leitura mais aprofundada da paisagem, assim reconhecendo o trabalho nela impresso. Estes usos, ordenados pelas intencionalidades, necessidades e adaptações que as populações passadas estabe-

leceram em seus antigos territórios e uma vez refeitos pelas dinâmicas naturais, é parte substancial daquilo que hoje denominamos como natureza.

A paisagem atual da Mata Atlântica constitui um sistema extremamente complexo, em que processos evolutivos chegaram ao presente evidenciando como característica uma marcada interação com a presença humana, que alteraria para sempre seu funcionamento, estrutura e espacialização (Oliveira, 2005). Por conseguinte, parte considerável do que hoje se entende como “natureza primitiva” ou “floresta virgem”, se trata na verdade de um mosaico vegetacional composto por diferentes estágios sucessionais com diversos usos pretéritos da floresta para a subsistência de populações passadas. Assim, existem inúmeros vestígios e marcas que atestam a presença humana nas florestas e não a sua ausência. O território da Mata Atlântica foi – e em parte ainda é – habitado por muitos destes grupos, hoje denominados genericamente de populações tradicionais, como as comunidades descendentes de etnias indígenas, populações miscigenadas, remanescentes de quilombolas, roceiros ou grupos descendentes de imigração mais recente (Arruda, 2000; Oliveira, 2008).

Geralmente, considera-se que a intervenção humana mais acentuada na Mata Atlântica teve início com a chegada do colonizador europeu ao continente, e sua continuidade se deu de acordo com os diferentes complexos socioecológicos implantados (Pádua, 2013). A paisagem deixada de herança pelas grandes monoculturas que foram implementadas na região Sudeste, como a cana-de-açúcar e o café, constitui um verdadeiro *clichê*, pois muito comumente o que se encontra atualmente são extensas áreas desmatadas, encostas desnudas e rios assoreados. Para se ter ideia do impacto da atividade açucareira sobre a Mata Atlântica, deve-se ter em conta que, somente na Capitania do Rio de Janeiro no início do século XVIII, existiam 131 engenhos em funcionamento (Abreu, 2010), cuja demanda individual por lenha levava à derrubada de até 15 ha por safra (Engemann et al., 2005).

Deste modo, deve-se ressaltar que a implantação de grandes monoculturas não era o único uso dado para as florestas do Rio de Janeiro. Além dos espaços reservados para a cana-de-açúcar e o café, muitas áreas florestadas possuíam outras utilidades, como a implantação de roças de subsistência, a extração de lenha ou a fabricação de carvão. Isto vai ao encontro do que destaca Corrêa (1933), que diz que as matas do antigo Distrito Federal, compreendidas entre a Tijuca e a Pedra Branca, sofrem estragos incalculáveis, não só para o comércio de lenha como o do carvão.

Ao longo da história da humanidade, a lenha sempre foi considerada como fonte energética de primeira necessidade para as sociedades. A sua transformação em carvão via combustão abafada – os fornos de carvão – possibilita um aumento do seu poder calórico com uma redução de massa, o que o torna uma fonte energética que permite ser transportada a longas distâncias. O poder calorífico do carvão vegetal por unidade do peso é 3,1 vezes maior do que o da lenha (Genovese et al., 2006). Ao contrário do petróleo, o carvão pode ser produzido localmente; trata-se de uma fonte energética cujo custo de produção é composto quase que exclusivamente do trabalho braçal investido nele (Olson, 1991).

Na sociedade do Rio de Janeiro do século XIX e início do século XX, o carvão tinha um papel fundamental como insumo energético, desde a fabricação de ferro até o consumo doméstico (Fraga & Oliveira, 2012). Neste sentido, constata-se que o carvão era imprescindível para o cotidiano do cidadão, da cidade e suas consequentes transformações. Posto isto, nota-se o motivo pelo qual se encontram inúmeros vestígios de plataformas de antigas carvoarias em diversas encostas da cidade do Rio de Janeiro e em seu entorno. Neste particular, destaca-se o Maciço da Pedra Branca, localizado na atual zona oeste da cidade e que outrora já foi conhecida como o sertão carioca. Este possui em seu interior mais de mil vestígios de plataformas artificiais que eram utilizadas para a fabricação de carvão (Fraga & Oliveira, 2012). No entanto, estima-se que o número total de plataformas de carvão deva ser significativamente superior, dada a dificuldade de serem encontradas na floresta densa. Deste modo, este maciço configurava-se como um verdadeiro polo de fabricação de carvão para a cidade naquele contexto histórico, pois saíram de suas florestas elevados volumes deste insumo energético para que fossem utilizados na urbe.

Quanto ao volume de carvão demandado à época para a vida da cidade a partir do século XVIII, basta lembrar que para se produzir uma tonelada de ferro eram necessárias, para fusão e redução do minério de ferro, de 2,8 a 3,8 toneladas de carvão vegetal (Paradis-Grenouillet, 2013). Outro item de grande demanda era a construção civil, particularmente as atividades em pedra talhada como paralelepípedos, portais, fachadas e calçadas (Fraga & Oliveira, 2012). Em todo o trabalho em que se usavam rochas havia a necessidade de se afiar as ferramentas, como ponteiros, talhadeiras e cinzéis. Elas eram levadas à forja para serem malhadas ao rubro na bigorna. Essas forjas, alimentadas a carvão, se multiplicaram para dar conta do exponencial crescimento da cidade na virada dos séculos XIX e XX (Abreu, 2010). Assim, a cidade do Rio de Janeiro tinha no carvão vegetal a

sua principal matriz energética, cuja produção demandava o uso de vastas áreas de florestas. Muito pouco se sabe sobre esse processo, cujos atores – os carvoeiros – estavam submetidos a um intenso processo de invisibilidade social (Fraga & Oliveira, 2012).

Pelo ponto de vista da paisagem, os remanescentes das carvoarias históricas hoje são reconhecidos em meio à floresta apenas pelas plataformas construídas pelos carvoeiros nas encostas e pelos restos de carvão presentes no solo, caracteristicamente negro.

Neste quadro, o presente capítulo objetiva interpretar a atual paisagem florestal do Maciço da Pedra Branca para assim revelar parte da história da cidade do Rio de Janeiro que é muito pouco conhecida, assim como era a vida daqueles homens que habitavam o interior das florestas e lá fabricavam o carvão. Almeja-se também reconstruir etapas ligadas ao processo de provisão de lenha, como técnicas de trabalho, o volume requerido por unidade de produção, a forma de exploração e de abate de árvores, visando-se entender os processos socioecológicos decorrentes da atividade de produção de carvão do Rio de Janeiro do século XIX e início do século XX e consequentes alterações na vegetação florestal do entorno.

Quem eram os carvoeiros e como era fabricado o carvão?

Deste modo, se faz necessário imaginar o Rio de Janeiro de antigamente, ou seja, como era a cidade no século XIX e início do século XX. Neste contexto histórico, não havia ainda a utilização da energia fóssil nem a utilização da hidroeletricidade. Neste cenário, o carvão vegetal era a matriz energética da cidade e sua utilização era extremamente necessária, possuindo diversas aplicações. As forjas que se espalhavam pela cidade tinham no carvão vegetal um insumo fundamental. Elas fabricavam artigos como machados, enxadas, foices, arados, correntes e principalmente, aros de rodas de carroças e ferraduras destinadas aos cascos da tropa muar e equina (Oliveira & Fraga, 2011). Outro uso pouco conhecido, mas que muito provavelmente consumia uma elevada quantidade de carvão, como já fora destacado anteriormente, era a construção civil. Até hoje o centro histórico da cidade, assim como numerosos bairros, têm suas calçadas de pedra, assim como os pórticos e fachadas dos sobrados antigos (Figura 1).



Figura 1: Detalhe de um pórtico de construção do século XVII no Rio de Janeiro feito em gnaiss facoidal.

Não parece, mas a quantidade de carvão necessário na arte da cantaria é gigantesca. Por exemplo, para se construir um metro do portal como o que se vê na figura acima, o artesão necessita de cerca de 30 ponteiros de ferro. Estes ficam rapidamente cegos e não podem ser afiados em esmeril para não perder o fio. Devem ser levados à forja para serem malhados na bigorna. Estas forjas, alimentadas a carvão, multiplicaram-se para dar conta do crescimento da construção civil da cidade na virada do século XIX. Não era, portanto, desprezível o consumo de carvão no Rio de Janeiro do *fin de siècle*. Posto isto, cabem as seguintes indagações: i) de onde vinha esse volume extremamente elevado de carvão vegetal? ii) quem fabricava este insumo energético? e iii) como era fabricado?

Este ensaio trata sobre os carvoeiros que habitavam as florestas do Maciço da Pedra Branca e nestas matas fabricavam o carvão vegetal que abastecia a cidade do Rio de Janeiro. Este maciço costeiro, que hoje faz parte de uma unidade de conservação – o Parque Estadual da Pedra Branca –, possui aproximadamente 12.500 hectares de extensão, o que representa 16% do município do Rio de Janeiro e abrange diversos bairros, como Campo Grande, Bangu, Realengo, Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Camorim, entre outros.

São muito exíguas as fontes de informações sobre as pessoas que forneciam carvão à crescente cidade do Rio de Janeiro naquele tempo. Acredita-se que os carvoeiros eram em sua maioria ex-escravos que haviam obtido a sua alforria seja porque a compraram, seja porque foram libertos pela igreja, bem antes da Lei

Áurea e quilombolas, que é a designação comum aos escravos refugiados em quilombos, ou seja, escravos que haviam fugido de seus proprietários e foram habitar o interior das florestas.

Não era nada fácil o trabalho daqueles homens. Sem a subsistência provida pelos seus donos, estes ex-escravos se viram de uma hora para outra tendo que sustentar a si mesmos e suas famílias. Sem acesso à terra ou aos meios de produção, um caminho “simples” foi se tornar carvoeiro. Muito possivelmente a proximidade deste maciço com a cidade do Rio de Janeiro foi responsável por transformar a floresta em um polo de fabricação de carvão. Lenhadores e carvoeiros penetravam por toda a parte nas serranias do Rio de Janeiro onde não se tinham estabelecido os sitiantes.

Com a abolição da escravatura, os ex-escravos, quilombolas e pequenos agricultores viram no fabrico do carvão uma atividade possível. Para isso, tudo o que precisavam era de uma enxada, um machado e uma pederneira (tipo de isqueiro). Com esses três objetos era possível fabricar o carvão. Mas como isso era feito? A primeira coisa era estar próximo a uma fonte de lenha. O Maciço da Pedra Branca, com uma vasta floresta, garantia o suprimento de lenha. Era ainda necessária a abertura de uma área plana na encosta, onde a carvoaria era instalada, já que a produção era feita na própria floresta. Toda a lenha que seria utilizada para encher o forno de carvão era concentrada sobre esta plataforma. Acredita-se que apenas as árvores que estavam mais próximas às plataformas é que eram utilizadas para encher o forno. Patzlaff et al. (2013) propõem que a área efetivamente explorada pelos carvoeiros tinha a forma aproximada de um semicírculo com raio de 60 m (o que representa uma área de 0,5 ha), tendo a carvoaria como centro. A superfície explorada seria a montante da carvoaria, de forma a facilitar a descida da lenha na encosta. Quando as árvores disponíveis encontravam-se distantes do platô, os carvoeiros construiriam outro e reiniciavam o trabalho. O cenário de centenas de platôs distribuídos ao longo das encostas é o que se encontra no interior da floresta atual do Maciço da Pedra Branca. A Figura 2 apresenta o esquema de uma plataforma de fabricação de carvão.



Figura 2: Esquema de uma plataforma para fabricação de carvão e seu balão, evidenciando o corte do talude. Fonte: Fraga & Oliveira, 2012.

O balão de carvão consistia em um cone de lenha empilhada com cerca de 3,5 metros de altura e revestido de barro ou capim. Assim, a queima da lenha é abafada, permitindo que se transforme em carvão por meio da pirólise, em um processo de cerca de 25 dias (Figura 3). Como a exploração era feita em locais ermos das encostas do Maciço da Pedra Branca, era preciso que os carvoeiros morassem por perto. É muito comum encontrar baldrames (fundações feitas de pedras) de antigos casebres próximos às carvoarias, hoje todos recobertos pela floresta que posteriormente recolonizou praticamente toda a área explorada pelos carvoeiros.

Considera-se que a paisagem florestal gerada constitui um verdadeiro documento que permite, em alguma medida, entender a forma de exploração de recursos. Apesar do pouco conhecimento que se dispõe sobre os carvoeiros, constata-se que os mesmos foram responsáveis pela exploração de uma extensa área, pois são encontrados seus vestígios em grande parte do maciço em questão.

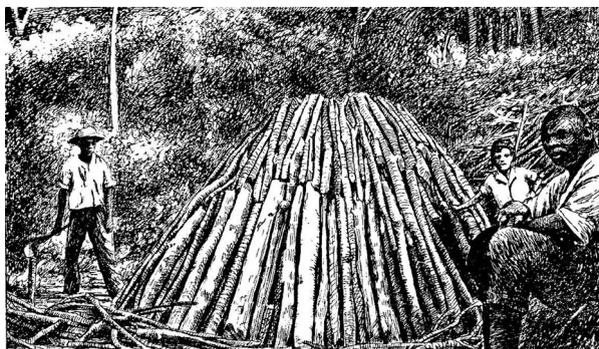


Figura 3: Um balão de carvão ainda em construção. Fonte: Corrêa, *O Sertão Carioca* (1933).

Descrição e aspectos estruturais das florestas estudadas

Para esta pesquisa, foram selecionadas sete distintas áreas florestadas para o levantamento e estudo de suas estruturas, ou seja, avaliaram-se as classes de diâmetro e o número de árvores por unidade de área. Estas áreas foram escolhidas a partir dos critérios de idade sucessional e de posição topográfica na encosta (fundo de vale, divisor de drenagem e meia encosta). As idades sucessionais das áreas foram estimadas a partir de informações de antigos moradores, pela presença de vestígios arqueológicos ou por características da vegetação arbórea. A Tabela 1 apresenta os dados estruturais das áreas amostrais, localizadas na vertente sul do Maciço da Pedra Branca.

Tabela 1 – Características gerais das áreas amostradas, área basal dos troncos e densidade de indivíduos florestais por hectare no Maciço da Pedra Branca, RJ.

Idade estimada	Posição topográfica	Área amostral (m ²)	Área basal (m ² /ha)	Densidade total (ind./ha)
20 anos	meia encosta	2.000	28,5	770
60 anos	meia encosta	2.500	34,2	1.244
60 anos	fundo de vale	2.500	25,3	1.016
60 anos	divisor de drenagem	2.500	26,2	1.800
150 anos	meia encosta	2.000	42,8	1.320
150 anos	fundo de vale	2.000	37,8	1.325
clímax local	fundo de vale	1.000	90,1	1.820

No total, foram amostrados 14.500 m² (1,45 ha) localizados em diversas posições topográficas e com usos anteriores diferentes, tais como roças e exploração de madeira. Em todas as áreas amostradas (exceto na área de clímax local) foram encontradas plataformas de antigas carroviarias e/ou ruínas de baldrames de casas de carvoeiros. Os valores de densidade oscilaram entre 870 e 1.820 indivíduos arbóreos por hectare. Considerada como um parâmetro que se correlaciona com a biomassa viva acima do solo, a área basal⁴³ constitui um dado confiável e de fácil obtenção (Moro & Martins, 2010). Os valores encontrados apresentaram uma reduzida variabilidade entre as áreas com idade igual ou inferior a 150 anos e se diferenciaram acentuadamente da área de clímax local. As primeiras tiveram como média de área basal 32,5 m²/ha (desvio padrão = 7,0 m²/ha e coeficiente de variação = 2,5%).

⁴³ A área basal representa a área da seção de cada tronco a 1,3 m de altura. Dá uma ideia precisa do uso do espaço pela comunidade das espécies arbóreas.

Já a área de clímax local apresentou uma área basal de 90,1 m² /ha, o que representa um valor de quase 2,8 vezes superior ao das demais. Essa similaridade entre os valores de área basal das formações menos maduras pode estar ligada ao conceito de *clímax antrópico*. Segundo Sastre (1982), a evolução muito lenta de formações secundárias com uma estrutura e composição florística particulares permite se falar de clímax antrópico ou antropogênico. Aceitando-se esta definição, o desenvolvimento de uma floresta de clímax antrópico parece ser a principal marca na estrutura e composição da vegetação que a atividade dos carvoeiros deixou sobre a paisagem florestada e que deve permanecer longo tempo após o término da intervenção do homem sobre o meio.

A Figura 4 apresenta o volume potencial de lenha de cada área. Existe uma desproporção entre o volume da área de clímax local em relação às demais. Desconsiderando-se esta área clímax, existe ainda uma grande heterogeneidade na potencial provisão de lenha entre as demais áreas. O menor valor alcançado foi 344 m³/ha (área de 60 anos, fundo de vale) e o maior 728 m³/ha (150 anos, meia encosta), ou seja, uma é 2,1 vezes maior do que a outra. Diversos fatores devem estar operando no sentido de gerar estas diferenças como, por exemplo, idade sucessional, uso anterior, orientação e posição nas encostas.

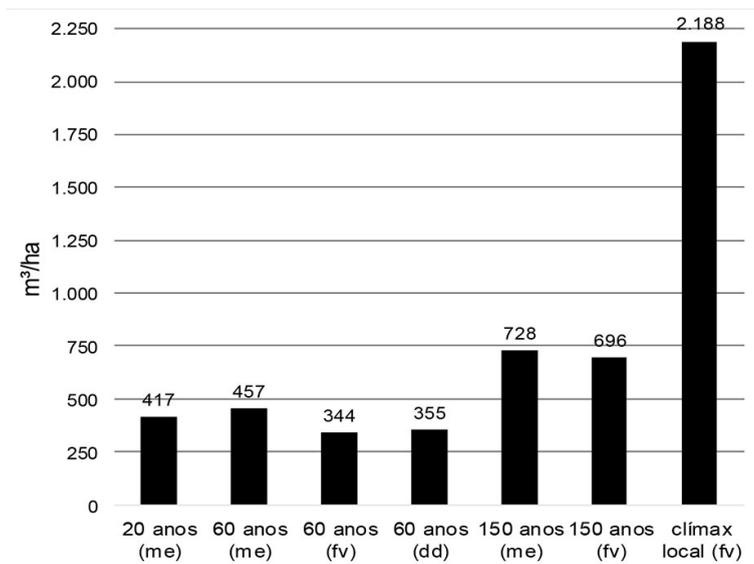


Figura 4: Volume potencial de lenha das florestas do Maciço da Pedra Branca, RJ (me: meia encosta; fv: fundo de vale; dd: divisor de drenagem).

Considerando-se as frações do sortimento de lenha (fuste e galhos), a variabilidade dos valores encontrados permanece principalmente no que se refere ao volume do fuste. Este variou entre 1.494 m³/ha na mata climácica local e 235 m³/ha (60 anos, fundo de vale) (Figura 5).

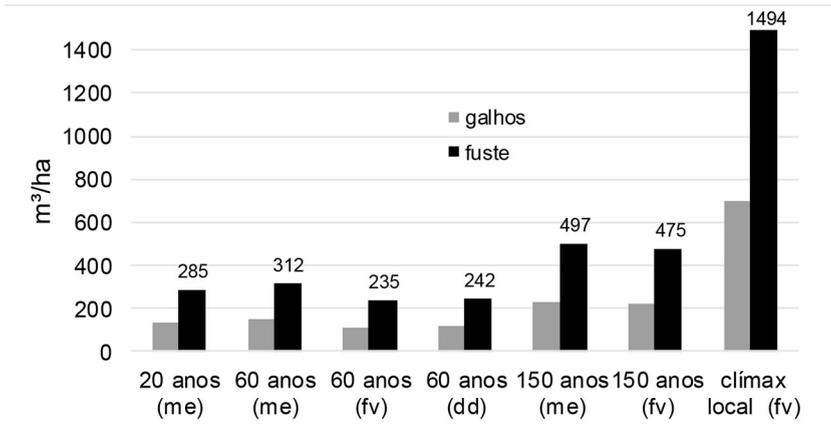


Figura 5: Volume potencial de lenha (fuste e galhos) das florestas do Maciço da Pedra Branca, RJ (me: meia encosta; fv: fundo de vale; dd: divisor de drenagem).

Provisão de lenha e o trabalho dos carvoeiros

Em termos de provisão de lenha, a variabilidade no volume de lenha existente entre as sete áreas estudadas faz com que ocorra uma substantiva variação na forma de exploração das florestas pelos carvoeiros. O trabalho de fabricação do carvão era feito por diferentes grupos de cerca de cinco pessoas, trabalhando ao mesmo tempo em distintas áreas.

Existem indicações de que os balões de carvão tinham medidas aproximadamente similares (Oliveira et al., 2011). Segundo estes autores, o seu diâmetro médio seria de 5,5 m, com uma altura de 3,3 m. Por meio da fórmula do cone, deduz-se que o seu volume é de 26,13 m³. Levando-se em consideração os espaços vazios entre as toras como 37,5% do volume total (Schneider, 1990), pode-se considerar que cada balão seria preenchido, em média, com 16,3 m³ de lenha.

Com estas premissas é possível calcular o volume de lenha e o número de vezes que cada carvoaria foi potencialmente utilizada em cada uma das áreas estudadas (Tabela 2).

Tabela 2: Provisão total de lenha, lenha disponível em 0,5 ha e número de vezes que cada carvoaria poderia ter sido utilizada (me: meia encosta; fv: fundo de vale; dd: divisor de drenagem).

Área amostral	Volume de lenha (m ³ /ha)	Lenha em 0,5 ha (m ³)	N. de vezes a utilizar a mesma carvoaria
20 anos (me)	416,9	208,5	12,8
60 anos (me)	457,2	228,6	14,0
60 anos (fv)	343,6	171,8	10,5
60 anos (dd)	354,6	177,3	10,9
150 anos (me)	728,3	364,2	22,3
150 anos (fv)	695,5	347,8	21,3
clímax local (fv)	2.188,3	1.094,1	67,1

A grande variabilidade estrutural existente na floresta que recobre o Maciço da Pedra Branca acarreta em uma grande diferenciação no rendimento de lenha entre as diversas áreas. O número potencial de vezes que uma carvoaria poderia ser abastecida com a lenha de 0,5 ha apresenta grande variação entre as áreas (média = 22,7 vezes, desvio padrão = 20,1 e coeficiente de variação de 88,8%). A distribuição do trabalho dos carvoeiros (fornecimento de lenha para abastecer as carvoarias) ficaria potencialmente muito desigual de acordo com a área trabalhada.

Esta variabilidade na provisão de lenha é bastante influenciada pela presença de indivíduos arbóreos de grande porte, que impõem um aumento substancial de biomassa. No caso de áreas sucessionais menos avançadas, como a de 20 e as de 60 anos, há que se levar em consideração a presença de indivíduos remanescentes de outras épocas, que por razões diversas, não foram derrubados.

O elevado valor do volume de lenha que a área de 20 anos virtualmente é capaz de fornecer é maior do que os valores de duas das áreas de 60 anos (fundo de vale e divisor de drenagem). Nesta área, há a ocorrência de indivíduos que não são característicos desta idade sucessional, indicando que provavelmente se tratam de exemplares remanescentes. Estes são de grande importância para a sucessão ecológica, pois provêm proteção e alimento para animais – principalmente avifauna – de fragmentos próximos (Guevara et al., 1986). Carrière et al. (2002) destacam que as árvores remanescentes podem facilitar a regeneração de áreas em pousio, pois atraem os dispersores de sementes e, assim, proporcionam as condições adequadas para o estabelecimento das plantas.

Observando como os indivíduos remanescentes contribuem de forma significativa nos potenciais valores de um trecho de floresta, cabem as seguintes inda-

gações acerca do trabalho dos carvoeiros: a) os carvoeiros derrubavam todas as árvores (corte raso) de um determinado trecho da floresta quando eles iam obter lenha para fabricação de carvão? b) seria compensatório o trabalho dispendido na derrubada das árvores de grande porte, no corte do seu fuste em pedaços menores e, posteriormente, na abertura dos segmentos do fuste em achas? A resposta que pode ser deduzida é não, pelo simples fato de ser um dispêndio de energia e trabalho que não compensaria.

Nas ilustrações e nos textos de Magalhães Corrêa (1933, *O Sertão Carioca*, o único autor a tratar sobre os carvoeiros), é possível observar que estes apresentavam preferência por troncos menores em relação aos maiores, ou seja, os carvoeiros priorizavam troncos de reduzidas dimensões – menores que 0,30 ou 0,40 m de diâmetro. Justifica-se trabalhar com troncos menores do que essa faixa de diâmetro, pois o trabalho e o gasto energético investido são menores, assim como o número de ferramentas necessárias.

Por outro lado, segundo um informante local, as árvores de maior porte (algo em torno de $d_{ap} > 1$ m) não eram derrubadas para “*deixar para a terra*” (Solórzano, 2006). Quais seriam os motivos para esta prática? Muito provavelmente justifica-se não explorar as árvores de maior porte, pois as menores são mais fáceis de manejar. Cabe ainda destacar que algumas árvores são poupadas do corte por razões culturais, como é o caso das figueiras centenárias da Mata Atlântica. Por razões religiosas (uma confluência da tradição judaico-cristã com a afro-brasileira) estes exemplares não são derrubados quando é feito o abate da floresta (Svorc & Oliveira, 2012). Assim, a preservação das árvores de maior porte durante o corte para obtenção de lenha constitui uma relevante prática cultural e uma técnica de manejo florestal, que contribui para reduzir a variabilidade de biomassa da Mata Atlântica e permite uma melhor exploração da lenha, em tamanho manejável, disponível na mata e a relativa homogeneização do trabalho dos diferentes grupos de carvoeiros que atuavam no maciço.

Ao se adotar o valor de árvores menores de 0,35 m de diâmetro como sendo o corte preferencial dos carvoeiros, encontram-se valores próximos para o potencial volume de lenha que a floresta poderia fornecer, conforme a tabela a seguir.

Tabela 3 – Valores desconsiderando-se as árvores maiores que 0,35 m de diâmetro das áreas estudadas no Maciço da Pedra Branca, RJ. (me: meia encosta; fv: fundo de vale; dd: divisor de drenagem).

Área amostral	Lenha do fuste (m ³ /ha)	Lenha dos galhos (m ³ /ha)	Total de lenha (m ³ /ha)	N. de vezes a utilizar a mesma carvoaria
20 anos (me)	152,6	71,0	223,6	6,9
60 anos (me)	121,0	56,3	177,2	5,4
60 anos (fv)	166,1	77,2	243,3	7,5
60 anos (dd)	211,0	98,1	309,1	9,5
150 anos (me)	188,5	87,7	276,2	8,5
150 anos (fv)	177,4	82,5	259,9	8,0
clímax local (fv)	227,7	105,9	333,6	10,2

A preservação das árvores com diâmetro superior a 0,35 cm permite, em certa medida, diminuir a variabilidade estrutural do mosaico florestal no que se refere ao volume de lenha disponível. Desconsideradas as árvores de maior porte, na média estas florestas, de idades diferentes, provêm 260,4 m³ de lenha por hectare (desvio padrão = 52,5 m³/ha e coeficiente de variação = 20,2%). Com relação ao potencial número de vezes que uma carvoaria pode ser preenchida por lenha, os resultados para todas as áreas são muito próximos (média = 8,0 vezes, desvio padrão = 1,6 e coeficiente de variação de 20,2%). Esta prática tem uma relação direta com o trabalho de abate das árvores e permite uma distribuição espacial mais ampla da exploração de recursos. Desta forma, a quantidade de lenha fica mais equânime entre as diversas situações ecológicas e estágios sucessionais encontrados no Maciço da Pedra Branca, permitindo assim um trabalho mais regular por parte dos grupos de carvoeiros que o exploravam.

Considerações finais

Os carvoeiros do Maciço da Pedra Branca tinham como planejar a sua atividade produtiva valendo-se do conhecimento da quantidade mínima que uma floresta pode prover de lenha, tanto em florestas previamente exploradas como nas áreas mais avançadas sucessionalmente. Assim, poderiam ter uma avaliação prévia da quantidade média de lenha que as florestas, independentemente de sua idade, poderiam fornecer. Não seria de fato um cálculo quantitativo como aqui apresentamos, mas sim uma percepção intuitiva que levava a uma boa noção dos recursos disponíveis no mosaico vegetacional que foi, e ainda é, a floresta da Pedra Branca. Uma noção embutida no labor do carvoeiro, e que foi um componente

da cultura desse grupo e dessa prática, passada de uma geração para outra até a extinção dessa atividade em meados do século XX.

Assim, independente da área da floresta do Maciço da Pedra Branca que os carvoeiros fossem explorar para obter a lenha para a fabricação, eles seriam virtualmente capazes de produzir, em média, quantidades similares de carvão. Trata-se de uma importante prática cultural que levou a uma diminuição da variabilidade do produto final obtido, o que vai influenciar de maneira direta a posterior recomposição da floresta.

As árvores remanescentes – ou seja, aquelas preservadas do corte – têm significativo papel na regeneração das florestas exploradas para o carvão. Esta prática de preservar árvores maiores facilita o trabalho e o manejo da lenha e acaba sendo uma atividade que leva à sustentabilidade ecológica, na medida em que facilita a regeneração posterior e favorece uma nova extração de lenha no futuro. Isto pode ser observado ao se notar que atualmente 97,5% dos antigos platôs que eram utilizados para a fabricação de carvão estão localizados em áreas de floresta, enquanto, somente 2,5% se encontram em áreas de pastagens ou capins.

Essa atividade de produção de carvão nas encostas do Maciço da Pedra Branca criou, ao longo dos séculos, uma paisagem composta por um mosaico de trechos de floresta com diferentes graus de manejo e abandono. Diferente do Maciço da Tijuca, que passou por um processo de corte raso e um uso intenso, especialmente por meio das plantações de café, que exauriram os solos, diminuíram a capacidade de retenção hídrica do sistema levando a um total colapso da sustentabilidade da floresta. Esse sobre-uso do Maciço da Tijuca deflagrou uma crise hídrica que jamais foi vista no sertão carioca. Assim, essa atividade na Pedra Branca, por ter um caráter mais extensivo do que intensivo, propiciou que a floresta se regenerasse após certo período de abandono, em grande parte auxiliada pela presença de árvores remanescentes.

Por fim, evidenciam-se como as paisagens florestais possuem inúmeras marcas e vestígios de histórias passadas, de sociedades de outrora que por lá passaram. Faz-se necessário a leitura e interpretação destas paisagens, pois assim torna-se possível revelar narrativas e casos do passado, que não podem ser encontrados em nenhum outro lugar, isto é, que só podem ser encontrados nas paisagens florestais.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Studio, 2010.
- ARRUDA, Rinaldo Sérgio Viera. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza dos trópicos*. São Paulo: Hucitec. NUPAUB-USP, 2000. 290 p.
- CARRIÈRE, Stéphanie M.; LETOURMY, Philippe.; MCKEY, Doyle B. Effects of remnant trees in fallows on diversity and structure of forest regrowth in a slash-and-burn agricultural system in southern Cameroon. *Journal of Tropical Ecology*, v. 18, p. 375-396, 2002.
- CHABAL, Lucie; FABRE, Laurent; TERRAL, Jean-Frédéric & THERY-PARISOT, Isabelle. Lanthracologie. In: FERDIÈRE, Alain. (Org.). *La botanique*. Paris: Errance, 1999. p. 43-104.
- CORRÊA, Armando Magalhães. *O Sertão Carioca. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. (reimpressão: Departamento de Imprensa Oficial. Secretaria Municipal Adm. 1936). 1933. 312 p.
- ENGEMANN, Carlos.; CHAGAS, Juliano; SANTOS, Rogério da Silva; BORGES, Alexandre Chaboudt; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de . Consumo de recursos florestais e produção de açúcar no período colonial: o caso do Engenho do Camorim, RJ. In: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. (Org.). *As marcas do homem na floresta: História Ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2005.
- FABRE, Laurent. & AUFRAY, Jean Christophe. An anthracological method for the study of charcoal kilns in relation to historical forestry management. In: THIÉBAULT, Stéphanie (Org.). *Charcoal Analysis: Methodological Approaches, Palaeoecological Results and Wood Uses – Proceedings of the Second International Meeting of Anthracology*. Oxford: Archaeopress, (BAR International Series 1063), 2002. p. 193-199.
- FRAGA, Joana Stingel; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Social Metabolism, Cultural Landscape, and Social Invisibility in the Forests of Rio de Janeiro. In: CANEVACCI, Massimo. (Org.). *Polyphonic Anthropology – Theoretical and Empirical Cross-Cultural Fieldwork*. Rijeka: InTech, v. 1, p. 139-156, 2012.
- FREIRE, Juliana Müller. *Composição florística e estrutura do estrato arbóreo de uma floresta urbana no Maciço da Pedra Branca – RJ*. 124 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais e Florestais). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.
- GENOVESE, Alex Leão, UDAETA, Miguel Edgar Morales & GALVAO, Luiz Cláudio Ribeiro. Aspectos energéticos da biomassa como recurso no Brasil e no mundo. In: Encontro De Energia No Meio Rural, 6., 2006, Campinas. *Proceedings online*. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000022006000100021&lng=en&nrm=iso. Acesso em 02 maio 2014.

- GUEVARA, Sergio; PURATA, Silvia. E.; van der MAAREL, Eddy. The role of remnant forest trees in tropical secondary succession. *Plant Ecology*, v. 66, p. 77-84, 1986.
- LUDEMANN, Thomas. Anthracology and forest sites: the contribution of charcoal analysis to our knowledge of natural forest vegetation in south-west Germany. In: THIÉ-BAULT, Stéphanie (Ed.). Charcoal analysis: methodological approaches, palaeoecological results and wood uses. *British Archaeological Reports International Series 1063*, p. 209-217, 2002.
- MORO, F. M. & MARTINS, F. R. Métodos de levantamento do componente arbóreo-arbustivo. In: FELFILI, J. M., EISENLOHR, P. J., MELO, M. M. R. F., ANDRADE, L. A. & NETO, J. A. A. M. *Fitossociologia no Brasil: métodos e estudos de caso*. Viçosa, Ed. UFV, v. 1, p. 213-230, 2011.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de & FRAGA, Joana Stingel. Integrando processos sociais e ecológicos: o metabolismo social de três sistemas produtivos históricos do Estado do Rio de Janeiro. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.
- _____. (Org.). *As marcas do homem na floresta: História ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica*. Editora PUC-Rio. Rio de Janeiro, RJ, 2005, 212 p.
- _____. Environmental History, Traditional Populations and Paleo-territories in the Brazilian Atlantic Coastal Forest. *Global Environment*, v. 1, p. 176-191, 2008.
- _____. FRAGA, Joana Stingel; BERCK, Dean Erik Uma floresta de vestígios: metabolismo social e a atividade de carvoeiros nos séculos XIX e XX no Rio de Janeiro, RJ. *INTERthesis*, v. 8, p. 286-315, 2011.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; ZAÚ, André Scarambone; LIMA, Denise Flores; RODRIGUES, Hermani; AMORIM, Hugo B. Formulação de Custos Ambientais no Maciço da Tijuca (Rio de Janeiro). In: ESTEVES, Francisco de Assis. (Org.). *Oecologia brasiliensis – Estrutura, funcionamento e manejo de ecossistemas brasileiros*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, p. 557-568, 1995.
- OLSON, S. D. Firewood and Charcoal in Classical Athens. *Hesperia*, v. 60, nº 3, p. 411-420, 1991.
- PADUA, José Augusto. Nature and Territory in the Making of Brazil. *RCC Perspectives*, p. 33-39, 2013.
- PARADIS-GRENOUILLET, Sandrine. *Les forêts métallurgiques: analyses dendroécologiques et approches géohistoriques*. Tese (Doutorado em Geografia) – Université de Limoges, 2013.
- PATZLAFF, Rúbia Graciele; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de & SCHEEL-YBERT, Rita. Charbonnières historiques: une methode pour comparer la vegetation environnante avec les donnes anthracologiques. In: PARADIS-GRENOUILLET, Sandrine; BURRI, Sylvain; ROUAUD, Romain. (Orgs). *Colloque International Charbonnage, Charbonniers et Charbonnières*. Limoges: Université de Limoges, p. 61-63, 2013.

- SALES, Gabriel Paes da Silva SOLÓRZANO, Alexandro.; PATZLAFF, Rúbia Graciele. & OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Resultantes ecológicas e práticas culturais no processo de provisão de lenha para a fabricação de carvão nos séculos XIX e XX no Rio de Janeiro. *Pesquisas Botânica*, v. 65, p. 389-402, 2014.
- SASTRE, Claude. Notion de climax em régions néotropicales. *Compte rendu des sciences de la Societé de Biogeographie*, v. 58 n° 3, p. 117-123, 1982.
- SCHNIEDER, Rollin D. Is Burning Wood Economical? *Historical Materials from University of Nebraska-Lincoln Extension*. 1990. Disponível em <http://digitalcommons.unl.edu/extensionhist/386>. Acesso em 6 set. 2013.
- SOLÓRZANO, Alexandro. *Composição florística, estrutura e história ambiental em áreas de Mata Atlântica no Parque Estadual da Pedra Branca, Rio de Janeiro, RJ*. Dissertação de mestrado em Botânica. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro/Escola Nacional de Botânica Tropical, 2006.
- _____.; GUEDES-BRUNI, Rejan Rodrigues; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Composição florística e estrutura de um trecho de floresta ombrófila densa atlântica com uso pretérito de produção de banana, no parque estadual da Pedra Branca, Rio de Janeiro, RJ. *Revista Árvore*, v. 36, p. 451-462, 2012.
- SVORC, Rita de Cássia de Paula Freitas; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Uma dimensão cultural da paisagem: biogeografia e história ambiental das figueiras centenárias da Mata Atlântica. *GEOUSP: espaço e tempo*, v. 32, p. 124-139, 2012.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 420 p.

Sedimentos de uma geo-história: o passado presente em uma floresta do Rio de Janeiro

Raphael Vianna

Apresentação

Dos esboços dos cadernos de campo aos mapas temáticos tratados nos laboratórios, a paisagem tem se multiplicado nas pesquisas de florestas tropicais. Mas nem tão fácil de acessar, nem tão difícil de recorrer, a paisagem, com alguma frequência, ganha a função de uma categoria rudimentar. Retirada de sua história agitada, a paisagem assume o contorno de uma ferramenta meramente ilustrativa. Não à toa, a paisagem se confunde com a natureza. Como num toque de condão, é como se todos os processos de implicação entre as agências heterogêneas fossem reduzidos à figura de um grande anfiteatro para o ensaio da tragédia humana: de um lado, a natureza, representada pela paisagem estática, do outro, a vida agitada da sociedade. E o esforço disciplinar para não bagunçar o terreno das dicotomias ganha o tom de um alerta aos aventureiros: não misture os objetos com os sujeitos, ou será difícil se fazer entender. Tamanha purificação parece ter sobrevivido, aos solavancos, até um acontecimento inesperado, que emplacou um problema incontornável: uma transformação tão radical, ao ponto de introjetar a história humana nas camadas geológicas da Terra. E ainda que o advento do Antropoceno anuncie, já no nome, uma imbricação entre os homens e as coisas, isso encontra resistência na crença de uma natureza tão extensa quanto distante. E quão mais a crise ecológica nos mostra que estamos implicados em uma heteronomia complexa, maior parece ser o esforço para afastar a presença humana do reino da natureza. É como se duas interpretações opostas fossem colocadas em andamento: de um lado, a progressiva separação, e, do outro, a renovada implicação. No primeiro caso, a paisagem vai se tornando distante e mórbida; natural. No segundo, para nos retermos nos exemplos mais imediatos, ela, a paisagem, congrega rochas, água, solo, vegetação, nutrientes, habitantes, técnicas, rituais e símbolos: escreve-se nela uma geo-história. No primeiro caso, o acesso à paisagem é desértico, com poucos mediadores. No segundo, o acesso é complicado, emaranhado, como quando entramos em uma floresta. E será assim que entra-

remos na floresta do Camorim, localizada no Maciço da Pedra Branca, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Hibridação

É preciso sublinhar que diversos avanços têm sido alcançados no sentido de reunir contribuições nos estudos ecológicos. É o caso da geografia cultural, da história ambiental e da ecologia política, que, entre outras abordagens híbridas, esforçam-se para a promoção do intercâmbio entre diferentes saberes. Entretanto, como comentado na apresentação do capítulo, ainda são recorrentes as menções aos fragmentos florestais como ambientes intocados e isolados, distantes da ação humana. É precisamente essa separação que será questionada aqui. Contudo, cumpre cunhar uma rápida imunização: quando se recorre a uma reunião disciplinar em um único enfoque, corre-se o risco de fazê-la muito apressadamente, e esvaziar a riqueza das contribuições tributárias. Para evitar esses constrangimentos, adotou-se aqui o que será chamado, provisoriamente, de abordagem geo-histórica. Trata-se de um recurso para evitar os ruídos epistemológicos e, ao mesmo tempo, atentar para a construção coletiva da paisagem. Se nesse exercício, em algum momento, a simplificação parecer óbvia ao leitor, peço-lhe que releve o equívoco, mas que o considere como um registro da dificuldade de escapar dos grilhões disciplinares.

A paisagem do Camorim: uma construção coletiva

Considerando a vasta ocorrência de distúrbios identificáveis na floresta do Camorim, é de se notar a sua capacidade de recuperação. Mas se a capacidade de um sistema se manter estável flutua no tempo, a sucessão de distúrbios pode acarretar a redução da sua estabilidade (cf. Begon et al., 2008: 588-591). Nesse sentido, é importante enfatizar que os distúrbios, pretéritos e atuais, podem estar exercendo influência na organização do ecossistema florestal.

Paleoterritórios e a floresta atual: um passado presente

A floresta do Camorim pode ser caracterizada, sob o ponto de vista ecológico, como um mosaico de fragmentos em distintos estágios de sucessão, com a ocorrência de espécies pioneiras, secundárias iniciais, secundárias tardias e climáticas. Porém, esse mosaico de fragmentos recebe significativa influência da interação de diferentes populações, em momentos distintos, com o substrato florestal. Durante o estabelecimento destas populações, elas deixaram marcas que, em nossos dias, se sobrepõem no que Oliveira (2007) denominou como paleoterritórios,

um conceito definido pelo autor como “a espacialização das resultantes ecológicas decorrentes do uso dos ecossistemas por populações passadas”.

Sob a inspiração do conceito de epigênese, pode-se dizer que os distúrbios – antropogênicos, ou não – quando atuam em um sistema dotado de uma capacidade auto-organizadora, provocam alterações que aumentam a sua complexidade, já que as transformações que se seguem são dependentes do nível anterior, ou seja, do nível pré-distúrbio. Optou-se por combinar essa ideia com o conceito de paleoterritórios, e considerar que os estímulos aleatórios (usos do solo), quando dispostos em uma estrutura com capacidade auto-organizadora (ecossistema florestal), originam a sobreposição de paleoterritórios (Figura 1)⁴⁴. Conforme aumenta o nível de complexidade do sistema, as distintas resultantes ecológicas, dependentes das interações anteriores, criam marcas que colocam a paisagem na condição de matriz para as ações ulteriores.

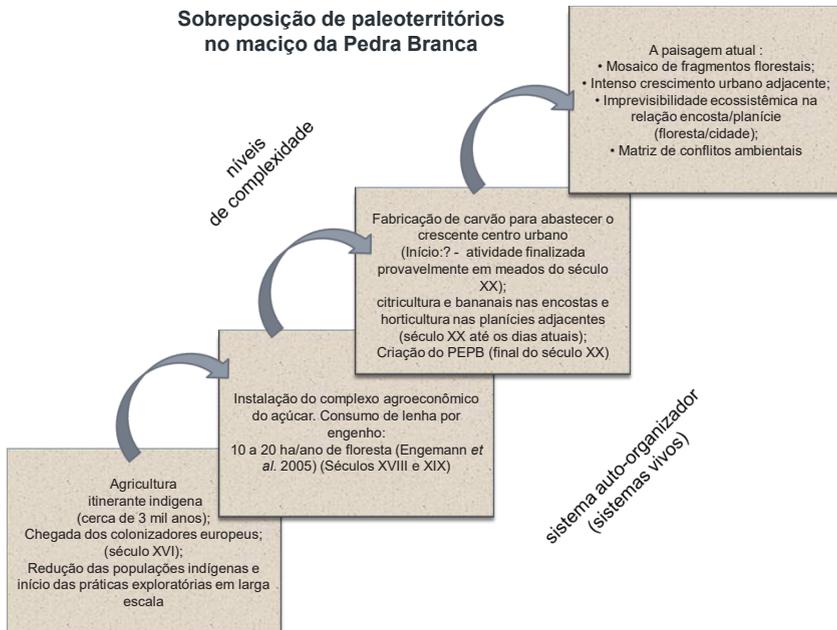


Figura 1 – Sobreposição de paleoterritórios e acréscimos na complexidade do ecossistema florestal do Camorim.

E assim, argumenta-se que as ações humanas participam ativamente da organização do ecossistema florestal (Figura 1). Para colocar de outro modo: procura-se evidenciar as intervenções humanas como fatores atuantes no com-

⁴⁴ Descrições sobre os usos históricos da floresta do Camorim são relativamente conhecidas. Duas boas introduções podem ser encontradas em Corrêa (1930) e Engemann et al. (2005). Para um enfoque de ecologia histórica, ver: Oliveira et al. (2011).

portamento da floresta atual, onde, em última análise, as atividades daqueles que habitaram, subsistiram, refugiaram-se, atravessaram e até mesmo exploraram a floresta, permitiram-na, em virtude de seus mecanismos de resistência e resiliência, apresentar a sua organização atual.

É importante ressaltar que não há, aqui, qualquer apologia à prática de exploração intensiva dos substratos florestais. Mas nem todos os humanos agem da mesma forma. E no caso específico da floresta do Camorim, há a presença de coletivos que subsistem historicamente nesta região, desde o período que antecede a criação do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), que é uma Unidade de Proteção Integral, com uso restrito. Note-se que, segundo Oliveira (2005), após a criação do parque, o cultivo familiar e a agricultura de subsistência assumiram o caráter de atividades semiclandestinas. E se hoje, essas populações e a floresta formam agenciamentos complexos que desafiam as dicotomias disciplinares, é porque a criação dessa multiplicidade não parece ter afetado negativamente a funcionalidade ecossistêmica.

Para conferir, a um só tempo, alguma coerência e empiria a esse argumento, investiguemos o comportamento da funcionalidade ecológica dessa floresta. Para ser mais preciso: considerando a sobreposição dos paleoterritórios, dos primeiros registros da presença humana até os dias atuais, com a permanência de coletivos historicamente situados, investiguemos a retenção de sedimentos na floresta quando da ocorrência de chuvas.

Sedimentos de uma história: o passado em movimento

Para a análise da dinâmica hidrossedimentológica, foi escolhida a sub-bacia do Rio Caçambe (Figura 2), um tributário de primeira ordem do Rio Camorim, situada em meia encosta, com altitude entre 160 m e 180 m acima do nível do mar. O Rio Caçambe está inserido em um mosaico florestal composto por diferentes estágios sucessionais, que caracterizam os paleoterritórios, conforme já descrito.

A área é caracterizada pela presença de inúmeros matacões, em sua maioria depositados nos fundos de vales. O substrato litológico da área amostral apresenta-se segmentado, com um quinhão de uma unidade sienogranítica, composta por sienogranito amicroclina em fácies média/homogênea, e uma parte pertencente a uma unidade tonalítica com rochas básicas a intermediárias, com pouca incidência de processos metamórficos. O substrato pedológico das encostas do Maciço da Pedra Branca é composto por latossolos rasos associados a cambissolos

e neossolos litólicos indiscriminados nas encostas mais elevadas, argissolos rasos associados a neossolos litólicos, com textura média argilosa recobrendo a maior parte do maciço (33%), e planossolos Gleis restritos às encostas mais suaves e ocupadas. Destacam-se a pouca espessura do manto coluvionar e os saprolitos que recobrem a média/alta encosta do maciço, pouco espessos e com a incidência de blocos soltos ou parcialmente inseridos no material mais fino, o que caracteriza o depósito de tálus recorrente nas bases dos vales (Costa, 2002).

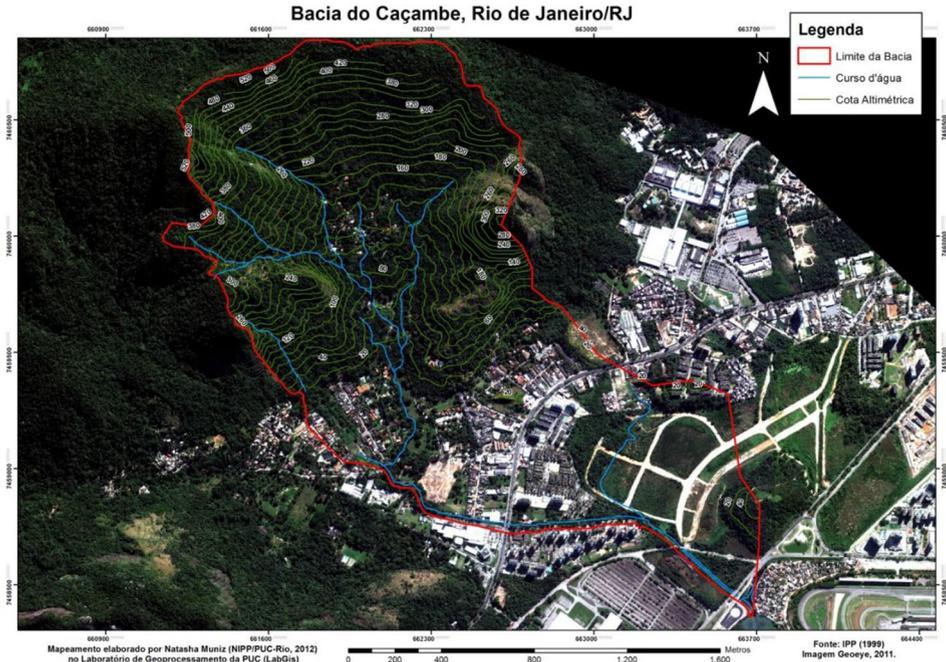


Figura 2 – Imagem Geoeye da sub-bacia do Rio Caçambe (Fonte: LabGIS/NIPP/PUC-Rio, 2011).

Para a avaliação da dinâmica hidrológico-erosiva na sub-bacia do Rio Caçambe, foi adotado um reservatório abandonado com aproximadamente 276 cm de comprimento, 79 cm de largura e 44 cm de profundidade (Figura 3), localizado em um fundo de vale suspenso em um eixo de concavidade, caracterizado por processos de deposição oriundos da convergência dos fluxos hidrossedimentológicos. Cabe destacar que o Rio Caçambe é um tributário de primeira ordem do Rio Camorim, que deságua na laguna de Jacarepaguá, e apresenta uma considerável contribuição no processo de sedimentação da laguna.



Figura 3 – Reservatório utilizado para a coleta de sedimentos, localizado no fundo de vale da sub-bacia do Rio Caçambe. Foto: Arquivo pessoal.

Precipitação e sedimentos

Tabela 5 – Dados de precipitação no Rio Centro e na sub-bacia do Caçambe, enquadramento em classes diárias de intensidade e classes interpluviais segundo dados do Rio Centro e quantitativos de sedimentos coletados na sub-bacia do Rio Caçambe.

Mês	Rio Centro (mm)	Rio Caçambe (mm)	Classes de intensidade diária			Classes Interpluviais				Sedimentos (Kg)
			C ₁	C ₂	C ₃	S _ç 1	S _ç 2	S _ç 3	S _ç 4	
Janeiro	142	-	10	2	-	2	-	1	-	
Fevereiro	14,2	-	3	-	-	-	-	1	1	
Março	125,2	-	8	2	1	4	2	-	-	
Abril	107,2	125	8	3	-	2	2	-	-	
Maiο	88,2	105	8	3	-	1	1	-	1	
Junho	118,2	150	7	4	-	2	1	1		
Julho	51,8	70	3	2	-	2	1	-	1	
Agosto	19,2	25	4	-	-	1	2	-	1	
Setembro	98	110	4	1	1	2	-	-	1	12
Outubro	46,8	65	3	3	-		2	1	1	5

Novembro	78,2	120	14	3	-	7	-	-	-	4,1
Dezembro	22	20	6	-	-	1	-	1	1	0,8
Janeiro	276,8	315	9	8	1	6	1	-	-	174
Fevereiro	91,6	115	3	4	-	2	-	-	1	
Março	208,4	205	14	3	2	8	-	-	-	120
Total	1487,8	1425	104	38	5	40	12	5	8	315,9

A pluviometria total para o período de janeiro de 2012 a março de 2013, na estação pluviométrica do Rio Centro⁴⁵, foi de 1487,8 mm. A pluviometria total para o período de abril de 2012 a março de 2013, na sub-bacia do Rio Caçambe, foi de 1425 mm. Quando as pluviometrias obtidas nas duas áreas são comparadas no mesmo período de mensuração (abril de 2012 a março de 2013), a sub-bacia do Caçambe apresentou superioridade de aproximadamente 18% na altura pluviométrica total em relação ao Rio Centro. É importante ressaltar que, nos meses de dezembro de 2012 e março de 2013, o Rio Centro apresentou altura pluviométrica superior ao Caçambe, com respectivas diferenças de 5 mm e 10 mm.

Os dados de enquadramento do regime pluviométrico em classes diárias⁴⁶ de intensidade de chuva, segundo as informações da estação pluviométrica do Rio Centro, sugerem que o ano de 2012 foi considerado um ano seco, com pluviometria total de 911 mm. Aproximadamente 75,7% dos 103 eventos de chuva registrados no Rio Centro, em 2012, encontram-se inseridos na Ci1; aproximadamente 22,3% dos eventos na Ci2; e aproximadamente 1,9% na Ci3. Para os dados referentes ao ano de 2013 (janeiro a março), a análise demonstra que, no referido trimestre, o ano de 2012 apresentou total pluviométrico de 281,4 mm, enquanto o ano de 2013 apresentou 575,6 mm, correspondendo a aproximadamente 204,5 % de superioridade da altura pluviométrica registrada no mesmo período do ano anterior. Os registros nas classes de intensidade diária de chuva sugerem que a maior ocorrência de Ci2 no ano de 2013 pode ter sido determinante para o regime pluviométrico superior observado no trimestre do referido ano. A ocorrência de três eventos inseridos em Ci3 sugere um aumento na intensidade dos eventos de chuva, notadamente quando dois eventos com pluviometria acima de 50 mm. dia-1 foram registrados no mês de março de 2013.

45 A utilização dos dados da estação meteorológica do Rio Centro para a caracterização da dinâmica hidrosedimentológica no Caçambe, durante o referido período amostral, foi possível pela similaridade do regime pluviométrico entre as duas áreas ($R=0,96$). Cabe destacar que a área de coleta da precipitação direta no Caçambe e a estação do Rio Centro estão distantes em aproximadamente 800 m, e a área de coleta no Caçambe fica acima da cota 180 m (ver Vianna, 2013).

46 As classes diárias de intensidade foram delimitadas segundo o critério de Figueiró (2005), onde Ci1 = < 10 mm; Ci2 = chuvas entre 10,1 mm e 50 mm; e Ci3 = chuvas entre 50,1 mm e 100 mm.

A análise das classes interpluviais⁴⁷ fornece informações importantes para a caracterização dos processos erosivos, notadamente a partir da influência da umidade antecedente do solo. Para o ano de 2012, segundo os dados da estação do Rio Centro, os meses com pluviometria abaixo de 50 mm.mês⁻¹ corresponderam a fevereiro (14,2 mm), agosto (19,2 mm), dezembro (22 mm) e outubro (46,8 mm). A única classe interpluvial presente em todos os meses citados foi a Sc4, o que pode ter determinado os referidos meses como secos. O mês de fevereiro apresentou até 16 dias consecutivos sem chuvas, o mês de agosto até 22 dias sem chuvas e os meses de dezembro e outubro até 13 dias consecutivos sem chuva.

Para os meses com pluviometria acima de 100 mm.mês⁻¹, que ocorreram no ano de 2012, correspondendo aos meses de abril, junho e março, com respectivas alturas pluviométricas de 107,2 mm, 118,2 mm e 125,2 mm, não foi observada a ocorrência de classes interpluviais Sc4. A classe Sc3 apareceu somente no mês de junho, com oito dias consecutivos sem chuva. Comparando os dados apresentados com o enquadramento de classes de intensidade diária de chuva, os meses de abril e junho de 2012 apresentaram um aumento na ocorrência de classes Ci2, com três e quatro eventos, respectivamente. O mês de março apresentou somente dois eventos enquadrados em Ci2, porém foi o único mês, entre os meses mais chuvosos de 2012, que apresentou a ocorrência de um evento enquadrado em Ci3, com precipitação de 51,8 mm.dia⁻¹. Esses dados sugerem um aumento da intensidade nos eventos de chuva que ocorreram no ano de 2012, mesmo que o referido ano tenha se apresentado como um ano seco.

O enquadramento em classes interpluviais, no período de janeiro a março do ano de 2013, indica uma importante diminuição nos períodos sem chuva, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Os meses de janeiro e março de 2013, com respectivas alturas pluviométricas de 276,8 mm e 208,4 mm, não apresentaram a ocorrência de classes interpluviais Sc3 e Sc4, enquanto o mês de fevereiro, com altura pluviométrica de 91,6 mm, apresentou a ocorrência da classe interpluvial Sc4, com 12 dias consecutivos sem chuva, o que pode ter exercido influência no enquadramento do mês de fevereiro como um mês seco, com pluviometria abaixo de 100 mm.mês⁻¹.

O mês de janeiro de 2013, apesar de ter apresentado a ocorrência de um período de quatro dias consecutivos sem chuva, portanto inserido em Sc2, provavelmente apresentou uma maior altura pluviométrica em virtude da presença de

47 As classes interpluviais foram delimitadas conforme proposto no trabalho de Figueiró (2005), a saber: Sc1= entre 1 e 3 dias consecutivos sem chuva; Sc2 = 5 a 7 dias sem chuva; Sc3 = 8 a 12 dias sem chuva; e Sc4 = acima de 12 dias sem chuva.

oito eventos inseridos em Ci2, correspondendo ao maior número de ocorrência de Ci2 no período de janeiro de 2012 a março de 2013, e de um evento inserido em Ci3, com 66,8 mm de altura pluviométrica.

O mês de fevereiro de 2013, embora referido como um mês seco – com pluvio-metria de 91,6 mm, segundo os dados do Rio Centro – provavelmente não afetou o comportamento do abastecimento hídrico na área estudada, uma vez que uma possível escassez hídrica causada por 18 dias sem ocorrência de chuva pode ter sido atenuada, não somente pelo referido mês ter sido antecedido por um mês com elevada pluvio-metria, mas também pela ocorrência de quatro eventos inseridos em Ci2.

O mês de março de 2013 apresentou as classes interpluviais inseridas somente em Sc1, com o maior período sem chuva de três dias. A ocorrência de dois eventos de chuva enquadrados em Ci3 demonstra um aumento importante na intensidade das chuvas.

A análise dos processos erosivos demonstrou que as maiores quantidades de material erodido foram geradas nos meses com as maiores alturas pluviométricas. Por se tratar de uma área composta por mosaicos, e embora não seja possível relacionar, com segurança, os locais de maiores contribuições de sedimentos, algumas observações se destacam:

- 1) No período de setembro de 2012 a março de 2013, o quantitativo de material erodido foi de 315,9 kg. Considerando a área de contribuição na bacia, acima da cota 180 m, de 19,84 hectares, infere-se que a quantidade de material erodido durante o período amostral foi de 15,92 kg.ha⁻¹. Note-se que esse resultado sinaliza para uma importante função ecológica do ecossistema florestal.
- 2) Ainda que o período amostral seja considerado reduzido para a análise da geração de sedimentos, os resultados sugerem que, embora não dissociados das particularidades de cada área analisada, os processos erosivos apresentaram os maiores quantitativos em eventos únicos.
- 3) O material gerado nos meses de janeiro e fevereiro de 2013 correspondeu a aproximadamente 55% do total erodido no período de coletas, e o material coletado no mês de março de 2013 correspondeu a aproximadamente 38% do total gerado no período amostral. Os dados obtidos no referido trimestre corresponderam a aproximadamente 93% do total de sedimentos gerados no período amostral.
- 4) O aumento da quantidade de sedimentos mais grosseiros – com diâmetro entre 1 mm e 4 mm – se deu conforme o aumento do período

chuvoso. Tal resultado pode estar relacionado com a diminuição da força de coesão entre as partículas de solo, promovida pela umidade antecedente, já que os espaços entre os grânulos de maior tamanho exigem uma maior força de sucção para permitir a coesão das partículas (evitar a erosão). Como a presença dos grânulos de maior tamanho se deu nos períodos com menores intervalos pluviométricos (classes interpluviais), tal hipótese pode ser reforçada. A ocorrência de maiores quantidades de areia média nas análises granulométricas⁴⁸ pode estar associada com a ocorrência de granitos e gnaisses na região, que, por apresentarem grandes quantidades de quartzo, podem contribuir para a produção de quantidades expressivas de sedimentos arenosos.

- 5) No período de setembro a dezembro do ano de 2012, o total de material erodido foi de 21,9 kg. E uma análise balizada pelos dados expostos nos parágrafos anteriores permite observar que a umidade antecedente do solo apresentou um importante papel no desencadeamento de processos erosivos.
- 6) Os meses de março, abril e junho de 2012 apresentaram pluviometria com valores acima de 100 mm.mês⁻¹. Embora as coletas tenham se iniciado, efetivamente, em setembro de 2012, os referidos meses apresentaram um importante papel no quantitativo de sedimentos gerados em setembro de 2012, que, com o total de 12 kg de material erodido, correspondeu a 54,7% do material coletado no referido ano. Destaca-se que esse quantitativo correspondeu ao material gerado nos meses de abril, maio, junho e julho de 2012. Os meses de abril e junho constaram, conforme já exposto, em dois dos três meses mais chuvosos do ano, e apresentaram uma discreta tendência para o aumento da intensidade de chuvas e menores períodos sem ocorrência de chuvas. Esse resultado foi acompanhado da ocorrência de um fluxo superficial de saturação, observado em campo, e sugere uma relação desse fluxo com o aumento da intensidade dos eventos de chuva.

Considerações finais

- 1) A sobreposição de paleoterritórios atuou como uma ferramenta analítica na interpretação das transformações conferidas às florestas pela diversificação da ação humana, e a distinção das interações permite

⁴⁸ Ver Vianna (2013).

contar uma história de transformações impressas na paisagem. É importante destacar que a complexidade representada em níveis figurou apenas como uma demonstração que resultou de uma reflexão teórica realizada à época da investigação. Essa demonstração permitiu inferir que as marcas na paisagem participam ativamente da organização do ecossistema florestal, e revelam um passado presente.

- 2) O par dialógico não humano/humano permitiu vislumbrar a complexidade da relação encosta/planície (floresta/cidade) em um fragmento florestal na cidade do Rio de Janeiro. Os processos de recursividade foram pensados a partir da seguinte sentença: as sociedades⁴⁹ transformam a paisagem, e as paisagens participam da espacialização das sociedades. Essa perspectiva de análise permite dizer que a cidade está na floresta e a floresta está na cidade. As demandas históricas da cidade pelos recursos da floresta atentam para essa dinâmica. Ao seu modo, isso se aproxima dos três princípios da análise complexa, sugeridos por Edgar Morin (apud Fortin, 2005), a saber: o princípio dialógico, o princípio da recursividade e o princípio holográfico.
- 3) A floresta atual traz na sua organização a diversificação das ações humanas. O que foi aqui entendido como uma hibridação. Mas essas ações não se resumem ao passado; e assim como, atualmente, há a presença de coletivos na floresta, há também, sobre ela, o avanço da cidade (com seus ritmos, técnicas, poluentes, demandas, injustiças, modismos, leis, entre outros elementos). E em um tempo de incerteza climática, isso renova a necessidade de uma investigação sobre a funcionalidade ecológica dessa floresta.
- 4) A caracterização hidrossedimentológica é uma investigação importante para pensar a espacialização. Como se viu, os processos erosivos mostraram forte relação com os fatores climáticos. Sabe-se que os eventos climáticos extremos fazem parte da história da cidade, e os resultados indicam que a intensidade desses eventos tende para um aumento. Não seria exagero dizer que estamos entrando em um regime desconhecido, onde floresta, cidade e clima se misturam de maneiras extraordinariamente imprevisíveis. E o acompanhamento dedicado dessa ingerência adquire o caráter de uma responsabilidade que não deve ser postergada.

⁴⁹ A noção de sociedade aqui empregada, é necessário dizer, corresponde às associações com elementos não humanos, como as árvores, os rituais e as técnicas, para ficarmos nos exemplos flagrantes. Para uma discussão mais dedicada, ver Latour (2012). Para um exemplo mais resumido, ver Vianna e Penna-Firme (2019).

Para não concluir: a emergência de uma zona crítica

O que parece haver em comum nas florestas da zona oeste do Rio de Janeiro é a diferença nas características desses ecossistemas. No período analisado, os resultados indicaram que o mosaico florestal da bacia do Rio Caçambe mantém a capacidade de atenuar os processos erosivos. Mas ao considerarmos a confluência do avanço da cidade e a tendência de uma nova condição climática, não é possível dizer até que ponto a floresta manterá a sua estabilidade. É isso que faz dela uma zona crítica.

É como se, ao falar desse fragmento florestal, estivéssemos nos referindo a uma camada permeável próxima da superfície da Terra, que vai da atmosfera até o fundo do lençol freático. Uma camada limite, mas em constante metamorfose, onde rocha, solo, água, ar e organismos vivos estão interagindo. Essas interações complexas regulam o *habitat* e determinam a disponibilidade de recursos que sustentam a vida, como a produção de alimentos e a qualidade da água. E esta é uma ampla descrição do que seria uma “zona crítica”⁵⁰. Uma definição semelhante, porém, mais detalhada, pode ser encontrada no trabalho de Brantley et al. (2007). Esses autores definem a zona crítica como o sistema dos processos químicos, biológicos, físicos e geológicos operando juntos para manter a vida na superfície de uma camada que se estende desde a vegetação até os níveis mais baixos de água subterrânea. E para melhor conhecer essas zonas, eles incentivam a colaboração de cientistas de diferentes disciplinas (por meio do uso de ferramentas analíticas computadorizadas e abordagens interdisciplinares inovadoras que alimentariam o crescimento das redes entre as pessoas e os lugares). Para resumir, os autores pontuam que a zona crítica é uma mistura complexa de “ar, água, biota, matéria orgânica e materiais terrestres”. E, através dessa zona, os processos químicos, originados de forma abiótica e catalisados por organismos, produzem nutrientes e energia para a sustentação dos ecossistemas na Terra. Portanto, os diferentes gradientes de interação entre esses elementos permitem caracterizar a zona crítica como capaz de nutrir a vida e de responder à presença dessa vida mesma (Brantley et. al., 2007); i.e., afetar e ser afetada por ela.

O filósofo Bruno Latour (2014: 2) esmerilha um pouco mais a noção de “zona crítica”. Para ele, essa zona significa um ponto no envelope da biosfera que se estende verticalmente, do topo da baixa atmosfera até as camadas de rochas, e horizontalmente, até onde seja possível obter dados confiáveis sobre os diferentes fluxos de ingredientes fluindo para um local determinado. As bacias hidrográfi-

50 Como consta na definição no *site* oficial do observatório de zonas críticas. Disponível em <http://criticalzone.org/national/research/the-critical-zone-1national/>. Acesso em fev. 2019.

cas, tal como a do Rio Caçambe, são didáticas nesse ponto. Os “ingredientes”, ele atenta, não são apenas os elementos físicos ou químicos, mas também as ações humanas. E os sedimentos atuam como bons informantes dessa multiplicidade de ingredientes, já que, como geralmente ocorre antes de qualquer triagem, numa primeira aproximação, se constituem em uma amálgama de distintos componentes que engloba o material oriundo dos usos da terra, cujos vestígios são sinais da diversificação da ação humana na construção coletiva da paisagem.

Seguindo Latour, o conceito de zona crítica provoca um curto-circuito na noção de espaço que havia sido consagrada pelas antigas divisões. É o caso das geografias humana e física. Enquanto o espaço poderia ser examinado por um olhar humano, distante e utópico, as zonas críticas definem um conjunto de entidades interconectadas, nas quais a diversidade das ações humanas está distribuída em toda parte. Antes, a ideia era dividir a transformação humana do espaço, da paisagem. A paisagem, repousando em uma camada “física”, deveria permanecer razoavelmente estável ou, pelo menos, desconectada da ação humana. Segundo Bruno Latour, é precisamente essa ideia de dimensões em camadas desconectadas que parece desaparecer, e que confere originalidade à zona crítica. E o que é especialmente interessante, ele completa, é que tal narrativa poderia permitir que os cientistas naturais se conectassem de maneiras diferentes com as visões que outras pessoas têm da mesma terra. E não seria preciso mencionar a importância política desse encontro.

A zona crítica, para Latour (2014), redistribui os fluxos e os ciclos das muitas entidades que circulam em um local de estudo a um tal ponto que o agente humano se diversifica e passa a agir de muitas maneiras diferentes. E ao adotar essa noção, se recuperará, na análise dos estudos empreendidos em uma determinada região, como aqui se buscou fazer, “os múltiplos traçadores de agências heterogêneas misturadas em uma combinação amplamente diferente” [tradução pessoal]. Literalmente, para continuar com Bruno Latour (2014), a zona crítica “envolve todos os seus habitantes em uma narrativa de história, crise, conflitos e transformações” [tradução pessoal]. E esta parece uma maneira razoável de acessar o enigma da paisagem sem incorrer precocemente às purificações. E nesse exercício, nada fácil, uma contribuição, pode-se dizer, é trazer à tona os fragmentos de uma geo-história.

Referências

BEGON, Michael., TOWNSEND, Colin R.; HARPER, John L. *Essentials of ecology*. 3rd. Oxford: Ed. Blackwell, 2008.

- BERQUE, Augustin. Paisagem Marca, Paisagem Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p. 84-89.
- BRANTLEY, Susan L.; GOLDHARBER, Martin B.; RAGNARSDOTTIR, K. Vala. Crossing disciplines and scales to understand the Critical Zone. *Elements*, v. 3, p. 307-314, 2007.
- CORRÊA, Armando Magalhães. O Sertão Carioca. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 167, 1933.
- COSTA, Nadja Maria Castilho da. *Análise Ambiental do Parque Estadual da Pedra Branca por Geoprocessamento: Uma Contribuição ao seu Plano de Manejo*. Tese (Doutorado em Geografia) – PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 1 e 2, 2002.
- ENGEMANN, Carlos ; CHAGAS, Juliano; SANTOS, Rogério da Silva; BORGES, Alexandre Chaboudt; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Consumo de recursos florestais e produção de açúcar no período colonial – O caso do engenho do Camorim, RJ. In: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de (Org.). *As marcas do homem na Floresta: história ambiental de um trecho de Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005. p. 107-128.
- FIGUEIRÓ, Adriano Severo. *Mudanças ambientais na interface floresta-cidade e propagação de efeito de borda no Maciço da Tijuca – Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- FORTIN, Robin. *Compreender a complexidade: introdução a O Método de Edgar Morin*. Trad. Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- LATOURE, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador, Bahia: Edufba; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.
- _____. Some advantages of the notion of “Critical Zone” for Geopolitics. *Procedia Earth and Planetary Science*. v. 10, p. 3-6, 2014. Disponível em <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/P-169-GAILLARDET-pdf.pdf>. Acesso em dez. 2018.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de (Org.). *As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho de Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005. p. 107-128.
- _____. Mata Atlântica, Paleoterritórios e História Ambiental. *Ambiente e sociedade*, v. X, nº 2, p. 11-23, jul-dez 2007.
- _____. FRAGA, Joana Stingel; BERCK, Dean Erik. Uma floresta de vestígios: metabolismo social e vestígios de carvoeiros nos séculos XIX e XX no Rio de Janeiro, RJ. *Interthesis*, v. 8, nº 2, p. 286-315, 2011.
- VIANNA, Raphael Mannarino Bezerra. *Sedimentos de uma história: o passado presente em uma floresta do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013.
- VIANNA, Raphael Mannarino Bezerra & PENNA-FIRME, Rodrigo. Espaço fluido: ecologia política da água mineral no sul de Minas Gerais, Brasil. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, nº 16, p. 371-389, 2019.

Transformação da paisagem em Grumari: antes e depois do sertão carioca

Isabelle Soares Pepe
Marcela Stüker Kropf
Lílian Cardoso e Silva Costa Pinto
Rogério Ribeiro de Oliveira

Grumari é uma localidade tranquila, de população laboriosa de pescadores e agricultores, que vive em suas casas de sopapo e pau a pique, feliz, longe das paixões políticas, formando uma partícula desse futuro monumento que será um dia a nossa nacionalidade.

Magalhães Corrêa, 1936

Pouco se documentou sobre as ocupações e modos de vida da zona rural do Rio de Janeiro no passado. Nesse sentido, *O Sertão Carioca*, de Magalhães Corrêa, ganha destaque por apresentar registros etnográficos, ecológicos, históricos e geográficos da região da baixada de Jacarepaguá no início do século XX, nos fornecendo marcos históricos importantes para entender a transformação da paisagem da atual zona oeste da cidade. Nesta obra, como mencionado no epílogo, o autor relata brevemente uma parte da história da localidade de Grumari, que nesse capítulo será complementada por meio da reunião de diversas fontes que se encontravam pulverizadas, contribuindo para a construção mais ampla de sua história ambiental.

Grumari é atualmente reconhecido como um bairro localizado na zona oeste do Município do Rio de Janeiro, mais especificamente no extremo sudoeste do Maciço da Pedra Branca. A fisionomia do maciço forma um anfiteatro natural cercado pelos morros São João da Mantiqueira, Faxina, Piabas e da Boa Vista, fazendo divisa com os bairros de Barra de Guaratiba, Recreio e Piabas.

A superfície territorial de Grumari é de 959,88 hectares, em que 90,97% é coberto por vegetação, principalmente de Floresta Ombrófila submontana, em diversos estágios de sucessão ecológica, e ainda, restinga, várzeas ou brejos e

manguezal na foz do Rio do Mundo (SMAC, 2012). Trata-se de uma região de grande valor turístico, sendo reconhecido pela população urbana como uma das últimas praias “selvagens” do litoral carioca, além de abrigar duas Unidades de Conservação: Parque Estadual da Pedra Branca (acima da cota de 100 m de altitude) e Parque Natural Municipal de Grumari.

A um olhar pouco atento sobre a paisagem florestal desse anfiteatro, e orientado pelo imaginário ocidental de florestas tropicais como áreas onde ainda se preserva o mundo natural em estado selvagem ou intocado (Cronon, 1996), é possível que a história ambiental daquela paisagem passe despercebida e se mantenha escondida (Heckenberger et al., 2007). Diante do senso comum, as florestas carregam o fardo de serem consideradas uma natureza estática, sem história e com poucos habitantes, cuja complexidade estrutural e funcional se deu apenas por processos naturais (Balée, 1998). Reconhecer a historicidade nas paisagens é um trabalho relevante para revelar as dinâmicas e indissociáveis relações entre sociedade e natureza.

A Mata Atlântica é o bioma mais severamente devastado desde o período colonial e traz em seu próprio processo de destruição as marcas da ação humana de variados momentos históricos. Desde as sociedades sambaquieiras que viveram no litoral sudeste do Brasil até as sociedades ocidentais atuais, a natureza e seus recursos vêm sendo apropriados e transformados segundo as orientações culturais e socioeconômicas e de cada período histórico. Esse conjunto de intervenções ao longo do tempo por diversos agentes humanos contribui para a grande diversidade cultural impregnada nas paisagens da Mata Atlântica, em que elementos naturais e antrópicos se misturam (Solórzano et al., 2012). Assim, as paisagens do presente são a resultante dialética da presença de seres humanos, e não de sua ausência (Oliveira, 2007).

Trabalhos no âmbito da História Ambiental vêm sendo desenvolvidos desde a década de 1970 com o objetivo de inserir a variável temporal e reconhecer o fator humano no estudo das paisagens tidas como “naturais” (Lazos et al., 2017). Dessa forma, este trabalho se ancora na História Ambiental como caminho analítico para entender as transformações da paisagem em Grumari (Figura 1), o que possibilita conhecer mais o passado das comunidades agrícolas residentes hoje no território, além de contribuir com a ideia de floresta como paisagem cultural, que carrega em sua formação legados de diferentes momentos históricos, alguns até de eras pré-coloniais.

Na cidade do Rio de Janeiro, três grandes maciços concentram os principais fragmentos florestais do município e possuem diferentes históricos ambientais: o

da Tijuca, da Pedra Branca e do Mendanha. O estudo histórico-ambiental sobre o Maciço da Pedra Branca, explorado em parte por Magalhães Corrêa, nos revela as paisagens agrícolas e populações rurais que contribuíram com o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro desde os tempos coloniais. Adicionalmente a esta referência, as informações relativas à transformação da paisagem de Grumari foram extraídas de fontes primárias e secundárias do Arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro e da Biblioteca Nacional, juntamente com livros e artigos encontrados na literatura, especialmente o livro *Os mistérios de Grumari*, de Francisco Alves Siqueira (1997), autor nascido e criado no local. A história dessa paisagem florestal, tão conhecida por conservar grandes porções de floresta e restinga, ainda permanece escondida e com pouca visibilidade (pelo menos em termos documentais), o que justifica a abordagem realizada e apresentada nesse capítulo.



Figura 1: Mapa da área de estudo contendo as delimitações do bairro de Grumari e das Unidades de Conservação presentes. Elaboração: Eric Lino, 2019.

Os primeiros agentes da paisagem: povos paleo-indígenas e indígenas

O início da ocupação humana no estado do Rio de Janeiro se deu por volta de 6.000 BP (Scheel-Ybert, 2000): sambaquieiros que residiam no litoral do Sudeste brasileiro e se alimentavam, em termos de proteínas, principalmente de

caça, pesca e coleta de moluscos, concentrando os restos – como conchas e ossos – em determinados locais conhecidos como sambaquis, que são atualmente considerados sítios arqueológicos pré-coloniais.

Os primeiros habitantes

Os sambaquis são os mais antigos vestígios da ocupação do litoral brasileiro, sendo de essencial importância para a compreensão das culturas dos primeiros ocupantes dessa região. Eles encontram-se distribuídos ao longo de quase toda a costa brasileira, do Rio Grande do Sul até a região amazônica. Segundo os relatos de cronistas dos séculos XVI ao XVIII, os povos aqui encontrados pelos portugueses por ocasião do descobrimento do Brasil já eram portadores de uma cultura diferenciada das populações construtoras de sambaquis.

Apesar de serem tipicamente litorâneos, sítios do tipo sambaqui aparecem também em contexto continental, em associação a ambientes fluviais, como no interior de São Paulo, na região do Vale do Rio Ribeira de Iguape, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e na região amazônica.

Ao percorrer a faixa litorânea do estado do Rio de Janeiro, ainda é possível perceber, em certos locais, vestígios deixados pelas populações sambaquieiras. No estado, os sambaquis estão presentes em encostas, substratos arenosos ou rochosos, sempre localizados na interseção de nichos ecológicos, locais de abundância de recursos alimentares. Desta forma, enseadas, baías, lagunas, restingas e manguezais são exemplos de onde essas populações se desenvolveram, mantendo sempre o contato com o ambiente marinho e terrestre.

Os primeiros relatos sobre sambaquis no Rio de Janeiro remontam às primeiras duas décadas do século XX. Nesta época, foram feitas as primeiras referências a sambaquis localizados em Guaratiba, na Baixada Fluminense (municípios de Guapimirim e Magé), bem como na Região dos Lagos (a exemplo de Saquarema e Cabo Frio). Atualmente, é muito difícil encontrar sambaquis na cidade do Rio de Janeiro. A intensa especulação imobiliária na faixa litorânea removeu quase que completamente da paisagem os vestígios dos primeiros habitantes da costa brasileira. Até o presente, não existem registros oficiais que confirmem a ocupação por sambaquieiros em Grumari, mas há vestígios a serem analisados, que proverão indícios sobre o passado pré-histórico do local.

Posteriormente, os indígenas Tupinambás do tronco linguístico Tupi habitaram a região e iniciaram a transformação da Mata Atlântica por meio da agricultura de corte e queima, denominada agricultura de coivara, colaborando para

a formação de florestas secundárias com diferentes estágios de regeneração. Segundo Siqueira (1997), os nativos da região de Guaratiba diziam que os indígenas colhiam varas denominadas de “crumarim” para a confecção de flechas; essas varas, que se concentravam entre a atual praia do Recreio dos Bandeirantes e Barra de Guaratiba, denominaram o lugar, cujo nome foi se modificando ao longo do tempo até o atual, Grumari. O autor também relata que, posteriormente, as varas eram usadas para a construção de casas e no castigo de escravizados das fazendas que viriam a se instalar na região, conforme relataremos à frente.

A origem do nome Grumari

A origem indígena do nome Grumari também é mencionada por Magalhães Corrêa (1936), como relatado: “Esse recanto tem origem de seu nome na rutácea – B. Rodrigues – Grumari: do tupi *curu* – paradeiro, local, *mari* – nome genérico de diversas espécies de cássias. Viveiro de cássias.” (p.227). A espécie em questão teve sua nomenclatura atualizada por botânicos e atualmente se chama *Esenbeckia grandiflora* Mart. e é descrita como uma madeira com densidade moderada, elástica, de grande resistência e flexibilidade (Figura 2). Entretanto, atualmente, nenhuma coleta de *Esenbeckia grandiflora* Mart. foi encontrada em Grumari, de acordo com a plataforma Re flora do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Além disso, por meio de conversas com moradores locais, foi apontada a existência de apenas alguns indivíduos.



Figura 2. *Esenbeckia grandiflora* Mart., espécie de Rutaceae que deu origem ao nome Grumari. Fonte: Gerson L. Lopes⁵¹ (esquerda) e Buril et al. (2014) (direita).

Mesmo que a cultura material indígena tenha se perdido ao longo do tempo, os antigos povos deixaram um importante legado refletido num dos principais símbolos de reconhecimento do bairro, o seu nome. Dessa forma, podemos considerar este um primeiro marco para a formação da identidade da região.

51 <https://sites.unicentro.br/wp/manejoflorestal/9256-2/>.

Após uma lacuna no registro histórico, a propriedade privada, por meio da posse de terra por novos colonizadores, marca um novo momento de transformação em Grumari.

A sesmaria e a família dos Correia de Sá

Novas ocupações começam a partir do século XVI com a colonização portuguesa, na qual a terra passa a ter caráter privado. Salvador Correia de Sá, um nobre militar português e governador-geral do Rio de Janeiro entre 1567 e 1572, recebe as terras de sesmaria da planície de Jacarepaguá e as doa, em 1594, a seus filhos Gonçalo e Martim de Sá.

Em 1628, Dona Vitória Corrêa de Sá, filha de Gonçalo, se casa com Dom Luís Céspedes Xeria, na época governador-geral do Paraguai, e recebe como dote as terras que iam do Camorim e Vargem Grande até a praia. Ao falecer em 1667, e sem ter descendentes para deixar seus bens, D. Vitória transmite ao Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, por meio de seu testamento, suas terras e benfeitorias na planície de Jacarepaguá, que iam, segundo o próprio testamento, desde o “Rio Pavuna até o mar, correndo a costa junto da Guaratiba, com seus montes, campos, restingas, lagoas e rios, herdados de seus pais e avós” (Silva-Nigra, 1950: 251). Ela relata ter nessas terras um engenho de água em “Camory” (Camorim) com moinhas e cobres, bois e carros, a Igreja São Gonçalo de Amarante construída pelo seu pai em 1625, além de casas de vivenda, de sobrado, de pedra e cal, três currais de gado vacum e algumas ovelhas, e “escravos do Gentio da Guiné [negros africanos], crioulos e crioulas [escravizados nascidos no Brasil], mulatos e mulatas [negro com branco], mamalucos e mamalucas [índio com branco], alguma gente da terra [indígenas], todos a serviço e obrigados” (Silva-Nigra, 1950: 251).

As terras deixadas por D. Vitória não eram exatamente contínuas; existiam algumas extensões pertencentes a outros donos que receberam ou compraram terras antes de seu falecimento, como é o caso de Grumari. Os monges beneditinos identificaram D. Catarina Betancourt como “proprietária” das terras desde as vertentes da Serra do Camorim até o mar, com limites na localidade do “Corumahi” (Grumari). O Mosteiro, para garantir o domínio sobre toda a extensão, mesmo que pouco especificada no testamento de D. Vitória, decidiu negociar o anexo desta terra por 60 mil réis, que foi aceito por D. Catarina como consta em uma escritura de 24 de abril de 1682⁵². Ficou acordado por ambos que as terras

52 Segundo Livro do Tombo das escrituras de compra e venda, contratos, aforamentos etc. do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Período: 1688-1793. Publicado pelo Professor Dioclécio Leite de Macedo: Mosteiro de São Bento. Rio de Janeiro, 1981 (p. 235 e 257).

não iriam passar do cume da “Serra do Curumai” (Grumari). Isso mostra que, no final do século XVII, a localidade de Grumari já era reconhecida, mas não há informações sobre quais ocupações existiam nesse momento.

Os padres-fazendeiros e o início das grandes transformações da paisagem de Grumari

Com o patrimônio deixado por D. Vitória, o engenho do Camorim tornou-se posse do Mosteiro de São Bento, gerando mais fonte de renda, o que levou a uma intensificação das obras beneditinas. A administração e economia das fazendas e engenhos eram geridas pelos próprios monges beneditinos, que eram substituídos a cada triênio. Eles ocupavam a figura de um senhor de engenho, mas não tinham o mesmo prestígio e, então, eram chamados de padre-fazendeiro, sendo responsáveis por enviarem os produtos ao centro do Rio de Janeiro e prestar contas ao Mosteiro (Rocha, 1991).

A chegada dos beneditinos representa uma grande alteração na paisagem da região da planície de Jacarepaguá devido à intensificação do uso da terra por meio de canaviais, de plantios extensos de mandioca e da introdução da pecuária (Engemann et al., 2005). Aos poucos, formou-se um complexo agrário composto por três fazendas: Camorim, Vargem Pequena e Vargem Grande (Figura 3).

Na primeira, respectivamente, foi preservado o nome dado na época de Gonçalo de Sá e nela se produzia açúcar, aguardente e mandioca. A segunda utilizada foi a Fazenda da Vargem Pequena, que também tinha a cana como cultivo principal, mas plantava-se também milho, feijão e arroz, e o resto da área era destinada à pasto para cerca de 100 cabeças de gado (Rocha, 1991). No triênio sob a direção do Abade Frei Vicente José de Santa Catarina (1772-1777), foi ordenada a “derrubada nos matos virgens desta fazenda por índios de aluguel, onde gastaram mais de vinte dobras, e se plantou mandioca” (Rocha, 1991). Por último, a Fazenda da Vargem Grande, que abrangia a localidade de Grumari, nasceu da abertura dos “sertões” do Engenho da Vargem Pequena, como documentado pelo Mosteiro de São Bento⁵³ e relatado por Leite (1939):

No seguinte [triênio] Frei Lourenço da Expectação Valadares, empossado em 13 de junho de 1777, abriu uma outra Fazenda nesses sertões, já desbravados, rotando os respectivos terrenos “para serem agricultados”; levantou tercena [arma-

53 ESTADOS do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Volume II: 1746 – 1793. Cópias em xerox dos filmes feitos por Dom Clemente da Silva Negra O.S.B. O original se encontra na Biblioteca Pública e Arquivo Destrutal de Braga – Portugal (p. 178).

zém] para madeiras e outra para farinha, tendo ao lado dois quartos para “habitação do administrador”; construiu engenho para desmanchar mandioca; abriu, através dessas terras, longa estrada para o Rio de Janeiro, com auxílio de 66 escravos, gastando 11.000 cruzados com a compra destes e execução dessas obras”. Pode-se então afirmar, com o testemunho de Silva Lisbôa, tenaz escrutador dos arquivos beneditinos haver sido a Fazenda da Vargem Grande installada por volta de 1777 – quando passou a ter administrador residente (Leite, 1939: 52-53).

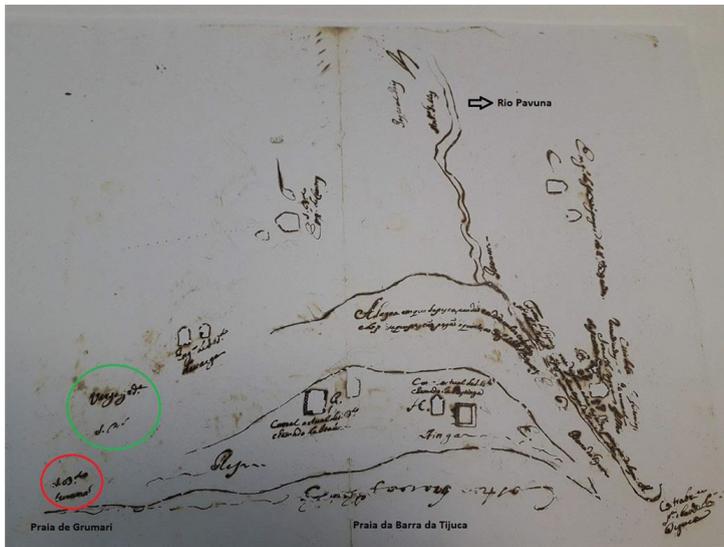


Figura 3. Mapa da baixada de Jacarepaguá abrangendo as terras do Mosteiro de São Bento no século XVIII. A localidade de S. Bto. Curumahi se encontra no canto esquerdo (círculo menor em vermelho), e logo acima, a Fazenda da Vargem Grande (círculo maior em verde). Fonte: Arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro – Doc. 1359-1 e alterações feitas por Isabelle Pepe.

O protagonismo do anil no final do século XVIII

No governo de Abade Frei Antônio do Desterro Gouveia, entre 1789 e 1793, o Mosteiro passa a industrializar o anil, corante azul de origem vegetal utilizado para tingimento, erguendo uma grande fábrica com quatro tanques e uma roda d'água⁵⁴ para bater e precipitar a matéria-prima produzida em seus arrendamentos, em especial, os da localidade de Grumari, como observado nas escrituras de arrendamento de terras de 1796. Das 17 escrituras referentes a Grumari, 14 impõem como obrigação do arrendatário a produção de anil na quantia já estipu-

54 ESTADOS do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Volume II: 1746 – 1793. Cópias em xerox dos filmes feitos por Dom Clemente da Silva Negra O.S.B. O original se encontra na Biblioteca Pública e Arquivo Destrutal de Braga – Portugal (p. 263).

lada⁵⁵, como relatado na escritura de arrendamento referente a João Pires Chaves, de 22/03/1796, na localidade de “Cormahi pertence a Varge” (1796 :101-102):

(...) e Logo pelo dito otorgado me foi dito em prezença das mesmas testemunha; que elle havia pedido ao dito Reverendo Bom Abbade lhe arrendasse hum cítio em terras que i Mosteiro possuia em Curumaim no alto da Serra da Boa Vista com as condições declaradas nesta Escripura; que elle ortorgado trabalharia dentro das larguezas que se lhes têm demarcado, que por hua parte faz testada com Caetano Marques athé o pasto do mesmo cítio, e pela outra com Vicente Jozé por hum pau seco que está na extrema altos da Serra ágoas vertentes ao mesmo cítio, e fundos para o cítio de André Luis sem mato algum, e confronta mais da parte de sima com Manoel Pais por hum pau de sedro, e com Antônio Jozé por hua carreira de bananeiras, sem que de modo algum possa exceder nem pertubar os arrendatários seos vizinhos, plantando mantimentos que quizer pela penção annual de doze mil réis e plantando anil dezoito mil réis (...).

Outras localidades pertencentes à Fazenda da Vargem Grande, como Rio das Piabas e Corrupira, também tinham seus plantios comerciais direcionados para a produção de mantimentos e anil, diferente da Fazenda da Vargem Pequena, onde o produto principal era a produção de açúcar. Como exemplo citamos novamente o arrendatário João Pires Chaves, que também possuía terras arrendadas na Fazenda da Vargem Pequena. Nesta escritura de arrendamento, referente ao ano de 1798, ele é obrigado a plantar cana todos os anos, fazer toda a lenha e cinza necessária à moagem no engenho, organizar a produção para ser carregada ao engenho e disponibilizar um a dois escravos para limpeza do pasto uma semana antes e uma depois da moagem da cana. Além disso, cabe ressaltar o seguinte trecho:

Que não poderá de modo algum plantar anil, e só poderá plantar mantimentos para o gasto, e consumo da sua caza, e não para vender: – Que não poderá trazer mais gados nos Campos, e pastos na fazenda além de seis boys para o seu carro, e hua vaca para seu leite e nada mais (...) (p.102).

Diante das inúmeras referências à produção de anil nessas terras, foi necessário ampliar o entendimento sobre esse produto pouco citado na literatura. O corante anil é um produto natural oriundo das folhas de uma gama de variedades de espécies do gênero *Indigofera*. Foi introduzido pela Coroa Portuguesa no Rio de Janeiro entre 1749 e 1820. Pesavento & Monteiro (2006) afirmam ser

55 Terceiro Livro do Tombo das escrituras de compra e venda etc., do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Período: 1793-1829. Publicado pelo Professor Dioclécio Leite de Macedo: Mosteiro de São Bento. Rio de Janeiro, 1981.

uma produção “secundária” diante da produção maciça de açúcar e que durou relativamente pouco (1779-1807). Iniciou com um forte incentivo da Coroa, que estabeleceu um preço acima do mercado e comprou todo o anil fluminense. Em 1779, havia cerca de 60 fábricas de anil em diversos distritos do Rio de Janeiro e esse produto figurou entre os três principais exportados do Rio de Janeiro para Portugal. Depois de um tempo, criou-se um mercado do anil fluminense dirigido por negociantes que, por mais que pagassem menos que a Coroa, fizeram com que essa cultura vigorasse até 1807 (Pesavento & Monteiro, 2006).

Os autores colocam que o declínio a partir do início do século XIX foi resultado de condições internas – falsificação e substituição/rotação de culturas pelos lavradores, como o arroz, aliado a um direcionamento da Coroa para cultivos potenciais como café e açúcar – e externas, com a reorganização do anil da Índia pelos ingleses e a melhor qualidade do anil indiano (Rocha, 1991; Pesavento & Monteiro, 2006).

A diversificação agrícola no início do século XIX

A queda na produção de anil fluminense e o redirecionamento para outros cultivos se expressam concretamente nos contratos realizados entre o Mosteiro e os arrendatários de Grumari. Em documentos de arrendamento de 1805⁵⁶, são impostos os plantios de cana, milho, arroz, mandioca e feijão.

Ao analisar as escrituras de terra de 1796, 1797 e 1805, é possível imaginar a paisagem agrícola diversificada de Grumari através das características citadas, como: “pastos”, “sítio sem mato algum”, “carreira de bananeiras”, “pau de cedro”, “pau de óleo de copaíba”, “pântano”, “brejo”, “altos da serra”, “águas vertentes ao mesmo sítio”, “plantando mantimentos”, “lavoura de anil” e “plantios de cana, milho, arroz, mandioca e feijão”.

Portanto, entre o fim do século XVIII e início do XIX, a região de Grumari, tanto sua baixada, quanto as encostas e topo de morros, formavam uma paisagem agrícola manejada por lavradores sob governança dos beneditinos. Cabe ressaltar o poder absoluto do Mosteiro em relação à exploração de madeiras de lei⁵⁷, po-

56 Terceiro Livro do Tombo das escrituras de compra e venda etc., do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Período: 1793-1829. Publicado pelo Professor Dioclécio Leite de Macedo: Mosteiro de São Bento. Rio de Janeiro, 1981 (p. 139-140).

57 O Mosteiro detinha o poder sobre a derrubada de madeiras de lei, como descrito nos próprios documentos de arrendamento: “Não poderá dar, nem vender “paus de Ley” para obras, sem licença expressa do Reverendo Dom Abade que existir, o qual pelo Direito de Senhorio, poderá tirar as madeiras que quiser, e em qualquer parte desse arrendamento, como bem lhe parecer, e quando outorgado der, ou vender madeiras, ou concita que algum as tira, além de ser despejado incontinente, pagará o dobro da mesma madeira em pena porque se ajusta.”

dendo o arrendatário ser despejado caso as utilizasse. Segundo Cabral (2008), as madeiras de lei brasileiras eram recursos naturais fundamentais para a indústria naval em expansão e a manutenção da frota mercante e, por isso, eram protegidos pela Coroa Portuguesa.

A Fazenda Vargem Grande tornou-se uma espécie de celeiro para o Mosteiro no final do século XVIII, sendo considerada em 1809 como uma fazenda de mantimentos com muitos arrendatários (Rocha, 1991). Entre os anos de 1832 e 1833, na governança de Abade Frei Luiz Santa Theodora, foi edificado, na Fazenda da Vargem Grande, um novo engenho de farinha (Leite, 1939). Esse fato revela o cultivo da mandioca em larga escala, ao passo que o de cereais era desenvolvido cada vez mais: “tudo isso mostra que a área ocupada, utilizada, efectivamente, povoada e explorada ia crescendo constante” (Leite, 1939: 52-53).

Em um documento histórico sobre as terras da Fazenda Grumarim Grande⁵⁸, são citados fatos sobre a economia local, como no trecho abaixo:

Antigamente [meados do século XIX], o lugar foi próspero e florescente, em virtude de ser perto do mar. Dali eram exportados para o Rio, em lanchas a vela, e canoas de voga de 6 remos, café, farinha de mandioca, muito pescado e frutas. De volta, as embarcações traziam sal, fazendas, louças, ferramentas e outros produtos, que eram vendidos para o interior, com vantagem, por ser o transporte marítimo o mais barato. Por este motivo, enquanto não havia estradas para o Rio e, antes de ser construído o Ramal de Santa Cruz [1890], o comércio das localidades praieiras de Guaratiba tinha grande desenvolvimento e importância.

O protagonismo do café em meados do século XIX

Tais características logo mudariam, pois em meados do século XIX o cultivo de café se torna uma atividade agrícola lucrativa nas regiões montanhosas do Rio de Janeiro e as áreas de encostas passam por um processo acelerado de desmatamento para os monocultivos desse produto (Drummond, 1997). Muitos engenhos de açúcar se tornaram fazendas cafeeiras nas encostas do Maciço da Pedra Branca, inclusive a Fazenda do Grumarim ou Grumari (Abreu, 1957). O aumento de desmatamento nas áreas de baixada rumo às áreas de encosta e a diversidade de plantios caracterizará a transição para mais um período de transformação da paisagem.

⁵⁸ Origem da Posse e Domínio das Terras de Grumarim Grande (Freguezia de Guaratiba). Propriedade de Francisco Caldeira Alvarenga, s.d. (p. 3).

Nesse momento, Grumari abrigava alguns latifundiários, dentre eles Deolinda Maria de Santa Rita, João Caldeira de Alvarenga, Jacinto Barboza e Francisco Chagas (Siqueira, 1997). D. Deolinda e João Caldeira eram casados, e com o falecimento da esposa, João Caldeira herdou os bens da família deixados pelo sogro, Luiz de Cespedes Barboza. Em um formal de partilha do inventário de D. Deolinda e João Caldeira, ocorrido em 1846, foram avaliados 40 mil pés de café, além de bananeiras, mandiocas e diversas árvores frutíferas, como mencionado⁵⁹:

Havia em Crumarim, concomitantemente com outras pequenas lavouras de consumo dos moradores, o fabrico de farinha de mandioca. Embora pelo processo manual, existiam na localidade mais de 40 fábricas de farinha da roça, como se chamava. Eram fábricas constituídas de rodetes, roda, forno, e outros apetrechos

Com a morte de João Caldeira de Alvarenga (1863), seu filho Francisco, o único que residia na localidade, adquiriu as posses dos irmãos e continuou a exercer a profissão de lavrador cuidando das plantações e criação de gado, tendo posse de um armazém, canoa e rede de pescaria⁶⁰. Segundo uma lista de arrendatários das fazendas beneditinas⁶¹, nessa época, existiam 32 arrendatários em Grumari. No documento constam os valores de arrendamento pagos ao Mosteiro, onde é possível observar que o pagamento de Francisco Caldeira de Alvarenga é o segundo maior, demonstrando que ele era um dos maiores fazendeiros da época⁶².

Em meados do século XIX, o complexo agrário beneditino apresenta déficit financeiro, que é agravado com a libertação de seus escravos em 1871. Em 1891, sem ter como saldar dívidas de impostos territoriais, as fazendas são vendidas à *Companhia de Engenho Central de Assucar e Alcool* de Cana de Jacarepaguá por 250 contos de réis, que foram recolhidos à Tesouraria do Tesouro Nacional (Rocha, 1991). Após um mês do contrato, a concessão é considerada caduca por falta de cumprimento das condições estabelecidas e as terras são repassadas ao Banco de Crédito Móvel.

A família dos Caldeira Alvarenga teve uma influência política muito grande em Grumari. Em 1888, Francisco solicitou a criação de uma Escola Municipal, e

59 Origem da Posse e Domínio das Terras de Grumarim Grande (Freguezia de Guaratiba). Propriedade de Francisco Caldeira Alvarenga, sem data. (p. 4)

60 *Ibid.*, p. 10.

61 Arquivos do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Doc. 406-9. Relação de arrendatários das terras de Camorim, Vargem Pequena e Grande. Sem data.

62 Não foram encontradas maiores informações sobre o proprietário com maior valor de pagamento ao Mosteiro.

logo depois criou-se uma Agência de Correio em Grumari, evidenciando o quanto a região estava se desenvolvendo⁶³. Os Caldeira Alvarenga passaram a dominar a política local, e de 1889 a 1954, elegeram várias legislaturas (Siqueira, 1997). Francisco exerceu o cargo de Juiz de Paz de um dos distritos de Guaratiba, sendo escolhido por eleição. Faleceu em 1899 e deixou sua esposa, D. Mafalda Teixeira de Alvarenga e seus 7 filhos. Em 1895, D. Mafalda criou uma segunda escola dentro de sua propriedade, chamada de Fazenda do Grumari Grande, onde as aulas eram ministradas por ela própria.

O protagonismo da banana no século XX

Já no início do século XX, Francisco Caldeira de Alvarenga, um dos filhos de Mafalda e Francisco, herdou a Fazenda Grumari Grande, com extensão de 482 hectares (Siqueira, 1997), pois foi o único que continuou a residir no local trabalhando como agricultor, assim como seu pai, e fazendo das terras em sua posse enormes plantações de banana. Siqueira (1997) relata que a produção de café foi reduzida por intervenções governamentais a fim de valorizar o produto no mercado. Dessa forma, o café foi mantido apenas em cultivos para uso doméstico.

A produção de laranja se difundiu entre sítios de Campo Grande à Ilha de Guaratiba e teve seu auge até a década de 50 (Siqueira, 1997). Entretanto, Grumari teve sua nova trajetória agrícola orientada pelas suas condições climáticas. Suas encostas são mais úmidas e sombreadas, características de vertentes de orientação sul, denominadas “noruega”, o que proporcionou boas condições para os cultivos de banana, em detrimento dos laranjais (Freitas et al., 2005). Assim, Siqueira (1997) relata:

No entanto, Barra da Guaratiba e Grumari, dada a natureza de suas geografias, não chegaram a ser produtores dessa excelente fruta; investiram na banana prata que para isso faziam grandes desmatamentos com derrubada de matas virgens e queimadas, onde os troncos eram aproveitados para o carvão ou vendidos a metro cúbico (Siqueira, 1997: 47).

Declínio econômico, restrições legais e a emergência da floresta

Entre o fim do século XIX e meados do XX, Grumari apresentou uma decadência da atividade agrícola influenciada pela implementação do Ramal Ferro-

⁶³ Origem da Posse e Domínio das Terras de Grumarim Grande (Freguezia de Guaratiba). Propriedade de Francisco Caldeira Alvarenga, s.d. (p. 5)

viário de Santa Cruz (1878), por onde a produção da zona oeste passou a escoar (Pereira, 2012), juntamente com o início da República (1889), onde a maior parte da população aderiu às novas oportunidades advindas da crescente urbanização na região, diminuindo a frequência da lavoura e da pesca, como relata Siqueira (1997):

Devagar tudo foi mudando. Cada um dos primitivos que envelheciam e morriam, era uma residência que com ele desaparecia. Os descendentes saíam à procura de vida menos trabalhosa, escolarizavam-se e sempre encontravam serviços fora (Siqueira, 1997: 48).

O documento sobre as terras da Fazenda Grumarim Grande também corrobora, afirmando:

Sempre houve variedade e abundância de frutas silvestres, tais como: Jambo, Gormichama, Baco-Pari, Pitanga miuda e Ubá, Caju, Goiaba, Jaboticaba, Maracuja mirim, Côco de Tucun, Côco de Iri, Cambucá, Jaca, Laranja da China e Mixirica e outras frutas selvagens. Toda a lavoura de café e cereais foi substituída por grandes bananais, que ocupam, sem exagero, a maior parte da área dos morros, isto porque, devido à falta de braços, essa é a lavoura mais fácil e mais rendosa, quando em terreno fértil, como são as terras de Crumarim (p. 5).

Siqueira (1997) comenta sobre o avanço do capim nessa época:

A banana prevaleceu nos locais em que se pôde dominar o avanço do capim “palha-larga” ou “colonião”. Este capim, ano após ano, depois das queimadas que passaram a assolar a região, surge e sufoca qualquer planta, dando origem a que o lavrador, sem recursos, abandone suas propriedades à procura de melhores condições de vida (1997: 48).

A população que se manteve em Grumari era formada por empregados das antigas fazendas, sitiantes e ex-escravizados e suas famílias (Pereira, 2012), que mantiveram suas práticas rurais com roças e pesca. É nesse momento que Magalhães Corrêa (1936) relata sobre a população de pescadores e agricultores que vivem em suas casas de sopapo e pau a pique, isolados em uma localidade de difícil acesso, distantes da crescente urbanização e politização do sertão carioca. Um novo marco se inicia, caracterizando a regeneração da floresta.

A decadência econômica na região e o conseqüente abandono de terras permitiu um processo de recuperação da cobertura florestal. A Figura 5, registrada em 1968, nos permite observar um mosaico de usos do solo que agregam cultivos

de banana, palmeiras, estrada, juntamente aos fragmentos de floresta em diversos estágios de sucessão ecológica. Segundo Pereira (2012):

Até os anos de 1960, o êxodo rural deixou a área de Grumari com baixa densidade demográfica, situação bem diferente de seu período “áureo” de alta produtividade agrícola, com isso, a maior parte da infraestrutura e serviços [como escola e correio] também acabaram por desaparecer (Pereira, 2012: 128).



Figura 5: Vista de Grumari em 1968. Em primeiro plano se veem cultivos de banana e coqueiro-anão. Foto: Acervo dos Municípios Brasileiros – acervo: IBGE.

A partir da década de 1985 inicia-se um longo processo de conservação ambiental, com o tombamento definitivo da praia na categoria de Monumento Natural sob a tutela do Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (Inepac). Em 1986, o bairro passa a ser declarado como Área de Proteção Ambiental (APA de Grumari). Em seguida, no ano de 1990, foi considerada área de preservação permanente pela Lei Orgânica Municipal (Art. 463).

Durante as discussões do Plano Estratégico da Barra, a AMOL – Associação de Moradores da Orla da Tijuca, sugeriu a criação do Parque Municipal de Grumari, um bairro autossustentável que integraria atividades turísticas e meio ambiente preservado, impossibilitando novas edificações, o que serviria como freio para a especulação imobiliária (Guerra, 2005).

Por fim, em 2001, por meio do Decreto Municipal nº 20.149 de 02/07, uma área de 805 hectares passa a ser de proteção integral, com a criação do atual Parque Natural Municipal de Grumari (PNMG), que além de se inserir sobre a APA de Grumari, também se sobrepõe à APA do Maciço da Pedra Branca (acima de

300 m de altitude) e ao Parque Estadual da Pedra Branca (acima de 100 m) (Guerra, 2005).

Para atingir seus objetivos⁶⁴, consta no relatório final do Grupo de Trabalho do Parque (PNMG) que a desapropriação da área é a ação prioritária para a implantação do Parque, feita a partir de recursos que seriam investidos em regularização fundiária e demarcação de terras. O documento também coloca que o “reassentamento e/ou indenização dos moradores seja a última etapa do processo de consolidação do domínio público da área” e que para isso é necessário um estudo detalhado sobre a comunidade (Smac, 2004).

Esse novo momento político desencadeou um conflito socioambiental, pois no bairro residem famílias há gerações, que hoje totalizam 167 habitantes em 48 domicílios (Censo Demográfico, 2010), famílias que, em sua maioria, não possuem título da terra e se sustentam principalmente com as atividades de reflorestamento (Mutirão de Reflorestamento da Prefeitura), agricultura familiar, comércio na beira da praia e produção de mudas ornamentais (Pereira, 2012), sendo essa última uma alternativa encontrada diante da proibição da roça, que trouxe uma nova transformação na paisagem.

A agricultura é a principal atividade econômica desenvolvida em Grumari desde o século XVIII e se apresenta como o principal motivo de conflito encontrado no interior do Parque (Pereira, 2012). O maior problema identificado pelo poder público são os bananais nas encostas, que foram proibidos com a criação do PNMG. Siqueira (1997) discorre sobre esse conflito:

Quem cultiva essa fruta sabe como tratá-la e jamais deixou a terra desprovida de suas frondosas árvores, pois elas protegem os bananais, dão sombra e são vitais para a segurança do solo. O homem longe da terra não tem como protegê-la. (...) É melhor deixar seus habitantes trabalharem a terra como antes e cultivarem como sabem do que impor certas restrições levando o homem do campo ao abandono da única atividade que sabe executar (Siqueira, 1997: 55).

Diante de um recorte cronológico amplo, é possível inferir que paisagem de Grumari foi habitada e/ou administrada por populações humanas, desde os povos sambaquieiros; passando por indígenas Tupinambás; colonizadores portugueses;

64 “(I) a proteção de sítios de excepcional beleza e valor científico; (II) a preservação de exemplares raros, endêmicos, ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da fauna e flora; (III) garantir a integridade dos ecossistemas locais existentes; (IV) a recuperação e a proteção dos remanescentes dos ecossistemas de restinga e Mata Atlântica; (V) identificar as potencialidades da área com vistas ao desenvolvimento de atividades que valorizem os ecossistemas da região; (VI) a criação de área de lazer compatível com a preservação dos ecossistemas locais; e (VII) a ampliação do patrimônio ambiental público do Município” (Smac, 2004: 13).

instituições religiosas de poder; lavradores e africanos escravizados e seus descendentes – que até hoje ocupam o território em comunidades rurais – e mais atualmente, o poder público, que exerce sua governança a partir da gestão do PNMP e PEPB (Quadro 1). É interessante perceber que Grumari ainda resiste como uma ruralidade, como um resquício de sertão carioca dentro de um contexto de intensa expansão urbana da zona oeste.

Quadro 1. Principais marcos históricos-ambientais que transformaram a paisagem de Grumari, seus agentes e impactos na paisagem.

Período histórico	Atores sociais	Principais atividades	Impactos na paisagem
Antes do séc. XVI	Populações sambaqueiras	Pesca e coleta de moluscos	Sambaquis
	Indígenas Tupinambás	Agricultura de coivara e caça	Formação de florestas secundárias
Séc. XVI – XVIII	Colonização portuguesa (sesmarias), Mosteiro de São Bento, arrendatários de terras, indígenas e negros escravizados	Mandioca, cana-de-açúcar, anil, roças de subsistência e pasto	Grandes desmatamentos, uso intensivo de áreas de baixada e introdução de espécies exóticas
Séc. XIX	Mosteiro de São Bento, arrendatários de terras, negros escravizados e alforriados	Cana, milho, arroz, feijão, café, banana, mandioca, pasto e produção de carvão	Grandes desmatamentos, uso intensivo de áreas de encostas e baixada, e introdução de espécies exóticas
Séc. XX	Latifundiários, pequenos sítiantes e ex-escravizados	Banicultura, produção de carvão e roças de subsistência	Uso de áreas de encostas e baixadas, avanço de capim-exótico, queimadas e regeneração natural
Séc. XXI	Posseiros e poder público (Unidades de Conservação)	Banicultura, produção de mudas ornamentais, roças de subsistência e reflorestamento	Aumento da cobertura florestal

Considerações finais

A intenção desse trabalho foi investigar as transformações do uso da terra na região que compreende o atual bairro de Grumari a partir da história documentada disponível. Com isso, pretendíamos avaliar o dinamismo da paisagem,

resultado das variadas interações humanas com o espaço. Verificamos que depois de mais de 200 anos de intenso uso do solo para agricultura, fornecimento de energia e água, e habitações humanas, a floresta avançou sobre áreas de roças e pastos abandonados. Situação favorecida, provavelmente, pela permanência de trechos de mata entre plantios ou sítios, o que possibilitou a manutenção uma fonte de propágulos. Adicionalmente, a situação da orientação de suas encostas (voltadas para a vertente sul) contribuiu para a retomada da floresta.

A paisagem atual nos revela possibilidades de entendimento sobre o potencial de resiliência da Mata Atlântica. A partir das transformações sucessivas, a floresta seguiu sucessões ecológicas únicas com novas configurações de espécies, expressando a história e a cultura em sua composição e estrutura.

Debaixo do dossel fechado da extensa floresta preservada que se apresenta aos frequentadores e turistas, se escondem diversos vestígios histórico-culturais sobreviventes das paisagens sobrepostas produzidas no passado, que podem complementar as informações de documentos históricos e trazer concretude e complexidade à discussão de florestas como paisagens culturais.

Agradecimentos: Os autores agradecem a Francisco Alves Siqueira pela oportunidade de encontros pessoais e por nos apresentar seu livro, no qual se encontram narrativas, lendas, folclores e informações valiosas sobre a fauna, flora e a história de Grumari. Ao Arquivo do Mosteiro de São Bento pelo acesso aos documentos históricos. A Eric Lino, pela confecção do mapa e a Lucas Brasil, pela revisão do texto.

Fontes primárias

Doc. 1359-1. Arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

Doc. 406-9. Relação de arrendatários das terras de Camorim, Vargem Pequena e Grande. Sem data. Arquivos do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

ESTADOS do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Volume II: 1746 – 1793. Cópias em xerox dos filmes feitos por Dom Clemente da Silva Nigra O.S.B. O original se encontra na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga – Portugal.

LEITE, Dr. Eurico Teixeira. Memorial em prol da verdade e do direito do Banco de Crédito Móvel sobre a Fazenda da Vargem Grande Sita na Freguezia de Guaratiba. Volume II. *Jornal do Commercio*. RODRIGUES & CIA. Rio de Janeiro, 1939. Biblioteca Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Livro – ACG18807.

Origem da Posse e Domínio das Terras de Grumarim Grande (Freguezia de Guaratiba). Propriedade de Francisco Caldeira Alvarenga, s.d.

Segundo Livro do Tombo das escrituras de compra e venda, contratos, aforamentos etc. do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Período: 1688-1793. Publicado pelo Professor Dioclécio Leite de Macedo: Mosteiro de São Bento. Rio de Janeiro, 1981.

Terceiro Livro do Tombo das escrituras de compra e venda etc., do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Período: 1793-1829. Publicado pelo Professor Dioclécio Leite de Macedo: Mosteiro de São Bento. Rio de Janeiro, 1981.

Referências

- ABREU, Sylvio Frós. O Distrito Federal e Seus Recursos Naturais. Instituto Brasileiro Geográfico e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, *Biblioteca Geográfica Brasileira*. Série A, v. 14, 318p, 1957.
- BALÉE, Willian. Historical Ecology: Premises and Postulates. In: _____. *Advances in Historical Ecology*. New York, 1998. p. 13-29.
- BURIL, Maria Teresa; THOMAS, Wayt W.; ALVES, Marccus. Flora of the Usina São José, Igarassu-PE: Rutaceae, Simaroubaceae and Picramniaceae. *Rodriguésia*, v. 65, nº 3, p. 701-710, 2014.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- CORRÊA, Armando Magalhães. *O Sertão Carioca*. Imprensa nacional, 1936.
- CRONON, Willian. The trouble with wilderness; or getting back to the wrong nature. *Environmental History*, nº 1, p. 7-28, 1996.
- DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 1997.
- ENGEMANN, Carlos; CHAGAS, Juliano; SANTOS, Rogério da Silva; BORGES, Alexandre Chaboudt; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Consumo de recursos florestais e produção de açúcar no período colonial – o caso do Engenho do Camorim, RJ. In: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de (Org.). *As marcas do homem na floresta: História ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica*. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio, 2005. p. 119-142.
- FREITAS, Marcelo Motta de. *Funcionalidade hidrológica dos cultivos de banana e territorialidade na paisagem do Parque Municipal de Grumari – Maciço da Pedra Branca – RJ*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- GUERRA, Márcia Ferreira. Conflitos ambientais no Parque Natural Municipal de Grumari. *Revista Rio de Janeiro*, nº 16-17, maio-dez. 2005.

- HECKENBERGER, Michael J.; RUSSELL, J. Christian; TONEY, Joshua R.; SCHMIDT, Morgan J. The legacy of cultural landscapes in the Brazilian Amazon: implications for biodiversity. *Phil. Trans. R. Soc. B*, v. 362, p. 197- 208, 2007.
- LAZOS, Adi Estela Ruíz; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; SOLÓRZANO, Alexandro. Buscando la Historia en los Bosques: el papel de los macrovestigios y de la vegetación en la Mata Atlántica. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 6, nº 163, p. 163-182, 2017.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Mata Atlântica, paleo-territórios e História Ambiental. *Ambiente e Sociedade (Campinas)*, v. X, p. 11-24, 2007.
- PEREIRA, Thiago Ferreira Pinheiro Dias. *Conflitos Sócio-Ambientais nos Parques Naturais Municipais da Prainha e Grumari – Maciço da Pedra Branca – RJ*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências – IGEO, 2012.
- PESAVENTO, Fábio; MONTEIRO, Sérgio. *Jogos coloniais: mudança institucional e desempenho econômico, o caso da diversificação agrícola no Rio de Janeiro-1750-1800*. Encontro Nacional De Economia, v. 34, 2006.
- ROCHA, Mateus Ramalho. *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro 1590/1990*. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1991.
- SCHEEL-YBERT Rita. Vegetation stability in the southeastern Brazilian coast area from 5500 to 1400 14C yr BP deduced from charcoal analysis. *Review of Palaeo botany and Palynology*, v. 110, p. 111-138, 2000.
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura do Rio de Janeiro – Smac. Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Prainha. Detzel Consulting, 2012.
- SILVA-NIGRA, Dom Clemente Maria de. *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Tipografia Beneditina LTDA. Salvador, Bahia, 1950.
- SIQUEIRA, Francisco Alves. *Os Mistérios do Grumari*. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. Lisboa Pfeil, 1997.
- SMAC. Relatório *Final do Grupo de Trabalho*. Parque Natural Municipal de Grumari. Rio de Janeiro, 2004.
- SOLÓRZANO, Alexandro; GUEDES-BRUNI, Rejan Rodrigues; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Composição florística e estrutura de um trecho de floresta ombrófila densa atlântica com uso pretérito de produção de banana, no parque estadual da Pedra Branca, Rio de Janeiro, RJ. *Revista Árvore*, v. 36, nº 3, p. 451-462, 2012.
- SOLÓRZANO, Alexandro; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; LAZOS-RUIZ, Adi Estela. Landscape reading methodology of urban forests: interpreting past and current socioecological interactions in Rio de Janeiro. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, v. 6, nº 1, p. 211-224, 2016.

Plantas exóticas, populações nativas: humanos e não humanos na paisagem de uma floresta do Rio de Janeiro

Annelise Caetano Fraga Fernandez

Rogério Ribeiro de Oliveira

Marcia Cristina de Oliveira Dias

Os sistemas agrícolas são formados pelas plantas e animais, objetos, alimentos e o espaço. Seu manejo ao longo do tempo produz uma paisagem híbrida, fruto da interação entre a intencionalidade humana e os devires humanos e não humanos (Silveira, 2009: 85). As respostas culturais e biológicas reciprocamente determinadas conformam a paisagem e registram, tal qual um documento, as formas pretéritas e atuais do trabalho humano. Assim, a paisagem é um conceito bastante adequado ao entendimento da relação sociedade x natureza. Polissêmica por origem, a paisagem pode também ser considerada como uma estrutura espacial que resulta da interação entre os processos naturais e as atividades humanas. Ao associar ações passadas e presentes, a paisagem constitui-se uma categoria do espaço que é um produto da co-evolução das sociedades humanas com o meio natural (Naveh, 2000) ou, em outras palavras, uma manifestação espacial da relação homem-ambiente (Crumley, 1994).

A paisagem do Maciço da Pedra Branca, localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, conta a história de diferentes ciclos agrícolas e extrativistas: da cana-de-açúcar, do café, da laranja e da extração de carvão. À exceção do primeiro, eram atividades feitas por populações secundárias em relação à economia central. O conjunto dos usos feitos por essas populações representou uma significativa transformação do bioma da Floresta Atlântica, principalmente no que se refere à atual existência de extensas áreas florestadas. Ainda que esta transformação tenha se dado em escalas muito amplas, muito pouco deixaram em termos de documentação escrita acerca da história da formação da paisagem. Dispõe-se, por um lado, de documentação farta sobre a história do vencedor histórico (o dono de engenho, o fazendeiro de café), mas pouquíssima sobre a história do vencido (as etnias indígenas, as populações interioranas, quilombolas, caiçaras etc.). Esta história pode ser resgatada de duas formas: se encontra na memória de seus atu-

ais moradores ou inserida na paisagem. Esta constitui portanto um “documento”, explicitado pelas numerosas marcas encontradas no interior das florestas. Uma dessas marcas é a ocorrência de inúmeras espécies vegetais exóticas ao bioma da Mata Atlântica. Algumas destas espécies persistem sob a forma de exíguas populações; outras são os cultivos agrícolas que se entremeiam pelas encostas florestadas do Maciço da Pedra Branca.

Na atualidade, a produção de caqui e banana (ambas espécies exóticas) se destaca como atividade econômica que ainda mantém a agricultura de base familiar no local. A produção de outros alimentos orientados ao mercado e ao autoconsumo, em conjunto com esses dois produtos, forma um sistema agrícola desenhado pelos caminhos, pelas roças, os animais de transporte, as cangalhas, jacás, ferramentas, técnicas, as moradias de pau-a-pique dos sítios etc. Esta paisagem agrícola, no entanto, é pouco conhecida pelos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, já que ela se realiza em um território que foi transformado no Parque Estadual da Pedra Branca em 1974.

Esse desconhecimento se justifica por três razões. A primeira é o fato de que a criação do Parque e as restrições da legislação ambiental à ocupação humana e ao manejo estimularam o abandono de muitos cultivos. Aqueles que permaneceram, passaram a coexistir com as florestas. O segundo fato deve-se à diminuição da atividade agrícola no maciço, causada pelas transformações nas relações de produção de mercado e que alteraram a paisagem e a importância desta agricultura para o abastecimento da cidade. Consolidando este processo, a alteração do zoneamento da cidade e o fim das áreas rurais no município contribuíram para a valorização do solo urbano e para a crescente ocupação urbana e, conseqüentemente, para a invisibilização da agricultura. Por fim, a terceira razão, é de natureza simbólica. No imaginário social, os parques são santuários da vida silvestre, espaços livres da permanência e do uso direto dos homens. As florestas “intocadas” correspondem à principal representação imagética vinculada aos parques. Essa representação dominante antecede e orienta a apreensão e interpretação da paisagem do Maciço da Pedra Branca, fornecendo uma moldura para a compreensão da realidade.

Na grande maioria dos processos de criação de áreas protegidas⁶⁵ no Brasil, os territórios a serem protegidos têm sido considerados espaços vazios de relações sociais, e uma vez determinado o estatuto da proteção, predominam os valores

65 Utilizamos aqui o termo área protegida em referência aos parques e outras categorias de proteção criadas no Brasil desde a década de 1930, mas que a partir dos anos 2000 passaram a ser denominadas unidades de conservação (UCs) e regidas pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

universais e científicos de conservação da natureza. Posteriormente, se dá o ocultamento e a criminalização das práticas socioeconômicas previamente existentes.

Na verdade, todo processo de criação de áreas protegidas deve ser compreendido como um artefato cultural (Barreto Filho, 2001: 30), ou seja, não é fruto de valores fixos e atemporais de conservação da natureza, mas possui um contexto histórico específico. Segundo este autor, não basta compreender as propriedades genéricas do ambiente biofísico, mas as concepções ambientais, projetos e orientações políticas vigentes em certos períodos e que se aplicam a circunstâncias locais. Uma vez criada a área protegida, não se apagam os usos previamente estabelecidos, mas em geral, de forma conflituosa, estes produzem novas formas de apropriação material e simbólica do território. Os processos de desterritorialização e reterritorialização (*sensu* Haesbaert, 2004) impostos pela criação desses espaços protegidos ganham materialidade na paisagem assim como nas suas formas de percepção e apreensão.

O presente artigo tem como objetivo descrever sucintamente a paisagem agrícola e florestal do Maciço da Pedra Branca, levando em conta as disputas territoriais que se estabelecem entre espaços de produção e de conservação da natureza (Silveira, 2009). Nossa intenção é fornecer novos referenciais de interpretação da paisagem a partir de princípios socioambientais e da agrobiodiversidade que resgatem o papel do manejo humano sobre a natureza, na domesticação de plantas e animais e para a produção de variedade das espécies. O reconhecimento dos processos de co-evolução das sociedades humanas com o meio natural nos oferece um convite à colaboração interdisciplinar e à superação de fronteiras antes rigidamente estabelecidas entre as ciências naturais e as ciências humanas. Permite também a construção de um plano mais horizontal de relacionamento entre a produção do conhecimento científico e aquele produzido pelas populações locais.

Exóticas, exóticas-invasoras e nativas

Ao relativizarmos as fronteiras entre o que é cultural e natural na paisagem do Maciço da Pedra Branca, perguntamos: o que deve ser protegido nesta área protegida? Responder a esta pergunta implica na adoção de critérios de classificação que determinam o que pode e o que não pode estar ali. Até o presente momento, a resposta a esta pergunta pelos órgãos ambientais fluminenses tem se dado pela ótica da ciência da conservação – nem sempre ciência, mas muitas vezes, valores e concepções com apelo científico aplicados por gestores. Segundo esta ótica autointitulada como científica, não apenas os homens devem ser reti-

rados, mas também algumas plantas e animais, caso sejam considerados exóticos ou exóticos invasores, devem ser removidos das áreas protegidas. A possibilidade de permanência nesses territórios se dá com base em critérios de classificação que assumem um formato jurídico e de verificação técnico-científica sobre a origem e permanência de humanos e não humanos. Por esta ótica, a historicidade da paisagem e suas decorrências para o ecossistema são igualmente negligenciadas.

Com base nos referenciais da Antropologia, concordamos com Prado (2003: 221) que a metáfora exótico-nativo, no contexto das unidades de conservação, é irresistível pelas muitas possibilidades analíticas que esta promove. Seja pela ideia primeira que esta oposição remete, de que o homem não pertence à natureza, seja pelo fato de que as categorias de alteridade, de inclusão-exclusão: invasor-nativo, os de fora e os de dentro, os estabelecidos e os *outsiders* (Elias & Scotson, 2000), constituem o próprio substrato da vida social e, portanto objeto de estudo primeiro da Antropologia e da Sociologia. No primeiro caso, chama atenção que o homem concebido como um ser apartado do mundo natural precisa conquistar o estatuto de pertencimento e vínculo com um dado território (por meio de categorias jurídicas e científicas) para tornar-se nativo⁶⁶. Ainda que esses dispositivos jurídicos sejam resultado de importantes lutas sociais, estes acabam por impor critérios objetivos (de origem, de tempo) para a conquista de direitos territoriais que não dão conta da riqueza de categorias locais para definir a experiência compartilhada de grupos sociais em seu lugar.

No segundo caso, é interessante pensar, inspirado nos autores clássicos da Sociologia e Antropologia, que os critérios de oposição e alteridade estabelecidos na vida social fornecem também os princípios de classificação da natureza. Durkheim e Mauss (1978), ao dedicarem-se ao estudo das representações sociais, demonstram como as formas de classificação das plantas e animais expressam valores que vêm da vida social: religiosos, mágico-simbólicos e das relações dos homens entre si, ou, como diria Bourdieu (2006), critérios de divisão social. Existiriam, portanto, diferentes sistemas de classificação da natureza, de acordo com as formas de organização social e representações de cada sociedade. Entendemos, sob esta lógica, que para os diferentes grupos sociais, plantas e animais podem ser úteis ou nocivos, sagrados, daninhos, selvagens ou domésticos, exóticos e invaso-

66 O uso da definição *populações nativas* (vigente no Rio de Janeiro a partir de lei estadual n. 2.393 de 1995) é um instrumento jurídico que garante a essas populações o direito às terras que ocupam, por meio da atribuição de um *status* diferenciado com relação a outros grupos da sociedade nacional. Em termos legais, contudo, esta categoria ainda é fragilmente reconhecida em UCs de proteção integral. Já em 2000 foi introduzido na Lei 9.985 (2.000) SNUC o termo *populações tradicionais*. De acordo com esta Legislação, a permanência das chamadas populações tradicionais em UCs de proteção integral é permitida de modo apenas provisório.

res. E, finalmente, sendo a ciência moderna uma entre tantas formas possíveis de conhecimento e classificação da realidade, produz critérios de classificação que expressam em alguma medida valores e questões de uma época e, por conseguinte, as soluções a serem encaminhadas. Podemos lembrar, neste sentido, como, no século XIX, o tema da evolução esteve presente na vida social e foi partilhado pelas ciências humanas e pela Biologia, dando origem a teses sobre o surgimento e o destino da humanidade e sobre a evolução das espécies naturais.

O fato é que os critérios de classificação já em curso na vida social atribuídos a plantas e animais e que buscam atender necessidades de diferenciação, exclusão – inclusão, utilidade, de modo dinâmico e relacional, quando aplicados no contexto de unidades de conservação, assumem um formato cristalizado na forma de legislações e estudos técnico-científicos para definir o que deve ou não estar ali. No caso dos humanos, esses critérios têm sido definidos por meio do reconhecimento de grupos como tradicionais ou nativos (no caso fluminense); no caso das plantas e animais, estes são informados por estudos ecológicos.

Mas, não se trata de questionar aqui os pressupostos científicos que determinam o que é exótico, exótico invasor ou nativo, mas sim problematizar o fato de que critérios objetivos das ciências se apoiam sobre um conjunto de valores socialmente construídos. Nas palavras de Barreto Filho (2001), a ciência é um artefato cultural, muito menos estável ou universal do que gostaria de ser.

No caso em questão, queremos chamar atenção para o fato de que todo este debate tem sido feito sob a influência de valores do conservacionismo, aqui definido como uma concepção antagônica da relação homem-natureza, e que defende sistematicamente a criação de espaços integralmente protegidos das interferências humanas. Sob este enquadramento, pouco interesse tem sido dado às pesquisas sobre a contribuição ou efeito do manejo humano sobre a biodiversidade, e também têm sido desprezadas as formas de conhecimento dos homens sobre as plantas e sua importância material e simbólica na subsistência dos grupos, exceto quando estes são utilizados para critérios de validação científica.

Antonio Carlos Diegues (2002), em sua obra referencial *O mito moderno da natureza intocada*, faz uma crítica contundente ao modelo de conservação baseado na criação de parques ou, como ele define: “ilhas de conservação da natureza”. Em primeiro lugar, porque esconde o fato de que tais espaços já vinham sendo manejados pelas populações humanas há milhares de anos e, em segundo, porque acaba justificando que fora desses espaços a destruição pode se realizar sem contestação.

Numerosas populações se viram impedidas de reproduzir seu modo de vida e relações tradicionais com a natureza, porque seu lugar virou um parque (Diegues; Nogara, 1994). Passaram a observar, com perplexidade, que neste mesmo espaço – no qual doravante não podem permanecer em vista do impacto atribuído à sua presença – se dá a construção de centros de visitação, áreas de lazer para uma coletividade diferente daquela que caracterizava a sua comunidade.

Um morador do PEPB manifesta o processo de inversão em que moradores que habitavam previamente o território a ser protegido e sob esta lógica, eram nativos, passaram a ser tratados como “invasores”, ao afirmar que: “não foi a gente que entrou no parque, mas o parque que entrou na gente”. Prado (2003: 227) também destaca que, aos olhos da população da Ilha Grande⁶⁷, exóticas são as atividades de turismo e as interferências dos órgãos ambientais, que têm como objetivo educá-los e civilizá-los ecologicamente.

A partir do imaginário conservacionista, estabelece-se um jogo de alteridade, de inclusão e exclusão que antecede o debate propriamente técnico-científico sobre o que é nativo ou exótico/invasor em espaços protegidos. Populações nativas tornam-se invasoras e seus saberes locais são desconsiderados. Para que reconquistem o estatuto de nativos, precisam comprovar seu direito de permanência no território, pelo reconhecimento formal do título de população tradicional e ou nativa. A pesquisa científica e o turismo, tidos como atividades intrínsecas aos parques, tornam “nativa” a presença de caminhantes, excursionistas e pesquisadores vistos como portadores de uma consciência ambiental que os moradores do lugar não possuem.

É, portanto, neste contexto político e ideológico que se estabeleceram as primeiras medidas de controle de plantas invasoras em parques estaduais fluminenses, realizadas a partir de 2007 no Parque Estadual da Ilha Grande. Nesta ocasião, foi iniciado um projeto de retirada de bambus e o anilhamento de jaqueiras. O caso é retratado por Prado (2010) ao descrever a grande indignação da população local, seja pela forma pouco participativa de como o projeto foi implantado, seja pela desconsideração do ponto de vista dos moradores sobre o tema e de suas formas históricas de apropriação material e simbólica dessas plantas. Em acordo com esta autora, que descreve com detalhes o caso e fornece inclusive as justificativas ecológicas para a retirada das plantas (2010: 86), voltamos a insistir que não questionamos aqui as premissas ecológicas que determinam esta ação, mas

67 Localizada na Região da Costa Verde no estado do Rio de Janeiro. Nesta localidade foi criado, em 1971, o Parque Estadual da Ilha Grande.

o modo como o processo foi conduzido, desconsiderando as populações locais como parte integrante daquele ambiente e, por conseguinte, o estatuto de ilegitimidade a que foram relegadas as formas de conhecimento local. Posteriormente, em abril de 2014, também na Ilha Grande, iniciou-se a derrubada de palmeiras imperiais da Praia Preta, na Enseada da Praia do Abraão. Foram derrubadas seis das quatorze palmeiras ali existentes. Diante da polêmica da retirada das árvores centenárias, o diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Inea, Guido Gelli, determinou a interrupção imediata de novos cortes, alegando desconhecimento sobre as ações⁶⁸. Em reportagem do jornal *O Globo*, o diretor argumenta:

Uma árvore desse tipo tem não apenas valor botânico, mas histórico, cultural e emocional. Passei seis anos cuidando de palmeiras imperiais, no Jardim Botânico. Acho que, no mínimo, essa não é a prioridade da Ilha Grande. Quando a gestão do parque estiver 100%, a gente discute isso. Eram árvores centenárias, algumas com 40 m de altura. O coco, por exemplo, é exótico. Mas já imaginou nossas praias sem água de coco? Defendo que se faça controle da proliferação dessas espécies, mas não atitudes radicais que só colocam a comunidade contra o órgão ambiental – diz Guido (Alencar, 25 nov. 2014).

A suspensão do corte de palmeiras revela a discordância entre os técnicos sobre as formas de controle de plantas exóticas. A controvérsia pode ser orientada em parte por diferentes perspectivas de formação profissional, mas também, como vínhamos discutindo, por distintos vieses políticos e ideológicos. A fala do recém-empossado diretor da Dibap chama atenção pela perspectiva socioambiental, ao incluir no debate sobre a conservação, a preocupação com os vínculos daquela população com as plantas e seus produtos. Há também na citação uma referência implícita ao conceito de paisagem como elemento também merecedor de proteção. Apresentados todos esses elementos, o que esta situação põe em evidência é que a avaliação objetiva sobre os danos ecológicos causados pelas palmeiras não torna evidente ou justificável sua extirpação. Cabe perguntar qual o contexto político e ideológico que torna possível pensar a eliminação de palmeiras-imperiais. Em outras palavras, os critérios científicos estão imunes ao julgamento e aos critérios de distinção que plantas e animais assumem para diferentes grupos sociais?

O artigo de Araújo e Silva (2010) aborda a questão das pragas e doenças que se desenvolvem nas palmeiras, mas sua derrubada não consta nas formas de

68 O diretor da Dibap/Inea assumiu o cargo em um contexto de mudanças políticas do quadro de dirigentes da Secretaria Estadual do Ambiente durante o período eleitoral em 2014. Quando ele assume a Dibap, portanto, a iniciativa de retirada das palmeiras já estava em curso.

solução do problema. De acordo com esses autores, o título “imperial” atribuído à *Roystonea oleraceae* remete a conteúdos de nobreza e de identidade nacional. Segundo eles (2010: 26), uma das lendas mais populares sobre o Jardim Botânico do Rio de Janeiro é de que esta palmeira foi plantada pelo próprio D. João, originando daí sua denominação comum de palmeira-imperial e também devido à sua exuberância e ao seu porte. Neste sentido, pode-se compreender como o episódio de sua retirada trouxe componentes de forte violência simbólica. A controvérsia revela também que mesmo os atributos objetivos atribuídos às palmeiras são avaliados de forma relacional e não fixa. Isto vale tanto para os princípios ecológicos que consideram a interação das palmeiras com outras espécies em ambientes específicos (ilhas, UCs, Jardim Botânico), mas vale também para as categorias sociais de classificação de plantas e animais. Isso explica o fato de que, no Jardim Botânico, elas são cuidadosamente tratadas como elemento icônico de sua paisagem e símbolos de nosso passado imperial e, na Praia Preta, podem ser derrubadas. Inspirada em Mary Douglas (2010), podemos dizer que a noção de pureza e impureza não são atributos fixos, pois aquilo que é considerado puro, pode em outro momento ser considerado impuro, pelo fato de ser posto em outro lugar.

Na sede do Parque Estadual da Pedra Branca foram anilhadas, sem alarde, algumas jaqueiras. Embora nenhuma outra ação deste tipo tenha sido efetivada, são constantes as ameaças de retirada dos cultivos agrícolas de bananas e, junto com eles, seus produtores. Assim, na reportagem do *Jornal G1* de 27 de maio de 2011, lê-se: “Imagens mostram plantação ilegal de bananas em parque ambiental no Rio”. Nesta matéria, o entrevistado e responsável pela Coordenadoria de Combate aos Crimes ambientais, José Maurício Padrone, afirma:

Existe um projeto, o projeto vai terminar no final do ano e a secretaria vai indenizar essas pessoas que estão lá, e vai acabar com a banana, com essa plantação de banana, e plantar mudas de Mata Atlântica nativa daquela região”, disse José Maurício Padrone, da Coordenadoria de Combate aos Crimes ambientais (*G1*, 27 maio 2011).

O projeto citado é, na verdade, o plano de manejo, que, em sua fala, parece ser o instrumento (nessa ocasião nem sequer pronto) que finalmente fornecerá a justificativa técnica para a remoção dessas “pessoas” e de suas plantações. Há nessa fala a referência implícita à banana como planta exótica. A criminalização dos produtores, com base em princípios da Legislação ambiental e dos valores conservacionistas (Fernandez, 2014) oculta a história da ocupação do Maciço da

Pedra Branca. Aos olhos do leitor fica a impressão de que, sobre uma área florestada, houve a invasão de pessoas e de cultivos agrícolas, quando, de fato, o PEPB foi implantado aos poucos, sobre cultivos previamente existentes. Historicamente esta dicotomia não existe: a atual floresta avançou sobre as áreas utilizadas para a fabricação do carvão.

Ao reconstituirmos brevemente como este debate se realiza na arena pública⁶⁹, queremos demonstrar como o tom da imagem, se positivo ou negativo sobre esta questão, já produz enquadramentos para o encaminhamento das soluções. Neste caso, trata-se do tema da permanência humana em UCs, marcada por uma clara concepção de separação entre espaços de produção e de conservação, e que reforça o discurso da invasão dos homens e suas plantas.

Nossa proposta, é, portanto, fornecer novos enquadramentos para esta questão, desnaturalizando leituras dominantes na mídia e no discurso oficial a respeito de como o Parque Estadual da Pedra Branca veio a ser o que é, e reconstituir as formas históricas de manejo e formação de seus sistemas agrícolas. Começemos, portanto, pelo resgate da presença e das interações das espécies exóticas no Maciço da Pedra Branca.

As origens interativas das espécies exóticas

Muitos trabalhos vêm demonstrando que florestas tidas como primárias podem ter sido intensamente manejadas pelo homem no passado (Adams, 1994; Balée, 2009). Um dos exemplos que melhor demonstram como a ação antrópica pode ser reconhecida é a presença de roças abandonadas por populações tradicionais, particularmente as populações caiçaras no Sudeste Brasileiro. As extensas áreas utilizadas preteritamente para cultivos de subsistência geraram florestas secundárias em diversos estágios de regeneração, alterando consideravelmente a composição, a estrutura e a funcionalidade originais da Mata Atlântica (Oliveira, 2008).

Antigas roças e moradias também deixaram marcas na paisagem, que podem ser detectadas nos atributos da floresta que se sucede ao abandono dos plantios. A respeito da composição florística destes paleoterritórios, a presença de espécies exóticas introduzidas, ou mesmo de nativas domesticadas ou manejadas, constitui uma das interações mais evidentes deixadas pelas populações passadas nas florestas que se regeneram. Estas são relativamente frequentes no interior da Mata Atlântica secundária do Maciço da Pedra Branca.

69 Arena discursiva formada por organizações, especialistas, governo, sociedade civil e a mídia (Fuks, 2001).

Introduzidas ou manejadas com as mais diversas finalidades (medicinais, rituais, alimentares), mais do que um simples vestígio material ou imaterial de populações passadas, estas espécies podem desempenhar uma importante resultante ecológica, seja na dinâmica das populações de outras espécies nativas, seja na ciclagem de nutrientes ou ainda na oferta de recursos para a fauna. A Tabela 1 apresenta um conjunto de 27 espécies que ocorrem no interior das florestas do Maciço da Pedra Branca. Trata-se de espécies que permaneceram no sistema ecológico após o abandono do uso das áreas por populações passadas.

Tabela 1: Espécies não indígenas de origem histórica encontradas em trechos florestais secundários do Maciço da Pedra Branca, RJ (adaptado de Oliveira e Silva, 2011).

Nome vulgar	Espécie	Origem provável	Uso(s)	Ambiente de ocorrência
abacate	<i>Persea americana</i> Mill.	América tropical	alimentar e medicinal	plantios abandonados/ bordas de florestas
abre-caminho	<i>Lygodium volubile</i> Sw.	América tropical	ritual	Interior das formações florestais
alfavaca	<i>Ocimum gratissimum</i> L.	África, Índia e Pacífico Sul	condimentar e ritual	sub-bosque de formações florestais e bordas
bambu-comum	<i>Bambusa tuldoides</i>	Ásia	construção e artesanato	florestas secundárias, próximo a ruínas
bambu-mirim	<i>Philosttachys aurea</i>	Ásia	construção e artesanato	bordas de florestas
banana	<i>Musa x paradisiaca</i> L.	Ásia	alimentar	borda e interior de florestas
beijo-de-frade	<i>Impatiens walleriana</i> Hook. f.	África	ornamental	borda de florestas em áreas úmidas
cabaceira	<i>Crescentiacytete</i> L.	América Tropical	uso doméstico	Próximo a ruínas de casas
café	<i>Coffea arabica</i> L.	África	alimentar	antigos cultivos interior de florestas secundárias
caimito; abiu-roxo	<i>Chrysophyllum cainito</i> L.	América Central e Antilhas	alimentar	antigos pomares florestas secundárias
cantaria	<i>Oeceoclades maculata</i> Lindl.	África	ritual	interior de florestas

Nome vulgar	Espécie	Origem provável	Uso(s)	Ambiente de ocorrência
capim-colonião	<i>Megathyrsus maximus</i> (Jacq.) B. K. Simon & S. W. L. Jacobs	África	forragem	extensas áreas de florestas, chegando às bordas
chuchu	<i>Sechium edule</i> (Jacq.) Sw.	América	alimentar	proximidade de ruínas de casas
comigo-nin-guém-pode	<i>Dieffenbachia picta</i> Schott.	América Central e Sul	ritual	ambiente de ruínas de casas
cana-do-brejo	<i>Costus spiralis</i> Rosc.	América do Sul	medicinal	interior de florestas
dracena; pau-d'água	<i>Dracaena fragans</i> Ker-Gawl.	África	cercas e ritual	bordas de floresta e ruínas
espada-de-são-jorge	<i>Sansevieria trifasciata</i> Prain	África	ritual	ruínas de casas
goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.	Brasil	alimentar	plantios abandonados em áreas enso-laradas
jaqueira	<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	Ásia	alimentar e ma-deira	escapada de cul-tivo, apresenta recrutamento em condições naturais.
laranja-da-terra	<i>Citrus aurantium</i> L.	Ásia	alimentar	plantios abandonados e formações secundárias
limão-galego	<i>Citrus aurantifolia</i> (Christem.) Swingle	Ásia	alimentar	antigos pomares e antigos quintais
lírio-do-brejo	<i>Hedychium coronarium</i> J. König	Ásia	medicinal e ritual	florestas alagadas
mangueira	<i>Mangifera indica</i> L.	Ásia	alimentar	antigos pomares; não apresenta recrutamento em condições de florestas
mexerica	<i>Citrus deliciosa</i> Ten.	Mediterrâneo	alimentar	antigos quintais
taioba	<i>Xanthosoma sagittifolium</i> (L.) Schott	América	alimentar	antigos quintais e bordas de floresta
trapoeraba	<i>Tradescantia zebri-na</i> Hort. exBosse	América Tropical	ornamental	bordas de florestas
urucum	<i>Bixa orellana</i> L.	América Tropical	ornamental e condimentar	plantios abandonados/ florestas secundárias

De um total de 27 espécies exóticas à flora do Maciço da Pedra Branca, apenas seis (22,3%) apresentam, nas condições locais, alguma tendência à invasibilidade de áreas florestadas (bambu-mirim, bambu-comum, capim-colonião, cana-do-brejo, jaqueira e trapoeraba). As demais 77,7% formam populações residuais e sem tendência à expansão, seja porque apresentam reprodução vegetativa (como o comigo-ninguém-pode, o pau-d'água, a espada-de-são-jorge ou a taioba) ou por outros motivos.

Ainda sob o enfoque da composição destas florestas secundárias no Maciço da Pedra Branca, uma marca significativa na paisagem diz respeito à sua dimensão não material. Um bom exemplo é a presença no interior de formações florestais de espécies ligadas a ritos afro-brasileiros, como a espada-de-são-jorge (*Sansevieria trifasciata*), pau-d'água (*Dracaena fragans*) ou comigo-ninguém-pode (*Dieffenbachia picta*). Estas espécies podem permanecer por longo tempo no interior da floresta e, em muitos casos, estão localizadas nas proximidades de ruínas de antigos quilombos. O tempo de permanência dessas espécies nos ecossistemas florestais é variável, podendo ser encontradas em ruínas no interior de formações florestais bastante avançadas sucessionalmente.

Muitas dessas espécies entram nas cadeias ecológicas e são submetidas às pressões seletivas ligadas à sua predação ou forrageamento pela fauna local. Um bom exemplo é o chuchu (*Sechium edule*). A partir do momento em que a espécie é abandonada nas taperas e a sucessão florestal se torna intensa, a mesma passa a constituir um recurso significativo para a fauna (especialmente a mastofauna). A jaqueira também constitui uma espécie cujos frutos se tornam recurso significativo para a fauna nativa, que aos poucos vai integrando-a às suas redes alimentares.

A banana e o caqui: culturas exóticas na paisagem do Maciço da Pedra Branca

Os bananais e caquizaís se espalham pelas encostas florestadas do maciço. Além de garantir o sustento dos agricultores e abastecer mercados locais, essas culturas acabam exercendo a função de demarcar no espaço, atualmente destinado à conservação, o controle da terra e a posse dos moradores que reclamam ter chegado ali antes da criação do Parque.

A presença da atividade bananicultora foi retratada por Armando Magalhães Corrêa, em seu livro *O Sertão Carioca*, escrito em 1933, no qual dedicou um capítulo aos bananeiros e aos seus cultivos no Maciço da Pedra Branca. Nesse capítulo, Corrêa discorre sobre a variedade, o tipo de solo ideal para o plantio, as

condições climáticas e também sobre o vendedor desse fruto – o bananeiro (Dias, 2014: 33).

Devido à longínqua existência da banana, não se pode afirmar com exatidão a sua origem, porém, segundo Corrêa (1933), na Malásia e nas Filipinas a banana já era cultivada há mais de quatro mil anos. A banana é um fruto que se reproduz com facilidade em terreno úmido e de clima quente e preferencialmente íngreme, características encontradas no Maciço da Pedra Branca, e, aliás, em outras encostas da cidade, do estado, e mesmo nas demais regiões do país. Neste sentido, a banana, apesar de exótica, é uma espécie bastante típica na paisagem e nos hábitos alimentares brasileiros. Sua abrangência nacional, no entanto, tem gerado movimentos⁷⁰ de afirmação de suas especificidades de tamanho, formas de manejo e gosto conforme a sua origem e variedade.

A utilização de animais de trabalho para “puxar a banana” ou retirar o fruto dos sítios para serem comercializados já aparece retratada em *O Sertão Carioca* e ainda hoje se constitui em meio de transporte essencial para os produtos no maciço, dada a acividade e condição precária dos caminhos e estradas.

A cultura da banana no Maciço da Pedra Branca causa controvérsia entre biólogos, ambientalistas, geógrafos, agrônomos e outros. Considerada uma planta exótica, alega-se que a bananeira não deixa crescer nada entre os seus pés, abre clareiras na mata, altera a vegetação original e aumenta o risco de deslizamentos em encostas. Outros, contudo, consideram que a bananeira, apesar de ser uma planta exótica, já está estabelecida ali há muito tempo; sua cultura não tem se expandido, e do ponto de vista erosivo, seus efeitos são desprezíveis (Freitas: 2000)⁷¹. Este autor conclui então que tais resultados deveriam ser levados em consideração para o equacionamento de conflitos territoriais com as populações locais e que estas deveriam ser incorporadas aos projetos de conservação.

Os estudos do plano de manejo do PEPB (2013: 48) apontam para a não expansão dos cultivos agrícolas, em contraste com a pressão urbana crescente sobre os limites do parque. Algumas das localidades reconhecidas pela existência

70 Há um projeto relacionado à organização de um arranjo produtivo local (APL) da banana fluminense (Lima, 2010) e indicação geográfica (do tipo denominação de origem) para a banana e o caqui, a banana e as plantas medicinais da Pedra Branca (Costa, 2014).

71 Freitas (2010), ao comparar três áreas de encosta do Maciço da Pedra Branca: a) com presença de bananais, b) em estágio de regeneração e c) de floresta, constata que o risco de processos erosivos nos bananais são desprezíveis.

de cultivos agrícolas no PEPB, tais como a vertente de Vargem Grande, foram aquelas que também apresentaram índices elevados de regeneração da floresta⁷².

A AEI⁷³ Vargem Grande (grifo do autor) abrange pequenas áreas de restauração e de floresta em estágio inicial, e grande parte da sua extensão ocupada por florestas em estágio médio ou avançado. Por ainda abrigar extensões relativamente grandes de florestas em estágio avançado foi parcialmente inserida dentro da zona de preservação da UC (Rio de Janeiro, 2013: 48).

Mesmo não tendo áreas de favela nesta região, existem pequenos produtores rurais que vivem com menos de 1 salário mínimo e sem acesso à infraestrutura de água, luz, saneamento, saúde e educação.(...) As áreas de cultivo desta AEI são muito menores do que as da zona oeste e estão, predominantemente, associadas à cultura de banana, mas também ocorre o plantio de hortaliças. Dentre as áreas de ocupação antrópica encontra-se a comunidade da Astrogilda, onde ocorrem indícios da descendência quilombola, mas ainda sem confirmação⁷⁴ (Rio de Janeiro, 2013: 48).

A chamada zona de preservação, conforme consta na citação acima do plano de manejo, é considerada a área mais restritiva de uma UC. O que coloca novamente um impasse sobre os critérios de interpretação sobre o tema da permanência humana em UCs. Adota-se a tipologia preestabelecida do zoneamento dos roteiros metodológicos de planos de manejo⁷⁵ ou parte-se dos estudos ecológicos combinados com perspectivas históricas e antropológicas para o equacionamento desses conflitos?

Ao contrário dos bananais, cuja existência neste território nos remete ao período da colonização, os caquizeiros chegaram ao Maciço da Pedra Branca na década de 1950 (Dias, 2014). Quem nos conta esta história é Seu Thiago, agricultor de origem portuguesa e morador do Rio da Prata^{76, 77}, e que apresenta o primeiro pé de caqui plantado nesta localidade. Segundo ele, as primeiras mudas chegaram ao maciço trazidas por seu pai (já falecido), que adquiriu alguns exemplares no

72 Contribui para a recomposição florestal o fato de esta localidade estar situada na vertente sul e, portanto, ser mais úmida do que a vertente norte.

73 Área estratégica interna.

74 Em agosto de 2014 foram reconhecidas duas comunidades quilombolas no território do PEPB pela Fundação Palmares: o Quilombo do Camorim e o Quilombo Cafundá de Astrogilda, popularmente designado como Quilombo Vargem.

75 “A zona de preservação (ZP) deve, preferencialmente, estar localizada no centro da UC, e estar sempre protegida pela zona de conservação. (...) Na ZP, as atividades humanas serão limitadas ao monitoramento, à fiscalização e à pesquisa exercida somente em casos especiais”, informa o roteiro metodológico para elaboração de planos de manejo do Instituto do Ambiente (2010: 54-63).

76 Localidade do bairro de Campo Grande.

77 Em depoimento a Dias (2014).

bairro vizinho, Santíssimo, e plantou em seu sítio. As mudas doadas aos vizinhos logo se espalharam pelas demais propriedades e o cultivo do caqui se tornou uma das atividades agrícolas mais importantes do local.

O caqui é uma espécie exótica originária da Ásia e seu nome é uma alusão à cor do fruto, que em japonês significa “amarelo escuro” (Brasilcult apud Dias, 2014). Enquanto a banana é plantada nas encostas sombreadas, o caqui é cultivado nas soalheiras, ou encostas ensolaradas, que anteriormente foram destinadas ao cultivo da laranja (Musumeci apud Leal, 2005: 61). Também exótico, o caquizeiro perde grande parte de sua folhagem durante o inverno, diminuindo a cobertura vegetal. Sua safra vai de março a junho e envolve grande volume de trabalho e dedicação de um número maior de membros da família e trabalhadores pagos. É considerada a cultura mais rentável, justamente por concentrar-se em um período de três, quatro meses, permitindo ao agricultor a formação de um pequeno excedente.

Novos e emblemáticos sentidos têm sido atribuídos à cultura do caqui na Pedra Branca. O processo de ambientalização de valores (Leite Lopes, 2004) vivido pelos agricultores estimulou muitos deles à conversão orgânica de sua produção e à afirmação da importância dessa agricultura para a manutenção dos limites do Parque e para a produção de alimentos locais e livres de agrotóxicos. Pelo quinto ano consecutivo é organizado o dia do Tira-caqui, sempre em 21 de abril⁷⁸, como uma data na qual consumidores podem vivenciar o modo de vida dos agricultores e as dificuldades que envolvem seu trabalho. Por meio deste esforço intencional de afirmação identitária na paisagem e no território, o caqui, assim como a banana, torna-se cada vez mais “nativo” na Pedra Branca.

Na atualidade podemos observar uma tendência à especialização dos agricultores do maciço no cultivo da banana e do caqui. Uma série de fatores está relacionada a esta tendência: os impedimentos ambientais para expandir e tecnificar seus cultivos⁷⁹, a especialização em culturas com pouco manejo e menos exigência de trabalho de outros membros da família, a necessidade imposta pela crescente adesão aos padrões de consumo urbano, que estimula a comercialização de produtos com valor de troca para a aquisição de outros que não são produzidos pelos agricultores.

78 Incorporando a simbologia do feriado de Tiradentes e o trocadilho Tira-dentes/ Tira-caqui.

79 Em geral, os agricultores mantêm os cultivos sem expandi-los, mas a falta de infraestrutura, de melhores condições técnicas e a falta de mão de obra contribuem para que antigas roças sejam abandonadas e se convertam em mata. Uma vez que atingem determinado estágio evolutivo não podem mais ser roçadas, sob o risco de multas ambientais.

Ainda assim, encontramos uma alternatividade entre culturas de mercado e aquelas destinadas ao autoconsumo. Ou seja, existem produtos que, de acordo com a quantidade de produção, tanto podem ser comercializados quanto podem ser consumidos pela família. Historicamente, esta alternância tem sido um mecanismo importante para o equilíbrio das necessidades de subsistência e reprodução social da produção de base familiar.

Além do caqui e da banana, aipim, inhame-rosa, tangerina, manga, abacate, acerola, limão, chuchu, quiabo, milho, batata-doce, abobrinha, taioba, fruta-pão, guandu e hortaliças são alimentos também cultivados no maciço e comercializados quando possível.

A questão da diversidade de culturas e fartura é um ponto de inflexão na memória dos agricultores, que organiza a percepção do tempo. A criação do Parque aparece nos relatos como um impedimento para o desenvolvimento de algumas atividades agrícolas e extrativistas. O relato de um casal de produtores também oscila entre o passado de fartura e o presente de maior necessidade dos produtos do mercado⁸⁰.

Seu Enedino lembra que antigamente só era preciso comprar o sal, se fazia farinha e outros produtos... Sua esposa, Dona Marli, contudo, em outro momento, ao apresentar com orgulho suas plantações, afirma: “se falta café tem chocolate, se falta carne tem ovo, se falta gás, tem lenha”, chamando atenção para o fato de que a produção familiar ainda tem importante papel na manutenção da casa (Fernandez, 2009: 237).

Podemos encontrar na obra *O Sertão Carioca* (1933) um precioso registro histórico deste campesinato e de suas atividades: o cultivo da banana, a pesca e as atividades artesanais ligadas ao extrativismo ou dependentes dos recursos naturais disponíveis na região, como o trabalho das esteireiras, que faziam uso da taboa, do junco e a tiririca recolhidos nos campos e lagoas; os cesteiros, que utilizavam cipó e bambu em seus balaios, peneiras e jacás; os tamanqueiros, que buscavam madeira leve para fazer formas de sapateiro, tamancos, colheres de pau, gamelas etc.; os cabeiros, que retiravam das matas troncos adequados para fabricar cabos para os instrumentos agrícolas e domésticos; os oleiros, que produziam telhas, tijolos e vasos de cerâmica e muitos outros tipos. A especialização na cons-

80 Cabe enfatizar que as alterações nas atividades agrícolas no Maciço não se devem apenas à criação do PEPB, mas a um conjunto de mudanças estruturais na economia, nos padrões de consumo e nos processos de evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, alterando o lugar desta pequena agricultura para o abastecimento da cidade.

trução de casas de pau-a-pique (Guimaraens; Cavalcanti, 1984: 58) também era outra atividade bastante valorizada no *Sertão Carioca* e ainda hoje realizada.

Vianna (1992) também ressalta que os moradores mais pobres podiam ainda dedicar-se a explorar elementos do entorno pouco controlados pelos proprietários de terras, tais como o capim para forragem, a venda da areia de rio para construção, terra estrumada para plantações e jardins, e ervas para fins medicinais, religiosos ou decorativos.

De acordo com Sarmiento (1998), o autor de *O Sertão Carioca* descreve o homem em interação com o ambiente, estabelecendo certa tipificação organológica de acordo com suas atividades profissionais desenvolvidas no *habitat*. Mas a despeito desta crítica, sua obra pode ser utilizada como um registro etnográfico do sistema agrícola local, uma vez que permite a compreensão integrada desses elementos, ao apresentar “os sertanejos”⁸¹, com suas técnicas, objetos, casas, suas lavouras, ritos, saberes e inúmeras outras atividades que são fruto de uma relação indissociável entre o homem e o ambiente.

Neste sentido, a paisagem percebida como um documento que expressa as marcas dos diferentes usos humanos na floresta é também uma paisagem incorporada pela experiência de vida e pelas dinâmicas do trabalho. Ela encontra-se na memória de seus moradores e na experiência cotidiana da atividade agrícola e outras que ali se desenvolvem e das relações de sociabilidade construídas neste território. De acordo com Esterici (1987: 100), “*o ser morador* implica também um período de maturação que tem a ver não apenas com o ciclo de desenvolvimento das plantas e edificações, mas com as próprias relações construídas no lugar”.

Dona Marli, a quem nos referimos em citação anterior, além de agricultora, é poetisa e gosta de desenhar. Seu poema em conjunto com a sua ilustração da paisagem do Maciço da Pedra Branca expressam uma territorialidade construída a partir de uma dimensão simbólica e cultural do espaço vivido. Certas formas visíveis do espaço: as serras, seus caminhos íngremes, a natureza, as plantações de banana e os animais de transporte, compõem um sistema no qual Dona Marli se sente em casa. O poema traz também referência ao controle da terra e a autossuficiência, traduzidos no “meu pedaço de chão” e “meu pão”. Os caminhos também são destacados como elementos que interligam a casa, o trabalho penoso na agricultura e a possibilidade de subsistência no PEPB (Fernandez, 2009: 220).

81 Termo utilizado pelo autor para referir-se aos habitantes do sertão carioca.



Gosto do meu pedaço de serra,
Gosto do meu pedaço de chão,
Planto a semente na terra,
Para colher o meu pão,
Quando cai a chuva,
Fica tudo enlameadinho,
Não tem asfalto,
Fica cheio de lama o caminho,
Mas nosso Deus, o nosso criador,
Nos abençoa com o seu grande amor.

A solidariedade entre os vizinhos, na oferta de alimentos (produtos do quintal e da lavoura não comercializados, animais de criação abatidos e os da caça⁸²) e de préstimos também aparecem neste sistema que abrange os homens, animais, plantas, o ambiente e também os seres espirituais. Embora existam distinções entre a mata, a lavoura, a casa, o quintal, existem entre eles relações de complementaridade e de integração muito diferentes das concepções conservacionistas marcadas pelo antagonismo entre os espaços de conservação e de produção. A mata neste sentido não é um espaço sem regras, mas classificado e interpretado de acordo com os mesmos princípios que regulam a vida social. Deste modo, deve-se entrar na mata com respeito, como se entra em casa alheia.⁸³ Como reminiscência

82 Trabalhamos aqui com os relatos sobre a caça realizada no passado. Para saber mais, ver capítulo que trata deste tema na presente publicação.

83 Dona Lila (já falecida) em entrevista, explica que ao entrar na mata é preciso pedir licença ao “capitão do mato”.

dos cultivos abandonados nas taperas, já citados na seção anterior, alguns moradores se referem ao chuchu da grota como um alimento que qualquer pessoa pode pegar, porque não foi plantado por ninguém. Já outros alimentos cultivados pertencem àqueles que detêm o controle da terra.

Aliás, a disposição dos sítios e das casas é outro elemento importante para a construção de uma paisagem que conta a história de vida dessas pessoas e de seu habitar neste espaço ao longo do tempo: as famílias, os casamentos, a sucessão de terras que dá possibilidade de continuidade do trabalho agrícola de uma geração para outra. Neste sentido, ser nascido e criado no maciço não significa manter-se na mesma casa e propriedade por todo o tempo. Assim são comuns os relatos: “eu nasci naquela casa, hoje é meu tio que mora lá”, “minha casa, foi herança de minha esposa”, “meu pai alugou de minha avó, depois comprou”, “aquele pedaço é meu, mas meu cunhado tem um bananal ali”..

No Maciço da Pedra Branca, assim como em outras UCs de proteção integral, vive-se uma situação paradoxal⁸⁴, em que a criação da área protegida contribuiu para sufocar as atividades agrícolas que já passavam por importantes restrições, mas acabou por preservá-la também do processo voraz de ocupação urbana que acontece no entorno da UC. Os agricultores, neste sentido, insistem em afirmar sua contribuição para a proteção dos limites do parque, sua colaboração no combate aos incêndios e controle sobre os usos sociais nesse território.

Voltamos então à pergunta: como equacionar esta história? Como definir o que pode ou não existir nesses espaços? O reconhecimento desses ambientes como artefatos culturais e fruto de interações entre humanos e não humanos pode contribuir para novos enquadramentos deste problema. Essas novas possibilidades têm sido possíveis a partir de um longo debate e real enfrentamento sobre as formas de equacionar a desigualdade social e uso equilibrado dos recursos naturais. Uma série de tratados, legislações e relatórios refletem esses avanços, mas citamos aqui e em referência ao caso brasileiro, o marco da Constituição de 1988 que “trata o ambiente, a cultura e a dignidade humana no mesmo plano hierárquico” (Sathler, 2008: 1). O que procuramos demonstrar ao longo do capítulo é que embora existam critérios objetivos para a classificação de humanos e não humanos que podem ou não permanecer em UCs, em ambos os casos, princípios

84 Esta contradição não ocorre apenas no PEPB. Na maioria dos parques existem conflitos de permanência humana fruto de uma política ambiental socialmente excludente. No entanto, esse processo fez com que a luta por direitos étnicos, territoriais e humanos encontrasse na agenda ambiental um importante estratégia discursiva (Montero, 2012).

jurídicos e ecológicos devem considerar valores, práticas e conhecimentos locais que “tornam nativos” plantas, homens e animais.

Recentemente, a perspectiva da agrobiodiversidade procura incluir no debate sobre a biodiversidade o papel milenar da agricultura e da domesticação de plantas para a diversidade genética e produção de alimentos. Neste sentido, o sistema agrícola com todos os seus elementos – plantas e animais, objetos, alimentos e o espaço – conformam uma paisagem cultural⁸⁵ que é também merecedora de conservação e patrimonialização⁸⁶, seja pela sua engenhosidade, pela riqueza cultural, pela diversidade genética das espécies, pela reprodução social desses grupos em seus territórios e, sobretudo, pela manutenção de modelos de produção de alimentos com baixos fluxos de energia e materiais necessários à reprodução das populações humanas, quando comparados com o modelo dominante de produção agrícola que se desenvolveu em escala global após a II Guerra Mundial. Deste modo, Schmitt (2011: 6), ao referir-se ao processo de realocação de alimentos, destaca que “a transição para novos formatos de produção, processamento e consumo de alimentos socialmente justos e ambientalmente sustentáveis coloca em questão, portanto, as estruturas de poder que hoje governam o sistema agroalimentar.” Podemos pensar, portanto, que o sistema agrícola da Pedra Branca não é apenas um resquício cristalizado do antigo sertão carioca, tampouco é um parque sem gente, mas um espaço dinâmico de invenção de novos modelos socioprodutivos e de relações com a cidade.

Considerações finais

Como se pode constatar, é muito amplo o espectro das resultantes relativas à relação entre os elementos humanos e não humanos na constituição das paisagens. Esta relação é constituída por duas vertentes bastante heterogêneas: pelo lado humano, a cultura, os valores e as relações sociais podem ser entendidos no contexto das intencionalidades humanas. Pluridiversas e mutantes ao longo da história, essas intencionalidades só se realizam na medida em que convivem e se misturam com o que não é humano (Abram, 1997).

85 Termo que procura valorizar todas as formas de interação humanas e naturais na paisagem. Foi adotado pela Unesco em 1992 e pela Convenção Europeia em 2000. No Brasil, foi adotado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio da Portaria 127/2009.

86 Juliana Santilli (2009), sócia-fundadora do Instituto Socioambiental (ISA) e Promotora de Justiça do Distrito Federal, inclusive propõe a criação de uma nova categoria de UC, a reservas de agrobiodiversidade, destinada à conservação *in situ* dos parentes silvestres das plantas cultivadas e conservação *on farm* que estaria voltada ao manejo dinâmico e sustentável dos sistemas agrícolas.

Por outro lado, a vertente natural apresenta uma dinâmica ecológica própria, igualmente mutante ao longo do tempo. Esta dinâmica é formada por aspectos evolutivos, ecológicos e geomorfológicos, onde a adaptabilidade às mudanças constitui a mola mestra de sua funcionalidade ao longo do tempo. Segundo Cabral (2014), torna-se cada vez mais difícil compreender tanto a natureza livre de processos sociais quanto entender a sociedade separada dos processos ecológicos, nas mais diversas escalas. Assim, a presença do contingente de espécies exóticas no interior do Parque Estadual da Pedra Branca, interagindo positiva ou negativamente com os seus processos ecológicos, constitui um promissor campo de estudos voltado para a multidimensionalidade própria da paisagem, que pode incorporar tanto a sua manifestação ecológica como o registro cultural da milenar e atual interação do homem com a mesma.

Referências

- ABRAM, David. *The spell of the sensuous: perception and language in a more-than-human world*. New York: Vintage Books, 1997.
- ADAMS, Cristina. As Florestas Virgens Manejadas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia*, v. 10, nº 1, p. 3-20, 1994.
- ALENCAR, Emanuel. Corte de palmeiras imperiais vira polêmica na Ilha Grande Inea derruba seis árvores exóticas em área de parque estadual. 2014. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 nov. 2014. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/corte-de-palmeiras-imperiais-vira-polemica-na-ilha-grande-14651046>. Acesso em 02 mar. 2015.
- _____. Roça invisível: produtores rurais tentam sobreviver à falta de incentivos. 2013. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 jul. 2013. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/produtores-rurais-do-rio-tentam-sobreviver-falta-de-incentivos-9021943>. Acesso em 10 mar. 2015.
- BALÉE, William. Culturas de Distúrbio e Diversidade em Substratos Amazônicos. In: Embrapa (Org.). *As Terras Pretas de Índio da Amazônia: sua Caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas*. Manaus: Embrapa Amazônia, 2009, p. 48-52.
- BARRETO FILHO, Henyo Trindade. *Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. No mutirão da vida – pensando como um historiador ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)*, v. 31, p. 139-154, 2014.
- CORRÊA, Armando Magalhães. *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

- COSTA, Vanise Baptista. *A indicação geográfica como ferramenta de valorização de território e proteção de comunidades locais com reputação de cultivo de plantas medicinais: o caso da região do Maciço da Pedra Branca – estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação) – Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, 2014.
- CRUMLEY Carole L. Historical ecology: a multidimensional ecological orientation. In: CRUMLEY Carole L. (Ed) *Historical ecology: cultural knowledge and changing landscapes*. Santa Fe: School of American Research Press, 1994, p. 1-16.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 4a. ed. São Paulo: Anablume/Hucitec, 2002.
- DIAS, Marcia Cristina de Oliveira. *Paisagem cultural do Maciço da Pedra Branca: a construção social de identidades em um território em disputa*. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.
- DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, José Albertino (Org.). *Durkheim*. São Paulo: Ática, 1978.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Conservacionismo e políticas de desenvolvimento: o legado dos parques. In: ESTERCI, Neide; SANTANA JR., Horácio Antunes; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. (Orgs.). *Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.
- _____. *Do sertão carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro 2009*. 1 v. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- FUKS, Mário. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- GUIMARAENS, Dinah; CAVALCANTI, Lauro. Quem casa, quer casa: pau a pique em Vargem Grande. In: _____. *Morar: a casa brasileira*. Rio de Janeiro: Avenir Editores, 1984.
- HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IMAGENS mostram plantações ilegais de banana em parque ambiental no Rio. 2011. G1, 27 de maio de 2011. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/05/imagens-mostram-plantacao-ilegal-de-bananas-em-parque-ambiental-no-rio.html>. Acesso em 25 jan. 2011.

- LEAL, Pedro Fonseca *Agricultores orgânicos do Rio da Prata (RJ): luta pela preservação social*. 81f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- LEITE LOPES, José Sérgio *Participação Pública e controle da poluição: a ambientalização dos conflitos sociais*. Revista de Ciências Sociais (Fortaleza), Ceará, v. 35, n° 1, p. 20-30, 2004.
- LIMA, Luiz Carlos de Oliveira. *Programa APL da banana no Rio de Janeiro*. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B56ydx7pgeQtNfV5WmduWUdPS28/edit?pli=1>. Acesso em 12 abr. 2015.
- MAFRA, Clara; BONET, Octavio; VELHO, Otávio and PRADO, Rosane. A antropologia como participante de uma grande conversa para moldar o mundo. Entrevista com Tim Ingold. *Revista de Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n° 2, p. 303-326, 2014.
- MONTERO, Paula. Multiculturalismo, identidades discursivas e espaço público. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p. 81-101, 2012.
- NAVEH, Zev. What is holistic landscape ecology? A conceptual introduction. *Landscape and Urban Planning* v. 50, p. 7-26, 2000.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. When the shifting agriculture is gone: functionality of Atlantic Coastal Forest in abandoned farming sites. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas v. 3, p. 213-226, 2008.
- _____; SILVA, Ines Machline. História da paisagem e paisagens sem história: espécies exóticas e nativas manejadas na Mata Atlântica. In: PEIXOTO, Ariane Luna; SILVA, Ines Machline. (Orgs.). *Saberes e usos de plantas: legados de atividades humanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, v. 1, 2011, p. 69-92.
- SANTILLI, Juliana. *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores*. São Paulo: Peiropólis, 2009.
- SATHLER, Evandro Bastos. Populações residentes em unidades de conservação de proteção integral: a competência da Lei (RJ) 2.393/95 para além do sistema nacional de unidades de conservação – SNUC. In: *Anais do 12º Congresso Internacional de Direito Ambiental*. São Paulo: Instituto o direito por um planeta verde, p. 705-722, 2008.
- SCHIMITT, Claudia Job. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. *Agriculturas*, v. 8, n° 3, p. 4-8, set 2011.
- SMOUT, Thomas Christopher. *Environmental History. Selected essays*. Edinburgh: Edinburgh Univ. Press, 2009.
- SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. Híbridos na paisagem: uma etnografia de espaços de produção e de conservação. *Ambiente e Sociedade*. Campinas, v. 12, n° 1, p. 83-98, jan-jun 2009.
- VIANNA, Hélio. *Baixada de Jacarepaguá: sertão e zona Sul*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

Do castelo das águas à Trilha Transcarioca: as marcas institucionais na paisagem do Parque Estadual da Pedra Branca

Annelise Caetano Fraga Fernandez

Os rios da Pedra Branca, à esquerda, e o da Barroca, à direita, no ponto de convergência das vertentes dessa serra, formam duas belas quedas separadas por um monólito, que parece reger a orquestra sussurrante de suas águas: a da Pedra Branca jorrada por uma garganta, formada de blocos pétreos, à grande bacia comum às duas. (...) esse ambiente feérico, dá ideia de qualquer coisa misteriosa, num ambiente bem selvagem: em plena mata, formando uma grande bacia que transborda por dois lados em verdadeiras quedas...
(Corrêa, 1933: 35)

Armando Magalhães Corrêa, em sua obra *O Sertão Carioca*, faz tantas descrições poéticas sobre a beleza dos mananciais do Maciço da Pedra Branca que Rogério Ribeiro de Oliveira (2005), com grande perspicácia, afirma que aos olhos deste autor, o Maciço da Pedra Branca era o Chateau D'eau da cidade do Rio de Janeiro. E de fato, as diversas iniciativas de proteção desse maciço estão ligadas à preservação dos recursos hídricos da região que abasteciam a cidade desde o século XIX.

Neste sentido, a criação do Parque Estadual da Pedra Branca (doravante PEPB), realizada pelo estado da Guanabara em 1974, segue uma linha de ações federais voltadas para a gestão de recursos naturais, em especial, os recursos hídricos, postas em prática na cidade há muito mais tempo. Podemos lembrar as iniciativas de reflorestamento das encostas da Tijuca, Andaraí e Sumaré devastadas pelo cultivo de café, e a posterior criação da Floresta da Tijuca pelo Imperador D. Pedro II, como um marco das iniciativas de conservação da natureza na cidade. Ambos transformados em parques, o Maciço da Tijuca e da Pedra Branca possuem uma história em comum. Juntos formam “Um Rio de florestas” (Fernandez, 2011) ao expressar, em suas respectivas paisagens e através de representações

a elas atribuídas, as marcas de projetos e ideários conservacionistas e assumem novas dimensões simbólicas em interação permanente com o espaço urbano do Rio de Janeiro.

Contudo, é preciso destacar que o PEPB não foi criado em um espaço vazio de relações. Ao contrário, o território protegido se fez sobre territorialidades previamente existentes, sobre os usos agrícolas e os modos de vida de populações ali estabelecidas desde longa data. Conforme veremos a seguir, as marcas deste processo, as disputas de cosmovisões e negociações técnicas se expressam em sua paisagem e nas próprias medidas institucionais implantadas ao longo do tempo. Descreveremos a seguir os processos de reconfiguração do espaço a partir da materialização das marcas institucionais no espaço do PEPB, assim como pretendemos demonstrar que os traços do sertão carioca ou, em outras palavras, os usos rurais previamente existentes foram aos poucos incorporados pelos visitantes, caminantes e, em seguida, absorvidos oficialmente pela administração do parque.

Portanto, sem perder de vista o fato de que a história do PEPB é resultante dos embates entre cosmovisões distintas – os ideais de conservação da natureza e aqueles relacionados aos modos de vida dos moradores locais – pretende-se aqui reconstituir a trajetória institucional de construção do Parque Estadual da Pedra Branca. As marcas da Instituição oficial materializam-se através de interferências concretas no tempo e no espaço – são sinais (placas, guaritas, portões, sedes, subsedes), ou em ações pedagógicas e de fiscalização e projetos políticos, representando o controle do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e posteriormente Instituto Estadual do Ambiente (Inea) sobre a área definida como parque.

Serão estudadas as seguintes fases marcantes: 1) as iniciativas federais de proteção dos recursos hídricos do início do século XX até os anos de 1960, e as primeiras iniciativas no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro, nos anos 1970, que possibilitaram a criação do parque; 2) o projeto Floresta da Pedra Branca, no período da Eco-92, 3) a Lei do SNUC e a revitalização do parque no período 2001-2006; 4) as novas perspectivas de negociação e encaminhamento de conflitos construídas na última gestão do IEF a partir de 2007 e, por fim, 5) a implantação da Trilha Transcarioca, que tem trazido novas formas de di-visão social dos espaços protegidos da cidade do Rio de Janeiro.

Este capítulo tem como inspiração os estudos dos artefatos, que permitem considerar que os parques, embora sejam áreas florestadas ou espaços naturais, são dotados de uma materialidade sociológica (Barreto Filho, 2001; 2004). São,

neste sentido, florestas-culturas, por tratarem-se de uma natureza permanentemente construída, dotada de significados e usos relativos a culturas específicas. Mais do que isso, sua implantação ocorre por meio de objetos, técnicas de manejo, turismo, pesquisa, formando ambiências que aos poucos reorganizam o espaço. Nos termos de Sautchuck (2017), a implantação de uma área protegida passa necessariamente pela instalação de novos objetos e processos técnicos, que reorganizam o espaço a partir da lógica da Conservação.

Adotar essa perspectiva significa colocar por terra o caráter de fixidez, imutabilidade e cientificidade que muitas vezes são atribuídos aos espaços protegidos e às decisões que são tomadas em nome da conservação da natureza (Barreto Filho, 2001). São construtos instáveis que só podem ser compreendidos a partir das configurações, valores e meios disponíveis em diferentes momentos.

Recentemente, a implantação da Trilha Transcarioca, um roteiro com 180 km de extensão que atravessa os dois parques da cidade e mais quatro áreas protegidas municipais, constitui-se em um novo capítulo da história que relaciona o PEPB com a cidade e o seu irmão mais velho, o Parque Nacional da Tijuca, instaurando novos princípios institucionais, propostas de gestão e regimes de uso.

Os ideais de uso público que a justificam são as trilhas de longo percurso, e sob a perspectiva da conservação da natureza, ela é apresentada como possibilidade de integração de um mosaico carioca de unidades de conservação. Neste sentido, a implantação da Trilha Transcarioca revela a evolução dos valores conservacionistas, concepções atuais de gestão dos espaços protegidos e contravérsias, produzindo um novo artefato sociotécnico, que se eleva para além dos dois parques e adquire novos sentidos em tempos de economia verde e em que se discute a gestão compartilhada das áreas protegidas. Convidamos, portanto, o leitor a compreender a história social do PEPB ou como o PEPB veio a ser o que é (Barreto Filho, 2001; 2004).

A proteção dos Recursos Hídricos no Maciço da Pedra Branca

Desde o início do século existiam represas responsáveis pela captação e abastecimento de algumas áreas da atual zona oeste do Rio de Janeiro. A represa do Pau da Fome instalada em 1904, o açude do Camorim construído em 1932 e o aqueduto existente na região da Colônia Juliano Moreira, construído na segunda metade do século XVIII, são marcos históricos da engenharia hidráulica fluminense (Costa, 2002: 143). A Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE),

pertencente ao governo do estado, é o órgão responsável, na atualidade, pelas represas existentes no parque.

A primeira medida legal voltada para a conservação da região foi a transformação de várias áreas do maciço em Florestas Protetoras da União, a partir de 1941. Segundo Costa (2002: 54), em abril de 1963 foi instituído o Decreto n. 1.634 que promoveu a utilização integrada do Maciço da Pedra Branca, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, as terras que integravam a região. Em 18 de junho de 1972, foi criado, por meio da Portaria “P” SPG n. 20, um grupo de trabalho para propor as medidas necessárias à criação do parque. Em 1973, uma nova portaria substituiu o grupo de trabalho por outro e concluiu um relatório indicando as medidas necessárias para a criação do parque.

No ano seguinte, foi criado então o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), por meio da Lei Estadual nº 2.377, de 28 de junho de 1974.

Art.1º. – Fica criado, no estado da Guanabara o Parque Estadual da Pedra Branca, compreendendo todas as áreas situadas acima da cota de 100 m do Maciço da Pedra Branca e seus contrafortes.

Com a criação do PEPB, pretendia-se englobar, em um único conjunto, as florestas protetoras da União existentes no maciço e que tinham como função proteger as águas para seu entorno, já que, segundo Alceo Magnanini, existia nessas florestas apenas uma fiscalização nas represas e uma proteção razoável nas florestas. Magalhães Corrêa, em seu livro *O Sertão Carioca*, assim descreve a atividade dos guardas das matas e represas:

A localidade onde estão as represas é conhecida pelo nome de Pau da Fome (...) felizmente, hoje essa área de 176 alqueires de terra pertence ao governo federal, sob a guarda da Inspetoria de Águas e Esgotos, mas preferindo o governo transferi-la para o Ministério da Agricultura, sob a guarda do Serviço Florestal. Até o presente momento tem um administrador, um guarda de matas e um de represa, os quais, com o auxílio de dois trabalhadores, fiscalizam as matas e mananciais (Corrêa, 1933).

Data de 1971 um documento intitulado “Parque Estadual da Pedra Branca”, trazendo a exposição de motivos e funções que justificavam a sua criação. De acordo com relato de Magnanini, logo após a fusão, em 1975/76, a SECPLAN encarregou-se da implantação do parque. A responsável por este setor, Lísia Bernardes, convocou uma reunião com o representante da Secretaria de Agricultura

e Abastecimento/RJ, responsável pelas UCs do IBDF e da Feema, representada nesta ocasião por Alceo Magnanini. Após cada um deles falar brevemente sobre o tema, Lísia Bernardes determinou que o Departamento de Conservação da Natureza da Feema iria planejar a implantação do parque, por deter o conhecimento técnico sobre parques, e a Secretaria de Agricultura iria executar o projeto. Incumbência que a princípio foi negada pelo representante dessa Secretaria, afirmando que não iria executar um projeto realizado por outrem. Neste momento, contudo, a representante do IBDF disse que não abriria mão dessas áreas, uma vez que não havia nenhum pedido formal de cessão das áreas federais contidas no parque recém-criado. E assim, relembra Magnanini, nada foi resolvido, pois o governo do estado jamais solicitou oficialmente as terras das Florestas Protetoras da União ao governo federal.

Diante desse quadro, como veremos a seguir, é compreensível que os moradores do parque tenham feito e ainda façam muita confusão a respeito da Instituição responsável pela administração desta área protegida. Apesar da dificuldade de viabilização de parcerias entre os órgãos federais e estaduais, consta em documento de 1979, da Secretaria de Agricultura, a elaboração de um plano trienal para o PEPB, feito em 1976, para o período de 1977-79 em colaboração com o IBDF, que propunha reflorestar 1.200 hectares localizados acima da cota de nível 400 m de altitude no maciço. Mas, segundo este mesmo documento, esta meta tornou-se inexecutável pela falta de iniciativa do IBDF e pela redução cada vez mais drástica dos recursos orçamentários estaduais. Ou seja, se houve acordo entre a União e o governo estadual, este não saiu do papel. Também há, neste mesmo documento, referência ao reflorestamento realizado no sopé do Pico da Pedra Branca nos exercícios de 1977 e 1978.

Em 1979, um projeto de implantação do Parque Estadual da Pedra Branca, assinado por José de Paula Lanna Sobrinho, então diretor do PEPB, que na época pertencia ao Departamento Geral de Recursos Naturais Renováveis da Secretaria de Agricultura do estado, estabelece os seguintes objetivos: fiscalização florestal em toda a área e restauração ecológica (conservação de aceiros, coroamento de covas, replantio de falhas e adubação corretiva). E assim define:

Por implantação do parque deve-se entender um conjunto de medidas realizáveis a curto, médio e longo prazo, relativas à legislação, administração, desapropriação, imissão de posse, fiscalização e restauração ecológica (Programa de Trabalho para o plano de manejo do PEPB, 1979).

O projeto estava centrado basicamente em medidas de fiscalização e reflorestamento e estabelecia como requisitos gerais:

Estar perfeitamente identificado com os objetivos dos Parques Nacionais, quais sejam: proteção do clima, do solo, da água, da flora e da fauna, a fim de proporcionar possibilidade de estudo, educação e lazer à população da grande metrópole que é o Rio de Janeiro. (Programa de Trabalho para o plano de manejo do PEPB, 1979).

Destaca-se neste trecho a afinidade entre as primeiras diretrizes das políticas nacionais ambientais e aquelas que se desenvolveram no Rio de Janeiro, com ênfase no lazer das populações urbanas e de uma visão ainda compartimentada dos elementos da natureza. Também em julho de 1979 foi elaborado um programa de trabalho para o plano de manejo do PEPB. Trata-se de documento significativo em muitos sentidos. Em primeiro lugar, revela a lentidão e a dificuldade das ações no campo ambiental, se for levado em consideração que só em 2013 o plano de manejo do parque foi realizado. Em segundo, porque cita e assim permite conhecer algumas questões presentes no plano de estudos que deu origem ao PEPB:

Já na época da elaboração do estudo que levaria à sua criação, a ocupação parcial de suas áreas, em especial na vertente norte, já preocupava os técnicos responsáveis pelo trabalho em face da existência de vários fatores que acentuavam o risco de uma ocupação progressiva, tais como as crescentes facilidades de acesso, a expansão urbana ao longo da Av. Brasil, a implantação, na baixada de Jacarepaguá, do Plano Piloto de Lúcio Costa, a industrialização no oeste do município e, principalmente, a indefinição do *status* jurídico da área. (Referência aos dados do documento de 1971 apud Programa de Trabalho para o plano de manejo do PEPB, 1979).

O questionamento central do texto recai sobre a pressão urbana que ameaça as encostas do maciço. Não há no documento um tom negativo à presença dos agricultores, mas a constatação de que esta atividade não consegue fazer frente à urbanização.

As áreas de Campo Grande e a parte mais ocidental de Jacarepaguá, que abrangem igualmente as encostas do maciço, caracterizam-se como zonas de transição rural-urbana, apresentando trechos de ocupação rarefeita entremeados em segmentos onde se pratica uma pequena agricultura com fins comerciais, em franco processo de decadência e sem condições de resistir à expansão urbana (Programa de Trabalho para o plano de manejo do PEPB, 1979).

Diante do problema de ocupação urbana crescente, o tom do documento é de conciliação entre lazer e conservação – duas tendências conflitantes, mas historicamente harmonizadas no imaginário a respeito dos parques – ao citar “o equilíbrio do ecossistema e demanda por áreas verdes, de recreação e lazer da zona oeste da cidade” (...) ao determinar: “a tomada de medidas efetivamente concretas e operativas, não mais de fiscalização convencional, mas principalmente visando sua conveniente utilização em benefício da comunidade”.

Ao apresentar os critérios para a zona de manejo, o programa de trabalho apresenta sensibilidade social à temática da permanência humana no parque:

Especial atenção deverá merecer a zona ocupada por pequenos agricultores que exploram em sua maioria, a bananicultura, devendo as alternativas propostas para o seu remanejamento ou simples desocupação serem motivo de amplos debates em face de seus condicionantes sociais, econômicos e políticos (Programa de Trabalho para o plano de manejo do PEPB, 1979).

Outro aspecto interessante deste plano de trabalho é que, a despeito da realização de algumas iniciativas institucionais até o ano de 1979, o documento em questão informa que, até aquela data, não havia sido tomada nenhuma medida que possibilitasse a implantação do PEPB e a preservação do seu patrimônio natural. Para a população, de fato, até essa data existiam apenas correntes que delimitavam a entrada das Florestas Protetoras da União, criadas em 1941. Uma marca da administração do IBDF, ainda lembrada pelos moradores.

Até os dias atuais, a percepção de moradores e visitantes sobre o território do PEPB é bastante variável conforme a localidade em questão. Em alguns trechos do parque, não há qualquer marco institucional que indique sua existência. Além disso, mesmo que existam, eles precisam ser confirmados pela presença de outros sinais, tais como a presença de funcionários e de fiscalização que confirmem a efetividade desses marcos.

Os agricultores mais antigos da região do Pau da Fome, onde se localiza a reserva de mesmo nome, contam que ainda é possível encontrar marcos de chumbo que delimitam o território destinado às Florestas Protetoras da União. Segundo seus relatos, nos anos 1960, durante o período da ditadura, houve a desapropriação de agricultores destas áreas e a derrubada dos bananais. Contudo, não foram encontradas evidências deste fato.

Houve indenização muito antes de 1964, dos produtores que viviam dentro desta unidade – da Floresta Protetora da União – que era de órgão federal. Só

que eles foram indenizados, segundo Índio do Brasil (naquela ocasião, era um deputado famoso) que veio fazer reunião com os agricultores e afirmou que realmente houve a indenização e que eles não deram caso. Aí veio a desapropriação deles, foi quando tiraram. O pessoal saiu mesmo porque não tinha mais como sobreviver, derrubaram o bananal. Isso foi de 1964 para 1965. Seu Gino, Seu Nego, Alexandre, (...) Dentro da mata da União havia divisão e há até hoje uma medalha de chumbo cravada na pedra, dividindo as matas protetoras e as propriedades particulares (Relato de antigo produtor do PEPB, na localidade do Pau da Fome).

Em alguns trechos do parque são encontrados marcos de concreto, nos quais se inscreve ALT 100 PEPB. De acordo com a lei de criação do PEPB, a cota altimétrica de 100 m é o critério objetivo que demarca os limites do parque na região do Maciço da Pedra Branca e seus contrafortes. O discurso oficial a respeito da delimitação do espaço encontra-se bastante consolidado. Contudo, isto não significa que outras versões a respeito dessas fronteiras não venham à tona ou sejam acionadas em conversas, como forma de contestar o processo arbitrário, segundo os moradores, de implantação do parque, por não considerar as ocupações já existentes acima da cota 100 m. Percebe-se neste caso, um confronto entre o domínio da lei e os direitos consagrados pelo uso. Enquanto tais direitos são reforçados pelas práticas cotidianas, pelas marcas do trabalho humano que se materializa na paisagem tais como casas, cercas, plantações etc., a imposição legal que determina a proteção ambiental acima da cota 100 m está apoiada em um princípio técnico e abstrato que não pode ser percebido claramente pelo senso comum. A sua validação necessita de equipamentos específicos (sistemas peritos, instrumentos de medida) utilizados pelos técnicos e que só podem ser reconhecidos através de marcos concretos *in loco*. Ao que parece, tais marcos à época da criação e delimitação do parque (1974) foram calculados de modo estimado; sem muita exatidão, de forma que a utilização de equipamentos mais sofisticados como o GPS demonstra imprecisões no que se estabeleceu como cota 100 m nas diferentes áreas do maciço. Contudo, observa-se que os marcos, como elementos de materialização desta lei no tempo e no espaço, acabaram tornando-se critérios consagrados de demarcação, mesmo que sua medição na atualidade se comprove imprecisa.

O Projeto Floresta da Pedra Branca

As primeiras medidas institucionais realmente significativas para a implantação do Parque Estadual da Pedra Branca datam de 1991, quando o Projeto Flo-

resta da Pedra Branca foi elaborado pela SEEPE sob a coordenação do político e intelectual Darcy Ribeiro em conjunto com equipe do IEF, como preparativo para a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92). Nesta ocasião, um grande número de estadistas esteve presente na cidade e a data foi considerada uma ocasião estratégica para projetar a existência do então desconhecido parque aos cariocas e visitantes da Conferência. Claramente, buscava-se para isso, estabelecer a associação entre o PEPB e a Floresta da Tijuca, acionando os elos históricos de ligação entre os dois parques. A própria escolha do título do *folder* de divulgação – “Um Rio de Florestas” – fazia alusão à dimensão florestada, mais do que ao estatuto de área protegida das duas florestas. Junto a isso, chamava a atenção para o fato de que, além da Tijuca, havia outra floresta na cidade, e que o Major Archer, responsável pelas atividades de reflorestamento do Maciço da Tijuca no século XIX, retirou as mudas de sua fazenda (denominada Independência), localizada no entorno do Maciço da Pedra Branca. Outro fato muito curioso nesta espécie de apropriação simbólica do PEPB sobre a Floresta da Tijuca é que o próprio *folder* do IEF reconhecia a Floresta da Tijuca como o maior parque urbano do mundo, quando na verdade o primeiro possui 12.500 ha contra 3.200 ha do segundo.

Esta imprecisão territorial chegou a ser registrada pelo jornal *O Globo* em setembro de 2006, que se referiu a ela como “a polêmica dos parques” e que, a partir da confrontação dos *sites* da prefeitura (Riotur) e do governo do estado (IEF-RJ), se perguntava: Qual é a maior unidade de conservação em área urbana do mundo? O primeiro referia-se ao Parque da Tijuca como maior parque urbano; já o segundo indicava o Parque da Pedra Branca. Após o questionamento feito pelo jornal, o *site* da prefeitura corrigiu a informação e passou a referir-se ao Parque Nacional da Tijuca como a “maior floresta urbana do mundo já replantada pelo homem.” Apesar de aparentemente envolver apenas um título, a reportagem salientava a importância desta denominação honrosa na disputa por investimentos e questões orçamentárias. Por exemplo, o texto revela que a Rio-92 foi atraída para a cidade pelo argumento de que a Floresta da Tijuca era a maior floresta urbana do mundo. Outros desdobramentos desta disputa giravam sobre o fato de que a Floresta da Tijuca estava localizada em uma região muito mais urbanizada do que o PEPB, localizado em áreas que ainda preservavam feições rurais.

Sobre o uso do termo “parque” ou “floresta”, algumas observações devem ser feitas. Muito embora o Parque Nacional da Tijuca tenha sido criado em 1961, este título nunca foi reconhecido pela população carioca que se refere a ele, até hoje,

como Floresta da Tijuca, denominação atribuída desde as primeiras ações de reflorestamento em 1861.

A importância da floresta no imaginário da conservação é explicada por Barreto Filho (2004), a partir de seu elemento singular, a árvore. O autor, ao reconstituir a história social das áreas protegidas no Brasil, demonstra como:

a árvore opera como fator, simultaneamente, “econômico, ecológico e social”. Ao longo da história do Brasil, a árvore é o elemento a unificar as distintas propostas de criação de espaços territoriais especialmente protegidos, e a serem geridos pelo Poder Público em prol do bem comum.

Outra iniciativa marcante deste projeto foi a construção, da sede administrativa do parque na localidade do Pau da Fome, com a finalidade de marcar de modo mais evidente a presença do Estado e, por conseguinte, servir de apoio à fiscalização. Deveria funcionar também como polo de difusão de educação ambiental e referência turística, além de oferecer serviços de melhoria dos caminhos e recantos situados nessa entrada. O projeto da obra era de autoria do arquiteto autodidata Zanine Caldas, conhecido pelo seu domínio em técnicas de construção em madeira e pelo talento na produção de uma arquitetura integrada à natureza. Para exemplificar o valor e emoção atribuídos à sua arquitetura, a citação do idealizador da Trilha Transcarioca destaca a sede do PEPB como um marco na paisagem que deveria ser conhecido pelo excursionista:

(...) um exemplo de perfeita harmonia entre a natureza e a construção humana. A sede do Parque, toda de madeira, saiu da prancheta do arquiteto Zanini (sic), um artista que faz a integração entre ambiente e prédio parecer natural. Sua obra, por si só, já valeria a visita, pois nos deixa entrever a possibilidade de também um dia eliminar a oposição entre homem e floresta, mesclando-os com a mesma poesia da sua arquitetura (Menezes, 2000: 49).

A despeito de sua premiada arquitetura, esta obra, à época de sua construção, foi motivo de grande contrariedade da equipe do IEF, uma vez que toda a madeira utilizada na sede era proveniente de desmatamento e passou a fazer parte da história de bastidores do PEPB.

O fato é que a sede do parque passou a materializar de forma clara a presença institucional do IEF e a demarcar no espaço a existência do PEPB, até então percebido apenas pela existência de uma corrente, herança ou marca do controle de

outras institucionalidades sobre este território (fiscalização da represa, das matas da União, do IBDF).

Outra ideia de Darcy Ribeiro, na qual fica evidente a criatividade e a sensibilidade antropológica deste político, foi a construção de uma imagem institucional do parque inspirada no resgate da história social do maciço a partir dos tipos humanos tradicionais da zona oeste do Rio de Janeiro, tais como o bananeiro, o cesteiro, o tamanqueiro e cabeiro, dentre outros, tão bem retratados pelo cronista Magalhães Corrêa na obra *O Sertão Carioca* (1933). Para este fim, Darcy Ribeiro solicitou a aquisição de mulas para estimular atividades de ecoturismo em consonância com o resgate das tradições do modo de vida das populações da região. Também no projeto de elaboração da programação visual do parque há desenhos de fachadas ou placas de madeira, com referência aos aquedutos existentes no Maciço da Pedra Branca, suas águas e novamente os animais de transporte. Segundo um funcionário que participou da equipe técnica de elaboração do projeto, vinte mulas chegaram a ser compradas em Vitória da Conquista (BA). Foram para o batalhão de polícia montada da PM, onde foram amansadas, mas nunca chegaram a ser usadas. Darcy Ribeiro ainda pretendia colocar o então presidente americano – George Bush – para subir o Pico da Pedra Branca, montado em uma mula. O funcionário, neste sentido, lembra que essa parceria com o professor criava situações de difícil solução, uma vez que ele tinha ideias fantásticas e alucinadas que iam da perfeição à loucura. Ao justificar o uso das mulas, o relatório explica:

Num primeiro momento essa escolha pode parecer inusitada, mas na verdade trata-se apenas de revalorizar uma força de trabalho que é tradicional e inerente à cultura rural de nosso país (Seepe; Semam; IEF. Floresta da Pedra Branca: Relatório 1991/92).

As mulas, assim como a programação visual inspirada nos usos rurais do território, não foram incorporadas pela administração do parque. Permaneceu apenas o logo do parque com referência à dimensão ecológica do lugar, e que é utilizada até hoje. Contudo, algumas marcas na paisagem, que remetem aos usos do sertão carioca, foram, aos poucos, incorporadas de modo espontâneo pelos visitantes do parque e posteriormente tornaram-se oficiais. Assim, a trilha da Casa Amarela referia-se à construção de 1929, moradia de uma família de agricultores. Hoje desabitada, a casa é um marco para se chegar no cume da Pedra Branca e faz a ligação da localidade do Pau da Fome com Vargem Grande.

Este marco na verdade é significativo por revelar que muitas das trilhas destinadas aos visitantes são caminhos há muito utilizados pelos agricultores e moradores do maciço que previamente ocupavam o território. Os usos feitos pelos visitantes nesse espaço destinado à conservação são responsáveis pela implantação de fato do PEPB. De acordo com Dias (2016), o caminhante, além de intervir fisicamente na paisagem, a modifica também no momento em que projeta novos olhares, significados sobre a mesma.

A confrontação dos diferentes usos pelos moradores e excursionistas, assim como a distinção entre trilhas e caminhos aparecerá mais tarde como uma das controvérsias relativas à implantação da Trilha Transcarioca.

O SNUC e a revitalização do PEPB (2001-2006)

Os anos 2000 marcam um nova conjuntura em relação à temática ambiental que progressivamente ganhou maior alcance social. Também a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) fez com que os mecanismos de arrecadação de recursos para as UCs, por meio de termos de ajuste de conduta, se tornassem mais claros e alavancassem o processo de implantação de parques que existiam só no “papel”. Por meio de consultas públicas e formação de conselhos consultivos, foram estabelecidos critérios democráticos (pelo menos em termos formais) de criação e gestão das UCs.

Gestada ao longo de oito anos de debates e disputas, a Lei do SNUC é tida como um marco dessas novas configurações ambientais. Através desta lei, o conceito de unidade de conservação se diferenciou do termo mais genérico e normatizado por diferentes legislações – área protegida (mata ciliar, reserva legal, área de proteção permanente) – e ganhou uma legislação específica.

Em agosto de 2001, durante o governo de Anthony Garotinho, inicia-se um projeto de revitalização do PEPB, em uma iniciativa conjunta do IEF, a Fundação Roberto Marinho e a WWF. Segundo a revista *Rio Florestal*, uma publicação desta instituição lançada durante a gestão de Maurício Lobo, o conjunto de ações do IEF e de diferentes parceiros tinha como objetivo fazer da Pedra Branca um parque à altura de ostentar o título de maior floresta urbana do mundo. Fica evidente, então, a mudança de perspectiva em relação ao tamanho do parque, que por ocasião do projeto “Um Rio de Florestas”, em 1991, apresentava a Floresta da Tijuca como a maior floresta urbana do mundo. Assim, é na gestão de Maurício Lobo que este título é consolidado e, a partir dele, esta gestão busca capitalizar prestígio e promover as ações do IEF. As principais iniciativas do projeto de revi-

talização no período 2001-2006 consistem em ações de demarcação de controle institucional sob o território do parque e construção e reforma de instalações para o fomento da visitação. Neste período, portanto, a sede no Pau da Fome e subsede do parque (localizada junto ao Açude do Camorim), foram reformadas, e duas guaritas de fiscalização foram construídas. Uma na localidade do Rio da Prata, no bairro de Campo Grande e outra, no bairro de Vargem Grande.

As estruturas físicas materializam no tempo e no espaço o poder estatal. Os agentes florestais, embora estejam imbuídos de autoridade concedida pelo Estado, necessitam de estruturas físicas e equipamentos para o fortalecimento de seu poder: a sede, os postos de fiscalização, as correntes, o uniforme, o veículo, os documentos, as placas de delimitação do território.

Em alguns casos, as estruturas físicas que têm como papel demarcar a conquista do território pelo poder público acabam dando uma demonstração de sua fraqueza, como no caso do posto de fiscalização inaugurado em Vargem Grande em 2007 que ficou muitos anos vazio, devido à ausência de funcionários. A guarita, posicionada exatamente em frente a uma mansão, indicava que o poder de tutela e fiscalização do Estado era frágil e impotente frente ao processo de ocupação do PEPB.

Também nesta mesma gestão foi constituído o primeiro Conselho Consultivo do PEPB. Contudo, o conselho não foi efetivado e, posteriormente, junto aos conselhos de outros parques estaduais, foram julgados pela administração seguinte como não representativos.

Diegues (2002: 123) ressalta que a Lei do SNUC, de um lado, teve o mérito de incorporar a questão das populações tradicionais em áreas de uso sustentável, mas de outro, reforçou a ameaça de expulsão das unidades de proteção integral. Assim, se lê no SNUC, sua permanência é provisória e condicional: “O prazo e as condições para o reassentamento das populações tradicionais estarão definidos no termo de compromisso” (SNUC, cap. 9, art. 39, §4).

De fato, os novos parâmetros jurídicos dessa Lei (SNUC) foram utilizados durante o período entre 2003-2007 para explicitar a ausência de direitos das populações que habitam as UCs de proteção integral. Aumentaram, neste período, os conflitos relativos aos usos no PEPB.

Os debates que resultaram na aprovação do SNUC entre 1992 e 2000 contribuíram para trazer à arena pública o tema de populações ribeirinhas, camponesas e caiçaras que tiveram seus territórios e modos de vida atingidos pela criação de áreas protegidas. Neste fórum de debates, as ciências sociais e humanas tiveram

papel importante em fazer conhecer e reconhecer as dimensões históricas, políticas e ideológicas que estavam por trás das políticas de conservação da natureza. Pode-se destacar, portanto, os anos 2000 como um período em que tais conflitos tornaram-se temas públicos. A projeção do termo “populações tradicionais”, cunhado nos debates internacionais e nacionais a respeito dos conflitos em parques (Diegues, 2002, Barreto Filho, 2006) mais tarde foi especificada em uma lei específica. Tais mudanças jurídico-institucionais tiveram desdobramentos sobre as comunidades que habitam o PEPB.

O IEF Torna-se Dibape/Inea

A última gestão do IEF realizou-se no período 2007-2009, com a equipe trazida pelo secretário do ambiente Carlos Minc. Embora formado por atores com concepções ideológicas diferenciadas, pode-se dizer que esse grupo incorporou medidas de arbitragem de conflito, novos parâmetros de cultura organizacional e relação com a sociedade civil que permitiu a construção de acordos e a reconstrução dos conselhos consultivos em bases mais democráticas, no PEPB e demais parques estaduais.

Outra iniciativa dessa gestão representativa do caráter dinâmico e polissêmico das áreas protegidas foi aquela lançada em 23 de setembro de 2008 pela secretária do Ambiente, Marilene Ramos: o projeto Parque do Carbono. De acordo com ele, o governo estadual pretendia plantar seis milhões de árvores nos parques estaduais até 2010, estabelecendo parcerias com empresas que realizam o reflorestamento como medida compensatória para a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. A primeira iniciativa foi realizada na face Norte do PEPB, no núcleo Piraquara, onde a empresa Vídeo filmes produtora do filme *Linha de Passe* se comprometeu a plantar 7,5 mil mudas e preservar, durante os próximos três anos, cinco hectares do PEPB. (IEF, 2008). Neste contexto, o simples ato de reflorestar árvores pelo projeto Parque de Carbono carrega em si uma abstração, um conjunto de significados que ainda não pode ser lido imediatamente na observação empírica da floresta, agora definida como cenário de medidas compensatórias do chamado mercado de carbono, voltado para a redução do aquecimento global.

A primeira formação participativa do Conselho do PEPB foi oficializada em 2009. No período de dezembro de 2011 a julho de 2013, os conselheiros participaram da elaboração do plano de manejo do parque e buscaram questionar alguns princípios do roteiro metodológico desse instrumento que desfavoreciam soluções de compatibilização entre os usos históricos e a conservação da natureza.

Outro desdobramento dessa mobilização foi a decisão de alguns conselheiros de realizar reuniões em diversas localidades do Maciço da Pedra Branca para informar moradores não organizados sobre os riscos de planos de regularização fundiária que poderiam ser realizados como desdobramentos do plano de manejo.

Nesse contexto, surgiram falas de moradores antigos evocando seus vínculos de pertencimento com o território, relações de parentesco e descendência de escravos. Nasceu, nesse momento, uma mobilização em torno da tradicionalidade e a posterior solicitação de reconhecimento da identidade quilombola à Fundação Palmares pela comunidade Cafundá Astrogilda, localizada em Vargem Grande. O mesmo pedido já havia sido feito a essa instituição pela comunidade do Alto Camorim (localidade próxima) no ano de 2004. A titularidade das duas comunidades foi emitida no dia 16 de agosto de 2014. Em abril de 2017, outra comunidade quilombola – Dona Bilina – foi reconhecida na vertente do Rio da Prata.

O reconhecimento formal da identidade quilombola mudou o *status* dessas comunidades em suas relações com o órgão ambiental responsável pela administração do parque, já que os quilombolas têm direitos territoriais assegurados pela Constituição. De acordo com a lei (mas não exatamente na prática), são os princípios da conservação que devem ser compatibilizados com os usos tradicionais quilombolas, e não o contrário (Santilli, 2005). Para além das ações no Conselho, a ação de mediadores de ONGs e instituições identificadas com valores da agroecologia promoveu um gradual processo de mobilização e ressignificação das práticas agrícolas no Maciço da Pedra Branca. Pode-se sinalizar a década de 2000 como marco desse processo, com a criação de associações de agricultores e a conversão orgânica e agroecológica de alguns de seus membros.

Os avanços rumo a uma perspectiva socioambiental, no entanto, explicitaram o viés conservacionista com que as políticas ambientais do IEF eram produzidas. O IEF foi extinto e tornou-se a Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas (Dibape), no Instituto Estadual do Ambiente (Inea). Neste processo de transição institucional, houve uma recomposição conservacionista, mas que carregou ou teve que lidar com as marcas das alterações produzidas na última gestão.

Um dos registros mais marcantes na paisagem a respeito da mudança nos padrões de negociação entre os agentes ambientais e as comunidades residentes no PEPB é a presença de duas placas, uma ao lado da outra, sendo a primeira placa fixada pelo núcleo familiar Mesquita, trazendo o desenho de uma seta e na qual consta “Comunidade Astrogilda e Caminho Cafundá”. Posteriormente, ao lado

dessa, foi fixada uma placa oficial, que reconhece a anterioridade e a tradicionalidade da comunidade quilombola de Vargem Grande. A inauguração da placa em 08 de julho de 2016 configurou-se como um verdadeiro evento, com a presença do Secretário do Ambiente, gestor do parque, agentes ambientais, membros comunitários entre outros. A placa traz o seguinte texto:

Comunidade Quilombola Cafundá-Astrogilda

A Comunidade Cafundá Astrogilda existe há mais de 200 anos e foi certificada oficialmente pelo Processo nº 01420.013635, de 23/10/2013 como Comunidade Tradicional Remanescente de Quilombolas pela Fundação Cultural Palmares, instituição pública voltada para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira, vinculada ao Ministério da Cultura (MinC).

O nome do quilombo foi uma homenagem à matriarca da comunidade, Senhora Astrogilda. A palavra “Cafundá” que dizer lugar distante. Está localizada dentro do parque, em uma região que abriga exuberante floresta, além de rios, cachoeiras, picos com mirantes naturais e uma significativa diversidade biológica. É uma das áreas mais preservadas da unidade de conservação.

Os quilombolas são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos. A presença da comunidade, com seu modo de vida tradicional e sua cultura, é essencial para a conservação dessa parte do Maciço da Pedra Branca. (PEPB, 2016)

A Trilha Transcarioca: um novo artefato que atravessa, interliga e transcende os dois grandes parques

Conforme já enunciamos no início do capítulo, a Trilha Transcarioca (TT), um trajeto de cerca de 180 km entre o bairro da Urca e o bairro de Guaratiba, atravessaria nada menos do que seis áreas protegidas na cidade do Rio de Janeiro. Além de ser portadora do imaginário romântico de fruição dos espaços florestados, vinha também carregada de outros sentidos há muito desejados pelo seu idealizador – Pedro da Cunha Menezes: ser uma trilha de longo percurso, a exemplo de outras existentes no mundo e, sobretudo, ser uma trilha de longo percurso atravessando unidades de conservação urbanas.

Com o argumento da relevância mais pedagógica do que ecológica das UCs urbanas, Menezes fortalecia assim os ideais de uso público e as interferências necessárias para a organização de atividades ecoturísticas e pedagógicas, com base na experiência do caminhar.

A TT como um artefato técnico tem como pedra fundadora a publicação do livro *Trilha Transcarioca: todos os passos de um sonho* (2000), no qual seu ide-

alizador apresenta os valores que lhe dão substrato, seu traçado e apresenta as diferentes paisagens de cada etapa.

Para que a trilha exista como tal, é preciso que os caminhantes, ao atravessarem um trecho da Floresta da Tijuca ou da Pedra Branca, percebam que não estão apenas nessas UCs, mas em um trajeto que atravessa, junta e transcende esses territórios protegidos. Este sentido de releitura dos territórios e integração é produzido discursivamente, seja pelo livro e outras mídias, mas também por mapas, pelas trilhas marcadas pelo uso e sobretudo pelas placas que instauram um novo processo de divisão social (Bourdieu, 2006) das UCs e da cidade.

Grande parte de uma eventual Trilha Transcarioca já existe hoje e é transitada. Na área entre a Pedra Branca e o Parque Nacional Floresta da Tijuca, uma trilha Transcarioca deve sobretudo estabelecer uma coluna vertebral entre eles. A partir da demarcação da trilha, podemos sonhar com a elevação daquela fileira de morros ao estatuto de parque.

Assim, uma marca específica foi criada para que os caminhantes percebessem a continuidade do percurso, mesmo que atravessando diferentes UCs ou trechos de interligação. A marca da TT consiste em uma pegada de uma bota em amarelo sobre fundo preto, junto com a imagem do Cristo Redentor de mochila. Essas pegadas foram pintadas com tinta spray em árvores, pedras ou placas. No sentido oeste-leste, a sola é amarela com o fundo preto, no sentido leste-oeste, as cores são dispostas ao inverso. Sobre as pegadas, Dias (2016) chama atenção para o fato de que elas não estão de acordo com o manual do Inea de sinalização nos parques estaduais; mesmo assim, foram afixadas sem questionamento.

Ao transitar do PEPB para a Floresta da Tijuca, não passou despercebido ao seu idealizador o contraste entre a paisagem rústica do sertão carioca e a herança aristocrática da Floresta da Tijuca:

Até a cota de 250 metros são várias as casas de sitiantes. Construções toscas e feias em pau a pique, com puxados em alvenaria. Chão de terra batida, fogão a lenha apanhada no próprio Parque e colunas de madeira nativa a sustentar varanda de zinco. Uma rede à guisa de cama. Pendurados no teto, sacos de arroz, feijão, farinha... Porcos, cabritos e uma malta de cachorros magrelos a latir despeitados para os excursionistas. (Menezes, 2000: 40). De pé, retomamos a cabritada, trocamos de encosta. O lado de lá dói de dar pena, é todo degradado, coberto de pastos, plantações de caqui e outras lavouras. A terra, que se quer pública, esquartejada e dividida em fazendolas protegidas por montes de arame farpado. As trilhas, rústicos caminhos de escoamento da produção (Menezes, 2000: 52).

Passamos pelo chafariz da praça Izabel, uma banheira enorme em mármore de Carrara que nos remonta à época em que a floresta tinha Auguste Glaziou entre o quadro de funcionários. Depois vamos aos Esquilos, onde resolvemos almoçar na casa onde viveu o Coronel Escragnolle, administrador da floresta (Menezes, 2000: 84).

Efetivamente, o mapeamento para a implantação da Trilha começou em 2013. A partir de uma grande articulação entre atores institucionais para a implantação da trilha – Femerj, ICMBio, Inea, SMAC, ONGs e empresas – a trilha começa a existir como tal.

Em abril deste mesmo ano, o Conselho do Mosaico Carioca organizou o seminário: “Trilha Transcarioca: Seminário Internacional de Trilha de Longo Curso” reunindo cerca de duzentos convidados entre especialistas, pesquisadores, montanhistas, gestores de UCs que participaram de oficinas técnicas para debater segurança, comunicação, sinalização, manejo, divulgação, geração de emprego e renda, e o traçado da trilha (Silva, 2017: 131). Em 2014, foi organizado um grande mutirão de sinalização. O evento foi organizado pela página da TT no Facebook. Havia a necessidade de cerca de 350 voluntários, mas os organizadores se surpreenderam com a inscrição de 850 pessoas (Dias, 2016: 106).

Inicia-se, portanto, um processo não apenas midiático, mas de adoção de medidas técnicas, o que implica em definir seu trajeto, colocar marcos de localização, pensar o impacto da trilha, abrir trechos fechados, viabilizar sua continuidade nos trechos onde não havia áreas protegidas, entre outros.

As articulações evoluíram para a denominação do grupo como Movimento Amigos da Trilha Transcarioca. Em fevereiro de 2016, foi criada a Frente Parlamentar em Prol da Área de Proteção Ambiental (APA) Trilha Transcarioca. Em 7 de março de 2016, foi formada uma Comissão Provisória de Coordenação do Movimento Trilha Transcarioca. Em 11 de fevereiro de 2017, a Trilha é inaugurada. Como parte das atividades de inauguração, são lançados: “um guia de campo, um minidocumentário, além do *site* oficial, com fotos, mapas, *tracklogs* no Google Maps e todas as informações necessárias para planejar a caminhada”.

Em 06 de junho de 2017, é publicado o Decreto municipal (43.272), que “reconhece e denomina a Trilha Transcarioca, e dá outras providências”. O Decreto busca garantir que a TT possa constar no planejamento do município e que esteja apta a receber recursos financeiros e humanos. O Decreto também estabelece que a instância decisória de temas ligados à TT é o Mosaico Carioca de áreas protegidas, monitorando inclusive os trechos não incluídos em UCs. Em 03 de março

de 2018, o movimento adquire o caráter formal de Associação Amigos da Trilha Transcarioca.

Assim, é de se notar o processo crescente de institucionalização da Trilha e de reconfiguração territorial que ela promove, reforçada pelo poder da lei em nomear e fazer existir aquilo por ela prescrito (Bourdieu, 2006). Conforme consta no *site*: ela é “símbolo da união entre as três esferas do poder público”. Passa a ser, portanto, portadora de uma estrutura jurídica apta para arranjos econômicos entre Estado (instância federal, estadual e municipal), organizações empresariais e da sociedade civil, acompanhando a tendência de parcerias público-privadas e mercantilização da natureza, cada vez mais presente na lógica de administração dos parques. O Decreto municipal, portanto, consagra juridicamente o que já está em andamento no plano material e simbólico: o fato de que a Trilha Transcarioca é um dispositivo técnico que ganha vida própria, frente às demais UCs.

Para encerrar, descrevemos a controvérsia que se deu por ocasião da implantação da TT no Parque Estadual da Pedra Branca. Conforme reconstituímos, foi no contexto de intensa mobilização social que o idealizador da Trilha, seguro das suas vantagens universais e orgulhoso da repercussão do projeto/empreendimento, foi questionado em uma reunião da Câmara Temática de Uso Público organizada pelo Conselho Consultivo do PEPB. Nesta reunião, realizada em 16 de janeiro de 2016, Menezes foi questionado por lideranças da comunidade quilombola, acusando-o de executar o projeto sem consultá-los.

De acordo com o relato dos presentes, havia um sentimento de indignação por parte dos quilombolas e de perplexidade por parte do idealizador da TT, ao receber críticas sobre o traçado da TT, sobre impacto do turismo nas trilhas e cachoeiras, a ausência de ordenamento do fluxo de visitantes. Também foi feita a reivindicação de que a trilha não passasse em determinados trechos em frente às moradias. E por fim, foi explicitado o fato de que a trilha se apropriava de caminhos construídos e mantidos pelos moradores.

Assim, ficou claro na reunião que os organizadores da Trilha não consideraram as comunidades residentes no parque como atores interessados no projeto. Fazendo um exercício de suposição a partir da lógica conservacionista vigente no projeto TT, por que considerariam? Por que comunidades que sequer deveriam estar ali estavam questionando a atividade-fim dos parques que é a visita pública?

Não se pode entender este (des)encontro de cosmologias se não se levar em conta a conjuntura de fortalecimento das lutas socioambientais no país, que

resultaram na configuração do conselho consultivo do PEPB, do seu plano de manejo, reconhecimento das comunidades quilombolas e modos de vida agrícolas em seu território. A situação demonstrava que esta comunidade tradicional não estava apenas preocupada em discutir o direito de permanência em UCs, mas questionava, nos seus próprios termos, os objetivos que justificam a criação de parques.

Ao apontarem os impactos causados ao ambiente pela visitação turística, os quilombolas expunham as contradições do imaginário associado aos parques e estavam, eles mesmos, fazendo uso do discurso conservacionista que historicamente foi acionado contra eles, criminalizando a sua permanência no parque. Ao mesmo tempo, ao apontarem que a Trilha fazia uso de caminhos mantidos pelos moradores, o grupo quilombola estava chamando atenção para o fato de que não se tratava apenas da oposição entre usos privados de uma terra que se quer pública (como se pode ler no trecho já citado do livro *Transcarioca*), mas, simultaneamente, o entendimento de que os usos comunitários e cotidianos dos caminhos/trilhas são também expressões do uso público no PEPB, que precisam ser equacionadas. Após muitos debates e questionamentos da comunidade quilombola, o chamado trecho n.6 da TT foi alterado.

Conclusão

Ao longo do capítulo, procuramos descrever o processo de implantação do Parque Estadual da Pedra Branca nas suas quase cinco décadas de existência. Procuramos também compreender o parque como um artefato – não se trata de um espaço natural que se opõe à cultura, mas ao contrário, de um produto cultural em processo de permanente interação com o seu entorno urbano e com as concepções ambientais que justificam sua existência ao longo do tempo.

Trata-se de um processo dinâmico, cuja evolução não pode ser compreendida apenas no plano discursivo, mas levando-se em conta como as disputas entre diferentes concepções sobre a conservação da natureza se materializam na paisagem e em dispositivos técnicos que fazem o parque ser o que é: instalações, trilhas, placas, legislações, conselhos consultivos, medidas de compensação ambiental, modelos de gestão, fiscalização, entre outros.

Partindo, portanto, do castelo das águas e de suas estruturas para o abastecimento da cidade, posteriormente transformado em parque estadual, o PEPB seguiu os mesmos objetivos e características dos parques nacionais. No contexto de realização da Eco-92, com inspiração na história de seu irmão mais famoso, o

Parque-Floresta da Tijuca, descobriu-se o seu potencial de projeção da cidade e das ações governamentais. Ganhou uma programação visual, sede, funcionários, estruturas para visitação.

A partir dos anos 2000, o PEPB ganhou nova face institucional, cujo principal objetivo era a divulgação de seu título de maior floresta e parque urbano do mundo. Em seu território, a face visível desta orientação é a demarcação do espaço e a explicitação da existência do parque através de placas normativas, de portais de entrada e construção de um centro de visitação.

Na gestão que se inicia em 2007, os projetos institucionais realizados no PEPB não foram interferências visíveis no espaço. A penetração de novas orientações socioambientais que ganham visibilidade a partir da luta de movimentos em prol de comunidades tradicionais e são regulamentadas em dispositivos constitucionais e infraconstitucionais alteram aos poucos as formas de ação e dos agentes ambientais. Tais mudanças de atitudes se refletem em novos processos de gestão participativa que reorganizam as relações entre moradores e gestores. Em 2013, seu plano de manejo é concluído e, a partir de 2014, três comunidades quilombolas são reconhecidas nesse território.

Como evolução das políticas ambientais e valoração econômica dos recursos naturais, o PEPB foi contemplado com medidas de compensação ambiental; foi então chamado de Parque de Carbono e recebeu medidas de reflorestamento.

Com o conceito de Mosaico e corredor ecológico previstos pelo SNUC, o PEPB passou a fazer parte de um conjunto de parques e finalmente a Trilha Transcarioca tornou-se a coluna vertebral desta cidade-floresta.

Embora a TT seja tributária de valores que remetem aos movimentos conservacionistas desde o século XIX, ela é a expressão técnica das práticas atuais de gestão dos espaços protegidos. É um corredor ecológico em um mosaico de UCs. É uma trilha de longo percurso em parques urbanos. É também reconhecida oficialmente por meio de um decreto, e assim, pode captar recursos de modo relativamente autônomo da gestão das UCs da qual faz parte.

A despeito de tantas transformações, a TT ainda é recente e sua verdadeira implantação será resultado dos seus usos sociais: da percepção de seus caminhan-tes e moradores, dos sentidos atribuídos a ela, dos trechos mais frequentados e das paisagens mais valorizadas pelos excursionistas, das lógicas de gestão, dos processos de institucionalização e de sua interação dinâmica com a cidade, que podem ir muito além do concebido pelos seus idealizadores.

Referências

- ALMEIDA FILHO, Mauro W. Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, nº 55, jun. 2004, p. 33-55.
- BARRETO FILHO, Henyo. *Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral da Amazônia brasileira*. São Paulo. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- _____. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: RICARDO, Fanny (Org.). *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA, 2004.
- _____. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. ADAMS, Cristina; MURRIETA, Ruy Sergio S; NEVES, Walter A. (Orgs.). *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CÁCERES, Luz Stella Rodríguez. Do Caminho à Trilha: as perspectivas do lazer e do habitar na Transcarioca. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 18, nº 1, p. 64-96, jun 2016.
- COSTA, Nadja Maria. *Análise do Parque Estadual da Pedra Branca por geoprocessamento: uma contribuição ao seu plano de manejo*. 2002. 310p. Tese (Doutorado em Geografia) – IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- DIAS, Marcia Cristina de Oliveira. *Parque Estadual da Pedra Branca: o visível e o invisível na paisagem de um território em disputa*. 130 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 4a. ed. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.
- FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. *Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- CORRÊA, Armando Magalhães. *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.
- MENEZES, Pedro da Cunha e. Floresta da Tijuca: um resgate do nome imposto pela história. *O Eco*, 9 abr. 2007. Disponível em <https://www.oeco.org.br/colunas/pedro-da-cunha-e-menezes/17044-oeco-21518/>. Acesso em 14 jun. 2019.
- _____. *Transcarioca: todos os passos de um sonho*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 140 p. Disponível em <http://sinalizetrilhas.wikiparques.org.br/wp-content/uploads/2014/08/SinalizeTrilhas1.pdf>>. Acesso em 20 set. 2019.

- MEROLA, Ediane; OUCHANA, Giselle. Maior trilha do país, Transcarioca é inaugurada oficialmente. *O Globo*, 06 fev. 2017. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/maior-trilha-do-pais-transcarioca-inaugurada-oficialmente-20867706>. Acesso em 12 ago. 2019.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. *As marcas do homem na floresta*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2005.
- SANTILLI, Juliana. *Sociambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- SAUTCHUCK, Carlos. Matar e manter: Conservação ambiental como transformação técnica. In: _____.(Org.). *Técnica e transformação: perspectivas antropológicas*. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017.
- SILVA, Isabel Regina Caetano da Cruz. *Missionários da conservação: estratégias e ressignificação do caráter público da natureza no processo de construção da Trilha Transcarioca*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, 2017.

Sobre os autores

Alessandra Costa Magalhães

Graduada em Geografia e Meio Ambiente pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003), possui especialização em Análise e Avaliação Ambiental pela PUC-Rio (2005) e mestrado em Geografia (2010), pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Brasil. Tem experiência em projetos que envolvem trabalhos de diagnóstico, mapeamento e ações socioeducativas com comunidades. Na área de Educação, possui prática pedagógica com ênfase nos seguintes temas: educação ambiental, políticas públicas e planejamento de futuro na direção de sociedades sustentáveis. Atualmente leciona no Colégio Pedro II.

Alexandro Solórzano

Possui título de graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e mestrado em Botânica pela Escola Nacional de Botânica Tropical do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde desenvolveu pesquisa na área de História Ambiental da Mata Atlântica. A tese de doutorado foi realizada no Programa de pós-graduação em Ecologia da Universidade de Brasília, e sua pesquisa foi desenvolvida na área de Fitogeografia e Ecologia de Comunidades de cerrado. Realizou doutorado-sanduiche na Colorado State University, trabalhando com modelagem de distribuição de espécies do cerrado. Trabalha com as seguintes linhas de pesquisa: Biogeografia e Sistemas Socioecológicos, História da Paisagem, Ecologia Histórica, Ecologia Urbana e Relação Sociedade-Natureza.

Annelise Caetano Fraga Fernandez

É professora-adjunta (II) do Departamento de Ciências Administrativas e Ambientais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ. Possui mestrado em Antropologia e Sociologia e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seus principais temas de pesquisa são: natureza, espaço e sociedade, participação e campesinato. Atualmente desenvolve trabalho relacio-

nado a dinâmicas territoriais, conflitos ambientais, participação em conselhos, redes sociotécnicas e sistemas agroalimentares.

Carlos Engemann (*in memoriam*)

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000), mestrado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002) e doutorado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). É professor-pesquisador da Universidade Aberta do Brasil, professor titular do Instituto Superior de Teologia do Rio de Janeiro e professor pesquisador da Universidade Salgado de Oliveira. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão, sociabilidade escrava, práticas sociais, escravos do clero e catequese colonial.

Carlos Osvaldo Motta Formoso

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRRJ. Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), pós-graduação Lato Sensu em metodologia do ensino superior- Faculdade da Cidade (2000), curso de aperfeiçoamento para gestores da educação pública – UFFJ (2008) e em gestão educacional pública – Senac-Rio (2011). Professor de Geografia da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Diretor da Rede Estadual do Rio de Janeiro, onde desenvolve uma integração entre os movimentos sociais e a educação. Colunista do Jornal *Abaixo Assinado de Jacarepaguá*.

Dean Eric Berck

Possui graduação em Bioquímica da Academia da Força Aérea dos EUA e concluiu cursos de mestrado em Geografia da PUC e em Ciências e Artes Militares da Universidade Aérea dos Estados Unidos. Atualmente é tenente coronel e Diretor das Operações do 366 Esquadrão de Apoio Operacional, base da Força Aérea Americana de Mountain Home, em Idaho (EUA).

Gabriel Paes da Silva Sales

Graduado em Geografia e Meio Ambiente pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio. Cursa atualmente o doutorado em Geografia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Seus interesses de pesquisa são voltados para a história ambiental e a ecologia histórica da Mata Atlântica.

Isabelle Soares Pepe

Graduada em Ciências Biológicas com bacharelado em Ecologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi bolsista do projeto de extensão Muda Maré – Educação Ambiental e Agricultura Urbana, no Complexo da Maré. Atualmente é aluna de mestrado em Geografia e Meio Ambiente pela PUC-Rio. Sua linha de pesquisa é centrada na transformação da paisagem e envolve estudos de ecologia histórica, sistemas socioecológicos e conservação da sociobiodiversidade. Trabalha no Instituto Internacional para Sustentabilidade como Assistente de Pesquisa, participando do desenvolvimento de pesquisas e implementação de projetos sobre conservação e usos sustentável da terra.

Ivani Rosa da Silva

Professora de Geografia da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisa e atividades voltadas à questão da água na Região das Vargens. Endereço Profissional: Escola Municipal Prof. Teófilo Moreira da Costa, Rua Esperança, 387, Vargem Grande, Rio de Janeiro, RJ. Cep: 22785-590.

Joana Stingel Fraga

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio e integrante do Laboratório de Geo-Hidroecologia (GEOHECO/UFRJ). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014 – Bolsista CAPES) junto ao GEOHECO/UFRJ. Bacharel em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011 – Bolsista PIBIC). Trabalhou como consultora de SIG na Fundação Brasileira para Desenvolvimento Sustentável (FBDS) (2015-2016). Seu interesse envolve as resultantes ambientais das relações entre sociedade e natureza e incluem as áreas da História Ambiental e Ecologia História; Geoecologia; Hidrologia e Desastres Socioambientais.

Lílian Cardoso e Silva Costa Pinto

Bióloga do Museu Nacional/ UFRJ. Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008), mestrado em Arqueologia pelo Museu Nacional/UFRJ (2013) e doutorado em Arqueologia pelo Museu Nacional/ UFRJ (2018). Tem experiência na área de Zoologia Aplicada e Arqueologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Zooarqueologia, taxonomia dos grupos recentes, pré-história brasileira e sambaquis.

Luz Stella Rodríguez Cáceres

Antropóloga pela Universidade Nacional de Colômbia (2001) e doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Foi pesquisadora do Laboratório de Antropologia da Arquitetura e os Espaços LAARES no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia do IFCS/UFRJ, onde desenvolve pesquisas relativas às narrativas de memórias, paisagens e patrimônios em comunidades quilombolas. Experiência de pesquisa em direitos territoriais para grupos afrodescendentes no Brasil e na Colômbia e interesse na área de memórias e patrimônios, antropologia do espaço e da paisagem. É membro permanente do GEA, Grupo de Estudos Afrocolombianos do Departamento de Antropologia da Universidade Nacional de Colômbia.

Marcela Stüker Kropf

É professora-adjunta da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) na área de ensino de Biologia. Pós-doutora em Geografia na PUC-RJ, com doutorado em Ciências Ambientais e Florestais (UFRRJ), mestrado em Botânica (UFRJ), especialização em Gestão Ambiental de Municípios (UTFPR) e licenciatura/bacharelado em Ciências Biológicas (USU). Tem experiência em pesquisa, docência e consultoria em áreas interdisciplinares que abordem a relação sociedade e natureza, tais como história ambiental/ecologia histórica, educação ambiental, gestão de áreas protegidas. Também é mediadora profissional com atuação em gestão de conflitos.

Marcia Cristina de Oliveira Dias

Graduada em Ciências Sociais pela UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestranda em Ciências Sociais pela UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: paisagem cultural, unidade de conservação, território, agricultura familiar, conflito socioambiental e comunicação. Prática em elaboração de relatórios de pesquisa. Experiência no trabalho em equipe. Experiência em trabalho de campo, entrevistas, pesquisas, transcrição de entrevistas.

Raphael Vianna

Biólogo com pós-graduação executiva em meio ambiente e mestre em Geografia. Possui experiência na área de ecologia marinha; história ambiental;

ecologia e hidrossedimentologia em ecossistemas de Floresta Atlântica; gestão e hidrologia em bacias hidrográficas; elaboração de diagnósticos ambientais com ênfase em estudos ecológicos focados na relação entre sociedade e natureza.

Rodrigo Penna-Firme

Professor do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio. PhD em Antropologia pela Indiana University (EUA), biólogo, mestre em Ciências Ambientais e Florestais. Especialista em dimensões humanas das mudanças ambientais pelos olhares da Antropologia Ambiental e Ecologia Política. Interesse em temas ligados à conservação e degradação da natureza; movimentos ambientais; discursos ambientais e desenvolvimentistas; efeitos ambientais e sociais combinados de políticas e práticas de mercados sobre populações locais, tradicionais e paisagens. Relações entre pobreza, riqueza e meio ambiente; conexões entre religiões, espiritualidades e meio ambiente.

Rogério Ribeiro de Oliveira

Fez a sua graduação em Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestrado e doutorado em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro; um pós-doutorado em História Ambiental na Universidade Alpen-Adria, Áustria (2007) e outro em Arqueologia Histórica (2015) no Museu Nacional (UFRJ). Atualmente é professor-associado do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio e membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio. Seu interesse maior é o estudo das interações entre sociedade e natureza ao longo do tempo. Suas pesquisas combinam as abordagens da ecologia histórica, da ecologia da paisagem e da história ambiental.

Rúbia Graciele Patzlaff

Possui doutorado em Ciências Biológicas - Botânica pelo Museu Nacional/UFRJ, na área de Arqueobotânica, Etnobotânica e Ecologia Histórica (2016). O tema do trabalho de doutorado engloba carvoarias históricas, etnobotânica, fitosociologia, ecologia histórica e antracologia. Realizou mestrado em Botânica pela Escola Nacional de Botânica Tropical do Instituto de pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro trabalhando com Etnobotânica de plantas medicinais, e especialização em Educação Ambiental pelo convênio Universidade Cândido Mendes e Jardim Botânico do Rio de Janeiro (2006). Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002). Tem experiência na área de

Educação Ambiental, através do Grupo Saberes em Educação Ambiental; Botânica, com ênfase em Etnobotânica de Plantas Medicinais, e Arqueobotânica com ênfase em Antracologia. Participou como pesquisadora em 2018 do projeto Patrimônio natural e cultural: análise das possibilidades de apropriação de um Jardim Histórico, na Fundação Casa de Rui Barbosa. Hoje atua em pesquisas nas mesmas áreas como técnica em Coleções Antropológicas do Laboratório de Arqueobotânica e Paisagem do Museu Nacional.

Sílvia Alves Peixoto

É bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional/UFRJ. É especialista em Arqueologia Pré-Histórica, com ênfase em sambaquis, porém, nos últimos anos, tem se debruçado majoritariamente sobre a Arqueologia Histórica. Atualmente desenvolve projeto de doutorado no Museu Nacional/UFRJ sobre os engenhos de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro. Seus principais temas de interesse são: processos de formação de sambaquis, sistema de assentamento, organização social, ritual funerário, arqueologia da paisagem, arqueologia colonial.

Silvia Regina Nunes Baptista

Pesquisadora negra e de origem quilombola, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), mestra em Ciências pelo PPGICS/ICICT/FIOCRUZ. Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Adventista de Educação e especialização em Gestão da Inovação em Fitomedicamentos. Tem experiência em mediação social, educação popular, mobilização, comunicação popular, planejamento e gestão participativa de projetos e serviços. Atualmente participa da pesquisa-ação Etnobotânica e conservação aplicada às plantas medicinais como subsídios para a introdução de espécies nativas do Bioma Amazônico no Sistema Único de Saúde de Oriximiná, Pará, Brasil (Projeto Fitorixi). É diretora-administrativa da Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (Agrovargem) e co-autora do Projeto Convergência política nas Vargens: O Empoderamento de Mulheres e Jovens, no qual atua como voluntária.

Tania Andrade Lima

É graduada em Arqueologia pela UNESA (1979), especializada em Arqueologia pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980), doutora em Ciências (Arqueologia) pela Universidade de São Paulo (1991) e tem pós-doutorado em História Social também pela Universidade de São Paulo (1993-1995). Atualmente é professora-associada do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua fundamentalmente na área de Arqueologia, com os seguintes focos: arqueologia pré- e arqueologia histórica (arqueologia do capitalismo, arqueologia da vida cotidiana no século XIX, arqueologia da diáspora africana), teoria e método em arqueologia e preservação do patrimônio arqueológico. Foi vice-presidente (1997-1999) e presidente (1999-2001) da Sociedade de Arqueologia Brasileira, e professora de cursos de pós-graduação em diferentes unidades da federação (SP, RS, SE, GO, BA, MG). Recebeu, em 2006, a Comenda da Ordem do Mérito Cultural.

